



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LAIANY ROSE SOUZA SANTOS

A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS EM
SERGIPE: FEMINISMO E RESISTÊNCIA



SÃO CRISTÓVÃO
Fevereiro de 2019

LAIANY ROSE SOUZA SANTOS

**A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS EM
SERGIPE: FEMINISMO E RESISTÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe,
para obtenção do grau de Doutora em Geografia,
área de concentração: Organização e Dinâmica dos
Espaços Agrário e Regional.

ORIENTADORA: Prof^ª Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos

SÃO CRISTÓVÃO

2019

**A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS EM
SERGIPE: FEMINISMO E RESISTÊNCIA**

São Cristóvão, 28 de fevereiro de 2019.

Banca examinadora

Prof^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos Orientadora
Programa de Pós Graduação em Geografia, UFS

Prof^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos
Programa de Pós Graduação em Geografia, UFS

Prof^a Dr.^a Marleide Maria Santos Sergio
Programa de Pós Graduação em Geografia, UFS

Prof^a Dr.^a Lucy Mirtha Ketterer Romero
Universidad de La Frontera, UFRO-Chile

Prof^a Dr.^a Renata Sibéria de Oliveira
Universidade de Pernambuco, UPE

As pessoas a quem dedico essa tese são mais importantes porque refletem de alguma maneira, na condição da minha existência, no afeto, na coragem de querer transformar o mundo:

- *À minha avó **Jovita Silva Souza**, por ser o maior exemplo de cuidado com a natureza, força e coragem;*
- *À minha mãe **Rose** e meu pai **Edson**, que com sabedoria nos criaram, sempre incentivando a busca por sermos reconhecidas como sujeitas das nossas histórias;*
- *Ao meu companheiro **Eraldo** e nossa filha **Luna Haydée**, por compartilharmos a vida cotidiana e crescermos em amor, tentando ser melhores a cada dia;*
- *À **Mariana Pena** que me transformou desde o início desse processo com a chegada da sua vida;*
- *À **Maria Pureza**, sergipana que faleceu de causas naturais durante a Marcha das Margaridas no ano de 2015;*
- *À **Maria Faraildes**, sergipana camponesa nonagenária que continua na luta.*

NOTA PRELIMINAR E AGRADECIMENTO

*“Se avexe não
Toda caminhada começa no primeiro passo
A natureza não tem pressa, segue seu compasso”
(A Natureza das coisas - Flávio José).*

Os primeiros passos dessa caminhada se deram a partir da minha própria existência enquanto mulher, filha de trabalhadores, que viveu a infância, quando não no interior, em bairros periféricos da capital baiana. Cresci ouvindo jargões do tipo “mulher sem homem, mulher sem nome”, simbolizando a incapacidade feminina de ser (enquanto sujeita social) produtora de sua identidade e história. E numa família grande, com mulheres muito fortes, destemidas, embora estejam - em sua maioria - submetidas ao “ser mulher” em segundo plano: “a que vem da costela de Adão” e, portanto, que deve obediência e submissão às figuras patriarcais masculinas, ainda que isso signifique a renúncia e a negação da sua condição de existência e o direito de decidir sobre si mesma. Era contraditório ter exemplos tão intensos e que ao mesmo tempo me causavam náuseas ao presenciar tantos casos de subserviência, com sujeitas baixando a cabeça, inclusive em coisas que se arrependeram para o resto da vida.

No ano de 2006 ingressei na Universidade para cursar Geografia, por incentivo de amigos como **Henrique Silva**, e nesse “multiverso” tive a oportunidade de conhecer, à luz da teoria, a relação de opressão/dominação à qual nós mulheres estamos submetidas. Na vivência do movimento estudantil, principalmente no Diretório Acadêmico Livre de Geografia – DALIGEO, fui apresentada a uma leitura de mundo através do materialismo histórico dialético, que fundamenta meus passos nessa trajetória e me fazem grata a **Shauane Itanhara** e **Vanessa Paloma**, que me deram, sobretudo, moradia nos momentos mais precisos, e me apresentaram à incrível **Alexandrina Luz Conceição**, uma mulher-livro, porque os tem em si apreendido e essa beleza para mim é um exemplo. Na construção coletiva da gestão *Amanhã há de ser outro dia* do Diretório Central de Estudantes – DCE, conheci **Alexis “Pedrão”**, por quem tenho muito carinho e respeito, e por intermédio dele **Sônia Meire**, a primeira professora da Universidade que me mostrou humanidade com simplicidade, sorriso e garra.

Agradeço a todas e todos que construíram e participaram dos Cursos de Formação Política (de Biologia e de Geografia), despertando em mim a consciência de classe, da condição de gênero e raça, e o desejo de me somar à luta camponesa. Nessa caminhada que se faz caminhando, agradeço a minha comadre **Sheila Caroline** que nunca soltou minhas mãos,

gratidão pelo carinho e por aceitar compartilhar a vida e o cuidado com nossa Luna. A **Bárbara Letícia, Erika Leite e Fernando Correia** por significarem junto a mim essa trajetória, tornando-a mais leve (e um pouco mais louca também).

O maior trunfo dessa caminhada foi a realização de minha pesquisa de mestrado, fundamentada no materialismo histórico dialético de forma participativa com mulheres do PA 13 de Maio, como **Maria e Madalena**, que nutrem meu respeito e admiração, e me aproximaram do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, em que pude me inserir de forma plena, aprendendo a importância da agroecologia como pauta unificadora, articuladora e propulsora de vivências mais equitativas no campo.

Concomitantemente, houve minha inserção no Grupo de Trabalho *Feminismos, transformaciones y propuestas alternativas en América Latina y El Caribe* do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO, através de convite da professora **Alba Carosio**, a quem tenho muita admiração. Foi através do CLACSO que aprendi outra linguagem, a das Epistemologias do Sul, que analisam os sistemas de opressão/dominação através da interseccionalidade, e também está presente nos movimentos sociais camponeses.

O despertar dessa pesquisa se deu pela necessidade de fomentar o debate acerca do protagonismo das mulheres camponesas, dando visibilidade às suas pautas de lutas, suas ações, construções prático-teóricas e rebatimentos espaciais no espaço agrário, tão fortemente engendrado por relações de dominação e controle. Nesse contexto, dois processos me marcaram: o início da vida como professora de nível superior e a participação no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano – NEDET Sergipe.

E como o pensar é solitário, mas não se faz sozinho, aprendi muitos outros olhares com as alunas do curso de Pedagogia da UFS de Itabaiana, com a turma do curso de Agroecologia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e nas idas e vindas pela BR 235. A respeito delas, agradeço especialmente a **Michele Vasconcelos**, por ter me ajudado a enxergar o mundo através das (des)aprendizagens, cheio de vida com a chegada de **Joca**, que trouxe consigo uma nova esperança. Foram nessas viagens que aprendi sobre o valor da calma, e por isso canto:

*Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais (Tocando Em Frente – Almir Sater).*

Olho para as cicatrizes dessa caminhada e me dou conta de que são marcas da história, porque foi preciso curar para seguir. E graças a todo apoio que tive, o processo de cicatrização me fez entender que a *gratidão é energia em espiral*¹, pois mesmo sem esperar retorno muitas pessoas se doaram para me ver bem, fortalecendo minha alma e principalmente minha luta nesse processo. Por reconhecer cada gesto de carinho, agradeço:

À minha irmã **Raiany Santos**, pelo exemplo em sempre se doar ao próximo, por me fazer enxergar as contradições do ser feminista em mim e me fazer buscar formas de viver a práxis da transformação social. À minha irmã **Thaiane Blanda**, jovem feminista que me faz lembrar e valorizar o significado dessa condição. Ao mesmo tempo em que a tenho como a bebê que pude cuidar, ela se mostra cada dia mais independente, forte e destemida, me enchendo de orgulho.

Ao meu primo-irmão **Felipe Oliveira**, que sempre chega com um abraço nas horas difíceis e com seu jeito acelerado é sempre cotado a me ajudar em alguma coisa. E nosso mais velho amigo-irmão-filho **Billy bilau**, o cachorro cara de pau, um schnauzer caçador (de travessuras) que nos dá muito trabalho, mas garante muitas histórias de união na família.

À **Irene Gabriela**, minha prima-amiga que chega dando voadora pra defender e com o abraço mais fofo do mundo pra confortar, sempre ao nosso lado, tanto nos passeios “aleatórios” quanto nas coisas mais desejadas de serem alcançadas. À **Elis Correia**, prima-amiga, com seu jeitinho tão espiritualizado que sempre traz conforto (e doces) pra alma. Eu amo vocês demais!

E como não agradecer a quem esteve comigo durante toda essa trajetória? Sempre ao meu lado, por vezes no colo e até mesmo atrapalhando o trabalho no computador. Aquela que será uma eterna criança, a minha criança **Belinha**. Uma Schnauzer mais que parceira, o pacotinho de amor com barba que veio me salvar. A fêmea diferentona que faz xixi com a pata levantada. Não poderia existir melhor companhia para cuidar de mim, de Luna e dividir a vida conosco todos os dias. Te amo demais, Bebel!

À minha orientadora e amiga **Josefa Lisboa**, pelos sorrisos compartilhados, pelo cuidado e respeito ao meu tempo, pela sinceridade, e por ter segurado minha mão dando forças (e calmante quando necessário) para seguir em frente.

À **Christiane Campos**, que significa para mim um porto seguro em que posso chegar com as maiores turbulências ou ainda navegando em águas tranquilas, porque sei que ela será luz nesse farol de abraços. Agradeço demais por todo apoio, leitura dos textos,

¹ Em conversa com Michele Vasconcelos antes da entrega do texto final para a banca da defesa, fevereiro de 2019.

diálogos, cuidados comigo e com Luna, bem como o acolhimento de suas filhas **Júlia** e **Luiza**.

Agradeço a **Marleide Sergio** pelo cuidado na leitura e sinceridade que me fizeram crescer, por acompanhar esse processo sempre com a voz calma e muito pé no chão. À **Lucy Ketterer** pelo cuidado e conselhos, de academia e de vida, por ensinar ser humana, mas também firme. A **Luciano Concheiro-Bórquez** pelo incentivo e pelos abraços em nossos encontros que me transmitiram viver a intensidade, mas com leveza.

Às companheiras de luta e resistência do MMC, **Sirley Ferreira** e **Sônia Malaquias**. Assim como a **Euziane Rafael** e **Elienaide das Flores**, pois sozinha eu ando bem, mas com vocês eu ando melhor!

Aos meus pares do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR, especialmente a **Carla Apenburg**, parceira de trabalhos e de lágrimas e **Jorge Edson**, amigo (e filho) que tenho enorme admiração. Aos pares do Laboratório de Estudos Territoriais – LATER, principalmente a **Renata Sibéria** e **Rafaela Santos** por terem lido meus textos nesse momento final da pesquisa, quando o desespero bateu a porta, vocês a blindaram.

Às amigas que fiz durante o doutorado que não perderam suas identidades, mas ganharam mais uma com a maternidade: **Érica**, mãe de **Arthur**, **Kléo**, mãe de **Dália**, **Ju**, a mãe de **Açúcena**, **Roselucia**, mãe de **João Francisco** e **Lina**, mãe de **Simón**, gratidão por termos compartilhado momentos tão sensíveis. Vocês são parceiras de bebês e de vida!

Agradeço especialmente ao homem mais sereno em meio à tempestade que minha mente causa, fazendo sempre tornar brisa calma; **Roney David**. Gratidão amigo, por existir em minha vida!

Às amigas que surgiram nesse processo acompanhando a maternidade de Belinha, a minha, e que sempre nos apoiam **Mirela Ferreira**, **Lícia Oliveira**, **Silvia Santana**, **Paula Mesquita** e **Mariana Lisboa**.

Assim, agradeço **Júnior** (da lanchonete do Humberto) e **Bitá**, que tinham o refrigerio da alma com a cerveja sempre gelada que acalmava ou oriçava a loucura de querer mergulhar cada vez mais fundo nesse estudo!

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** – CAPES pelo financiamento tão importante para realização dessa pesquisa.

Minha imensa gratidão sabendo que muito mais pessoas contribuíram para que fosse possível esse processo, e na palavra africana UBUNTU expresso meu sentimento, ao significar que *“eu sou porque nós somos”*.

RESUMO

Essa tese objetiva analisar a dinâmica de enfrentamento das mulheres camponesas, organizadas em mais de 105 grupos no campo sergipano, pertencentes a movimentos sociais de mulheres, movimentos sindicais, movimentos mistos com setores de mulheres e/ou gênero, de forma articulada ou isolada. Tal dinâmica expressa que a rebeldia está na ordem do dia. Tomou-se a política pública de desenvolvimento territorial rural (DTR), na sua relação com a questão agrária sergipana, e a atuação das mulheres camponesas organizadas e suas pautas, como estruturantes do tipo de participação empreendida por elas. Optou-se pela realização de um diálogo com as Epistemologias do Sul, apontadas como uma terceira via, cujas narrativas sugerem dar voz aos subalternizados, aos povos silenciados na história contada a partir dos dominantes e com o Marxismo, que analisa a sociedade a partir do modo de produção capitalista, em que as forças econômicas se constituem preponderantes na explicação da realidade. Tal diálogo se efetiva na tese como caminho para se elucidar o objeto, qual seja, a organização das mulheres camponesas. Entretanto, optamos pelo materialismo histórico dialético, pela necessidade de compreensão das transformações sócio econômicas espaciais a partir do desenvolvimento do sócio metabolismo do capital e da inerente luta de classes. Considera-se que o apreendido deve ser usado para explicar o particular sem perder de vista a totalidade, o que pressupõe que as vozes dos sujeitos devem ser desveladas a partir da sua inserção no contexto histórico social. Assim, ainda que as teorias aqui adotadas pertençam a lugares geográficos distintos, elas dialogam à medida que foram/são subalternizados pela modernidade/colonialidade hegemônica. A reflexão sobre a realidade agrária brasileira, assim como o movimento de luta das mulheres exigiu caminhar pelas categorias espaço, território e feminismo a partir das quais foi possível compreender as relações desiguais produtoras do espaço, que colocam a mulher no lugar dominado, cobrando delas um posicionamento político frente às relações de poder diversamente manifestadas no patriarcalismo, machismo e dominação de classe, levando-as ao enfrentamento por direitos, território de vida e liberdade. Por sua vez, as mulheres re-existem, organizadas como força de enfrentamento ao capital e ao Estado, desde o campo a partir do feminismo camponês, como estratégia de luta anticapitalista, abordando pautas que revelam as suas demandas e condição social.

Palavras-chaves: Organização de mulheres camponesas, Movimento de mulheres, Feminismo, Feminismo camponês.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the peasant women's fighting dynamics organized in over 105 groups in Sergipe's countryside, belonging to women's social movements, union's movements, mixed movements with women's and/or gender sectors in articulated or isolated forms. Such dynamics expresses that the rebellion is in the day's order. The Rural Territorial Development Public Policy (DTR) has been taken in its relation with Sergipe's agrarian issue and the peasant women's acting and their guidelines as structures in the participation type undertaken by them. It has been chosen the execution of a dialogue with the South Epistemologies, pointed by a third via whose narratives suggests giving voice to the subalterns, to the muted people in the history told by the dominants and with the Marxism, which analyses the society from the capitalist mode of production, in which the economic forces are preponderant constituted in the construction of the reality. Such dialogue is actualized in the thesis as a way to elucidate the object which is the organization of the peasant women. Nevertheless, we have chosen the historical dialectical materialism by the capital social metabolism and the inherent class struggle. It is considered that the apprehended must be used to explain the particular without losing sight of the totality, which presupposes that the subjects' voices must be exposed from its insertion in the social-historical context. Thus, yet the adopted theories in here belongs to distinct geographic places, they dialogue as they were/are subject to the hegemonic modernity/coloniality. The reflection over the Brazilian agrarian reality, as well as the women's struggle movement required to develop over the categories of space, territory and feminism from which it was possible to comprehend the unequal space production relations which puts the woman in a dominated space, charging the a political position front the power relation diversely manifested in the patriarchalism, machismo and class domination, taking them to the confrontation to the capital and to the State, since the countryside from the peasant feminism, as a strategy in the anticapitalistic struggle, approaching guidelines that reveal their demands and social conditions. This thesis aims to analyze the peasant women's fighting dynamics organized in over 105 groups in Sergipe's countryside, belonging to women's social movements, union's movements, mixed movements with women's and/or gender sectors in articulated or isolated forms. Such dynamics expresses that the rebellion is in the day's order. The Rural Territorial Development Public Policy (DTR) has been taken in its relation with Sergipe's agrarian issue and the peasant women's acting and their guidelines as structures in the participation type undertaken

by them. It has been chosen the execution of a dialogue with the South Epistemologies, pointed by a third via whose narratives suggests giving voice to the subalterns, to the muted people in the history told by the dominants and with the Marxism, which analyses the society from the capitalist mode of production, in which the economic forces are preponderant constituted in the construction of the reality. Such dialogue is actualized in the thesis as a way to elucidate the object which is the organization of the peasant women. Nevertheless, we have chosen the historical dialectical materialism by the capital social metabolism and the inherent class struggle. It is considered that the apprehended must be used to explain the particular without losing sight of the totality, which presupposes that the subjects' voices must be exposed from its insertion in the social-historical context. Thus, yet the adopted theories in here belongs to distinct geographic places, they dialogue as they were/are subject to the hegemonic modernity/coloniality. The reflection over the Brazilian agrarian reality, as well as the women's struggle movement required to develop over the categories of space, territory and feminism from which it was possible to comprehend the unequal space production relations which puts the woman in a dominated space, charging the a political position front the power relation diversely manifested in the patriarchalism, machismo and class domination, taking them to the confrontation to the capital and to the State, since the countryside from the peasant feminism, as a strategy in the anticapitalistic struggle, approaching guidelines that reveal their demands and social conditions.

KEYWORDS: Peaseant women's organization, Women's movement, Feminism and Peasant feminism.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	xiv
LISTA DE ORGANOGRAMAS	xvi
LISTA DE FIGURAS	xvii
LISTA DE QUADROS	xix
LISTA DE GRÁFICOS E INFOGRÁFICO	xx
LISTA DE MAPAS.....	xxi
INTRODUÇÃO.....	23
1. A ESCOLHA DO CAMINHO PARA REFLEXÃO: EPISTEMOLOGIAS DO SUL E O MARXISMO	33
1.1 - PENSAMENTO DESCOLONIAL.....	34
1.2 - O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL.....	39
1.3 - O DESAFIO DE COMPREENSÃO PELA VIA DO MARXISMO.....	46
1.4 - O DISCURSO DE INVIABILIDADE DO MARXISMO NA PASSAGEM DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE	51
2. SEMPRE HOUVE MULHERES	64
2.1 - A CONDIÇÃO DA MULHER NO COLONIALISMO DA NOSSA AMÉRICA/ABYA YALA	73
2.2 - 1ª ONDA FEMINISTA: A LUTA DAS MULHERES	90
2.3 - 2ª ONDA FEMINISTA: INCORPORAÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO E A LUTA CAMPONESA NO BRASIL	98
2.4 - FEMINISMOS POPULARES E DIVERSOS DA/NA 3ª ONDA FEMINISTA	112
3. O PROTAGONISMO SE FAZ PELO CONHECIMENTO E PELA POLÍTICA.....	123
3.1 - O ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: “A CABEÇA PENSA A PARTIR DE ONDE OS PÉS PISAM”	128
3.2 - O NEDET NO CONTEXTO DA ESPACIALIZAÇÃO DE FOCOPOLÍTICAS	138

4. <i>PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER</i>	148
4.1 - ESPACIALIZAÇÃO DOS GRUPOS DE MULHERES NO CAMPO SERGIPANO	150
4.2 - DEMANDAS DAS MULHERES PARA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS POLÍTICOS E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	155
4.2.1 - CIRANDAS EDUCACIONAIS COMO ALTERNATIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	156
4.2.2 - A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS CONSTRUÇÕES PRÁTICO-POLÍTICAS DAS MULHERES.....	162
4.2.3 - À DEMANDA DO CUIDADO SÃO PROPOSTOS CURSOS DE SAÚDE ALTERNATIVA.....	164
4.3 - DEMANDAS DAS MULHERES NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS).....	170
4.3.1 – A IMPORTÂNCIA DA AGROECOLOGIA NO FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE MULHERES	172
4.4 - A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA	182
4.4.1 - EXPERIÊNCIA DA MARCHA DAS MARGARIDAS.....	185
4.4.2 - 8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES	190
5. FEMINISMO CAMPONÊS: A OUSADIA DE SEGUIR RESISTINDO E REEXISTINDO DIANTE DA ESTRUTURA OPRESSORA DO CAPITAL	205
BIBLIOGRAFIA	212

LISTA DE SIGLAS

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado
CIGARI – Companhia Gentileza de Artes Integradas
CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CLOC – Coordenadoria Latino-americana de organizações do Campo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DALIGEO – Diretório Acadêmico Livre de Geografia
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
GOLD – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS – Instituto Federal de Sergipe
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABERUR – Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
MCP – Movimento Camponês Popular
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial de Mulheres
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PRF – Partido Republicano Feminino

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PTDRS – Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável

SSP – Secretária de Segurança Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

TBSF – Território do Baixo São Francisco

TRIPS – Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio

TSS – Território Sul Sergipano

TAS – Território do Alto Sertão

TSO – Território do Sertão Ocidental

UFS – Universidade Federal de Sergipe

WID – Women and International Development

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Colonialismo, escravismo e capitalismo	74
Organograma 2 - <i>Think tanks</i> e o processo de formulação e legitimação de políticas.....	130
Organograma 3 – Elementos das tendências paradigmáticas	131
Organograma 4 - Posição das instituições no debate paradigmático.....	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dentro do coração, o mergulho.....	52
Figura 2 – Quadrado debordiano.....	53
Figura 3 – Elizabeth Teixeira, Caravana Lula pelo Brasil em 2017.....	96
Figura 4 – Jornal Brasil Mulher – Edição de 1976.....	104
Figura 5 – Jornal Nós Mulheres - 1976.....	105
Figura 6 – Logomarca do MST.....	109
Figura 7 – Faixa de conceitualização do feminismo, Encontro do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, Propriá, 2016.....	112
Figura 8 – A bancada Agropecuária ou Ruralista e sua relação com as demais bancadas.....	133
Figura 9 – Curso de Formação de Educadoras/es de Ciranda Infantil realizado pelo NEDET em Aracaju - 2016.....	160
Figura 10 – Exposição dos painéis confeccionados pelas crianças durante ciranda infantil em julho de 2016.....	161
Figura 11 – Mandala caldeirão com os nomes das ervas medicinais, Monte Alegre, 2016...	166
Figura 12 – Livro Ervas Medicinais: saber e prática no fazer feminino, produzido pelas mulheres do TAS junto à ASA, MPA, NEDET.....	167
Figura 13 – Zefa da Guia parteira, ao centro, em reunião da Câmara de Gênero do TAS, Monte Alegre, 2016.....	168
Figura 14 – Cartaz construído pelas mulheres do Território do Baixo São Francisco.....	179
Figura 15 – Cartazes demonstrando a importância da mulher na prática agroecológica, Marcha das Margaridas, Brasília, 2015.....	180
Figura 16 – Espaço de debate Eixo 2 – Terra, água e agroecologia, Brasília, 2015.....	187
Figura 17 – Espaço de debate Eixo 6 – Violência sexista, Brasília, 2015.....	188
Figura 18 – Marcha das Margaridas 2015 – Delegação de Sergipe, Brasília, 2015.....	189
Figura 19 – Avaliação da Marcha das Margaridas – Delegação de Sergipe, Brasília, 2015..	189
Figura 20– Cartaz do Ato Unificado para Marcha do 8 de Março, Aracaju, 2016.....	191
Figura 21- Comissão de frente da Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016.....	193
Figura 22 – Símbolos da expressão camponesa presentes na Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016.....	193

Figura 23 – Signos que expressam as camponesas do Movimento Camponês Popular – MCP e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016	194
Figura 24 – Logomarcas que expressam os movimentos sociais do campo carregadas pelas mulheres, Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016.....	194
Figura 25 – Símbolos dos movimentos sociais na organização das mulheres, Formação para Marcha do 8 de março, São Cristóvão, 2017.....	195
Figura 26 – Faixa do 8 de março: Mulheres contra a reforma da previdência, Aracaju, 2017	197
Figura 27- Manifestações e cartazes especializados, Marcha 8 de Março, Aracaju, 2017	198
Figura 28 – As mulheres em sua diversidade, Marcha do 8 de Março, Aracaju, 2017.....	198
Figura 29 – Marcha do 8 de Março no Território do Baixo São Francisco, Neópolis, 2017 .	199
Figura 30 – Cartaz de veiculação da Marcha, com exposição do mote, Sergipe, 2018	200
Figura 31 – Espacialização do 8 de março em Aracaju, 2018.....	201
Figura 32 – Mulheres do campo e da cidade segurando cartazes de combate a violência contra mulher, Aracaju, 2018	201
Figura 33 – Exposição artística de combate à violência contra mulher realizada na Marcha do 8 de Março, Aracaju, 2018	203
Figura 34 – Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e outras companheiras gritando “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra mulher”, Aracaju, 2018	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo.....	58
Quadro 2 - Linha do Tempo: a luta e organização das mulheres.	66
Quadro 3 – Artigos da Declaração dos direitos da mulher e da cidadã.....	69
Quadro 4 - Comparação entre direitos e obrigações na CDB e no TRIPs-OMC	135
Quadro 5 – Pautas e ações das mulheres – PLANOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRSs, 2017	171

LISTA DE GRÁFICOS E INFOGRÁFICO

Gráfico 1 – Percentual de grupos de mulheres isolados e articulados, Sergipe, 2015-2017 ..	152
Infográfico 1 – Relação atividades das mulheres e tempo	183
Gráfico 2 – Quantitativo de reuniões por tipo de organização num período bimestral	184

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Territórios da Cidadania, Sergipe, 2015.....	141
Mapa 2 - Percentual da População Rural de Mulheres, Sergipe, 2010	146
Mapa 3 – Grupos de Mulheres Camponesas por atividade	154
Mapa 4 – Grupos de mulheres que trabalham com produção orgânica e agroecológica	178



*"É vista quando há vento e grande vaga
Ela faz um ninho no enrolar da fúria e voa firme e certa como bala
As suas asas empresta à tempestade
Quando os leões do mar rugem nas grutas
Sobre os abismos, passa e vai em frente
Ela não busca a rocha, o cabo, o cais
Mas faz da insegurança a sua força e do risco de morrer, seu alimento
Por isso me parece imagem e justa
Para quem vive e canta num mau tempo"
(O Vento – Maria Bethânia)*

INTRODUÇÃO

Na conjuntura em que essa tese foi proposta, fevereiro de 2014, o enfrentamento cotidiano no seio da classe que vive do trabalho era de disputa por acesso e permanência das políticas públicas (focopolíticas), que se tornavam possibilidades de mudança individual/coletiva, ao passo que impulsionavam o “sair de casa”, a participação social e política em espaços públicos de debates e decisões. Esse ato, realizado juntamente com outras pessoas na mesma condição, ampliava um cenário de organização entre as mulheres.

A luta de classes se acirra durante essa caminhada com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, concluído em 31 de agosto de 2016, avassalada por uma onda conservadora que constrói, através de discursos e práticas de retrocessos, um golpe parlamentar, midiático e do judiciário, nos fazendo compreender que:

De todos os lados, estamos cercados de inimigos, e é preciso marchar quase constantemente debaixo de fogo. Estamos unidos por uma decisão livremente tomada, precisamente a fim de combater o inimigo e não cair no pântano ao lado, cujos habitantes desde o início nos culpam de termos formado um grupo à parte, e preferido o caminho da luta ao caminho da conciliação. Alguns dos nossos gritam: Vamos para o pântano! E quando lhes mostramos a vergonha de tal ato, replicam: Como vocês são atrasados! Não se envergonham de nos negar a liberdade de convidá-los a seguir um caminho melhor! Sim, senhores, são livres não somente para convidar, mas de ir para onde bem lhes aprouver, até para o pântano; achamos, inclusive, que seu lugar verdadeiro é precisamente no pântano, e, na medida de nossas forças, estamos prontos a ajudá-los a transportar para lá os seus lares. Porém, nesse caso, larguem-nos a mão, não nos agarrem e não manchem a grande palavra liberdade, porque também nós somos "livres" para ir aonde nos aprouver, livres para combater não só o pântano, como também aqueles que para lá se dirigem! (LÊNIN, 1902, p.11-12).

Nesse caminho, por meio da práxis carregamos a inquietação do “Que fazer” (Lênin, 1902) para construir uma transformação social? Compreende-se que tal questionamento vai além da proposta dessa tese, já que temos certeza de que só é possível realizar a transformação social se houver “uma transformação profunda e sistêmica: uma Grande Transição” (LÖWY, 2019), rompendo de maneira radical com

os sistemas de opressão-exploração (capitalismo-patriarcado-racismo). Isso posto, nossas reflexões expressas nessa tese ganham relevância.

Perscrutando o caminho de fomentar o debate acerca do protagonismo das mulheres camponesas e dar visibilidade às suas pautas de lutas, suas ações, construções prático-teóricas e rebatimentos espaciais no campo, tão fortemente engendrado por relações de dominação e controle, procuramos desconstruir a condição social da mulher como sujeito de segunda categoria. Sempre colocada abaixo da figura masculina, seja pai, irmão, marido, tio, etc, a construção pela sociedade patriarcal por vezes se reflete também nas próprias mulheres, como causa e produto mesmo da alienação.

Nas diversas formas de família que antecederam o sistema capitalista a hereditariedade se dava pelo gens materno. Com a transformação da função do homem de responsável por encontrar alimentação, através da caça, da criação de rebanhos e elaboração de instrumentos de trabalho, ele ganha o direito de propriedade de tais objetos. Isso pois, mudam as relações sociais, uma vez que o direito à herança materna já não satisfazia a necessidade da família que precisava dos instrumentos de trabalho. As “riquezas, à medida que iam aumentando, davam por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família” (Engels, 1984, p. 59).

O novo arranjo de família baseada na monogamia (“só para a mulher, e não para o homem. E na atualidade, conserva-se esse caráter” (ENGELS, 1984, p.67)) impõe a mulher à submissão, servidão, a ser uma sujeita sem protagonismo, destinada ao encarceramento do lar, enquanto o homem passa a ser considerado o provedor da família e por isso destinavam-se a ele as relações externas.

A família moderna é o lócus que desenvolve em si os antagonismos da sociedade. Para Engels (1984, p.70-71) “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão de sexo feminino pelo masculino”. Ou seja, a monogamia surge na história sob a forma de escravização de um sexo pelo outro.

Nota-se que entre todos os sistemas de opressão/dominação, o patriarcado é historicamente o mais antigo, geograficamente mais abarcante e ideologicamente mais ocultado e menos reconhecido. Ele se sustenta em um conjunto de instituições políticas, sociais, econômicas, ideológicas e afetivas que produzem e reproduzem práticas cotidianas coletivas e individuais nos espaços públicos e privados (CAROSIO, 2015).

O feminismo, cujo pilar é a luta por igualdade, numa compreensão que deve abarcar a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo (SAFFIOTI, 1987), que se impõe de formas diferenciadas para as mulheres, ainda que tenha avançado no Brasil nos anos recentes, não conseguiu impedir a dura realidade de violência contra as mulheres.

No Mapa da Violência de 2018 foi registrado o assassinato de 15.925 mulheres em situação de violência doméstica, dentre essas 6,7% possuíam menos de 18 anos de idade, 90,8% tinham entre 18 e 59 anos de idade, e 6,7% idosas. Numa interseção com a condição de ser mulher e liderança camponesas/indígenas no Brasil, acarreta-lhe o peso da luta, e somente entre 2015-2017 houveram 18 assassinatos desta natureza registrados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1– Assassinatos de mulheres camponesas, Brasil, 2015 – 2017

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Iranduba - AM	Com. Portelinha/Ramal Serra Baixa	12/08/2015	Maria das Dolores dos Santos S. Priante, "Dora	52	Liderança
Conceição do Araguaia - PA	Fazenda Estiva	17/02/2015	Samylla Leticia Souza Muniz	12	Sem - terra
Conceição do Araguaia - PA	Fazenda Estiva	17/02/2015	Leidiane Souza Soares	30	Sem - terra
Vitória do Xingu – PA	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	18/05/2015	Leidiane Drosdroski Machado	28	Atingida por barragem
Monte Negro - RO	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/11/2015	Terezinha Nunes Meciano	57	Liderança
Miranda do Norte – MA	Com. Quilombola Joaquim Maria	02/02/2016	Francisca das Chagas Silva	A	Sindicalista
Mato Castelhano – RS	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	16/05/2016	Giovana Deodoro	23	Índigena
Alto Paraíso – RO	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	13/09/2016	Edilene Mateus Porto, "Edilena"	32	Liderança
Buritis – RO	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/05/2016	Cleidiane Alves Teodoro	14	Sem - terra
Cujubim – RO	Sítio do Baianinho	06/07/2016	Adna Senhora Teixeira	A	Liderança

Porto Velho – RO	Acamp. Velha MutumParaná/Km 871/BR364/UHE Jirau e Sto. Antônio	07/01/2016	Nilce de Souza Magalhães "Nilcinha"	58	Liderança
Canutama - AL	Gleba C-1/Igarapé Araras	14/12/2017	Marinalva Silva Souza	37	Liderança
Amarante do Maranhão – MA	T. I. Governador	06/03/2017	Sônia Vicente Cacau Gavião, "Cry Capric"	A*	Indígena
Araporã – MG	Fazenda Piedade	01/03/2017	Silvone Gonçalves da Silva	45	Liderança
Castanhal – PA	Acampamento 1º de Janeiro	04/05/2017	Kátia Martins de Souza	43	Liderança
Itupiranga – PA	Projeto de Assentamento Uxi	25/07/2017	Maria da Lurdes Fernandes Silva	60	Assentada
Moju – PA	Com. Quilombola Santana do Baixo Jambua	23/06/2017	Maria Trindade da Silva Costa	68	Liderança Quilombola
Pau D Arco – PA	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	24/05/2017	Jane Júlia de Oliveira	A	Liderança

Fonte: Caderno de Conflitos – CPT, Tabela 15, 2015-2017. Sistematização: Laiany Santos, 2019. * A letra "A" significa informação não obtida.

Apesar de não haver notificação de caso dessa natureza em Sergipe, no referido estado, a Secretaria de Segurança Pública – SSP/SE registrou, somente no ano de 2017, 5.201 casos de violência contra as mulheres, em sua maioria por violência doméstica. Não há registros dos casos de ameaças que as mulheres sofrem (violência silenciosa), na condição de lutadoras, militantes, ou por serem mulheres com voz ativa nos seus espaços de reprodução social.

Muitas mulheres camponesas atuam com rebeldia, lutando contra as diferentes manifestações de opressão no campo. Elas vão construindo a liberdade cotidianamente, em meio às contradições nas quais estão inseridas.

A luta das mulheres camponesas é pelo direito a produzir, pelo direito ao território camponês e pela igualdade de gênero no interior dos seus espaços de reprodução e fora deles.

Reitera-se que a compreensão de mulher assumida nesse estudo envolve o conjunto das mulheres em sua heterogeneidade, entendendo mulher como categoria política que nos articula, e cuja história se confunde com a história das classes, enquanto perdurar a divisão sexual do trabalho, como observa Federici, para quem “mulher” é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres” (FEDERICI, 2004, p.21).

E, já que consideramos que a divisão sexual do trabalho está materializada nas relações sociais e de produção, demarcamos os movimentos de mulheres camponesas, como nosso objeto de estudo, suas ações e práticas espaciais, por considera-los ativos na luta por melhores condições de vida no campo. Como evidencia Teles ao afirmar que

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reinventam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história (1993, p.12).

A ação dos movimentos de mulheres será analisada como problemática de pesquisa: se há um feminismo camponês e qual a natureza desse movimento. A partir do recorte espacial que é o espaço agrário sergipano, da atuação das mulheres que constituem a base dos movimentos e sua inserção no processo de acompanhamento da política pública de Desenvolvimento Territorial Rural, por dentro do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento, estruturamos essa tese.

De acordo com Ramos Filho,

Sergipe, menor unidade da federação brasileira, é emblemático a este respeito. Com uma estrutura fundiária muito fragmentada com 81.729 imóveis (96,03% do total) ocupando apenas 982.624,54 hectares, o equivalente a 52,39% da área total declarada no INCRA no ano 2012 e apenas 74 megapropriedades (0,09% do total) que possuem o domínio de 136.891,54 hectares ou 7,3% da área (RAMOS FILHO; RAMOS, 2014), a pobreza constitui-se como uma situação sempre presente nos discursos e promessas de governo. Mas, nenhuma das propostas sinaliza para necessidade de superação do problema da fragmentação dos imóveis rurais e da desigualdade da sua distribuição. As soluções sempre residem no âmbito da integração com a agroindústria capitalista, realização de programas de transferência de renda e assistência social, assim como mercantilização e mercadorização da terra, como ação mitigadora da pobreza (2015, p.4).

Partimos da pesquisa participante (PP), visto que esta se situa entre as diversas práticas de investigação que primam pela presença do sujeito-pesquisador nas problematizações construídas em sua pesquisa, partindo do pressuposto que o pesquisador pode atuar, através das vivências e diálogos, na construção de problemas e soluções para o grupo social e território em questão (ITABORAHY, 2013).

Visto a condição de pertencimento a um movimento social de mulheres que também ansiou debater, fundamentar e questionar a condição feminista particular das mulheres do campo, desde onde estariam alicerçadas teoricamente, construindo assim na responsabilidade da práxis que busca a essência dos processos uma postura na compreensão de se conceber o fazer científico.

O exercício de ir (à prática) e voltar (à teoria) apresenta a possibilidades da construção de um relevante patamar de diálogo com maior apropriação das questões pesquisadas, que afasta a ideia de ciência neutra e rompe com o distanciamento entre o sujeito e o "objeto" da pesquisa, visto que, é a realidade material que direcionou para os próprios caminhos da pesquisa já que “não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência” (MARX, 1859, p. 339).

Num processo coletivo, em que o “processo investigativo deve estar baseado em um sistema de discussão, investigação e análise e os investigados formam parte do processo ao mesmo nível do investigador” (DEMO, 1982, p.83). A pesquisa teve como premissa acompanhar a situação real das mulheres.

Este estudo foi construído na perspectiva do materialismo histórico, dialético, por meio do qual a concepção materialista está pautada na materialidade de mundo em que todos os fenômenos, objetos e processos são materiais. Na busca pela produção do conhecimento que esteja ancorado numa leitura crítica de sociedade que tenha como base a compreensão que

A produção económica e a estrutura social que dela resulta necessariamente em cada época histórica constituem a base sobre a qual repousa a história política e intelectual dessa época... Portanto, toda a história da sociedade, desde a dissolução do regime primitivo da propriedade coletiva sobre o solo, têm sido uma história de lutas de classe, de lutas entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, segundo as diversas fases do progresso social... Agora, essa luta chegou a uma fase em que a classe explorada e oprimida (o

proletariado) já não se pode emancipar da classe que a explora e a oprime (a burguesia) sem emancipar, para sempre, a sociedade inteira da opressão, da exploração e da luta de classes (ENGELS, 1883, p. 9).

Para Lefebvre (1975) o conhecimento tem três características gerais, ele é prático, social e tem um caráter histórico, segundo ele “antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática. Tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas” (LEFEBVRE, 1975, p. 49).

Nossa interpretação da realidade levou em consideração o universal - particular - singular (LUKÁCS, 1967), que vão se constituindo como unidade em que um é o outro e, por sua vez, constituem o caminho para entender o mundo.

Desvendar a explicação da organização das mulheres camponesas exigiu perquirir bibliografias clássicas e recentes, cujas matrizes são adversas, em muitos casos inconciliáveis. Para tal necessidade recorre-se ao diálogo no primeiro capítulo *A escolha do caminho para reflexão: epistemologias do sul e o marxismo*, numa explícita tentativa de definição da direção de método para elucidar o objeto.

Discutem-se as Epistemologias do Sul, fundamentadas na análise interseccional que visam “dar voz” aos sujeitos. Uma abordagem que vem ganhando espaço na academia e no seio dos movimentos sociais e são defendidas como uma *terceira via* (HARDING, 1998, 2006 apud SANTOS, 2010). Para os ideólogos dessa abordagem, através dela é possível extrapolar as “epistemologias alternativas”, como o Marxismo. Aliás, as Epistemologias do Sul afirmam terem se desenvolvido em contraposição ao que chamam de história única, contada pelos “defensores da modernidade” ou marxistas.

Por sua vez, o marxismo, fundamentado no materialismo histórico dialético analisa a sociedade a partir do modo de produção capitalista, em que as narrativas dão ênfase às forças econômicas como preponderantes na explicação da realidade material, sendo as duas abordagens mais influentes nos movimentos de mulheres do/no campo.

Como afirmou Marx,

Os homens não atuam somente sobre a natureza, mas atuam também uns sobre os outros. Não podem produzir sem associar-se de um certo modo para atuar em comum e estabelecer um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações, e através destes vínculos e relações sociais, e só através deles, é como se relacionam com a natureza e como se efetua a produção". (1849, p. 429).

Nesse caminho optou-se por evidenciar as lutas das mulheres em Nossa América/Abya Yala. Entendendo que “Abya Yala se configura, por lo tanto, como parte de un proceso de construcción político identitario” (PORTO-GONÇALVES, 2009, s/n). Nesse viés, considera-se que o próprio nome do continente já expressa dominação, sendo ele uma homenagem ao dito descobridor dos povos que aqui habitavam, Américo Vespúcio. O ato nominalista não é inocente, “[...] mas um postulado jurídico de posse” (SUBIRATS, 2006, p. 122), definir a palavra própria para designar algo permite apropriá-lo, portanto durante todo caminho da nossa pesquisa traremos o termo Nossa América/Abya Yala² com o intuito de estar realizando uma demarcação política.

O segundo capítulo, *Sempre houve mulheres*, optamos por descortinar o campo de atuação do movimento feminista que ganhou visibilidade desde as últimas décadas do século XX, se fortalecendo no espaço público e no âmbito acadêmico, no contexto do pós 1980, quando afloram as várias correntes do feminismo, e questiona-se se a existência dessa diversidade de correntes feministas, com pautas muitas vezes diversas, está ancorada na luta anticolonialista ou se sua objetivação é por igualdade dentro do sistema capitalista.

No capítulo terceiro *O protagonismo se faz pelo conhecimento e pela política*, apresenta-se como o sistema capitalista-patriarcal-racista reitera o controle sobre as mulheres e a terra como uma forma de domar aquilo que pode romper o sistema. Nesse sistema se reafirma a incapacidade da mulher enquanto sujeita, capaz de decidir sobre si mesma e ter autonomia. Assim pode-se discutir a produção de conhecimento desde as mulheres e como o sistema o nega, a fim de apropriar-se para ampliação da acumulação de riqueza. As mulheres se organizam, inclusive na produção, tendo como pauta unificadora, a agroecologia, e constroem espacialidades que demarcam suas demandas. O Estado, por sua vez, ao mesmo tempo em que as exclui, as inclui por meio das focopolíticas para atendê-las. Estas, que as mulheres camponesas procuram se apropriar e em sua dinâmica, por meio delas, buscar alguma melhoria na qualidade de vida.

² *Abya Yala* es el nombre kuna que, en especial en América del Sur, es utilizado por los y las dirigentes y comunicadores indígenas para definir al sur y norte del continente, siendo América un nombre colonial con el que no quieren identificar su territorio común. El pueblo Kuna, quien vive en los archipiélagos de Panamá y en el Darién, habla una lengua del grupo chibchense y puede visualizar desde su precisa geografía en la cintura del continente, tanto el sur como el norte de América, siendo quizá por ello el único que le ha dado un nombre común (CELENTANI, 2014, p.23). Nossa América (MARTÍ, 1891).

É nesse cenário de disputa por acesso às políticas públicas que optamos pela metodologia de acompanhamento do desenvolvimento do trabalho das mulheres junto ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo. – NEDET/Sergipe. O NEDET é um Núcleo de extensão construído a partir de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade Federal de Sergipe, o Instituto federal de Sergipe e a Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária, e foi aprovado em Edital CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 e Encomenda CNPq/MDA 2013, com o propósito de fomentar e estimular o desenvolvimento territorial a partir dos gestores locais e sociedade civil. Esse Núcleo reúne uma equipe multidisciplinar de investigadores/as envolvidos com a questão agrária e atua nos quatro territórios da Cidadania desde o ano de 2015.

A experiência realizada em parceria com o NEDET será apresentada no quarto capítulo ***Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher***. Para esse capítulo, nos fundamentamos nas práticas dos grupos de mulheres realizadas durante os anos de 2015 a 2017. Nos diferentes espaços de discussão dos quais participaram as mulheres camponesas envolvidas nos 105 grupos organizados no campo sergipano, acompanhamos e corroboramos com o debate construído. Nossa participação ora foi mais atuante em oficinas, ora nos reservamos à observação do debate e das ações. Nesse capítulo, refletiremos sobre o conjunto dessas ações e das formas e estratégias de participação das mulheres nas atividades organizadas pelos próprios movimentos aos quais elas estão inseridas. A partir desse recorte analisaremos a atuação do movimento de mulheres no campo na luta por participação, autonomia ou se é por emancipação, à luz do debate sobre o feminismo.

Nas considerações finais intitulada ***Feminismo camponês: a ousadia de seguir resistindo e re-existindo diante da estrutura opressora do capital***, faz-se uma reflexão sobre as pautas e ações dos movimentos de mulheres e contribui para o desdobramento da realidade das lutas das mulheres camponesas que diante de uma conjuntura de ofensiva em que suas pautas são “inviáveis” ao sistema capitalista-patriarcal-racista, visto que remete-se ao risco de romper com sua estrutura, os movimentos de mulheres e movimentos feministas ganham força e projeção.

E como as mulheres organizadas nos grupos de mulheres camponesas rememoram, “as mulheres são como as águas, crescem quando se juntam”, convidamos todos para um mergulho nessas águas para apreender um pouco sobre nós mesmas e

fortalecer essa luta que é de todas e todos, pois como disse Mello “os que virão, serão povo, e saber serão, lutando”³.

³ Poesia de Thiago de Mello, Para os que Virão. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/277547-1>, acessado em 10 de fevereiro de 2019.

1. A ESCOLHA DO CAMINHO PARA REFLEXÃO: EPISTEMOLOGIAS DO SUL E O MARXISMO

Perscrutar pelo desafio de explicação da organização das mulheres camponesas exigiu perquirir bibliografias clássicas e recentes, cujas matrizes são adversas, em muitos casos inconciliáveis.

O exercício da elaboração teórica não é neutro, remete aos caminhos traçados, vividos, que definem o olhar para o mundo ou o método que vai revelar quais as lentes que permitem ver a realidade com maior foco e nitidez. Por isso, será realizado aqui um diálogo com as Epistemologias do Sul⁴ e o Marxismo, numa explícita tentativa de definição do caminho para elucidar o objeto.

Dentre as Epistemologias do Sul apresentam-se o Pós-colonialismo, principalmente de língua inglesa, que tem como principais pensadores, Edward Said (1983), Homi Bhabha (1998) e Gayatri Spivak (2010); além do pensamento Descolonial, proveniente da Nossa América/Abya Yala, tendo como principais pensadores Walter D. Mignolo (2007), Aníbal Quijano (2002; 2005) e Santiago Castro-Gómez (2005).

Essas teorias buscam, através da metodologia de narrativas, dar voz aos subalternizados - povos silenciados na história contada a partir dos dominantes - e apoiam-se na ideia de reestruturação das relações, quando os subalternos contam a história por si e de formas diferenciadas apresentam o “*blind spot*”⁵ (SPIVAK, 1998) tanto em Marx quanto em Foucault. Essa expressão indica que os autores pós-coloniais estariam apresentando as “falhas” de análise que não tinham sido vistas pelos outros métodos, como por exemplo, a herança marxista.

As Epistemologias do Sul tem a interseccionalidade como perspectiva analítica para delinear a complexidade das relações de poder, entrecruzando as questões de classe, gênero e raça/etnia como marcadores de opressão, que expressam assimetrias de poder em função de eixos de subordinação, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe (PEREIRA, 2016).

Tais arcabouços são defendidos como uma *terceira via* (HARDING, 1998, 2006 apud SANTOS, 2010) que extrapola as “epistemologias alternativas”, como o

⁴ Ainda que as teorias aqui adotadas pertençam a lugares geográficos distintos, dialogam a partir de lugares epistemológicos próximos, ou seja, lugares aproximados por terem sido subalternizados pela Modernidade/colonialidade hegemônica (MIGNOLO, 2007).

⁵ Tradução: Ponto cego.

Marxismo. Esse último, fundamentado no materialismo histórico dialético, analisa a sociedade a partir do modo de produção capitalista, em que as análises dão ênfase às forças econômicas como preponderantes na explicação da realidade.

1.1 - PENSAMENTO DESCOLONIAL

Segundo Mignolo (2007), o termo descolonização/descolonialidade começou a ser empregado na Guerra Fria em dois sentidos, um entendido como revolução ou independência e outro epistêmico. Para este autor, no contexto da Guerra Fria a descolonização “significaba enviar las elites metropolitanas a sus países de origen y tomar las riendas de los gobiernos locales” (MIGNOLO, 2007, p.1). Assim,

Los movimientos de descolonización fueron paulatinamente desplazados, al final del siglo XX, por la contra-revolución neo-liberal, también conocida como “globalización”. Los procesos descolonizadores retomaron su rumbo y energía en Bolivia, con la elección de Evo Morales al gobierno. Sin embargo, tanto en Bolivia como en Ecuador y también en algunos sectores de la intelectualidad Venezolana, el contexto de uso del término “descolonización” se ha modificado (MIGNOLO, 2007a, p.1).

No sentido epistêmico, o autor usa o conceito descolonização/descolonialidade proveniente do artigo de Aníbal Quijano (escrito em 2005), que:

Mostró que el concepto de modernidad es solo la mitad de la historia, e introdujo el concepto de colonialidad como su lado oscuro, pero inseparable. Esto es, iluminó el hecho de que no hay modernidad sin colonialidad (MIGNOLO, 2007a, p.1).

Para ele, a colonialidade é considerada como processo dual (e não dialético como veremos a seguir). Apesar das críticas à dualidade da modernidade, era preciso então analisar esse “outro” lado. Segundo Mignolo (2007b, p. 17) “las perspectivas de la colonialidad, sin embargo, surgen de la «herida colonial», el sentimiento de inferioridad impuesto en los seres humanos que no encajan en el modelo predeterminado por los relatos euroamericanos.

Mignolo (2007a) apresenta ainda como diversos pensadores contribuíram para o debate, como o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, o qual propôs em meados

dos anos 1970, que era preciso descolonizar as ciências sociais. Ele realizava, a partir da metodologia de pesquisa-ação, atividades com trabalhadores, camponeses e indígenas; sendo considerado um educador popular e afirmando a necessidade de articular a compreensão histórica às práticas organizativas locais e nacionais, no contexto das lutas de classe.

A metodologia de pesquisa-ação é também recorrente aos estudos marxistas fundamentados na práxis e da leitura calcada na relação universal - particular - singular (LUKÁCS, 1967). Por sua vez, a pesquisa-ação como proposição dos estudos pós-coloniais parte de análises de práticas de grupos sociais locais, e ainda que mostrem suas relações com o contexto mundial, o anseio é o reconhecimento cultural e da sua viabilidade apesar do modo hegemônico de produção. A centralidade não é da luta pela ruptura do modo de produção, mas a de apresentar uma realidade decolonial em oposição-resistência à colonialidade. Aqui, nos interessa compreender que para os precursores dessas epistemologias, a narrativa da colonização realizada pelo marxismo não valoriza essas existências, por isso, nega-as. Para eles, o marxismo trata de uma história universal do capitalismo como se fosse única, sem considerar a história dos povos subalternos, como ela se expressa na materialidade e suas subjetividades.

Na leitura de Mignolo (Ibid), essas práticas locais são a própria história da descolonialidade. O autor apresenta também o filósofo Marroquí Abdelkebir-Khatibi, que ao final dos anos 1970, propôs a “descolonización epistémico-filosófica como paradigma de co-existencia frente y junto a la desconstrucción”, entendida como

Mientras la desconstrucción proponía y propone una crítica eurocentrica del eurocentrismo, Khatibi habitaba y habita otro espacio, el espacio de las fronteras entre el Islam y la Cristiandad (de ello hablo en Historias Locales/Diseños Globales). Su noción de “doble crítica” como método de descolonialidad se desengancha de la totalidad eurocentrada y atrapada en los legados categoriales del griego y del latin. Khatibi habita y piensa en la frontera entre, por una parte, la filosofía islámica y la lengua árabe y, por otro, la filosofía y las lenguas del occidente greco-latino, cristiano y secular (MIGNOLO, 2007a, p.1).

Segundo o autor, o conceito de descolonização foi uma “opção necessária” para os intelectuais do “terceiro mundo” frente “a las tendencias imperiales del marxismo y de la teología liberadora” (IBID) e cita outros intelectuais e ativistas dos

anos 1980 e 1990 que seguem essa vertente, como Ashis Nandy (2015)⁶ y Vandana Shiva (2003)⁷.

A base do pensamento descolonial é uma oposição à modernidade, entendendo-a como momento histórico pós colonização. Para essa teoria, a modernidade constituiu novas configurações espaciais e no bojo do seu discurso, a transformação do modo de produção e a destituição do modo de produção anterior trouxeram à tona dois importantes processos: o liberalismo econômico e o individualismo político.

Portanto, não há como discutir modernidade sem falar da colonialidade e vice versa, visto que: “a 'modernidade' é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas, enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado sombrio, a 'colonialidade’” (MIGNOLO, 2011, p.2). Para esse autor:

Se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados (MIGNOLO, 2011, p.2).

Nesse caminho Lander (2007) entende que a narrativa do par colonização-modernidade realizada pelo pensamento marxista é eurocentrista. Para ele

O marxismo, na medida em que assume uma filosofia da história, constrói um metarrelato de *História Universal* nitidamente eurocentrico. A sucessão histórica de modos de produção (sociedade sem classes, sociedade escravista, sociedade feudal, sociedade capitalista, sociedade socialista) postula uma versão da *História Universal*, a partir de sua interpretação da história paroquial europeia (LANDER, 2007, p.18).

Nota-se que a globalização tem duas narrativas: a da modernidade, afirmada pelos colonizadores europeus que a apresentam enquanto conquista de mundo; e a da lógica da colonialidade. Essa afirmação é um debate descolonial, uma vez que

⁶ NANDY, Ashis. **A imaginação emancipatória: desafios do século 21**. 1937, Organização: Lucia Rabello de Castro, tradução Joanes de Kengt. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2015.

⁷ SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gala, 2003. Trad. Dinah de Abreu Azevedo.

reconhece que existe esse outro lado, e também constrói suas próprias narrativas. Nesse debate, Segato complementa com os impactos da colonialidade no mundo não europeu:

O polo modernizador da República, herdeira direta da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita autonomias, irrompe na vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com a outra introduz os princípios do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista (SEGATO 2012, p.11).

Diante de tais reflexões, é possível perceber que o pensamento descolonial afirma-se descortinador da história e é “nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2011, p.6).

Dussel (2001), fala de transmodernidade como um projeto que se propõe a transcender a versão eurocêntrica da modernidade, que em vez de ser considerada única, centrada na Europa e imposta ao resto do mundo, apresenta respostas críticas descoloniais partindo da cultura e dos lugares subalternos dos povos colonizados do mundo.

Na interpretação que Walter Mignolo faz de Dussel, a transmodernidade seria equivalente à “diversalidade enquanto projecto universal”, que é o resultado do “pensamento crítico de fronteira” enquanto intervenção epistêmica dos diversos subalternos (Mignolo, 2000). As epistemologias subalternas poderiam fornecer, segundo a redefinição do conceito do pensador caribenho Edward Glissant por Walter Mignolo (2000), uma “diversalidade” de respostas para os problemas da modernidade, conduzindo à “transmodernidade” (GROSFOGUEL, 2008, p.39).

O uso dos termos decolonialidade e descolonialidade, apesar de expressarem diferentes conceitos, têm objetivos de questionamento e oposição à lógica imperial, propondo olhar para o passado - o que foi construído e o que foi destituído - para dar, de algum modo, legitimidade epistêmica e histórica a uma realidade que não pode ser explicada de forma linear.

Assim, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) problematizam a questão da colonialidade através do que chamaram de “giro-decolonial”, que visava apresentar desde um *locus* latino-americano as diferentes histórias, memórias e culturas que

havia sido “esquecidas” ou mesmo, pela necessidade da dominação colonial, sobrepostas e desacreditadas.

Espinosa-Miñoso (2014, p.8), compreende como giro de(s)colonial “desde donde se lleva a cabo un análisis de la modernidad occidental como producto del proceso de conquista y colonización de América y sus implicaciones para la gente de los pueblos colonizados”. O conceito decolonial implica não somente no termo, mas na essência. Sua abordagem é uma contraposição à colonialidade, como explica Walsh:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento —una postura y actitud continua— de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas (2009: 14-15).

A de(s)colonialidade ajuda a perceber um conjunto de palavras "naturalizadas" (incorporadas nos discursos e práticas) que afirmam a condição de colonialidade. Portanto, para os pensadores dessa vertente, romper com algumas palavras significa romper com conceitos, construindo um vocabulário que de fato dignifique a teoria e prática contextualizadas, o que significa uma gramática de(s)colonial. Essa demarcação torna-se relevante à medida que as palavras expressam sempre concepções de mundo.

A semântica das palavras tem consequências muito relevantes (SUÁREZ, 2011), e “está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1999, p. 95). Assim, as palavras ganham qualidade de conceitos, que podem ser compreendidos e desvelados a partir do momento em que se inserem no contexto histórico/social.

Para Suárez (2011, p.1) “la *desobediencia epistémica* es un medio, la descolonialidad un fin, y la gramática de la descolonialidad son las armas o herramientas que ayudarán a combatir para la aplicación de este fin”. As palavras também são construções de poder e nesse sentido, Quijano (2002) demonstrou que a colonialidade do poder diz respeito às relações de dominação, exploração e conflito.

Espinosa-Miñoso (2014, p.7) afirma que “las feministas descoloniales recuperamos las críticas que se han realizado al pensamiento feminista clásico desde el

pensamiento producido por voces marginales y subalternas de las mujeres y del feminismo”. A proposta do feminismo de(s)colonial além dessa estrutura epistêmica é também

Avanzar en la producción de nuevas interpretaciones que expliquen la actuación del poder desde posiciones que asumen un punto de vista subalterno, constituye un aporte fundamental a la producción de nuevas epistemologías y marcos teóricos conceptuales que confrontan el andamiaje de producción de verdad hegemónico impuesto por Europa, y posteriormente por Estados Unidos (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.8).

Esta linha de pensamento corrobora com Bairros ao afirmar que “el punto de vista de “las mujeres” no puede nunca ser pensando ni tratado desde la presunción de “una identidad única”, pues la experiencia de ser mujer se dá de forma social e históricamente determinada” (BAIRROS, 1995, In: ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.10).

Para essa corrente teórica, o *blind spot* do marxismo se deu devido à permanência de uma visão “teleológica e eurocêntrica” da história, incapaz de ver o colonialismo como elemento essencialmente componente da modernidade, já que Marx analisou a divisão internacional do trabalho a partir do seu contexto histórico Alemanha e França, o que para Castro-Gómez (2005) não o permitiu considerar sequer a possibilidade de que a Nossa América/Abya Yala pudesse ser candidata ao agenciamento no processo revolucionário mundial.

1.2 - O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL

Os estudos pós-coloniais emergem, de acordo com Pezzodipane (2013), a partir dos anos 1980. Essa década é marcada por processos históricos de transformação do pensamento, assim como rupturas materiais, como a crise estrutural e seus efeitos, a crise do petróleo e seus efeitos, a queda do muro de Berlim (como processos conectados), que impactaram na lógica da sociedade industrial, estabelecendo profundas transformações sociais e dando subsídios ao conservadorismo que teve como marco o “ideário neoliberal – criaram as condições necessárias, contando com a rápida absorção e conversão em novas tecnologias da revolução científica que estava em curso desde os anos 1960” (NETTO, 2010, p.257-258).

Na Nossa América/Abya Yala há enfraquecimento de ditaduras com a derrota da Argentina na guerra das Malvinas, o movimento de Diretas Já no Brasil e um alavancar no debate da negação das metanarrativas, sobretudo a marxista expressa no livro de J.F. Lyotard, *A condição pós-moderna*, de 1979, associada ao contexto de “crise do movimento sindical, a falência do “socialismo real” e o colapso da maioria dos partidos comunistas” (NETTO, 2010, p.258). Esse ambiente trouxe para dentro das universidades a necessidade de incluir “o outro lado da história”, ou seja, o próprio pós-colonialismo entrava em evidência.

O “argumento central e consensual dos estudos pós-coloniais, assim como a sua maior contribuição é, sem dúvida, a ruptura com a história única, sustentada pelas metanarrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização” (PEZZODIPANE, 2013, p. 88). Estas são influenciadas pelos Estudos Culturais, baseados nos “*subalternity studies*”, que concentram boa parte da produção reflexiva de discussão da luta e emancipação dos povos a partir da Índia, África e Caribe. De acordo com os precursores desse pensamento, só assim chamados de Estudos Subalternos porque produzem suas reflexões a partir do marginalizado, com vista a repensar a historiografia a partir da desconstrução da visão elitista produzida pelo colonizador, focando inicialmente na Índia. Há uma concentração focal na literatura escrita durante e após a ocupação colonial, como mostram Neves e Almeida

Essas obras literárias utilizadas pelos estudos Pós-coloniais foram produzidas por autores que atuavam nas regiões que foram colonizadas, como a Índia, Ásia, África, Caribe e América, sejam na condição de defensores das metrópoles e suas representações ou mesmo na condição de defensores dos colonizados e de suas expressões culturais. Analisam os efeitos políticos, sociais e principalmente os efeitos identitários que os países colonizados sofreram mediante o processo de colonização e descolonização. Através da literatura, narram e problematizam ainda que ficcionalmente os aspectos culturais herdados da cultura colonizadora, e a partir dessa percepção, as narrativas pós-coloniais vislumbram a construção de novos valores para se pensar a identidade do colonizado, minimizando as influências das nações imperialistas (2012, p.124-125).

A fundamentação dos estudos pós-coloniais é a necessidade de romper com uma visão etnocêntrica, na qual o Ocidente (Europa) representa a civilização e todos os demais representam o não civilizado. Rejeita-se a explicação do Outro a partir de categorias binárias, como aparece na obra de Said (2003), intitulada, *Orientalismo*: “o

Oriente como invenção do Ocidente”, que tem como anseio revelar a concepção de Oriente como, antes de categoria geográfica, uma invenção cultural e política ocidental que engloba as civilizações a leste da Europa, perpassando os séculos XIX e XX marcados pelo imperialismo ocidental (inglês, francês e norte-americano) na sociedade islâmica do Oriente Médio e próximo. Em *Cultura e Imperialismo* (2005), o autor buscou descrever, de modo geral, as relações entre ‘Ocidente metropolitano’ e os ‘territórios ultramarinos’ a partir da leitura cultural, que toma como foco o movimento de descolonização no Terceiro Mundo com as resistências culturais e armadas em locais específicos. O livro afirma a complexidade das lutas do mundo colonial que perpassam “ideias, formas, imagens e representações” (SAID, 2005, p.38).

Segundo Castro-Gómez (2005) há um “*blind spot*”, ou como o autor chama, “punto ciego” em Marx, por não considerar o desenvolvimento do capitalismo em sociedades não europeias, pois quando se referia ao caráter da burguesia⁸ como cosmopolita, à produção e ao consumo de todos os países, parecia se referir à ação da burguesia europeia, “particularmente de la burguesía británica que, gracias a su control del comercio internacional, logró establecer núcleos de producción capitalista en las colonias de ultramar” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.15).

Castro-Gómez também justifica a escolha de Marx em não se ocupar dos estudos do capitalismo na América Latina devido o veredito de Hegel sobre o “lugar desta na história”, como afirma

Marx jamás se ocupó de estudiar el desarrollo del capitalismo en América Latina. La razón para esta significativa ausencia de la «cuestión latinoamericana» en la obra de Marx parece ser la influencia que ejerció sobre su pensamiento el famoso «veredicto de Hegel» sobre América (Aricó 1980:97-99; Zea 1988:225-236). En sus Lecciones sobre la filosofía de la historia universal Hegel consideró que América Latina se encontraba todavía «fuera de la historia» por no haber desarrollado unas instituciones políticas y un pensamiento filosófico que le permitieran insertarse en el movimiento progresivo hacia la libertad, característico de la «Historia Universal» (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.15).

Para Castro-Gómez (2005, p.17) Marx entendia o colonialismo como um efeito colateral da expansão europeia, interessando as “análisis de la lucha de clases,

⁸ Texto extraído do livro *la poscolonialidad explicada a los niños* de Castro-Gómez (2005), «la burguesía ha dado un carácter cosmopolita a la producción y al consumo de todos los países» (Marx y Engels 1983:31)

ignorando cualquier otro tipo de luchas de menor dignidad por considerarlas desfasadas con respecto al «cauce de la Historia Universal», como los conflictos de tipo étnico”. Para esse autor, os escritos de Marx construíram um olhar para as regiões colonizadas, como sendo áreas dependentes e não capitalistas. Tratava-se de áreas de controle de latifundistas que exerciam poder sobre os povos, e não de burguesias, o que as tornava sem interesse para Marx. Valiente, analisando a obra de Castro Gómez comenta que:

en Marx y para las sociedades modernas europeas, las sociedades coloniales eran consideradas como sociedades no capitalistas, dependientes y colonizadas. Como señala Castro-Gómez, Marx no se ocupó de ellas porque en ellas no había emergido la burguesía. Por tal razón, Marx no se ocupó de estudiar el desarrollo del capitalismo en América Latina porque se trataba de sociedades semif feudales gobernadas por latifundistas que ejercían su poder despótico sobre las masas carentes de organización (VALIENTE, 2014, p.2).

Essa perspectiva de Marx, de acordo com Castro Gómez (1983), nega a importância das culturas dos povos subalternizados, suas lutas e estratégias próprias de organização, uma vez que não as estudou, já que eram apêndices da Europa, somente lhe interessando como locais da exploração europeia.

Ainda no que tange à defesa da importância desta proposta pós-colonial, Bhabha afirma que:

As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade. Para adaptar Jurgen Habermas ao nosso propósito, podemos também argumentar que o projeto pós-colonial, no nível teórico mais geral, procura explorar aquelas patologias sociais – ‘perda de sentido, condições de anomia’ – que já não simplesmente ‘se aglutinam à volta do antagonismo de classe, [mas sim] fragmentam-se em contingências históricas amplamente dispersas (1998, p.239).

Assim, o conceito de contingência passou a ser valorizado nos estudos pós-coloniais para fundamentar sua crítica às teorias totalizantes, como propõe Bhabha

(1998) através de um afastamento do conceito de cultura como totalidade, entendendo-o como arcaico e propondo que:

A cultura precisa ser vista como a produção desigual e incompleta de significação e valores, muitas vezes resultantes de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato de sobrevivência cultural [...] No pós-colonial, a cultura é transnacional e tradutória” (1998, p.239).

Bhabha faz uma análise holística em que sugere mudança na leitura do conceito de cultura como epistemologia, para cultura como “lugar enunciativo”. Segundo ele, isso resultaria na transformação do “outro objetificado” em “sujeitos de sua história e experiência.” (1998, p.248), dando as possibilidades de abarcar a diversidade de articulações e desdobramentos.

Portanto, Bhabha (2012) entende que o pós-colonialismo é necessário para mostrar a experiência completa da descolonização. Mesmo abordando essa “completude” dos povos silenciados de forma isolada do contexto internacional, inclusive europeu, o autor mostra fragmentariamente esses processos, ditos emancipatórios a partir da voz dos subalternos.

A indiana Spivak (2010⁹, p.20) questiona “como o sujeito de terceiro mundo é representado no discurso ocidental” e realiza uma crítica, compreendida como violência, à representação do ser colonizado como um corpo homogêneo que não possui voz ativa, e só se expressa através dos intelectuais que constroem sua identidade. Defende a relação entre o desejo e o poder e questiona o conceito de ideologia como falsa consciência. A autora utiliza-se de Reich para afirmar: “devemos aceitar o grito de Reich: não, as massas não foram enganadas; em um momento específico, elas realmente desejaram um regime fascista” (2010, p.28).

A autora realiza uma crítica a Deleuze, apresentando o ponto-cego “desqualificante” na defesa da “ação da teoria e a ação da prática, que se relacionam entre si e formam redes” (Deleuze, 1980, apud Spivak, 2010, p.31). Para ela, “a produção da teoria é também uma prática; a oposição entre teoria abstrata “pura” e prática concreta “aplicada” é um tanto apressada e descuidada”, pois para ela o teórico não “fala por”. (Ibid)

⁹ “Pode o subalterno falar?”. Texto original publicado 1985, que foi lançado no Brasil em 2010.

Nesse caminho, também faz uma crítica ao conceito de classe formulado por Marx, pois segundo a autora o contexto que ele discute de 1870 na França não é pertinente para analisar a periferia internacional.

A formação de uma classe é *artificial* e econômica, e o agenciamento econômico ou o *interesse* é impessoal porque é sistemático e heterogêneo [...] pois marca o lugar vazio do sujeito nesse processo sem sujeito que é a história e a economia política (SPIVAK, 2010, p.31)

Em sua interpretação, na visão de Marx o capitalista é definido como “portador consciente do movimento ilimitado do capital” (SPIVAK, 2010, p.42). Continua afirmando que em Marx, a ideia de consciência de classe não opera com o objetivo de criar um sujeito indivisível no qual o desejo e o interesse coincidem, e sim constrói um modelo de sujeito dividido e deslocado. Entende que “a relação entre o capitalismo global (exploração econômica) e as alianças dos estados-nação (dominação geopolítica) é tão macrológica que não pode ser responsável pela textura micrológica do poder” (SPIVAK, 2010, p.42). Assim,

Os oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo (SPIVAK, 2010, p.44).

Esse argumento que se constitui pilar de sustentação da teoria pós-colonial defende a ideia de “falar por si” como uma dimensão da *desobediência epistêmica*. Essa perspectiva apresenta sua própria condição de querer dar voz ao sujeito. Como observa Spivak (2010, p. 44), o que se vislumbra é o “sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna”.

A perspectiva pós-colonial abre caminho para a emergência de um conjunto de movimentos que ganham relevo nesse cenário de quebra de metanarrativas. São os movimentos de mão única, como observa Mészáros (2010).

Recorremos a Mészáros (2010) por ser um pensador marxista de grande relevância, que nesse início de século ajuda a entender que não é tempo de reformas. Segundo ele, é tempo de entender que as crises eclodirão ininterruptamente e apagarão partes significativas da sociedade insistindo nesse modo de produção. Para esse autor,

os reformismos sindicalistas, nacionalistas, feministas, ecologistas ou antirracistas, com suas reivindicações justas, se não se pautarem na luta política, que é a luta de classe, para derrotar o capitalismo, perderão cedo ou tarde a possibilidade histórica de transformar a sociedade do capital, “já que renunciar à política é demitir-se da luta pelo poder”¹⁰. Aqueles que renunciam abraçam uma prática de reformas do capitalismo.

O debate sobre o feminismo assume uma variedade de recortes teórico-metodológicos, como observa Heleiet Saffioti na sua obra clássica no Brasil *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, produzida entre os anos de 1966 e 1967. Para a autora, “em nenhum país do mundo pode-se falar de feminismo no singular”, já que

nas democracias liberal-burguesas, os enfoques da problemática feminina refletem não apenas posições de classe muito específicas. Múltiplas taxionomias de abordagens da questão da mulher podem ser construídas, dependendo da perspectiva teórico-metodológica assumida. (SAFFIOTI, 1987, p. 105).

Saffioti observa então uma diversidade de perspectivas dentro do feminismo, como o cerne da problemática de gênero que afeta ao conjunto das mulheres, mas obviamente não da mesma forma. Diante da perspectiva marxista que guia esse estudo, é possível entender e visualizar essa pluralidade de visões, entretanto, adotamos o olhar de Saffioti, que chama atenção para um feminismo atravessado por um viés de classe e de etnia. Complementando essa ideia, Bahri chama atenção pois

O tema do feminismo e/no pós-colonialismo está totalmente ligado ao projeto de pós-colonialidade literária e suas relações com a leitura crítica e a interpretação de textos coloniais e pós-coloniais. Uma perspectiva feminista pós-colonial exige que se aprenda a ler representações literárias de mulheres levando em conta tanto o sujeito quanto o meio de representação. Exige também um letramento crítico geral, isto é, a capacidade de ler o mundo (especificamente, nesse contexto, as relações de gênero) com um olhar crítico (2013, p.659).

O feminismo pós-colonial, que emerge no contexto dos Estudos Culturais, tendo como principal referência Spivak em seu livro “Can the Subaltern Speak?” (“Pode o subalterno falar?”), publicado em 1985, se aproxima muito do descolonial e ambos serão expostos no decorrer desse estudo. Por ora destaca-se na teoria pós-colonial a

¹⁰ ARCARY, Valério. István Mészáros: um marxismo para as revoluções do século XXI. In: Blog da Boitempo, Publicado em 01/11/2017, por ocasião da morte de Istvan Mészáros.

dimensão “epistemológica” ligada à produção de discursos (CASTRO-GÓMEZ, 2005), com a necessidade de considerar sua “versão” latino-americana que também perpassa o movimento de confronto com a modernidade e de aproximação/confronto com o marxismo.

1.3 - O DESAFIO DE COMPREENSÃO PELA VIA DO MARXISMO

*A injustiça avança hoje a passo firme;
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são
Nenhuma voz além da dos que mandam
E em todos os mercados proclama a exploração;
isto é apenas o meu começo.
Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.
Quem ainda está vivo não diga: nunca
O que é seguro não é seguro
As coisas não continuarão a ser como são
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados
Quem pois ousa dizer: nunca
De quem depende que a opressão prossiga? De nós
De quem depende que ela acabe? Também de nós
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha
E nunca será: ainda hoje
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de
amanhã.
(Elogio da dialética - Bertolt Brecht).*

O marxismo surgiu em contraposição ao liberalismo e ao idealismo, que pautavam as análises do modo de produção capitalista, na perspectiva de servir como base para uma revolução proletária. Criou um arcabouço teórico e metodológico que baseia uma leitura da realidade além do seu tempo, promovendo um salto nos métodos que perpassavam a conjuntura de sua elaboração. Propondo a transformação da sociedade a partir do rompimento da estrutura da sociedade capitalista pela raiz, instiga uma revolução que contrapõe classes antagônicas.

Uma revolução (como o método propõe) é diferente de uma evolução, como um estágio “natural” da condição humana. A evolução representa mudanças no objeto sem afetar sua estrutura essencial. A revolução afeta os traços essenciais da formação social, que se transforma numa formação material diferente – e, portanto, com uma nova

qualidade - interrompendo o processo gradual de desenvolvimento, uma vez que sem a mudança radical torna-se impossível realizar processos emancipatórios reais.

O marxismo construiu o materialismo histórico e dialético¹¹, como método, cujo propósito é desvelar a essência da “coisa em si”. Marx representou a voz da sociedade que se opunha às monarquias no século XIX e às contradições primeiras das formas capitalísticas de exploração. Acreditava numa transformação social que garantisse o bem-estar comum da sociedade.

Em ‘O Capital’, nos volumes de I a IV¹², Marx & Engels reúnem documentação para "revelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna" (Karl Marx, Prefácio ao Volume I) a partir do entendimento do funcionamento do capitalismo como um todo. Para ambos, o fundamento de toda sociedade são as relações de produção. No capitalismo, as relações de produção são predominantemente distintas dos modos de produção anteriores. Os meios de produção aparecem separados dos produtores diretos; a propriedade privada é hegemônica e controla o trabalho, tornando-o uma mercadoria vendida e explorada conforme a dinâmica da acumulação; a natureza é transformada e submetida pelo trabalho (trabalho vivo) e pela técnica (trabalho morto) ao domínio do capital.

O marxismo analisa o capitalismo como um modo de produção que sofrerá transformações orientadas pelas contradições próprias do sistema, sendo que essas contradições levam-no inevitavelmente à sua destruição.

O propósito do pensamento marxista (o conjunto do pensamento elaborado a partir dos princípios marxianos) é entender e explicar o capitalismo como uma sociedade historicamente construída, diferente das formas anteriores de sociedade, específica, condicionada pela produção de mercadorias e de extração de trabalho excedente não pago ao trabalhador, o que garante a acumulação de capital nas mãos dos detentores dos meios de produção.

Portanto, ressalta-se a condição do capital como relação social complexa, pois se realiza e se expressa por meio do capital dinheiro, do capital produtivo e do capital mercadoria. Num processo sócio metabólico de relação entre os homens e com a natureza, mediado pelo trabalho. Na sociedade capitalista, essa relação se dá considerando que as pessoas se relacionam apenas na circulação de mercadorias, o

¹¹ LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; LOWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹² Os volumes de II a IV foram editados com o apoio de Engels e Karl Kautsky.

trabalho e os meios de produção são propriedade privada de classes diferentes, obrigando o trabalhador a vender sua força de trabalho, ou no caso do campesinato a inserir-se na circulação de mercadorias ainda que sua produção seja realizada sob a base do valor de uso, numa relação não capitalista. A relação social de troca entre pessoas das classes diferentes é condição para a combinação dos elementos de produção.

Nesse interim, quando os trabalhadores do mundo tomam consciência dessa extração de valor, conduzem um processo revolucionário e a luta de classes se torna o motor da história responsável pela instituição de uma sociedade sem classes. Esse objetivo máximo do pensamento marxista, simplificado, aparece como revolucionário, à medida que apresenta a sociedade num constante vir a ser, em movimento, sendo produzida pelos homens e mostrando a capacidade desses, a se transformarem em uma sociedade autorregulada, como fase posterior ao socialismo de Estado.

A explicação da maneira como o modo de produção capitalista se desenvolve, é realizada por Marx & Engels por meio do método de interpretação da realidade, o materialismo histórico e dialético. Metodologicamente, o materialismo histórico e dialético não acata a existência de um princípio espiritual como fundamento a forma de ser da sociedade. Se opõe ao idealismo, que parte do princípio que o mundo é produto do ‘Criador’, de um ‘espírito universal’.

A visão dialética marxista abandona o idealista hegeliano e fauerbachiano. Explica a história das sociedades em todas as épocas, por meio dos fatos materiais, econômicos e técnicos. A concepção materialista está pautada na materialidade do mundo em que todos os fenômenos, objetos e processos são materiais e, cuja existência é anterior à consciência (postura materialista).

O materialismo concebe o mundo como a matéria em movimento. Esse movimento obedece às leis que regem a matéria. Em outras palavras, o marxismo compreende que é a maneira como se produz a vida material que condiciona a vida social, política e espiritual. O pilar da ordem social de todas as sociedades é a produção e a troca dos produtos e a vida social é determinada pelo que e de que forma a sociedade (se) produz. Nesses termos a dialética é a oposição à metafísica.

Ao analisar a sociedade a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se inicia na Europa, Marx descreve e analisa o contexto onde começaram os impulsos de transformação para o que se conhece por modernidade (que

de forma dialética ia se desenvolvendo em todo o mundo), culminando na passagem para o sistema capitalista.

A modernidade é lida pelo parâmetro do desenvolvimento da sociedade à época. Segundo Coggiola (2016), a modernidade deve ser lembrada como momento do desenvolvimento das relações capitalistas. Trata-se de enxergar um novo tempo em que as relações de troca se universalizam sem deixar lugar para relações primárias. Perde-se a compreensão da relação umbilical entre homem e natureza, uma vez que “o dinheiro seria o deus da vida moderna, pois na modernidade tudo gira ao redor do dinheiro e, ao mesmo tempo, o dinheiro faz tudo girar” (COGGIOLA, 2016, p.258).

A modernidade, que para se especializar se expressou em “um lado” (o dos colonizadores) por meio da colonização, se consolidou no “outro” lado (o dos territórios explorados) como revolução, pois, nos termos da dialética, as crises que levam à transformação mudam as coisas, mas elas não deixam de ser o que eram. Elas se mantêm como partes que se entrecruzam como unidade, numa simbiose. A abertura de fronteiras via expansão colonial, a dominação e a acumulação de riquezas, que levou a produção ao patamar da larga produção de mercadorias a partir da técnica, propiciou a revolução industrial.

A categoria marxista de totalidade, discutida por Kosik, colabora mostrando que o fenômeno/realidade deve ser apreendido de forma dialética, já que “o conhecimento é a decomposição do todo” (1995, p. 18). Numa análise do todo, que leva em consideração que o objeto passa a ser outro sem deixar de ser ele mesmo, atravessando crises de transformação, esses aspectos entrecruzam-se constituindo a própria análise da totalidade das relações, e revelam que perceber a totalidade não é ver todas as coisas como partes, e sim a parte relacionada a todas as coisas.

A compreensão do modo de produção capitalista a partir do seu movimento que se inicia na Europa e para ela carrega o resto do mundo (à época), em que o colonialismo é a expressão desse movimento, pressupõe o entendimento a partir da totalidade das relações. Lefebvre chama atenção para que “o método é alternadamente a expressão das leis universais e o quadro da aplicação delas ao particular; ou, ainda, o meio, o instrumento que faz o singular subsumir-se ao universal” (1975, p. 237).

Esse caminho levou Marx, em toda a sua trajetória, à leitura do particular-universal que trata o desenvolvimento do capitalismo a partir de onde ele se universalizou, do lugar onde as forças produtivas avançaram pioneiramente e as formas de sua manifestação-espacialização no espaço-mundo, ou seja, desde a Europa, à Ásia, à

América, à África e demais territórios e seus rebatimentos. Tal leitura-interpretação somente poderia ter sido feita à luz do seu tempo, considerando os desdobramentos que a leis, elaboradas pelo estudo da realidade mundial podiam lhe levar a enxergar.

Sobre o papel da análise da dialética do universal e do particular na sociedade, Lukács (1965, p.102) afirma que “o particular é aqui precisamente a expressão lógica das categorias sociais da mediação entre os homens individuais e a sociedade”. Não se trata, portanto, de considerar o mundo a partir da Europa negando outras formações territoriais - ou aquelas que para o capitalismo eram periféricas e úteis ao seu desenvolvimento -.

Lukács (1967) discute a relação universal - particular - singular comparando a condição da medicina. Para ele, todos os conhecimentos gerais e particulares acerca da natureza fisiológica do homem, dos tipos de decurso patológico, etc., são meros meios para captar com precisão esse indivíduo em seu instantâneo ser-assim.

Conseguindo ir além do senso comum, que assume os objetos como separados e distintos, a passagem para o conhecimento concreto se dá pelo descortinamento das relações. Para Lefebvre

A separação é apenas um aspecto, uma aparência, que se torna erro quando é mantida. Conhecer um objeto ou um fenômeno é justamente não considerá-lo como sendo isolado, não deixá-lo passivamente no *hic et nunc*, no aqui e no agora. É investigar suas relações, suas causas. E reciprocamente, o mundo que a ciência faz aparecer é um mundo onde as coisas não são apenas separadas e distintas, “partes extra partes” (SPINOZA), mas ligadas através de relações reais (1975, p. 184).

Essas relações reais apresentam a unidade das contradições, ou seja, a identidade, em que “a contradição dialética (na condição de ser tal, e não uma oposição formal ou uma simples confusão) deve ser encarada como sintoma de realidade. Só é real aquilo que apresenta contradições” (LEFEBVRE, 1975, p. 192). A realidade é concebida enquanto movimento e contradição como a forma de ser dos fenômenos (lógica dialética).

O fenômeno só pode ser explicado quando apreendido em sua gênese e em seu desenvolvimento (análise histórica). Para Lefebvre, “devemos sempre justificar a aparência, legitimar os momentos do pensamento, buscar o grão de verdade, do erro relativo”. (1975, p. 182). Na lógica concreta, o “pensamento não pode parar na

qualidade. Seu próprio movimento lhe revela que ele atravessou graus, que é mais objetivo que no início” (IBID, p. 177).

A qualidade penetra no conteúdo, e, por conseguinte a quantidade se introduz “ela não é aqui deduzida ou construída, como um sistema idealista; ocupa seu lugar, esperada, solicitada pela exigência do conteúdo” (Ibid). Como no caso da passagem a ser mulher, que não deixa de ser menina, mas atravessa processos, como a adolescência (transformação corpo e mente), mudam forma e conteúdo, ao mesmo tempo em que acumulam.

Nota-se que na comunicação entre o concreto sensível e o pensado há necessidade do processo de mediação entre a universalidade da teoria e a singularidade com que os fenômenos se expressam no real.

Evidencia-se que ao contrário das epistemologias que se baseiam em uma episteme, o marxismo tem suas bases na ontologia. O objeto em Marx é a relação capital que se origina na Europa em um determinado contexto histórico por isso é infundada a crítica de que não discute a Nossa América/Abya Yala, uma vez que desconsidera seu objeto.

A ideia de que o marxismo colaborou para o desenvolvimento de uma “história única”, propalada pelas epistemologias do sul, que tratava dos povos “sem história” contada a partir da lógica do capital, que se especializa abrindo espaços - num processo de ocupação territorial planetário -, é em verdade, a história do desenvolvimento da sociedade mundial, das suas formações territoriais, ou formações sociais e econômicas, a partir do movimento da história, que é universal. Não se trata de subvalorizar os povos colonizados, mas de ler a história dos povos na sua imersão na totalidade das relações sob hegemonia da relação do capital.

1.4 - O DISCURSO DE INVIABILIDADE DO MARXISMO NA PASSAGEM DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE¹³

Há uma profunda mudança na “estrutura do sentimento” (HARVEY,1992). Torna-se então fundamental explicar esse momento para entender em quais águas esse estudo está a mergulhar. Por isso o convite à leitura e à reflexão pode ser feito a partir da metáfora, na seguinte figura:

¹³ Parafraseando o título do capítulo 1 do livro A condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. David Harvey, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

Figura 1 – Dentro do coração, o mergulho



Fonte: Samuel de Gois, 2017.

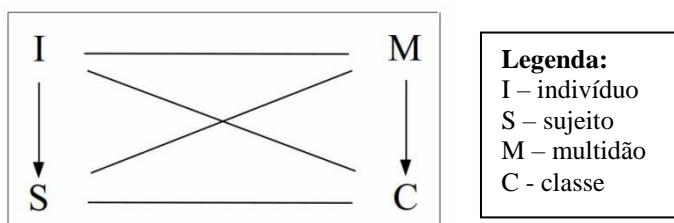
A transição do pensar/agir da modernidade à pós-modernidade colabora com os debates apresentados que, calcados na crítica ao projeto de modernidade, têm buscado caminhos por águas mais sedutoras, que de fato molham a terra onde foram jogadas suas sementes, mas não tratam da saúde da raiz. É como se fosse novo. Pensar fora e em oposição à modernidade não é considerado o mesmo que criticar a sua expressão material, a sociedade capitalista. Aparece como uma proposição animadora, inovadora e propositiva. É assim que nasce o discurso pós-moderno. Insurge aliado a uma crítica às metanarrativas, dentro delas a que indica a superação do capitalismo, o marxismo.

Para Carvalho (2017, p.121) a articulação que permite traçar a fronteira entre Modernidade e Pós-modernidade perpassa duas questões, que ele chama de nucleares, “a pergunta de Walter Benjamin («Como é que uma multidão se torna classe?») e a de Louis Althusser («Como é que um indivíduo se torna sujeito?»)”. Para Carvalho (2017) a Modernidade tem o seu fundamento no *princípio da subjetividade*, que:

deve ser interpretado, no entender de Habermas, de forma que evidencie, pelo menos, três sentidos possíveis: (i) o individualismo, (ii) o direito à crítica e (iii) a autonomia do agir. Deste triplo ponto de vista, são também três os acontecimentos chaves da história do Ocidente: (i) a Reforma, (ii) o Iluminismo e (iii) a Revolução Francesa (CARVALHO, 2017, p.122).

Nesse contexto histórico-filosófico sobressai a condição moderna, livre de quaisquer amarras pré-modernas, num futuro que se “assimila à ânsia positivista de progresso”. Carvalho (2017) elabora o que se chama quadrado debordiano da Modernidade, construído à “imagem e semelhança do quadrado aristotélico”, como mostra a figura a seguir:

Figura 2 – Quadrado debordiano



Fonte: CARVALHO, Eurico. AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v.4,n.2,Mai.-Ago.,2017,p.121-130

Esse quadrado constituído por letras, setas e segmentos de retas (horizontais e diagonais) revela “os vectores da subjectivação ($I \rightarrow S$) e da revolução ($M \rightarrow C$); e, com os segundos, quatro eixos: o do Estado ($I - M$); o da Comunidade ($S - C$); o do Mercado ($I - C$); e, por último, o da Soberania ($M - S$)” (CARVALHO, 2017, p.122).

Para Carvalho (2017, p.123) “a transformação benjaminiana da multidão em classe (em conformidade com a lição de Marx) só é possível (como sabe muito bem Debord) em plena luta”¹⁴. O ato revolucionário dissolve a multidão constituindo-a como classe, pois, não há classe sem consciência de classe, sem subjectivação política. Debord distancia-se do pensamento estruturalista de Althusser, que entende que “*ser sujeito* significa, acima de tudo, *estar sujeito* à ordem social dominante” (CARVALHO, 2017, p.125-126). O autor discorre:

À performatividade mecânica da interpelação ideológica, que convida à resignação, opõe-se — em suma — a perspectiva revolucionária de uma comunicação total e transparente que seja uma «Conspiração dos Iguais».

¹⁴ Segundo Carvalho a compreensão vetorial do quadrado debordiano responde a questão de Walter Benjamin “como é que uma multidão se torna classe?”, visto que “devemos abordá-la sob os auspícios da heterodoxia marxista, de que Debord é, de facto, um dos maiores intérpretes. (É também neste quadro interrogativo que urge valorizar a singularidade da via debordiana, para a qual, sem dúvida, são vectorialmente convergentes a subjectivação e a revolução, cuja divergência, pelo contrário, o pós-modernismo pretende comemorar.) A transformação benjaminiana da multidão em classe” (2017, p.123).

Mas trata-se, efectivamente, de uma comunicação poética, ou seja, que pretende fazer da Revolução uma «questão de *estilo*», envolvendo, por conseguinte, num único movimento, Rimbaud & Marx. Enquanto desígnios da Modernidade, «mudar a vida» e «transformar o mundo» são uma e a mesma coisa, de facto, sob a égide estético-política do projecto situacionista. Aqui reside, enfim, a moderníssima raiz do pensamento crítico de Guy Debord (2017, p.128).

A modernidade configura-se por relações espaciais, constituídas pela transformação do modo de produção e a destituição do modo de produção anterior, que trouxeram à tona dois importantes processos: o liberalismo econômico e o individualismo político. Segundo Coggiola, a modernidade

se constituiu como uma concepção da sociedade a partir de finais do século XVIII, enfatizando a liberdade individual, a humanidade como sujeito pensante, vendo no desenvolvimento científico e técnico a via para superar as deficiências humanas; a técnica passou a ser sinónimo de eficiência. A modernidade constituiu-se como tempo histórico novo, e como consciência dessa novidade (2016, p.147).

Para o autor, é onde está a “nação, livre concorrência entre sujeitos econômicos e políticos, Estado soberano (territorial e historicamente), liberdade econômica, produção industrial, constituíram as precondições complementares e mutuamente dependentes” (COGGIOLA, 2016, p.147) desses processos sem as quais o capitalismo não teria prosperado.

De acordo com sua visão, a modernidade alicerça e alicerçou o modo de produção capitalista e se espacializou globalmente. E de maneira intencional, para reprodução ampliada do capital, apoiou-se no Estado, assim como em discursos - justificados inclusive pela Igreja – a fim de explorar a força de trabalho, barateando custos e aumentando a acumulação de riquezas, reproduzindo questões como o racismo e a objetificação da mulher, entre outras. Sobre esse aspecto, Coggiola chama atenção para a manutenção de relações de poder e superioridade racial e étnica na modernidade e destaca as suas mediações:

A noção de superioridade europeu-cristã se alicerçava em argumentos religiosos (cristianismo) e também *econômicos*, isto é, *modernos*. A mestiçagem não foi a superação do racismo. Raramente surgiam relações fixas entre brancos e negros, ou entre os primeiros e as índias. A miscigenação subordinou-se, então, ao poder de mando e desmando do colono, ao sentimento de propriedade e posse que ele estabelecia em relação aos índios e negros. [...]. Em alguns casos, os senhores chegavam a adotar escravos ou índias como suas amantes habituais, mas não restringiam a escravidão destas e a prática sexual regada a violência e obrigação de atender à vontade do senhor. A colonização da América e o debate sobre o

estatuto dos povos americanos foi um elemento central na determinação da modernidade (IBID, p.233-234).

As relações socioespaciais ou de produção do espaço são alicerçadas em um sistema racista, patriarcal, colonizador e eurocêntrico. Perde-se a compreensão da relação umbilical entre homem e natureza, uma vez que “o dinheiro seria o deus da vida moderna, pois na modernidade tudo gira ao redor do dinheiro e, ao mesmo tempo, o dinheiro faz tudo girar” (IBID, p.258).

Em relação ao papel do Estado, por sua vez, Aristóteles acreditava que o Estado (*polis*), em sua pluralidade, buscava o bem comum, pois "o homem é por natureza um animal político (*zoon politikon*)" (Aristoteles, 1982, I, 2, 1253 a 2 e III, 6, 1278 b, 20), e a política é a arte do possível. Rompendo com essa análise que vê a moral da alma individual (formosa e limpa), Maquiavel vê o Estado moderno fundamentado no terror, que constrói uma nova moral do cidadão, o homem¹⁵.

Os pressupostos marxistas apontam para um Estado produto da sociedade, num estágio específico do seu desenvolvimento: “ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tomou o Estado uma necessidade”. (ENGELS, 1984, p.195). É o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de serem exorcizados. Engels explica que:

Para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”, e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 1984, p.191)

O capitalismo não existiria sem o Estado moderno, que está baseado na alienação do controle dos produtores e degradação do trabalho (MÉSZÁROS, 2011). De forma que o sujeito já não se reconhece como ser histórico na construção social, mas alienado ao Estado e fragmentado com suas convenções de direito que quanto mais difícil de ser compreensível se torna dogma.

¹⁵ Colocamos homem no sentido de gênero mesmo, inclusive porque é assim que o autor utiliza. Pois nesse contexto cidadãos eram os homens livres que poderiam se envolver na vida política do Estado. Sendo assim, o Estado moderno já se firma na diferença de gênero contraditório ao discurso da igualdade.

O papel do Estado em relação a esta contradição é da maior importância, pois é ele quem oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao controle. Enquanto esta garantia for eficaz (parte na forma de meios políticos e legais de dissuasão e parte como paliativo para as piores consequências do mecanismo socioeconômico produtor de pobreza, por meio dos recursos do sistema de seguridade social), o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes (MÉSZÁROS, 2011, p.127).

A face maquiada do Estado de igualdade precisa ser desvelada para compreendê-lo, pois sua real função está bem distante da aparência de “neutro”. Segundo Harvey (2005, p. 80) “da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação”.

No processo de contradição em que se forma o Estado capitalista que “não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho” (HARVEY, 2005, p.84), e embora a classe trabalhadora tenha historicamente disputado o Estado, esse instrumento de dominação não está em disputa, para construção de uma sociedade equitativa é preciso romper e não reformar.

De acordo com Coutinho, “O Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da estrutura econômica” (2011, p.285). O autor desmistifica a noção de um Estado do bem, nascido para assegurar a igualdade, como propala a democracia burguesa. A sociedade civil, para o marxismo é:

o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e ultrapassa, por isso mesmo, o Estado e a nação, embora deva, por outro lado, afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil apareceu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; [...]”. (MARX; ENGELS, 1981, p.33-34)

Assim, mesmo com a aparência de neutro, o Estado não consegue conter-se e externaliza a contradição da luta de classes, reforçando a tese marxista na medida em que a classe dominante “controla a estrutura econômica e condiciona a superestrutura político-jurídica à manutenção/proteção das relações sociais que lhes são favoráveis, também tem grande poder no processo de formação da consciência social” (CAMPOS, 2011, p.33).

Para Harvey (1992) a modernidade tem relação direta com a própria mudança na experiência do espaço e do tempo. Os agentes da produção do espaço agem intencionalmente promovendo transformações nessa experiência.

Em seu livro, *Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, de 1992, Harvey levanta diversos questionamentos sobre o que seria então o pós-modernismo e seu potencial, indagando se o pós-modernismo

representa uma ruptura radical com o modernismo ou é apenas uma revolta no interior deste último contra certa forma de "alto modernismo" representada, digamos, na arquitetura de Mies van der Rohe e nas superfícies vazias da pintura expressionista abstrata minimalista? [...] Terá ele um potencial revolucionário em virtude de sua oposição a todas as formas de metanarrativa (incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades da razão iluminista) e da sua estreita atenção a "outros mundos" e "outras vozes" que há muito estavam silenciados (mulheres, gays, negros, povos colonizados com sua história própria)? (1992, p.47).

Harvey continua usando a partir de Hassan (1985), um esquema de diferenças entre o modernismo e o pós-modernismo, ainda que destaque sua preocupação com o referido quadro, ao afirmar que considera perigoso descrever relações complexas como polarizações simples, entretanto considera-se que esse quadro ajudará na compreensão.

Quadro 1 – Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo

Modernismo	Pós-modernismo
romantismo/simbolismo	para física/dadaísmo
forma (conjuntiva, fechada)	antiforma (disjuntiva, aberta)
propósito	jogo
projeto	acaso
hierarquia	anarquia
domínio/logos	exaustão/silêncio
objeto de arte/obra acabada	processo/performance/happening
distância	participação
criação/totalização/síntese	descrição/desconstrução/antítese
presença	ausência
centração	dispersão
gênero/fronteira	texto/intertexto
semântica	retórica
paradigma	sintagma
hipotaxe	parataxe
metáfora	metonímia
seleção	combinação
raiz/profundidade	rizoma/superfície
interpretação/leitura	Contra-interpretação/desleitura
significado	significante
<i>lisible</i> (legível)	<i>scriptible</i> (escrevível)
narrativa/grande história	antinarrativa/história do cotidiano
código mestre	idioleto
sintonia	desejo
tipo	mutante
genital/fálico	polimorfo/andrógino
paranóia	esquizofrenia
origem/causa	diferença/vestigio
metafísica	ironia
determinação	indeterminação
transcendência	imanência

Fonte: Hassan, (1985, p. 123-124).

Essas diferenças, apresentadas ainda que de formas dicotômicas, auxiliam no debate. A súmula dessas posições estilísticas é sintetizada, revelando o real estado da sensibilidade, o que Harvey chama de “estrutura do sentimento”. Mostra que além de campos diferentes teoricamente, também estão calcados em modelos históricos que se opõem. Para Harvey

os pós-modernistas também tendem a aceitar uma teoria bem diferente quanto à natureza da linguagem e da comunicação. Enquanto os modernistas pressupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou "mensagem") e o modo como estava sendo dito (o

significante ou "meio"), o pensamento pós-estruturalista os vê "separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações" (1992, p.53).

Netto (2010, p.252-253) contextualiza o refluxo no pensamento estruturalista que em meados dos anos 1970 cede lugar ao “mal chamado” pós-estruturalismo, explicando que Aron “percebia com sensibilidade: “a *intelligentzia* dos anos 1960, tinha por deus não mais Sartre do pós-guerra, mas uma mistura de Lévi-Strauss, Foucault, Althusser e Lacan” – e esta não é uma diferença qualquer”. Pois nos anos seguintes a 1968 “haveria de configurar, no espaço público, entre outras mutações, o eclipse do intelectual universal, obscurecido pelo intelectual específico. Nesse sentido, Netto concorda que o conhecimento do capitalismo da Segunda Internacional (“marxismo-leninismo”) pouco pode oferecer ao conhecimento do capitalismo contemporâneo:

significa, todavia e igualmente, que o abandono da crítica da economia política específica da teoria social marxiana (frequentemente justificado pelos pensadores pós-modernos como uma necessidade, no marco da “crise dos paradigmas”) só pode conduzir, na análise da contemporaneidade, a resultados na melhor das hipóteses minimalistas ou, na pior, a verdadeiras mistificações – como se pode verificar facilmente (2010, p.259).

No campo teórico, as distinções entre as teorias não são fáceis. Netto (2010) nos mostra que há três aspectos nas *teorias pós-modernas*, são eles: a) aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão da sua inteira existência e do seu modo de ser; b) a recusa da categoria totalidade no plano filosófico e teórico; c) a semiologização da realidade social.

Assim, os estudos pós-modernos dão ênfase ao signo e às particularidades deslocadas do contexto, “na imanência da razão moderna, a dimensão instrumental estaria inevitavelmente vocacionada para “colonizar” a dimensão emancipatória” (NETTO, 2010, p.263). Para ele, a crítica à *ciência moderna, ocidental, capitalista e sexista* se revela inofensiva em face do capitalismo contemporâneo. Isso fomenta, ainda que com ativismos, o domínio do capital, inclusive através da propagação dos discursos de defesa ao “multiculturalismo” e do “direito à diferença”.

A semântica das palavras tem consequências muito relevantes (SUÁREZ, 2011), e “está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 1999, p. 95).

Nesse cenário, considera-se importante ressaltar o papel dos estudos linguísticos, uma vez que as Epistemologias do Sul levantam enorme preocupação, apontando a relevância para a colonização dos povos, a centralidade é nas ideias, narrativas, discursos. Esse *insight* que aparece como luz no fim do túnel já tinha sido acesa há muito tempo pelo próprio marxismo, que entende que a linguagem cria o ser humano enquanto ser social, transforma suas relações e também a si mesmo, pois estão fundamentadas numa base material (ENGELS, 1876)¹⁶.

As transformações ocorridas no corpo do ser humano para o trabalho e por meio dele mostraram a necessidade da comunicação entre os seres, de “dizer algo um ao outro”, criando assim o órgão laringe, que foi se modificando “mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro” (ENGELS, 1876. Apud ANTUNES, 2004, p.15).

O ser humano diferencia-se dos outros animais pela capacidade de projetar suas ações. A fala, como uma ação, também está moldada pela alienação, “a distinção ontológica entre a prévia-ação, ou seja, o planejamento que antecede e orienta o agir, e o objeto concretizado é chamado alienação” (LUKÁCS, 1981), como explica Bakhtin (1981, p.36) “a função expressiva não pode ser separada da atividade mental sem que se altere a própria natureza desta”.

Platão dizia ser *pharmakon*, “palavra grega, que em português se traduz por poção, possui três sentidos principais: remédio, veneno e cosmético” (CHAUÍ, 2003, p.1), mostrando que pode servir como medicamento para o conhecimento, veneno para fazer aceitar o que é mostrado/escrito por meio do fascínio e cosmético para dissimular ou ocultar a verdade.

As palavras ganham qualidade de conceitos, que podem ser compreendidos e desvelados a partir do momento em que se inserem no contexto histórico/social. Além de código de sinais, a língua é “algo social, histórico, determinado por condições específicas de uma sociedade e de uma cultura” (CHAUÍ, 2003, p. 12). Também não é neutra, por meio da comunicação é possível reconhecer-se ou excluir o outro, por isso que os estudos pós-modernos, com o discurso do **lugar de fala**, propiciam encantamento pela aproximação de identidades fragmentárias e pelo reconhecimento de determinados grupos.

A fala impulsiona transformações nas relações sociais. Ela é expressão dos confrontos e contradições que refletem os conflitos de classe no interior do sistema, “a

¹⁶ Ver mais em “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” Escrito por Engels em 1876, publicado pela primeira vez em 1896 em *Neue Zeit*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

palavra, como sabemos, reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social” (BAKHTIN, 1981, p.32). A palavra se torna signo, com significações que remetem não à sua condição física de significado próprio, como explica Chauí (2003, p.1) citando Hjelmslev, a linguagem é “o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta contra a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador”.

Para Bakhtin (1981, p.36) “a palavra deve ter nascido e se desenvolvido no curso do processo de socialização dos indivíduos, para ser, em seguida, integrada ao organismo individual e tornar-se fala interior”. A palavra nasce da socialização, num contexto em que muitas vezes a ideologia mascara a realidade.

Assim, sobre o discurso pós-estruturalista do lugar de fala, é importante considerar que a palavra - ou seja, o discurso falado - sempre expressará a condição material de existência dos sujeitos que falam. Entretanto, é necessário compreender que as condições materiais de existência não são definidas no lugar, mas pelo conjunto das relações empreendidas pelo modo de produção capitalista, que também implica em reações a ele.

É nesse processo de produzir materialidades que o capital ao mesmo tempo encontra territorialidades que são percalços ao seu expansionismo, ou que insurgem para serem reativas a ele. A fala nessa direção é produzida pelas múltiplas determinações do modo de produção capitalista, ainda que se constituam lugares não capitalistas. Por isso também só pode ter lugar a fala historicizada na materialidade das relações que são universais.

Nesses termos, o discurso do “lugar de fala¹⁷” se fragiliza porque fragmenta o todo, muitas vezes distanciando da essência, e sem entender que “a coisa difere da aparência; e, com relação à aparência, a coisa é em si mesma diferença, negação, contradição. Ela não é a aparência, mas sua negação” (LEFEBVRE, 1975, p. 219).

Optou-se por essa perspectiva teórica, dentre as demais apresentadas, visto que a fundamentação crítica realizada pelas Epistemologias do Sul abordam que o *blind spot* da teoria marxista parte de uma visão eurocêntrica, que não permite o lugar de fala dos povos do “Sul” e que está relacionada há um tempo histórico de “ascensão” das forças produtivas do capital e formação da sociedade capitalista. Entretanto, recorre-se a esse pilar para compreensão de mundo, devido à necessidade de explicar as transformações socioeconômicas espaciais, acreditando não ser possível ler a realidade sem entender o desenvolvimento do sóciometabolismo do capital, e que não se trata de uma perspectiva que nega o lugar de fala,

¹⁷ Entendido pelas epistemologias do Sul como um avanço, respeitar o lugar de fala, que é cada falar por si; as negras pelas negras, as índias pelas índias, camponesas por camponesas etc.

mas que compreende que as falas são construções históricas que insurgem e devem insurgir sempre que as classes sociais se apresentarem como protagonistas.

Visto que o marxismo destaca a subsunção do trabalho pelo capital, nesse sentido incorpora camponeses, indígenas, quilombolas e outros povos (chamados no Brasil de povos e comunidades tradicionais), cujo processo de trabalho e relação sociedade natureza é cada vez mais mediado pela lógica de mercado. No fundo as Epistemologias do Sul negam as classes ao centrar nos sujeitos.

Esse caminho metodológico possibilita dar voz aos sujeitos, visto que o apreendido pode ser usado para explicar o particular sem perder de vista o universal. Ou melhor, entender que particular e universal vão se constituindo como unidade em que um é o outro e, por sua vez, constituem o caminho para entender o mundo.

Dar voz e discutir a partir da realidade concreta dos sujeitos da Nossa América/Abya Yala, suas inquietações, interesses e lutas, permite mergulhar além das aparências, na relação particular-universal, por que os sujeitos que são do lugar são sujeitos mundiais, porque são histórico-sociais. Nessa direção, as iniciativas de ativismo a partir da identidade, de forma deslocada da totalidade das relações, ainda que por vezes articuladas internacionalmente, acabam por fragmentar a sociedade em indivíduos.

A gramática descolonial (SUÁREZ, 2011) é relevante num processo crítico de desconstrução da história formal da humanidade, embora possa caminhar na linha tênue entre atender a uma demanda social, a de falar por si, e dar subsídios ao capitalismo para justificar seus feitos, já que as resistências aparecerão fragmentadas como lutas específicas em que cada sujeito ou grupo social fala por si, subvalorizando a necessária universalidade da luta de classes.

Nota-se uma ênfase da referida gramática, da negação da totalidade, por vê-la como generalizadora e negadora das especificidades, como destaca o quadro debordiano supramencionado em que Carvalho diferencia a perspectiva individual daquela que considera os sujeitos (I – S).

Visto isso, apesar de considerar que as Epistemologias do Sul têm sua importância, à medida que chamam atenção para a necessidade de aprofundamento das leituras dos povos subalternizados e suas resistências, esse estudo mergulhará no método dialético por acreditar que o marxismo não negou ou nega os grupos subalternizados, minoritários ou não. A ênfase dos pesquisadores aos estudos do modo de produção capitalista e suas nuances, do desenvolvimento das forças produtivas em diferentes formações sociais, do antagonismo de

classes ou da relação capital-trabalho.

Ainda que temas como feminismo, a questão racial e as formas de resistência dos grupos sociais tradicionais não tenham aparecido com a força requerida pela realidade material decorrente das contradições do sistema capitalista, esse quadro não pode servir à negação do materialismo histórico e dialético e suas categorias como método mais adequado para esses estudos.

Em vez de lançar fora a bacia e a água do banho, o aprofundamento das leis da dialética são uma necessidade para pesquisadores dedicados aos estudos das práticas sociais, como possibilidades contra-hegemônicas e revolucionárias ao caos gerado pelas determinações do modo de produção capitalista, seja através da organização das mulheres camponesas e das suas práticas feministas ou não, conforme discutiremos nos próximos capítulos.

2. SEMPRE HOUVE MULHERES¹⁸

O presente trabalho descortina, pelo viés do materialismo histórico dialético, o campo de atuação do movimento feminista que ganhou visibilidade desde as últimas décadas do século XX, se fortalecendo no espaço público e no âmbito acadêmico, no contexto do pós 1980.

O feminismo é o movimento que luta pela transformação de pilares da sociedade. Sua pauta nucleadora é a igualdade de gênero, cuja dimensão revolucionária ampla, implica, necessariamente, transformações sociais profundas e incorpora uma dimensão espacial.

Feminismo não é o contrário de machismo, pois não supõe superioridade ao sexo oposto, não é se “empoderar” subjugando, ou querendo ser igual ao outro, é um conceito sobre equidade, que visa transcender a barreira da dominação-exploração numa luta conjunta contra o racismo e o capitalismo. É uma teoria que sustenta a igualdade entre ambos os sexos, seja ela no âmbito econômico, político, social, etc.

No Dicionário Jurídico, Diniz (2010) explica o feminismo como um movimento que busca equiparar a mulher ao homem no que atina aos direitos, emancipando-as jurídica, econômica e sexualmente. O feminismo expressa práxis, ao passo em que se movimenta para romper com as correntes do machismo/patriarcado, construindo novas relações baseadas na sororidade¹⁹. Para Teles,

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder

¹⁸ BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980, p.12.

¹⁹ Sororidade é uma palavra que ainda não faz parte do dicionário brasileiro oficialmente, embora seja uma palavra da língua portuguesa que possui estrutura etimológica formal clássica, formada por partículas de origem latina *sóror*, que significa “irmãs”. Este termo pode ser considerado a versão feminina da fraternidade, que se originou a partir do prefixo *frater*, que quer dizer “irmão”. “Sororidade é a união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum” (SIGNIFICADOS, 2018). Ou como o dicionário Aurélio online coloca “união de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista”. Fontes: Dicionário significados, disponível em: <<https://www.significados.com.br/sororidade/>>, acessado 21 de junho de 2018; Dicionário Aurélio online, disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sororidade/>>, acessado em 21 de junho de 2018.

patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (1993, p. 10).

O feminismo impacta a vida das mulheres, mas também a dos homens, “pois estes têm sido vítimas do mito do macho, que os coloca como falsos depositários do supremo poder, força e inteligência” (TELES, 1993, p. 11), portanto ele incorpora um caráter humanitário.

O mito do macho serve para maior acumulação de riqueza. Os “machos” da classe trabalhadora pagam um alto preço, visto que sempre que uma mulher “receber salário inferior ao masculino meramente pelo fato de ser mulher, os prejuízos estendem-se a parte masculina do grupo familiar” (SAFFIOTI, 1987, p. 22), por isso Saffioti (Ibid) afirma que

o machismo do trabalhador volta-se contra ele mesmo: primeiro, porque ele paga um preço excessivamente alto para mandar na mulher; segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta, o avanço das lutas das classes trabalhadoras (Ibid).

Assim, o feminismo é um movimento de libertação da opressão machista, capitalista e racista tanto para as mulheres quanto para os homens, que se coloca muito mais do que uma pretensão por padrões de igualdade, se apresenta como uma necessidade para o reconhecimento individual/coletivo dos sujeitos sociais. E pode ser compreendido, segundo a historiadora Fraccaro (2018a)²⁰, como um campo político, uma vez que

A polarização narrativa, a separar e a escalonar os campos do feminismo, não é uma estratégia capaz de produzir sínteses. As trajetórias de “Rachel”, de Leolinda Daltro, de Bertha Lutz, de Patrícia Galvão, de Maria Lacerda de Moura, geralmente entendidas como casos isolados, como excepcionalidades, são histórias que podem ser compreendidas, a partir de suas disputas e no conjunto, de modo a revelar a história dos direitos das mulheres no Brasil. O feminismo se constituiu, no País, como um campo político, permeado por disputas e diferentes projetos de emancipação que compuseram o repertório sobre direitos e justiça social (2018b, p.22).

²⁰ Glaucia Fraccaro é historiadora e concedeu uma entrevista a Gustavo Conde, em que fala do seu livro e explica essa concepção de feminismo enquanto campo político. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RxchK1AH1Zg>>, acessado em 06 de fevereiro de 2019.

Diversos autores apresentam eventos históricos que marcam em um sentido amplo, momentos em que mulheres, individual ou coletivamente, contestaram a dominação patriarcal e lutaram por melhores condições de vida. Para expressar essa perspectiva ampla, a ONG brasileira Universidade Livre Feminista²¹ criou uma Linha do Tempo com algumas datas importantes, que serão reproduzidas destacando alguns eventos considerados com maior grau de influência na história do movimento feminista:

Quadro 2 - Linha do Tempo: a luta e organização das mulheres.

1405	Publicação do livro “A cidade das damas” um marco do feminismo pré-moderno. Trata do mito das amazonas, atacando o discurso da inferioridade das mulheres e oferece uma alternativa à sua situação.
1665	Marca a história de Aquatune, uma mulher capturada para ser escrava no Brasil. Da família de Ganga Zumba, ela teria liderado uma força de 10 mil homens, entre o Reino do Congo e Portugal. Ao conhecer a história de Palmares, Aquatune organizou uma fuga junto com outros escravos para o quilombo, onde teve sua ascendência reconhecida e recebeu o governo de um dos territórios quilombolas, tornando-se uma grande referência para diversas organizações de mulheres negras no Brasil.
1771	A “Declaração dos Direitos da Mulher” de Olympe de Gouges, foi uma crítica à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Foi rejeitada permanecendo esquecida, mas depois foi publicada por Benoîte Groult.
1792	“A Reivindicação dos Direitos da Mulher” é publicada por Mary Wolstonecraft defendia que as mulheres não são, por natureza, inferiores aos homens e precisavam ter acesso às instituições de ensino.
1832	“Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens” é publicado no Brasil. É considerado um livro fundador do feminismo brasileiro. Nísia Floresta denuncia o mito da superioridade do homem, reivindicando o reconhecimento da inteligência das mulheres, que são “dotadas de razão”.
1848	“Declaration of sentiments” - lançada nos EUA por Lucrécia Coffin e Elizabeth Cady Stanton. Ficou famosa pela afirmação de que homens e mulheres eram criaturas iguais.
1878	A peça teatral “O voto feminino”, de Josefina Álvares - lançada no Teatro Recreio-RJ e publicada em livro, o que faz da autora uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país.
1879	O Direito de acesso ao Ensino Superior é conquistado no Brasil pelo Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. As mulheres são autorizadas a cursar o Ensino Superior. Muitas, contudo, tem que enfrentar enormes preconceitos para fazê-lo.
1893	Nova Zelândia é o primeiro país a aprovar o voto feminino. Cronologia do voto feminino: 1893 - Nova Zelândia ; 1903 - Austrália ; 1906 - Finlândia; 1913 - Noruega; 1915 - Dinamarca, 1917 - Holanda e Rússia, 1918 - Alemanha, Áustria e Inglaterra, 1919 - Suécia e Polónia ; 1920 - Estados Unidos; 1931 - Portugal e Espanha; 1934 - Brasil; 1940 - Turquia ; 1944 - França ; 1945 - Japão ; 1949 - China e 1971 - Suíça.
1919	Igualdade de salários - A Conferência do Conselho Feminino da Organização

²¹ É um projeto feminista, que busca promover a “reflexão e a troca de ideias e experiências entre mulheres de diferentes identidades e campos de atuação assim como com outros grupos e indivíduos”, para “catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes (...) <https://feminismo.org.br/proposta/> Acessado em 10/11/2018

	Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a resolução de salário igual para homens e mulheres que desempenhem a mesma função. Apesar disso, até hoje as mulheres tendem a ganhar menos.
1932	O voto feminino é regulamentado no Brasil.
1936	O grupo Mujeres Libres é criado em 1936, como uma organização anarquista e feminista espanhola criada oficialmente em 1936. Junto à Confederação Nacional do Trabalho, à Federação Ibérica da Juventude Libertária e à Federação Anarquista Ibérica constituiu uma das organizações clássicas do movimento libertário espanhol. Após a morte do ditador Francisco Franco a organização Mujeres Libres foi refundada.
1949	"O Segundo Sexo" é lançado - uma das obras mais importantes para o movimento feminista. Nele, a filósofa francesa Simone de Beauvoir analisa a situação da mulher na sociedade.
1949	I Encontro Nacional Feminista, realizado em Fortaleza, durante a 31ª SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
1956	I Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Brasil, organizada pelo Partido Comunista, teve como destaque as reivindicações sobre direitos trabalhistas e a luta por creches.
1960	Las Mariposas são assassinadas na República Dominicana, em 25 de novembro, tendo se ornado o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, em homenagem às irmãs Mirabal - Pátria, Minerva e Maria Teresa - que formaram um grupo de oposição ao ditador Trujillo. Em 1960 foram assassinadas, na República Dominicana.
1962	Morre Patrícia Galvão, a Pagu - escritora, poeta, diretora de teatro, tradutora, desenhista e jornalista brasileira. Teve grande destaque no movimento modernista iniciado em 1922. Militante comunista, foi a primeira mulher presa no Brasil por motivações políticas. Morreu em 12 de dezembro de 1962. Pagu é até hoje uma referência para o movimento por sua personalidade transgressora e libertária.
1962	Estatuto da Mulher Casada - Lei 4.212/1962, garantiu que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar, o direito à herança e a possibilidade de requerer a guarda dos filhos em caso de separação.
1958	I Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas Essa história [da luta das trabalhadoras domésticas pela organização da categoria e por direitos] inicia-se com Laudelina de Campos Melo, na década de 30 do século 20, passando por uma articulação com o Teatro Experimental do Negro, e com a corrente progressista da igreja católica nas décadas de 50 e 60.[...]
1975	Década da Mulher - Definido pela Assembleia Geral da ONU, dá início à Década da Mulher (1975-1985). A ONU define metas para serem atingidas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação.
1980	Encontro Feminista de Valinhos (SP) - O encontro elegeu a luta pelo enfrentamento da violência doméstica como uma das prioridades do movimento feminista.
1983	Margarida Maria Alves é assassinada na Paraíba. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, e durante 12 anos na presidência da entidade, Margarida lutou para que os trabalhadores do campo tivessem seus direitos respeitados, como carteira de trabalho assinada, férias, 13º salário e jornada de trabalho de 8 horas diárias. A líder sindical é até hoje um exemplo da resistência das mulheres do campo, e seu nome é homenageado na Marcha das Margaridas, que desde 2000 reúne milhares de mulheres em Brasília.
1985	Ano Internacional da Mulher - Definido pela ONU, marca a criação do Dia Internacional da Mulher como data comemorativa para todo o mundo.
2000	Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Marcha das Margaridas

	No Brasil, a Marcha se tornou um movimento de mulheres que hoje está presente em quase todas as regiões do país. Em conjunto é realizada a 1ª Marcha das Margaridas.
2001	1ª Marcha das Vadias do país acontece em São Paulo. Movimento internacional de mulheres criado em abril de 2001 na cidade de Toronto, no Canadá, em resposta ao comentário de um policial que disse que, para evitar estupros em uma universidade, as mulheres deveriam parar de se vestir como “sluts” (vadias, em português).
2006	A Lei Maria da Penha é sancionada - Uma das mais importantes conquistas do movimento de mulheres, resultado de décadas de luta em torno do tema.

Fonte: ONG brasileira Universidade Livre Feminista, 2018.

Em que pese a importância dessa linha do tempo para a visibilidade de um conjunto de ações ocorridas dentro e fora do Brasil, que expressam a longa trajetória de ações individuais e coletivas, não há um marco cronológico do surgimento do feminismo como tal, toma-se como referência o princípio da Idade Moderna, que a depender da literatura, pode designar o século XIII ou XVII. Mas, Federici (2004) observa que nos anos de 1980 aparecem literaturas importantes, que colaboram para ampliar e aprofundar o debate e apoiar o movimento feminista: “o olhar sobre a história por um ponto de vista feminino, implica uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e na visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração” (2004, p.18-19)

Essa literatura, entre outras, conta a história das mulheres destacando a luta de (des)construção dos processos considerados de mudança social, realçando que a história do capitalismo coincide com a guerra contra as mulheres, desde o advento da caça às bruxas até os dias atuais com outras formas de chacinas e feminicídios. Para exemplificar, o artista brasileiro Tom Zé canta que²² “no Brasil ocidental civilizado, não extraímos uma unha sequer, porém na psique da mulher, destruimos a mulher”.

Desse modo, ainda que o recorte espacial dessa pesquisa seja o estado de Sergipe, uma análise baseada no particular-singular-universal requer olhar para a os acontecimentos mundiais e suas repercussões na particularidades. Apesar de iniciativas individuais ou coletivas anteriores, na Europa ressalta-se a Revolução Francesa, como marco inicial do feminismo. Naquele contexto pautava-se, entre outras coisas, mudança radical na atitude dos homens “que não viam “utilidade” alguma no êxito feminino”

²² 2005. Álbum: Estudando o Pagode. Música: Proposta de amor – Tom Zé e Gilberto Assis. Letra: Tom Zé. Arranjo: Paulo Lepetit, Tom Zé e Jair Oliveira. Percussão: Guilherme Kastrup. Bandolim: Webster Santos. Violões: Gilberto Assis. Violões Base: Tom Zé e Sérgio Caetano. Baixo, Guitarra e Programação: Jair Oliveira. Voz: Tom Zé. Vocais: Vange Milliet e Ceumar. Fada Adriana Bem-Ciel: Mônica Fuchs. Playback extraído da trilha do espetáculo Santagustin, do Grupo Corpo.

(NYE, 1995, p. 22).

Foi Marie Gouze, conhecida como *Olympe de Gouges* (1748-1793)²³, na *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*²⁴, que questionou o status de igualdade que era pregado naquele momento, fazendo um contraponto à Declaração de Direito do Homem e do Cidadão, na qual iniciou dizendo:

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, reivindicam constituírem-se em Assembleia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo (...) conseqüentemente, o sexo superior em beleza e em coragem, em meio aos sofrimentos maternos, reconhece e declara, na presença e sob a proteção do Ser Supremo, os seguintes Direitos da Mulher e da Cidadã (GOUGES, 1791).

A autora supramencionada apresenta dezessete artigos nos quais expõe o contraponto à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, desmembrados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Artigos da Declaração dos direitos da mulher e da cidadã

Artigo 1º	A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.
Artigo 2º	O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.
Artigo 3º	O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem. Nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.
Artigo 4º	A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo aquilo que pertence a outros, assim, o único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformado pelas leis da natureza e da razão.
Artigo 5º	As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade. Tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.
Artigo 6º	A lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos. Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos,

²³ Em 1793 ela foi guilhotinada em Paris. E a condenação deveu-se ao fato de ela ter-se oposto aos conhecidos revolucionários Robespierre e Marat, que a consideraram mulher “desnaturada” e “perigosa demais”.

²⁴ Declaração dos direitos da mulher e da cidadã.

	segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.
Artigo 7º	Dela não se exclui nenhuma mulher. Esta é acusada., presa e detida nos casos estabelecidos pela lei. As mulheres obedecem, como os homens, a esta lei rigorosa.
Artigo 8º	A lei só deve estabelecer penas estritamente e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada às mulheres.
Artigo 9º	Sobre qualquer mulher declarada culpada a lei exerce todo o seu rigor.
Artigo 10	Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio. A mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.
Artigo 11	A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: " <i>Sou a mãe de um filho seu</i> ", sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.
Artigo 12	É necessário garantir principalmente os direitos da mulher e da cidadã; essa garantia deve ser instituída em favor de todos e não só daqueles às quais é assegurada.
Artigo 13	Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.
Artigo 14	As cidadãs e os cidadãos têm o direito de constatar por si próprios ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela com a aceitação de uma divisão igual, não só nos bens, mas também na administração pública, e determinar a quantia, o tributável, a cobrança e a duração do imposto.
Artigo 15	O conjunto de mulheres igualadas aos homens para a taxa tem o mesmo direito de pedir contas da sua administração a todo agente público.
Artigo 16	Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição. A Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.
Artigo 17	As propriedades são de todos os sexos juntos ou separados; para cada um deles elas têm direito inviolável e sagrado. Ninguém pode ser privado delas como verdadeiro patrimônio da natureza, a não ser quando a necessidade pública, legalmente constatada o exija de modo evidente e com a condição de uma justa e preliminar indenização.

Fonte: GOUGES, Marie. 1791.

Suas considerações foram audaciosas, mesmo no cenário de avanço do iluminismo e da defesa de liberdades, em que o homem já tinha como pressuposto a ciência, e ainda por ela creditar proteção ao Ser Supremo, mostrando como a relação com o divino e a fé cristã ainda estava arraigada ao discurso das mulheres. Apesar disso, Marie acabou sendo guilhotinada em pleno contexto da Revolução.

Esta postura foi um chamado às mulheres para o enfrentamento aos filósofos

como Locke e Rousseau (1754), que afirmavam haver virtudes que são próprias para as mulheres, como o recato e a castidade, sendo esse argumento utilizado para não incluí-las em suas discussões. Entendiam que elas não estavam presentes no contrato social e seu papel subalterno era justificado por preceitos bíblicos²⁵ que designavam a capacidade de sentir e não de pensar.

Foi a partir da Revolução Industrial no século XIX, que a condição da mulher mudou substancialmente. O ingresso no mercado de trabalho incluiu as mulheres em parte da força econômica do capitalismo. Pensadores como Engels, Lênin, Mariátegui, de acordo com Nye (1995) perceberam o processo de exclusão da mulher, sua restrição dos assuntos públicos, e limitação da cidadania, mantendo-a apenas no âmbito privado. Lênin considerava que a socialização do trabalho doméstico era essencial para liberação da mulher para outras atividades e Mariátegui seguia esse mesmo pensamento. (IBID).

Segundo Nye (1995, p.55) “o marxismo oferecia uma alternativa aos ideais democráticos aparentemente fracassados, um novo modo de conceitualizar as causas profundas do sexismo e, o que é mais importante, novas estratégias para a mudança”. Engels construía em sua tese um ataque à família burguesa.

Para Engels (1997, p.70) “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. De acordo com este autor, o casamento então se dava por uma questão de conveniência econômica e não uma relação pressuposta do amor entre os indivíduos.

Essa relação ocorria baseada na posição social que estabelecidas em sociedade. Daí se retira outra conclusão a partir de Engels: na classe sem prestígio social e sem herança - e em muitos casos com a mulher trabalhando fora de casa - a opressão de sexo é exercida sem a finalidade da conveniência econômica. Ainda que a mulher estivesse colocada como propriedade do homem, a família proletária não tinha herança.

Nesse sentido “o matrimônio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico” (ENGELS, 1997, p.78). A mulher proletária também faz parte do processo produtivo, sendo responsável pela base de sustentação familiar reprodutiva e também financeira.

Michael Löwy (2015), em texto intitulado ‘Marx contra a opressão das mulheres’, observa que é na obra ‘Sobre o Suicídio’, escrito por Marx em 1946, ainda

²⁵ “E teu desejo será para o teu marido e ele te governará” Gêneses 3:16

jovem, que ele realiza uma poderosa peça de acusação à opressão contra as mulheres.

Três dos quatro casos de suicídio mencionados nos extratos se referem a mulheres vítimas do patriarcado ou, nas palavras de Marx, da *tiranía familiar*, uma forma de poder arbitrário que não foi derrubada pela Revolução Francesa (...) Entre elas, duas são mulheres “burguesas” e a outra, de origem popular, filha de um alfaiate. Mas o destino delas fora selado mais pelo seu gênero do que por sua classe social. (IBID, p. 2)

Marx relata o caso de uma jovem que se suicida motivada pelas agressões de seus pais, ilustrando como os indivíduos são obrigados à subalternidade e acabam se vingando dos mais fracos que eles. Em outro caso, o autor chama atenção sobre o suicídio de uma mulher da Martinica, após não suportar mais o cárcere ao qual foi submetida pelo marido ciumento. Na obra, Marx dá especial atenção a esse caso, que expressa “o poder patriarcal absoluto dos homens contra suas esposas e de sua atitude de possuidores zelosos de uma propriedade privada (IBID)”. Löwy complementa:

Nas observações indignadas de Marx, o marido tirânico é comparado a um senhor de escravos. Graças às condições sociais que ignoram o amor verdadeiro e livre, e à natureza patriarcal tanto do Código Civil como das leis de propriedade, o macho opressor pode tratar sua mulher como um avarento trata o cofre de ouro, a sete chaves: como uma coisa, “uma parte de seu inventário”. A reificação capitalista e a dominação patriarcal são associadas por Marx nessa acusação radical contra as modernas relações da família burguesa, fundadas sobre o poder masculino (IBID).

Para esse autor, o último caso sobre mulher relatado por Marx na referida obra, se tornou conhecido e referência entre as feministas em 1968, o direito ao aborto.

Trata-se de uma jovem que entra em conflito com as sacrossantas regras da família patriarcal e que é levada ao suicídio pela hipocrisia social, pela ética reacionária e pelas leis burguesas que proíbem a interrupção voluntária da gravidez (IBID).

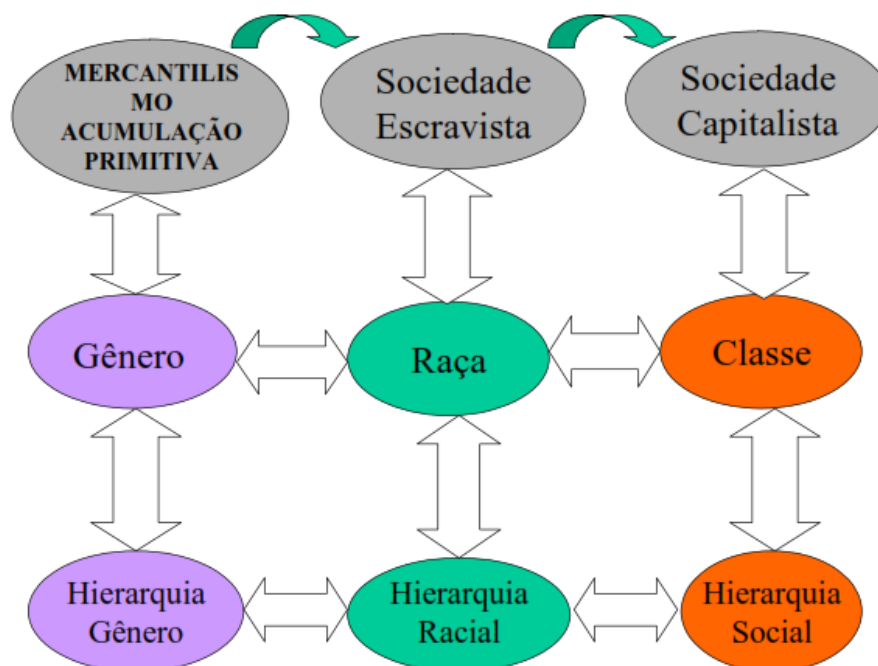
O tratamento dado a esses três casos em *Sobre o suicídio* expõe as preocupações de Marx com a dominação patriarcal, a situação das mulheres na sociedade e as opressões praticadas no seio da família. A opção pelo trato do debate sobre o feminismo pelo viés marxista está associada à compreensão de que Marx ou o marxismo não

negam a realidade da luta das mulheres, mas compreendem que essa não pode ser lida como fenômeno puramente subjetivo, isolado da dimensão material e/ou da luta de classes. Entende que é a realidade material que leva o conjunto de mulheres da sociedade a assumir uma postura de lutas, vitórias e perdas que dependem do jogo de forças econômicas e dos valores de dominação elaborados em diferentes formações sociais, em diferentes modos de produção, mas que no capitalismo aparece atravessado pela luta de classes. Teles (1993, p.37) afirma que “o capitalismo se desenvolveu de modo diferente em cada país, mas em todos ele legitimou o mesmo regime patriarcal de dominação”, que torna a luta das mulheres, portanto o feminismo, uma necessidade.

2.1 - A CONDIÇÃO DA MULHER NO COLONIALISMO DA NOSSA AMÉRICA/ABYA YALA

Para compreender a trajetória de luta das mulheres e os processos de subjugação aos quais se encontram submetidas, é preciso analisar o panorama de opressão/dominação/racismo e enxergar a totalidade das relações nas quais as mulheres estão inseridas. Esse panorama implica acatar a importância das categorias gênero, raça e classe para explicar a realidade das mulheres na contemporaneidade. O Organograma 1 dá uma dimensão da inscrição dessas formas de dominação:

Organograma 1 – Colonialismo, escravismo e capitalismo



Fonte: GARCIA, 2004.

Esse organograma construído por Garcia (2004, p. 44), mesmo simplificando um longo período histórico, como destaca a própria autora, expõe “múltiplas formas de dominação social e racial, recriadas na atualidade”. Permite compreender os diversos elementos que estruturam a sociedade capitalista racista patriarcal moderna. A preocupação de Garcia era compreender o desenvolvimento das teorias racistas, a história do racismo, em que “talvez o grande momento inaugurador da percepção da diferença date mesmo do descobrimento do Novo Mundo” (IBID, p.25).

Segundo a socióloga, a interpretação iluminista legou “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, e nesse contexto também “prosperaram as teorias evolucionistas, o determinismo geográfico e o determinismo racial” (IBID), sendo, portanto, fundamental compreender as múltiplas formas de dominação que são exercidas sobre as mulheres, destacando as mulheres negras. Para Federici,

O capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem

explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas (2004, p. 28).

Ao final do século XIX, o feminismo que emergia nos Estados Unidos não distava daquele presente no restante do mundo. Majoritariamente era representado por ideais e teorias feministas lideradas principalmente por mulheres brancas, estadunidenses e europeias de classe média. As estadunidenses Sejourner Truth (por volta de 1797-1883) e Harriet Tubman (1820-1913), que lutaram pela liberdade, contra a escravidão e o racismo, se rebelaram contra a negação da condição da mulher negra nesse debate. Sejourner Truth ficou conhecida no famoso discurso chamado "*Ain't I A Woman?*"²⁶, em que questionou a suposta inferioridade intelectual e física relacionada às mulheres brancas (por não terem um trabalho remunerado), uma vez que as mulheres negras estavam "acostumadas" ao trabalho braçal.

Para Saffioti há uma simbiose na tríade patriarcado-racismo-capitalismo. Entretanto, a adjetivação ou tipificação do capitalismo por meio de qualificações, acaba por secundarizar elementos que são essenciais na explicação das formas de exploração-subjugação da mulher:

Quando se usa um destes sistemas de dominação-exploração na forma substantiva e outro na forma adjetiva, como, por exemplo, na expressão capitalista patriarcal, está-se atribuindo maior importância ao capitalismo, deixando em plano secundário o patriarcado. O mesmo se passa com a expressão capitalismo racista. No primeiro caso, o patriarcado apenas qualifica o capitalismo, assim como no segundo o racismo exerce esta função de qualificação (1987, p.60).

Portanto, o discurso das Epistemologias do Sul da necessidade de análise interseccional como sobreposição de marcadores de opressão, conforme apresentado no capítulo anterior, é relevante para compreensão dos processos, no entanto "convém notar que a referida simbiose não é harmônica, nem é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória" (Ibid, p.62), como mostra Saffioti

²⁶ "Não sou eu uma mulher?"

todas as lutas intestinas que desaguardam em cisões, nos chamados "rachas" dos movimentos feministas, têm por origem a maior importância atribuída a uma luta, em detrimento de outras. Assim, grupos dividem-se ou desfazem-se porque uma parcela das mulheres prioriza a luta de classes, outra, o combate ao patriarcado, outra, ainda, a batalha contra os preconceitos raciais (Ibid, p.88).

O contexto de acumulação primitiva, como “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996, p.673 – 340 na edição Os Economistas). Federici (2004, p.15-16) considera que esse foi um processo fundacional, “o que revela as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista. Isso nos permite ler o passado como algo que sobrevive no presente”.

Obviamente, a expansão capitalista impactou todo o mundo, e isso não ocorreu ao acaso, pois “o capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu “uma grande sacudida mundial”” (FEDERICI, 2004, p.34). Constituiu-se, por este caminho, uma alternativa de transformação diante da angústia dos trabalhadores e serviçais, apesar de não ser uma revolução que levaria à melhoria efetiva de suas vidas.

O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo (FEDERICI, 2004, p.34).

Intrínseco ao sistema capitalista está o desenvolvimento das “forças produtivas”, assim para aumentar o lucro era/é necessário produzir mais e construir mercado consumidor. Nesse intuito de expandir o capitalismo produziu-se o “novo mundo”, num processo de colonização que dizimou povos, culturas e ecossistemas inteiros. Na Europa, entre os séculos V e VII, em resposta ao desmoronamento do sistema escravagista, os servos estavam atados aos seus senhores como suas poses:

a escravidão nunca foi completamente abolida, desenvolveu-se uma nova relação de classe que homogeneizou as condições dos antigos escravos e dos trabalhadores agrícolas livres (Dockes, 1982, p. 151),

relegando todo o campesinato a uma relação de subordinação. Deste modo, durante três séculos (do século IX ao XI), “camponês” (*rusticus, villanus*) seria sinônimo de “servo” (*servo*) (Pirenne, 1956, p. 63) (FEDERICI, 2004, p. 36).

O retrato que emerge dos feudos é uma luta de classe incansável, cotidiana que fez perceber que: “*“A terra é de quem trabalha”* – a mesma demanda que ressoou ao longo do século XX, das revoluções mexicana e russa até as lutas de nossos dias contra a privatização da terra” (FEDERICI, 2004, p.37).

No feudalismo a condição de reprodução da vida se garantia através do controle realizado pelo senhor feudal. Era nele, acima dos pais e dos maridos, que residia à autoridade sobre todas as pessoas (o direito de posse e propriedade). De acordo com a autora, não havia diferenciação no campo da produção de bens e da reprodução da força de trabalho, mesmo por que, no feudalismo a terra era entregue à unidade familiar. As mulheres, além de trabalharem na terra, não dependiam dos maridos pois também podiam dispor do produto do seu trabalho.

As atividades domésticas, por sua vez, tinham importância como ocorreria no capitalismo. Vale lembrar que o trabalho coletivo era sobressalente, o trabalho doméstico era cooperado entre as mulheres. Federici destaca sobre a forma de organização do trabalho, que “longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina” (IBID, p. 40). Entretanto, essa igualdade, com aparente tom de liberdade, se esvaía à medida em que:

Era o Senhor que mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres, e decidia, por exemplo, se uma viúva deveria se casar novamente e quem deveria ser seu esposo. Em algumas regiões reivindicavam, inclusive o direito de *ius primae noctis* – o direito de deitar-se com a esposa do servo na noite de núpcias (IBID, p. 39)

Nesse contexto, a condição da mulher em relação ao homem na comunidade servil estava limitada por ter o senhor feudal controlando vidas desde a condição privada (conduta sexual, casamento, etc.), à pública (trabalho). Ressalta-se o estupro como condição de dominação. Para Federici (2004, p.401) “não é possível impor seu poder sobre outras pessoas sem rebaixá-las, até o ponto em que mesmo a possibilidade de identificação fosse inviabilizada”.

Assim, sociedades mais complexas com conhecimento científico, matemático, físico, astrológico, linguístico; com estruturas e organizações sociais foram massacradas, a exemplo dos Maias, Incas e Astecas, entre outros povos, que ao serem dominados, tiveram os homens transformados em escravos e as mulheres e meninas submetidas a estupro (levando-as muitas vezes à morte) como demonstração de poder do dominador. Segundo Gargallo:

Toda situación de conquista y dominación crea condiciones para la apropiación sexual de las mujeres de los grupos derrotados para afirmar la superioridad del vencedor. Estas condiciones se perpetúan en la violencia contra las mujeres, en general, y en particular contra las mujeres indígenas, negras y pobres (2007, p. 21).

Todorov (1996, p.41) apresenta relatos do diário de Colombo que expressam a condição da mulher vista pelos colonizadores, comparando-as a cães, entre outras coisas. "Notaram que as mulheres casavam panos de algodão, mas não as meninas, algumas já com dezoito anos. Havia ainda cães mastins e perdigueiros (17.10.1492)". Como expressa outro trecho do diário de Colombo:

O número já tinha sido fixado: meia dúzia; os indivíduos não contam, são contados. Numa outra ocasião ele quer mulheres (não por lubricidade, mas para ter uma amostra de cada coisa). "Enviei alguns homens a uma casa na margem oeste do rio. Eles me trouxeram sete cabeças de mulheres, jovens e adultas, e três crianças" ("Diário", 12.11.1492) (TODOROV, 1996, p.46).

A “descoberta” do “novo mundo” trouxe consigo o monstro devastador dos contos míticos²⁷: o capitalismo, deixando seu rastro de sangue e sofrimento por onde passava: “ser índio, e ainda por cima mulher, significa ser posto, automaticamente, no mesmo nível que o gado” (TODOROV, 1996, p.46). Esse quadro expõe impactos que reverberam ainda na lógica patriarcal de Estado, que num sistema mundo também se posiciona em relação a essa hierarquização.

A colonização ocorreu produzindo uma afirmação ideológica que transformou as mulheres latino-americanas em corpos preferentemente erotizados, convertidos em

²⁷ Dos deuses cavalgando, usado pelos espanhóis para se colocar como deus e dominar os povos. É possível ler mais em: TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A Questão do Outro. Tradução de Beatriz Perrone Moi, Martins Fontes, 2ª edição, 1996.

instrumento para a sujeição e a reprodução do colonizador. Nossa América/Abya Yala é vista por outros continentes como lugar para o prazer onde se consegue as “mulheres mais mulheres” (em suas formas de beleza). Mulheres que passaram a ser exportadas (até os dias atuais) como migrantes sem documentação para os mercados do sexo ou dos cuidados.

El colonialismo europeo ha marcado América Latina con cicatrices profundas: en su mayoría es un continente católico; se rige por una economía de mercado determinada por un centro externo a la región; y su estructura social es patriarcal, racista y discriminadora (GARGALLO, 2007, p. 22).

O processo “civilizatório” construiu o papel da mulher sob a égide da moral cristã, que serviria (e serve) como pilar ao sistema capitalista, e de forma dialética, exclui as mulheres da esfera de produção formal, mas as utiliza como força de trabalho, pois assim o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho feminino em outras esferas podem ser superexplorados servindo como qualificador para acumulação de capital²⁸. Federici destaca:

No século XVIII, a afluência de ouro, prata e outros recursos procedentes da América para a Europa deu lugar a uma nova divisão internacional do trabalho que fragmentou o proletariado global por meio de segmentações classistas e sistemas disciplinares, que marcaram o começo de trajetórias, frequentemente conflitivas, dentro da classe trabalhadora (2004, p.397).

Com a expansão de fronteiras para acumulação de capital, o modelo patriarcal de relações foi levado também para o “Novo Mundo”. A condição de subalternidade e inferioridade da mulher pregada pela Igreja, assim como a necessidade de força de trabalho para atuar nas colônias supridas pela sociedade escravagista, constituía outros mecanismos para hierarquizar e explicar a dominação de gênero e raça. Quando esses elementos (gênero e raça) se interseccionam, a condição de objetificação e exploração se intensifica.

Por sua vez, a interpretação da trajetória do feminismo em Nossa América/Abya Yala exige apresentar as estruturas de poder e hierarquias. As

²⁸ Ver mais em *A funcionalidade da inferioridade do trabalho feminino*, Item 2.3 da Dissertação de mestrado da autora sob orientação da professora Doutora Josefa de Lisboa Santos.

instituições de domínio como a Igreja se sobressaíam no trabalho de assegurar a naturalização da exploração e subordinação, justificando tanto as formas de submissão de corpos e vidas das mulheres como as criadas para resistirem. As formas de atuação na esfera de produção, como, por exemplo, as curandeiras e feiticeiras, que buscavam soluções para seus próprios problemas, já que esses, não eram valorizados pela sociedade da época, expunha uma dessas estratégias.

Las hechiceras y curanderas buscaron soluciones propias a los problemas cotidianos que les presentaba la sociedad colonial, adoptando unas y rechazando otras, las soluciones propuestas por la Iglesia y las instituciones coloniales. Muchas veces también, inventaron soluciones a problemas de los cuales las instituciones coloniales no se preocuparon (OSORIO, 1999, p. 63).

Essas mulheres que sabiam manejar as plantas, a saúde, e os animais; sabiam plantar, colher, pescar e cuidar do alimento muitas vezes eram rechaçadas, já que o conhecimento era construído de forma androcêntrica, em que somente o homem era tido como capaz de elaborar. Nesse aspecto, o cristianismo assumia papel estratégico, negando o conhecimento às mulheres. Aquelas que expunham seus conhecimentos eram queimadas na fogueira da inquisição, por serem consideradas bruxas.

A caça às bruxas no “Novo Mundo”, da mesma forma que ocorreu na Europa, “foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio” (FEDERICI, 2004, p.398-399).

A caça às bruxas não destruiu a resistência dos colonizados. Devido à luta das mulheres, o vínculo dos índios americanos com a terra, as religiões locais e a natureza sobreviveram à perseguição, proporcionando uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de 500 anos. Isso é extremamente importante para nós em um momento de conquista renovada dos recursos e das formas de existência das populações indígenas. Devemos repensar o modo com que os conquistadores lutaram para dominar aqueles a quem colonizavam; foi o que permitiu a estes últimos subverter este plano, e contra a destruição de seu universo social e físico, criar uma nova realidade histórica (FEDERICI, 2004, p.399).

O objetivo era aumentar o lucro da Coroa, que precisava intensificar a exploração do trabalho indígena “com a finalidade de assegurar um maior fluxo de

lingotes de ouro e prata para seus cofres” (FEDERICI, 2004, p.410). Portanto destruindo a relação comunal, a adoração aos deuses que faziam referência, as práticas principalmente agrícolas e impondo a cristianização, o processo de dominação (físico e também psíquico) da Igreja tornava-se mais eficaz, assim como justificava os feitos do colonizador sob a lógica da benção de Deus para livrar da idolatria.

Rapidamente, evidenciou-se que, sob o manto da cristianização, os povos continuaram adorando seus deuses, da mesma forma que continuaram retornando a suas milpas (campos), depois de terem sido tirados de suas casas. Por isso, o ataque aos deuses locais, ao invés de diminuir, se intensificou com o passar do tempo, alcançando seu ápice entre 1619 e 1660, quando a destruição dos ídolos foi acompanhada por verdadeiras caças às bruxas, desta vez convertendo as mulheres em seu objeto particular (FEDERICI, 2004, p.411).

É possível compreender que a materialidade reflete na forma de ser, e que esta fixa-se em signos e significados que, mesmo mediante a destruição física das estruturas de adoração e de cultura, levaram esses povos a resistirem e re-existirem. Em relação às mulheres Federici (2004, p.416) afirma que antes da conquista, elas tinham suas próprias organizações, “suas esferas de atividade reconhecidas socialmente e, ainda que não fossem iguais aos homens, eram consideradas complementares a eles quanto à sua contribuição na família e na sociedade”.

Com a colonização emergiram crenças misóginas e uma reestruturação econômica que deu poder político aos homens. Atrelando-se a essa nova relação, os chefes tradicionais “começaram a assumir a propriedade das terras comuns e a expropriar das integrantes femininas da comunidade, o uso da terra e seus direitos sobre a água” (FEDERICI, 2004, p.417), reduzindo as mulheres à condição de servas e criadas.

A igreja católica²⁹, no colonialismo atuava decisivamente na pacificação das relações de classe, alimentando a esperança da igualdade entre todos. Perpetuando dogmas, a partir da ideia de moral e pecado, a instituição ajudava a manter a exclusão e colocar obstáculos para a realização da mulher, que além de não ter espaço na sociedade, também era/ainda é vista como uma extensão da propriedade privada.

Os assuntos que dizem respeito à individualidade da mulher são abordados pela igreja com uma conotação que lhes atribui valores morais e sociais, assim muitos deles

²⁹ Utiliza-se Igreja referindo à instituição, no caso do Brasil a Igreja Católica principalmente, mas que atualmente as Igrejas Evangélicas também têm cumprido esse papel.

são tratados como questão social e não privada. Dessa forma abre-se um precedente para que o Estado, com influência do monoteísmo possa legislar, normatizar e punir as questões referentes à intimidade feminina.

O fato de “dizer que Deus é pai, Deus é homem, é uma forma muito eficaz de afirmar o poder masculino” (JASHEL, 2004, p.5), reafirmar o patriarcado e colocar a mulher na tutela do homem devendo, portanto, submissão, subalternidade, obediência e obrigação de satisfazer-lhe, associando Deus ao poder masculino - cabeça da Igreja - e o homem como poder masculino - cabeça da família -, reforçando a condição à qual o feminino deve se encaixar.

Para defender sua posição na estrutura de poder, a Igreja tenta adequar seu corpo doutrinário às expectativas sociais presentes, sacrificando a doutrina cristã sempre que as condições para a preservação de seu status o exigirem. Funcionando muitas vezes, como mecanismo atenuador de tensões (...) no que tange às relações entre as classes sociais. Reduzir o conflito entre estas últimas faz parte de uma política inteligente de preservação das diferenças sociais, fundamento das sociedades capitalistas (SAFFIOTI, 1976, p. 91-92)³⁰.

Nesse sentido, o poder da Igreja era/é significativo, colocando as mulheres como seres sedutores, relacionadas à ideia de que foi Eva que convenceu Adão a comer o fruto proibido (sempre atrelando a elas a culpa) para justificar a violência a que eram submetidas; ou mesmo quando inseridas como moeda de troca dentro da lógica de mercado capitalista “em troca de alguma recompensa econômica ou um cargo público”, por isso “se converteram nas principais inimigas do domínio colonial, se negando a ir à missa, a batizar seus filhos ou a qualquer tipo de cooperação com as autoridades coloniais e os sacerdotes (FEDERICI, 2004, p.418).

Muitas sabiam dos remédios à base de ervas, o que era visto como uma afronta, pois eram consideradas demoníacas, seres não pensantes. Seus feitos eram tidos como bruxaria. A Igreja trazida tanto pelos espanhóis quanto pelos portugueses, em nome de

³⁰ Na Idade Média, a Igreja anulava casamentos sob os mais fúteis pretextos, lançando mão do recurso da proibição do matrimônio até o sétimo grau de parentesco. Nesse ajustamento as exigências sociais da época, sacrificava enormemente a aplicação integral de sua doutrina. A Igreja Católica pactuou ainda com os mais violentos regimes políticos da época contemporânea. (SAFFIOTI, 1976, p.93) Pactuando com o facismo, nazismo. Foi através dela também disseminada a ideologia racista que ocasionou a escravidão (os negros não tinham alma), e atua até hoje para perpetuar a ordem, sendo ora o aborto incriminado ora não.

Deus, tinha “carta branca”³¹ para julgar e decidir o castigo necessário, o que levou muitas mulheres à inquisição (no caso mais mulheres, embora se tenha registro de alguns homens), que na Nossa América/Abya Yala representou a extensão do processo existente na Idade Média³².

O imaginário da bruxa como uma mulher munida de uma vassoura de palha e um caldeirão remete à realidade material camponesa, em que as mulheres varrem a porta de casa, fazem fusões de plantas em seus caldeirões, trocando experiências. Em referência a esse tempo, mesmo quando o desconhecem, as camponesas em pleno século XXI entoam o *Hino das Bruxinhas*, para retomar a importância do papel das mulheres no campo, sua autonomia para cuidar da saúde, como forma de resgatar a cultura e o conhecimento que lhes foram negados. Expressam na letra da canção:

É nas matas e nas florestas/ Que as bruxinhas encontram/ A erva para curar/ É o amor quem revela a arte/ De usar a erva e a transformar/ É em grupo, com as companheiras/ Que as bruxinhas aprendem/ O jeito de curar/ A ternura que as bruxinhas espalham/ É o grande tempero da sua missão³³.

No Brasil, a primeira visita da inquisição foi em 1591 e durou até 1824, “até que a persistência da diminuição demográfica e a crescente segurança política e econômica da estrutura de poder colonial se combinaram, pondo fim à perseguição” (FEDERICI, 2004, p.427), que resultou na construção do papel da mulher como serva dependente de uma figura masculina. Assim, Ribeiro (2000, p.1) contribui afirmando que “a condição social da mulher no olhar dos homens, herdeiros dos valores portugueses era de um ser inferior. A mulher ocupava o mesmo lugar onde também eram compreendidos as crianças e os doentes mentais”.

³¹ “O ato de “dar carta branca” ou “ter carta branca” significa a livre e absoluta permissão para agir em determinada ocasião ou fazer algo da maneira como for mais conveniente para a pessoa que recebe esse poder. Em outras palavras, trata-se da liberdade plena de tomar decisões” SIGNIFICADOS, 2018. Disponível em:< <https://www.significados.com.br/carta-branca/>>, acessado em 11 de julho de 2018.

³² Na Idade Média a inquisição foi criada pelo Papa Gregório IX, em 1233, e dirigida pela Igreja Católica Romana, composta por tribunais que julgavam todos aqueles considerados ameaças à doutrina. Nesse processo muitas mulheres que tinham conhecimento das ervas medicinais e formas de tratamento para saúde foram queimadas na fogueira por serem consideradas bruxas. Isso porque o conhecimento da medicina só podia ser apropriado pelos homens pertencentes a Igreja, a mulher considerada não pensante realizar era uma blasfêmia. (PERNOUD, Régine. Luz Sobre a Idade Média. Trad. António Manuel de Almeida Gonçalves. Mem Martins: Publicações Europa – América, 1997).

³³ Canção entoada pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas- MMC, do Brasil. A letra foi retirada para esse artigo de fonte primária, na Oficina de Ervas Medicinais do MMC/Sergipe em 2014.

As indígenas eram responsabilizadas pelos amancebamentos e concubinos dos exploradores portugueses, que se tornaram “vítimas” das “conquistas”; ao contrário do colonizador que escravizava as nativas e lhes impunham seus desejos. Também é construído o imaginário da hipersexualização da mulher negra, que era escrava e quilombola, rebaixada a um corpo que deveria servir de prazer aos homens e que podia ser mutilado como penitência à sua desobediência.

Essa condição da mulher era legitimada pela Igreja e pelo Estado como suporte à construção de uma sociedade capitalista patriarcal colonial. A mentalidade era de que as mulheres tinham que se submeterem aos maridos, como os cristãos estão sujeitos a Deus, conforme o apóstolo Paulo havia escrito em sua carta a efésios:

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos. (BIBLIA, Efésios 5:22-24).

No período colonial, apesar dos esforços do advento da modernidade na redução do poder da igreja, na Nossa América/Abya Yala essa instituição foi primordial ao processo de aculturação e naturalização da dominação. A igreja corroborou com o enclausuramento da mulher ao espaço privado, com a doutrinação de bom e mau, construindo a figura idealizada de Maria (mãe de Jesus) como aquela que deveria ser seguida, reforçando o princípio de dominação masculina.

A Igreja “continua a ver na emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada” (JOFFILY, 2004, p.9). Dessa forma, afirma-se como sustentação do modos operandi do sistema de dominação.

Para a mulher: “Se o controle e o castigo não fossem humanos, ministrados pelo marido ou pelo confessor, eles viriam do Esposo Divino [...]” (DEL PRIORE, 2009, p.115). Mas nem todas as mulheres tinham a possibilidade de seguir o modelo idealizado pela Igreja, como a submissão, o recato ao espaço doméstico, a manutenção do casamento ou a total dedicação aos filhos, visto que para as mulheres pobres (trabalhadoras, indígenas, quilombolas e camponesas) a condição material exigia a extensão da sua força de trabalho além da esfera doméstica.

Sobre elas recaía a culpabilização individual/coletiva tanto subjetiva de acreditar que iriam para o inferno, quanto materializada nas relações de inferiorização do seu trabalho, superexplorado, mas necessário para manter condições de viver nem sempre dignamente - no sentido de atender as necessidades básicas da família -.

Nessa transição da colônia para o império, o discurso médico aparece como sustentador dos princípios religiosos, afirmando incapacidades femininas, inclusive para a lógica e a matemática, o que as afastava dos espaços econômicos e políticos, afirmando que elas eram mais voltadas à maternidade e, dessa forma, naturalizando a condição da mulher como aquela que procria.

E até mesmo o protagonismo de dar a vida vai aos poucos saindo do controle da mulher para ser referenciado pela medicina (nesse momento atividade realizada, no plano formal, somente por homens) num sistema de regras que construía uma corporeidade referendada pela ciência com práticas incorporadas como “verdadeiras”. Assume-se que o corpo de mulher “de verdade” procria, o que dificultou até mesmo para as feministas entenderem as travestis e transexuais como mulheres. De acordo com Cunha, referindo-se às mulheres no século XIX:

A figura feminina assume aí, desde, pelo menos, a segunda metade do século passado, uma importância central. Ela constitui mesmo um dos objetivos principais de uma medicina posta a serviço da ordem social, e voltada para a constituição de uma família moralizada e higiênica. A mulher torna-se cúmplice do médico na tarefa de moldar a família, e sua importância é enfatizada claramente pelas entidades científicas [...] (1986, p. 34-35).

O Estado brasileiro desde o início da República teve como pilar a institucionalização da medicina “como produtora de um saber capaz de ordenar e orientar todas as áreas da sociedade: na formatação do espaço urbano, no trabalho, nas relações familiares e nos corpos masculinos e femininos” (SANTOS, 2017, p.2). Com ideais higienistas e de normatização da sociedade, a medicina ratifica condutas sociais que visam a redefinição da família como peça mestra nesse projeto, que estabelece os papéis de acordo com o sexo. Nesse caso, “a misoginia do pensamento dominante e o ideário religioso [...] reforçavam o argumento biológico que atribuiu às mulheres o papel exclusivo de mãe e esposa” (SANTOS, 2017, p.5).

Nota-se que apesar do Estado brasileiro ser apresentado como laico, historicamente seus tecnocratas mantiveram ligação com o padrão religioso de moral.

Assim, se considerarmos que o Estado funciona, como em Althusser (1985)³⁴, em que os sistemas das diferentes igrejas constituem Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), essa Igreja serve para pacificar as relações de classes alimentando a ideia de igualdade entre todos, ainda que, para ela, essa só possa ser alcançada na vida eterna.

Embora a relação igreja-Estado tenha colaborado para afastar as mulheres da esfera de produção, a aceitação da sua natureza frágil serviu, na verdade, para maior exploração do trabalho feminino. A Igreja também desempenhou relevante papel ao afirmar a condição de afastamento da mulher em relação à ciência. O sistema educacional sexista e elitizado tinha projetos políticos pedagógicos bem diferentes para meninos e meninas, e dentre elas, as poucas que podiam ter acesso à educação eram condicionadas principalmente à economia doméstica e prendas do lar.

A luta feminista do século XIX foi marcada então por essas mulheres que tiveram a possibilidade de aprender a ler e escrever, e remetiam cartas umas às outras, como forma de passar informações, difundir materiais de leitura, realizar debates, etc., uma vez que elas não podiam publicar livros ou textos em jornais.

As cartas da mexicana Sor Juana Inés de la Cruz (1651-1695), apresentam as dificuldades de acesso à educação, ao afirmar em uma das suas cartas que “yo no estudio para escribir, ni menos para enseñar (que fuera en mí desmedida soberbia), sino sólo por ver si com estudiar ignoro menos” (1691, p.4). Para ela, o aprendizado da gramática se deu sem que a família soubesse, a possibilidade de ler propiciava novas descobertas, inclusive sobre a ciência, opondo-se ao conjunto de elementos que a sociedade daquele momento remetia como interesse de mulher (a vaidade com os cabelos), como é possível perceber em outro trecho de uma das cartas.

Empecé a deprender gramática, en que creo no llegaron a veinte las lecciones que tomé; y era tan intenso mi cuidado, que siendo así que en las mujeres --y más en tan florida juventud-- es tan apreciable el adorno natural del cabello, yo me cortaba de él cuatro o seis dedos, midiendo hasta dónde llegaba antes, e imponiéndome ley de que si cuando volviese a crecer hasta allí no sabía tal o tal cosa que me había propuesto deprender en tanto que crecía, me lo había de volver a

³⁴ O domínio do Estado se dá tanto na esfera pública quanto privada, pois esta distinção é interior ao Direito burguês. Assim também como o Estado está para além do Direito como afirma Althusser (1985, p. 45): “o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público, nem privado (...) o que importa é o seu funcionamento”.

Os Aparelhos do Estado (AE) também agem pela ideologia, embora o método de ação seja através da violência, assim como os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) funcionam pela ideologia, mas também com formas de violência através das punições, sanções, seleções, exclusões e até mesmo a censura.

cortar en pena de la rudeza. Sucedió así que él crecía y yo no sabía lo propuesto, porque el pelo crecía aprisa y yo aprendía despacio, y con efecto le cortaba en pena de la rudeza: que no me parecía razón que estuviese vestida de cabellos cabeza que estaba tan desnuda de noticias, que era más apetecible adorno (CRUZ, 1691, p.5).

Apesar do esforço e dedicação com estudos, a família religiosa de Sor Juana não a permitiu ingressar numa universidade. As cartas serviam também como uma forma de expor sua crítica social, uma vez que não podia contestar os homens diretamente, nem escrever textos para publicação. Nesse caso, um bispo lhe fez críticas e aconselhou que se dedicasse mais a Deus que aos estudos. Sor Juana em um dos trechos da carta apresenta uma vida que lhe foi retirada, devido às poucas opções que lhe foram dadas.

Entréme religiosa, porque aunque conocía que tenía el estado cosas (de las accesorias hablo, no de las formales), muchas repugnantes a mi genio, con todo, para la total negación que tenía al matrimonio, era lo menos desproporcionado y lo más decente que podía elegir en materia de la seguridad que deseaba de mi salvación; a cuyo primer respeto (como al fin más importante) cedieron y sujetaron la cerviz todas las impertinencias de mi genio, que eran de querer vivir sola; de no querer tener ocupación obligatoria que embarazase la libertad de mi estudio, ni rumor de comunidad que impidiese el sosegado silencio de mis libros (CRUZ, 1691, p.5).

Ainda no século XIX, outra feminista que se utilizou de cartas foi a francesa Josefina Bachellery (1842, p.9), que escreveu sobre educação e emancipação das mulheres, afirmando que não conhecia “sino tres principios que deban servir de regla universal a las acciones humanas, y de bases fundamentales a la educación, que son: el sentimiento del Infinito, la conciencia y la razón”. Questionou o acesso à educação e propôs uma educação pública, assim como, uma educação para mulheres que as direcionasse ao mercado de trabalho:

Cada alumna sentirá toda la dignidad de su ser en el estudio del estado que haya escogido, y la cultura de su espíritu la llevará a desenvolver y perfeccionar sus instintos morales. Penetrada del valor y belleza de su inteligencia, vivirá contenta en la situación en que la haya colocado la Providencia, porque allí encontrará la conciencia de su igualdad, y los encantos de una poesía propia y personal (BACHELLERY, 1842, p.14).

Algumas cartas da feminista brasileira, Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, apresentaram a necessidade do acesso à educação pelas mulheres. Com forte influência positivista de Augusto Comte e também muito religiosa, a autora afirmou que “certamente Deus criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida” (PINTO, 1832, p.1). Ela também incentivou a organização das mulheres, como aparece nessa citação retirada de fragmentos do livro *Derechos de las Mujeres e Injusticia de los Hombres*.

En una palabra, mostrémosles, por lo poco que hacemos sin el auxilio de la educación, de cuanto seríamos capaces si nos hicieran justicia. Obliguémoslos a avergonzarse de sí mismos, si es posible, la vista de tantas injusticias que practican con nosotras, y hagámoslos, finalmente, confesar que la menor de las mujeres merece un mejor tratamiento de su parte, del que hoy recibe la más digna entre nosotras (AUGUSTA, 1832, p.4).

Dionísia Gonçalves Pinto foi a criadora da primeira escola para mulheres. Embora as cartas tenham causado grande impacto para o movimento feminista na América Latina, essa forma de articulação excluiu grande parte das mulheres, aquelas que não sabiam ler e escrever. Segundo Teles (1999, p.27) nesse período o ensino “proposto (1827) só admitia para as meninas a escola de 1º grau, sendo impossível, portanto, atingir níveis mais altos, abertos aos meninos”, sendo direcionada uma educação voltada para prendas do lar.

Além das diferenças salariais entre professores e professoras, as mulheres sofriam sanções quando tentavam desviar o foco do ensino imposto pelas autoridades da época (como Maria da Glória Sacramento, que teve o ordenado suspenso por não ensinar prendas domésticas (TELES, 1999, p.28). Havia ainda outras formas de discriminação: “o número de escolas para meninas era inferior ao de escola para meninos” (Ibid), semelhante situação no ensino particular e no ensino superior “o ingresso da primeira mulher se deu em 1881. Mas somente em 1887 se graduava a doutora em medicina Rita Lobato Velho Lopes”(Ibid).

Isso posto, nota-se a importância da pauta do acesso à educação, compreendida como prioritária, pois para as feministas do início do século XX, é a mulher (metade da humanidade) quem educa toda a humanidade e a negação do acesso à educação se

refletia em efeitos brutais para a sociedade, principalmente para a classe trabalhadora e camponesa.

Para a argentina Bidaseca (2014, p.2), “el feminismo, como movimiento de emancipación femenina que lucha por la igualdad de los géneros, representó para las mujeres una revolución íntima de consecuencias infinitas”.

Algumas intelectuais, como Valdivieso (2012)³⁵, Felgueiras (2017) e Pinto (2003) sistematizaram os diferentes cenários de luta das mulheres como ondas feministas. O tempo e as pautas da luta feminista foram apresentados em três momentos, denominados ondas: A primeira compreende desde à caça às bruxas (que começou no século XV e atingiu seu apogeu nos séculos XVI a XVIII), até a mais recente luta por acesso à educação e demais direitos.

A segunda onda incorpora o debate de gênero nos movimentos feministas e no meio acadêmico, contexto no qual surgem as lutas camponesas no Brasil. Já a terceira onda é representada nos feminismos populares e diversos, que destacam especificidades (e formam o feminismo negro, comunitário, descolonial, emancipacionista etc), dentro do contexto de globalização.

Há feministas que já discutem uma quarta onda, o cyber feminismo ou mesmo feminismos operados a partir de correntes “horizontais” (acadêmico, negro, lésbico, masculino etc.), “que se poderia chamar de “*feminist sidestreaming*” ou de “fluxo horizontal do feminismo”” (HEILBORN & ARRUDA, 1995; ALVAREZ, 2009). No entanto, compreendemos que esses processos “horizontais” existiram/existem em toda história do feminismo, e apesar do cyber espaço ter papel importante na organização das mulheres, aqui ele será destacado dentro da terceira onda, no bojo das formas de luta³⁶.

Na definição física, onda é uma perturbação oscilante que faz a transferência de energia cinética da fonte num determinado espaço e período de tempo, que podem “voltar” de diferentes formas (reflexão, refração, dispersão etc.). A comparação com o feminismo é pela propagação de determinada ação, assim compreende-se um viés metodologicamente viável para apresentar o debate no âmbito acadêmico.

É relevante frisar que há diferença, sobretudo nas demarcações temporais, das

³⁵ Para Valdivieso (2012): “En América Latina se reconoce como primera ola del feminismo a la etapa de lucha por el derecho al sufragio y a la educación.. La segunda está identificada como un “renacer” del feminismo en los años sesenta y setenta, en el contexto de transformaciones contraculturales en Occidente. En los años 80 estuvo marcado por la resistencia a las dictaduras y por las propuestas de democratización de la vida. En los noventa, por las denuncias y movilizaciones en contra del modelo neoliberal”.

³⁶ Valdivieso (2012), sistematiza a luta das mulheres na América Latina em três ondas feministas, nos apoiamos assim para essa estruturação histórica/metodológica.

ondas do feminismo europeu e estadunidense com as ondas do feminismo da Nossa América/Abya Yala, inclusive como se propagam no Brasil, uma vez que surgem em contextos sociopolíticos distintos, embora estejam relacionadas. A partir dessa sistematização metodológica discute-se as ondas feministas na Nossa América/Abya Yala a fim de uma linguagem mais fluida, sem perder o compromisso com a totalidade.

2.2 - 1ª ONDA FEMINISTA: A LUTA DAS MULHERES

“Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?” (Nísia Floresta, 1989)³⁷.

A história não é um ciclo, não se repete, passa por processos de desenvolvimento em espiral³⁸, portanto a condição material é preponderante para entendê-la. O início do século XX é marcado pela luta das mulheres no plano do direito e representa a **1ª Onda Feminista na América Latina**.

Devido ao avanço da industrialização, às lutas abolicionistas e à necessidade de mão de obra assalariada, surge uma classe dominante com mentalidade capitalista junto ao exército brasileiro, depois do golpe militar que proclamou a República em 1889. “Há espaço para novas ideias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora da sua condição e do papel que vinha desempenhando” (TELES, 1999, p.29).

As mudanças trazidas pelo novo sistema político abriram caminho para a criação de organizações de luta, constituindo diversos movimentos abolicionistas, que teve entre as lideranças Maria Amélia de Queiroz e Dionísia Gonçalves Pinto (que tratamos anteriormente). Nesse cenário, se destaca como porta-voz das dificuldades das mulheres Patrícia Galvão, conhecida pelo pseudônimo Pagu, primeira mulher presa no Brasil por motivações políticas.

³⁷ FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

³⁸ Marx, abordando especificamente o modo de produção capitalista, afirma em O Capital: "Considerada de uma maneira concreta, a acumulação se transforma, conseqüentemente, em reprodução do capital numa escala progressiva. O círculo da reprodução simples se estende e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, em espiral". Ver Karl Marx, Le Capital. Paris, Editions Sociales, 1973, primeiro livro, tomo 11I, sétima seção, "A Acumulação de Capital", p. 23.

Esse momento de efervescência política também impulsionou diversas organizações como o Partido Republicano Feminino. O PRF foi

fundado em 23 de dezembro de 1910, tendo como sua primeira presidenta a feminista baiana Leolinda Daltro. A organização se propunha a promover a cooperação feminina para o progresso do país, combater a exploração relativa ao sexo e reivindicar o direito ao voto. Em novembro de 1917, o PRF levou dezenas de simpatizantes do sufrágio universal às ruas do centro de Salvador. Daltro lutou para que um senador apresentasse o primeiro projeto de lei, em 1919, em favor do sufrágio feminino. Em 1921, tal projeto passou pela primeira votação, mas jamais foi realizada a segunda e necessária rodada de votação para converter o projeto em lei³⁹ (TOSI, 2016, p.1).

Emergiram a partir daí muitos movimentos, organizações de mulheres, e mulheres de destaque pela produção intelectual, que se tornaram referências para as lutas subsequentes. Nesse cenário, deram importante contribuição ao feminismo brasileiro Bertha Lutz, bióloga paulista e Jerônima Mesquita, ambas ativistas do direito ao voto feminino, fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922. Além do voto, elas lutavam pela escolha do domicílio e pelo trabalho de mulheres sem a necessidade de autorização do marido. Nessa luta, a participação da FBPF foi decisiva para a sanção da lei nº 6.791/80 pelo presidente João Figueiredo, que instituiu o dia 30 de abril como Dia Nacional da Mulher.

Essa data foi escolhida em referência a Jerônima Mesquita, de família aristocrática, que tinha formação em Enfermagem e viajava sempre entre Brasil e Europa, sendo voluntária da Cruz Vermelha de Paris e depois da Suíça, uma das líderes do movimento feminista em busca do sufrágio feminino. Suas viagens possibilitaram conhecer o movimento escoteiro da Europa e trazê-lo ao Brasil, fundando o Movimento Bandeirante que se apresentava como uma proposta de educação pioneira, acreditando na importância da mulher assumir papel atuante. Esse movimento ainda existe e possui força em todo o país, tendo-a como principal referência.

A articulação das mulheres, em sua maioria, do interior da burguesia, referenciadas na luta através do Estado, era chamada feminismo sufragista e visava também o direito ao divórcio, à educação e ao trabalho. O surgimento do Partido Comunista no Brasil deu suporte à luta das mulheres, influenciando em 1932 a

³⁹ TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Site Politize! Disponível em: <<http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>>, acessado em 07 de março de 2018.

conquista legal do direito ao voto, com o Código Eleitoral. Entretanto, o exercício desse direito só foi posto em prática através da Constituição de 1946.

A principal tarefa do Partido seria despertar a consciência de Classe das mulheres e incorporá-las na luta proletária. A visão predominante em se dedicar a questão da libertação feminina quando a transformação econômica e política fossem asseguradas considerou-a unicamente enquanto trabalhadora e impediu o amadurecimento das questões referentes ao espaço privado, parte importante na discussão do processo emancipatório da mulher (FERREIRA; LINS, 2015, p.12).

Neste recorte histórico, o marxismo que servia como base do pensar revolucionário e dava sustentação a muitas das teses do partido colocava a questão da mulher por pressão das suas militantes, embora compreendessem que era preciso superar as questões de classe social para então pensar estratégias de mudanças relacionadas à paridade de gênero. Assim, o debate se restringia ao âmbito do trabalho fora de casa, visto que o trabalho doméstico continuava sendo atividade de mulher⁴⁰.

Segundo Rago (1997), ao contrário do que se acatava, as mulheres não foram progressivamente substituindo os homens e assegurando espaço ou conquistando mercado de trabalho fabril. Eram elas que já teciam as roupas mesmo antes das fábricas, ainda que estas (principalmente as têxteis) fossem construídas num projeto de corporalidade que acomodava as mulheres, pois, como já dissemos, a inferioridade pregada fazia com que os lucros fossem maiores.

Com o avanço da industrialização, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, e a força de trabalho masculina vai se ampliando (RAGO, 1997). Essa condição se dá devido à introjecção do discurso do papel da mulher historicamente construído pela igreja, pelo Estado, pela ciência, gerando culpabilização das ações da mulher e cobrança na criação dos filhos. Ou seja, a oposição entre o espaço público e privado mantém a mulher encarcerada numa vida limitante da procriação e cuidado. Sob esse aspecto, Rago apresenta as dificuldades encontradas pelas mulheres pelo desejo de trabalhar fora de casa:

⁴⁰ Sobre isso ver o filme **As Sufragistas** de Sarah Gavron, lançado em 2015. No início do século XX, após décadas de manifestações pacíficas, as mulheres ainda não possuem o direito de voto no Reino Unido. Um grupo militante decide coordenar atos de insubordinação, quebrando vidraças e explodindo caixas de correio, para chamar a atenção dos políticos locais à causa. Maud Watts (Carey Mulligan), sem formação política, descobre o movimento e passa a cooperar com as novas feministas. Ela enfrenta grande pressão da polícia e dos familiares para voltar ao lar e se sujeitar à opressão masculina, mas decide que o combate pela igualdade de direitos merece alguns sacrifícios.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um bom partido para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (1997, p. 581 e 582).

À mulher, cabia a procriação e cuidado com a prole. Assim, a participação feminina era restrita, e as que ousavam questionar a ordem estabelecida eram taxadas como histéricas e muitas vezes acabavam internadas em casas de tratamento mental (hospícios e/ou asilos). Para o Estado o somatório desses elementos é a superexploração do trabalho feminino, através do trabalho doméstico não pago, na esfera de reprodução da família.

Essas regras que normatizam o papel da mulher na sociedade devem ser compreendidas a partir do prisma da classe social. Para a mulher da classe trabalhadora, o trabalho dentro e fora de casa não lhe é apresentado como uma opção. Cabe a ela, assumir as diferentes jornadas e assumir os desdobramentos psicológicos inerentes, de se sentir em dívida com a família por não cumprir o papel de mãe na integralidade do seu tempo, já que de acordo com a Bíblia, "a mulher será salva pela maternidade" (BÍBLIA, 1º Tm 2;15).

A luta das sufragistas pressionou o governo e, em fevereiro de 1932, Getúlio Vargas assinou o direito ao voto facultativo, permitindo que no ano seguinte as brasileiras pudessem participar da escolha dos candidatos para a Assembleia Constituinte em todo o país. Somente com a promulgação da Nova Carta Magna de 1934, o direito feminino de votar foi transformado em dever.

Nesse cenário, Carlota Pereira Queiróz torna-se a primeira deputada brasileira em 1934. Naquele ano, a Assembleia Constituinte assegurava o princípio de igualdade entre os sexos, o direito ao voto, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre os gêneros. Com a ditadura do Estado Novo, em 1937, a conjuntura de luta dos movimentos sociais perde força, e as feministas só retomam a intensidade de suas lutas com a criação da Federação das Mulheres do Brasil, no fim da década seguinte.

É importante registrar que em 1945, depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas, com a marcha pela industrialização e o aprofundamento dos conflitos no campo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) buscou impulsionar as organizações no campo. Segundo Oliveira (2007, p. 104) “no Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação”⁴¹.

Esse movimento ganhou dimensão nacional e foi um dos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo, pois a conjuntura política de tensionamento numa estrutura do desenvolvimento capitalista utilizava-se dos aparelhos de Estado, ampliando a violência. Nota-se, por exemplo, que o nome Liga, era uma forma pejorativa de tratar das lutas camponesas, como reflete a matéria jornalística:

Quem batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária com esse nome Liga, em 1955, foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses (Publicado originalmente no jornal O Pasquim, edição de 12/01/1979 disponível em: <http://www.pe-az.com.br/biografias/francisco_juliao.htm>. IN: OLIVEIRA, 2007, p. 107).

Algumas camponesas se destacaram por sua atuação nas Ligas Camponesas, como Alexina Crêspo, militante que mais contribuiu na formação político-ideológica de esquerda “espécie de embaixadora internacional do movimento, ela conheceu também Che Guevara e Mao Tsé-Tung, com quem chegou a negociar a entrada de armas no Brasil” (MMC, 2013⁴²).

Alexina foi dirigente das Ligas Camponesas nos anos 50 até meados da década de 60. Com o golpe de abril de 1964, se viu forçada a sair do país e dar continuidade à luta sendo responsável pelas relações internacionais das Ligas Camponesas, retomando ao Brasil ao final dos anos 70, quando não mais existia essa organização. Mesmo assim,

⁴¹ A origem da expressão “Ligas Camponesas” está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo PCB. A maioria desses núcleos desapareceu, depois do fim da legalidade do Partido. A primeira delas foi a “Liga Camponesa de Iputinga” fundada em 3 de janeiro de 1946 em Pernambuco, que resistiu por um tempo mais longo (OLIVEIRA, 2007, p.105).

⁴² Confira matérias sobre Alexina Crêspo, dirigente feminina das Ligas Camponesas no Nordeste, falecida em 14 de novembro de 2013. Publicado em 14/11/2013. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/158>>, acessado dia 20/04/2017. Também do filme documentário brasileiro “Alexina – memórias do exílio” do diretor Cláudio Bezerra.

ela continuou apoiando como pôde a organização e a luta das camponesas até 2013, quando faleceu aos 87 anos.

Na década de 1960, cenário de expansão das relações capitalistas no campo, uma liderança popular de destaque na luta por direitos do trabalhador rural foi João Pedro Teixeira, o “Cabra marcado para morrer”⁴³. Sua história de luta e companheirismo levou sua esposa Elizabeth Teixeira a dar continuidade ao seu legado. A paraibana se tornou líder das Ligas Camponesas na Paraíba, foi perseguida, mudou de nome e teve que abandonar tudo para refugiar-se e se tornar uma lutadora (in)visível na questão da reforma agrária durante a ditadura militar no Brasil.

Tornando-se uma mulher marcada para morrer, Elizabeth teve dois filhos assassinados, como forma de pressão para que ela desistisse da luta, e uma de suas filhas comeu suicídio enquanto Elizabeth esteve na prisão. Elizabeth ficou distante dos outros filhos e da família por 16 anos, vivendo clandestinamente e passando fome, mas sem abrir mão do direito de lutar pela Reforma Agrária⁴⁴.

Atualmente (2018), aos 93 anos de idade, Elizabeth ainda é símbolo da luta camponesa, continua atuando, participou da Caravana Lula pelo Brasil em 2017 (Figura a seguir) onde afirmou: “Eu penso que a luta pela terra tem que continuar no Brasil até que todos tenham esse direito”. E com toda vivência histórica “a militante também falou dos retrocessos nos direitos dos camponeses, impostos pelo governo golpista de Michel Temer” (RAVENA, 2017, p.1).

⁴³ Filme documentário brasileiro “Cabra Marcado para Morrer”, dirigido por Eduardo Coutinho, teve início das filmagens em 1964 quando parte da equipe foi presa sob a alegação de comunismo, e retomado 17 anos depois, estreou em 1985.

⁴⁴ Texto construído sobre Elizabeth Teixeira baseado nas informações da Comissão Pastoral da Terra – CPT, disponível em: <
http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1004:elizabeth-teixeira-mulher-marcada-para-viver&catid=13:geral>, acessado dia 06/02/2013. Também do filme documentário brasileiro “Cabra Marcado para Morrer”, de Eduardo Coutinho, 1985.

Figura 3 – Elisabeth Teixeira, Caravana Lula pelo Brasil em 2017



Fonte: Mídia Ninja, 2017.

Outra nordestina do campo que se destaca é a paraibana Margarida Maria Alves, que “foi expulsa da terra em 1962, no mesmo ano em que foi assassinado João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, a mando, também, do chamado *Grupo da Várzea*⁴⁵” (FERREIRA, 2010, p.23). Sendo contemporânea de Elisabeth, a morte de João Pedro afetou as duas de maneiras distintas, mesmo fazendo parte da mesma luta.

Trabalhadora rural, rendeira, presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida destacou-se pela defesa dos direitos do trabalhador sem terra, pelo registro em carteira, pela jornada de 8 horas, pelo 13º salário, férias, entre outros direitos. Viveu em um cenário de conflitualidade da questão agrária com a expulsão dos camponeses de suas terras para territorialização da cana de açúcar.

Durante vinte e três anos, esta liderança participou do Sindicato de Alagoa Grande e atuou na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais na região da lavoura canavieira da Paraíba, chegando a influenciar nas políticas da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Por doze anos, Margarida

⁴⁵ Grupo de coronéis que aterrorizou, durante décadas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brejo da Paraíba. Este grupo era formado pelos usineiros da zona canavieira paraibana, com abrangência política e econômica nas cidades de Santa Rita, Tibiri, Pilar, Mogeiro, Ingá, Sapé e Alagoa Grande, e tinha como maiores expressões duas famílias: os Veloso Borges e os Ribeiro Coutinho.

Alves dirigiu os trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Durante todo esse período, ela conheceu e estreitou relações com outras mulheres camponesas, que se engajariam na luta camponesa, tornando-se lideranças sindicais, num espaço historicamente marcado pela pouca participação feminina (FERREIRA, 2010, p.22).

Margarida foi brutalmente assassinada por um jagunço a mando de latifundiários da região, no dia 13 de agosto de 1983. No momento do tiro de espingarda no rosto, desferido por um matador de aluguel, ela estava em frente à própria casa, na presença do marido e do filho de apenas dez anos de idade. À época de seu assassinato, Margarida havia movido 73 ações trabalhistas na Justiça do Trabalho, confrontando interesses dos donos da Usina Tanques, a maior usina de açúcar do Estado, e de alguns “senhores de engenho”. Fazendeiros não ligados à lavoura de cana também se viram em posição oposta à sindicalista, que denunciava abusos contra trabalhadores rurais e o descumprimento da legislação trabalhista.

Conseguiram matar o corpo, e deram mais força aos seus ideais. Sua práxis na luta sindical no campo fortalecia e encorajava outras mulheres, evidenciando o feminismo das camponesas, que pode ser compreendido “através de sua experiência no fazer político, inclusive da sua transição de um tipo de sindicalismo *harmônico* para um sindicalismo classista” (FERREIRA, 2010, p.68).

Em 2000, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) deu seu nome à marcha que é realizada a cada 5 anos, chamada de Marcha das Margaridas, “contra a fome, a pobreza e a violência sexista, reavivando permanentemente a memória de Margarida” (p.69). Lutando pela terra, o direito de permanecer, e também outro fator entendido pelas mulheres camponesas como violência: a exclusão a educação.

E, indo além, podendo reivindicar não apenas o espaço de sobrevivência, mas o direito à reprodução e às condições de controle de natalidade, sem afetar a saúde. Além disto, o direito ao seu corpo, à sua opção sexual, à sua participação nos espaços públicos. Isto é possível mesmo que nem todas as mulheres organizadas em movimentos sociais sejam feministas. É o feminismo que se configura como referência dos movimentos sociais de mulheres (FERREIRA, 2010, p.69-70).

Margarida é uma flor, e nessa singeleza simbólica é referência para as mulheres camponesas em luta, pois simboliza a líder sindical que não se rendeu às

ameaças dos ricos, e afirmou preferir "morrer lutando, que morrer de fome". No ano de 2015 foi realizada a 5ª edição da Marcha, em Brasília, com o tema “Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. O debate sobre a Marcha das Margaridas será contemplado na próxima sessão do presente trabalho, junto ao processo de desenvolvimento da pesquisa.

Relevante destacar dentre as conquistas da luta das mulheres, que em 27 de Agosto de 1962, ocorre a conquista do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.212/1962), que visava garantir que a mulher não precisasse mais de autorização do marido para trabalhar, o direito à herança e à possibilidade de requerer a guarda dos filhos em caso de separação. A luta das mulheres no Brasil até a década de 1960 repercutiu em relevantes avanços, como a admissão de mulheres no quadro de funcionários do serviço público e dois anos depois, a Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho, que aprovou a resolução de salário igual para trabalho igual.

Essas considerações não querem dizer que de fato as reivindicações e conquistas se efetivaram e que as pautas cessaram aqui, metodologicamente optamos por apresentar a historicidade do processo em ondas, mas vale ressaltar que a pauta por direito e dentro do plano do Estado tem mudanças (conquistas e derrotas), mas continua a ser o principal foco (por vezes único) de diversos movimentos de mulheres e feministas e no contexto das diferentes ondas.

2.3 - 2ª ONDA FEMINISTA: INCORPORAÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO E A LUTA CAMPONESA NO BRASIL

A partir dos anos 1960/70, as mulheres passam a se inserir nos diferentes níveis de educação. Nesse cenário, ganha lugar a incorporação da luta pela educação média e superior, o que vai expondo a gestação de uma ação contracultural em relação às lutas sociais da época marcada como a **2ª Onda Feminista Latino-Americana**.

Começa-se a questionar o androcentrismo impregnado no pensamento científico, filosófico, religioso e político. Sobre esse aspecto, nota-se a contribuição de feministas como Julieta Kirkwood, socióloga chilena, considerada precursora e fundadora dos movimentos feministas dos anos 1980 e dos estudos de gênero. Dentre as suas obras destacam-se *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*, *Tejiendo rebeldías* y *Feminarios*, que abordavam os nós e os lugares de proposição dos saberes feministas.

E Rosario Castellanos, mexicana de condição pobre, órfã; migrou para a Cidade do México, onde pôde estudar e conseguir bolsa de estudo na Espanha, também foi ganhadora da Fundação Rockefeller no Centro Mexicano de Escritores. Tornou-se poeta e diplomática. Viveu um matrimônio turbulento por causa da infidelidade do marido, que a levou a dedicar-se em suas obras à defesa da dignidade da mulher.

Cada tema manejado en sus poesías estaba ligado a lo cotidiano y al papel de la mujer en la sociedad, siempre cuestionando el enfoque sexista, esto lo expresó en su cuento Lección de cocina: cocinar, callarse y obedecer al marido, obra que causó gran revuelo. Su obra de teatro El eterno femenino (1975) trata sobre los principios feministas. Fue una de las primeras mujeres y escritores en general que se acercó al tema de la homosexualidad (HISTORIA Y BIOGRAFÍA, 2018, p.1).

Castellanos e Kirkwood são referências nos temas como feminismo e participação política. No Brasil, as lutas das mulheres, do campo e da cidade, sob o regime autoritário da ditadura militar se intensificaram a partir de diversas estratégias, como o caso das Ligas Camponesas, em que muitas feministas foram exiladas. Outras mulheres, como Heleieth Saffioti (1976), que mesmo neste momento não se declarando feministas, também sofreram diretamente o impacto do regime em suas vidas.

Heleieth Saffioti teve como “ato de maior coragem: sendo uma socióloga marxista, ter decidido escrever um trabalho de livre-docência sobre a mulher no Brasil, em plena década de 1960, sob orientação de Florestan Fernandes” (PINTO, 2014, p.321), que somente anos depois foi se compreender feminista, e mesmo não usando o termo feminismo e nem referenciando muitas outras feministas do seu tempo em seu trabalho de livre-docência, sua obra expressa como bebeu dessas fontes. Para Saffioti

Na década de 60, começaram a aparecer estudos, chamando a atenção para as injustiças sociais de que são vítimas as mulheres. Foi, todavia, a partir do Ano Internacional da Mulher - 1975 - que um número crescente de cientistas, em geral mulheres, passou a dedicar-se ao estudo da condição feminina (1987, p.92).

O país se modernizava industrialmente e ia estabelecendo avanços nas áreas de educação, saúde - como o acesso a métodos anticoncepcionais, terapias psicológicas e à psicanálise -, avanços no mercado de trabalho e inserção da mulher nesse cenário, de modo que, segundo Sarti,

Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar (2001, p.3).

Dentro do movimento feminista haviam disputas políticas, pois as mulheres “de cor” não se sentiam contempladas com as discussões e denunciavam o racismo e o elitismo do feminismo branco da segunda onda. Bidaseca (2014), ao escrever sobre feminismo de cor no século XXI na Nossa América/Abya Yala define o termo “mulheres de cor” como:

Las mujeres de ascendencia asiática, latinoamericana, indígena norteamericana y africana, los grupos más numerosos de gente de color, reunía a muchas de las integrantes del movimiento por los derechos civiles y habían participado en las luchas nacionalistas contra el colonialismo del “Tercer Mundo”. La génesis del feminismo Negro contemporáneo, localiza sus orígenes en la realidad histórica de las mujeres afroamericanas ubicadas en dos castas oprimidas - la racial y la sexual (Colectiva del Río Combahee), y su cuestionamiento al sistema de representación política (IBID, p.2).

Em seu livro “*Perturbando el texto colonial. Los Estudios (pos)coloniales en América Latina*” (2010), a autora analisa as lutas das mulheres no Sul, explicando a organização das mulheres como feminismo descolonial, que para ela significa ruptura epistêmica, uma vez que denuncia que a história das mulheres não era homogênea e portanto, desconstrói a categoria universal “mulher”.

E discute num artigo intitulado “*Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial*” (2011), a “teoria das vozes” fundamentada em Aníbal Quijano (2000) sobre a “colonialidade do poder” a autora mostra como as múltiplas formas de opressão condicionam o acesso jurídico e a situação das mulheres latinas e de povos originários. Para essa autora as Epistemologias do Sul são a possibilidade de uma análise interseccional que deram suporte ao feminismo negro, diante da sua realidade.

A contribuição de Léila Gonzales (1935-1994), nessa direção, foi valorosa, ajudando a fundar diversos movimentos negros, que incorporavam o debate sobre o

racismo e a questão da mulher. A contribuição dos seus estudos na luta dos movimentos sociais foi no sentido de expor a causa racista implícita na subvalorização da mulher, destacando que também existem castas e hierarquias, e que as questões específicas das mulheres negras eram subestimadas em favor de um chamado "interesse maior". Segundo Bidaseca,

El pensamiento de Leila era radical, atravesado por el debate sobre las misceginación y la violencia sexual de la esclavitud recuperado, luego por Suelí Carneiro y otras feministas. No dudó en criticar a la izquierda brasileira de los setentas, por reproducir la injusticia racial; al feminismo por no reconocer esa opresión, y al movimiento negro por reproducir la opresión sexual (2014, p.3).

Segundo Carneiro (2001, p.1), “no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional”, perpetuada no imaginário social, nas práticas opressoras de gênero, classe e raça. Portanto, Carneiro defende a ideia de enegrecer o feminismo, no intuito de construir novas propostas que levem em consideração a vivência e a realidade das mulheres negras.

Carneiro observa ainda que há dificuldade das feministas em compreenderem que algumas pautas não construíam identificação com as mulheres negras, como a luta para demonstrar que as mulheres não são o sexo frágil, uma vez que as negras nunca reconheceram em si mesmas esse mito, por nunca terem sido tratadas assim. Para ela

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor (2001, p.1).

Por isso, corrobora-se com a perspectiva de Saffioti de que há uma simbiose na tríade patriarcado-racismo-capitalismo, em que não se pode usar “um sistema de dominação-exploração na forma substantiva e outro na forma adjetiva” (SAFFIOTI, 1987, p.60), visto que:

Na realidade concreta, observa-se, de fato uma simbiose entre eles. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo (1987, p.61).

As dificuldades entre as próprias mulheres e dentro da própria esquerda, de compreenderem essa simbiose, implicam numa hierarquização das lutas fragmentárias que fortalece os conservadores reacionários. Acreditando que

O racismo se reduz a preconceito racial e de que patriarcado se reduz a ideologia machista. Na verdade, esta crença não passa também de uma ilusão. Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais do mesmo gênero, isto é, também de dominação-exploração (1987, p.91).

Portanto, já se veem nesse contexto as cisões, as dissensões, os desacordos devido à escolha de priorização da luta, chamadas de gerais e outras de necessidades específicas atribuindo níveis de importância, o que é fundamental a ser destacado para entendermos os processos de escolhas para a organização e posicionamento político dos movimentos.

Os veículos de reflexão no contexto da 2ª Onda foram algumas revistas feministas como a *Fem.*, *La Revuelta*, que aparecem nos anos 1970, principalmente no México e que apresentam o feminismo como um movimento social e levantam a pauta da questão da violência contra mulher, a partir da organização das mulheres na América Latina⁴⁶.

Durante os anos dos governos militares, surgiu no Brasil um tipo de imprensa denominada democrática ou alternativa por uns, e, por outros, de imprensa nanica, pois eram jornais menores em formato tabloide, quase sempre de tiragem irregular, cuja circulação se dava principalmente no âmbito da militância. Em meio a esse formato surgiram como abre-alas da imprensa feminista brasileira, importantes contribuições

⁴⁶ A revista *Fem* tinha como “propósito analizar y reflexionar acerca de lo que puede y debe cambiar de la situación social de las mujeres y construir una historia del feminismo e informar lo que estaba sucediendo en el movimiento feminista mexicano y latinoamericano.[iii] Bajo esa orientación, la publicación se concibió como un medio para divulgar las aportaciones realizadas por mujeres tanto en la ciencia, la educación, la política, la literatura como en el arte, a la vez que buscaba luchar por modificar las situaciones (familiares, laborales, académicos, políticos, etc.) en la que se encontraban las mujeres de finales de los años de la década de 1970 y principios de 1980”. VÁZQUEZ, Xóchitl Ninel García. *FEM*, una mirada crítica al feminismo. **Revista latino-americano**, 8 marzo, 2014. Disponível em:< <https://revistalatinoamericano.wordpress.com/2014/03/08/fem-una-mirada-critica-al-feminismo/>>, acessado em 05/02/2019.

como o ‘Jornal Brasil Mulher’ e o ‘Nós Mulheres’, que pautavam a luta pela anistia, por creche, e ideais democráticos, assim como abordavam questões profundas a serem debatidas na conjuntura histórica pós luta armada, como a violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade.

No contexto de 1975, ano em que a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher, foi lançado o Jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres, o ‘Brasil Mulher’, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”)⁴⁷, destacando-se as produtoras e escritoras Therezinha Zerbini, Elizabeth Lorenzotti e Joana Lopes, esse jornal se constituiu junto ao Movimento Feminino pela Anistia fundado no mesmo ano, e durou até 1980.

⁴⁷ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

Figura 4 – Jornal Brasil Mulher – Edição de 1976



Natalidade

As mulheres que tomam anticoncepcionais vivem constantemente preocupadas com seus filhos. A pilula, uma das modernas invenções do século XX, no campo medicina, é uma das respostas mais acuradas ao problema do controle da natalidade.

PILULA: SOLUÇÃO

Devemos jogar nossas pilulas fora?

Não tome pilula sem receita médica

Qualquer mulher que não se sente satisfeita com o comportamento do marido, e que não quer ter filhos, deve tomar a pilula. Mas, antes de tomar, é preciso consultar um médico. A pilula é um medicamento e, como tal, deve ser usada sob orientação médica. O uso incorreto pode causar sérios problemas de saúde, como infertilidade, aborto espontâneo, e até mesmo a morte. Portanto, não tome a pilula sem a recomendação de um médico.

O "Condom" ainda é o método mais barato

Quando se trata de métodos contraceptivos, o "Condom" ainda é o método mais barato e seguro. Ele é fácil de usar, não requer receita médica, e protege contra doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, ele não é tão eficaz quanto a pilula, e pode causar desconforto para alguns homens.

Condom	Pilula	Preconceitual
100%	99%	95%
100%	99%	95%
100%	99%	95%

(Fonte: Revista Vida/Saúde)

Até o momento, não se sabe se a pilula é segura para as mulheres que tomam a pilula. No entanto, a maioria dos médicos acredita que a pilula é segura, desde que seja usada corretamente. No entanto, é importante lembrar que a pilula não protege contra doenças sexualmente transmissíveis, portanto, é essencial usar o "Condom" em conjunto com a pilula.

Natalidade

Estas você pode jogar no lixo

OU PROBLEMA?

O uso dessas pilulas comprovou que elas provocam atrofia dos ovários e câncer, além de seu fracasso em evitar a gravidez.

Uma mulher deve evitar filhos?

De acordo com o Dr. Roberto de Almeida, médico ginecologista, a maioria das mulheres que tomam a pilula não quer ter filhos. No entanto, é importante lembrar que a pilula não protege contra doenças sexualmente transmissíveis, portanto, é essencial usar o "Condom" em conjunto com a pilula.

Este recado é para as estudantes grávidas

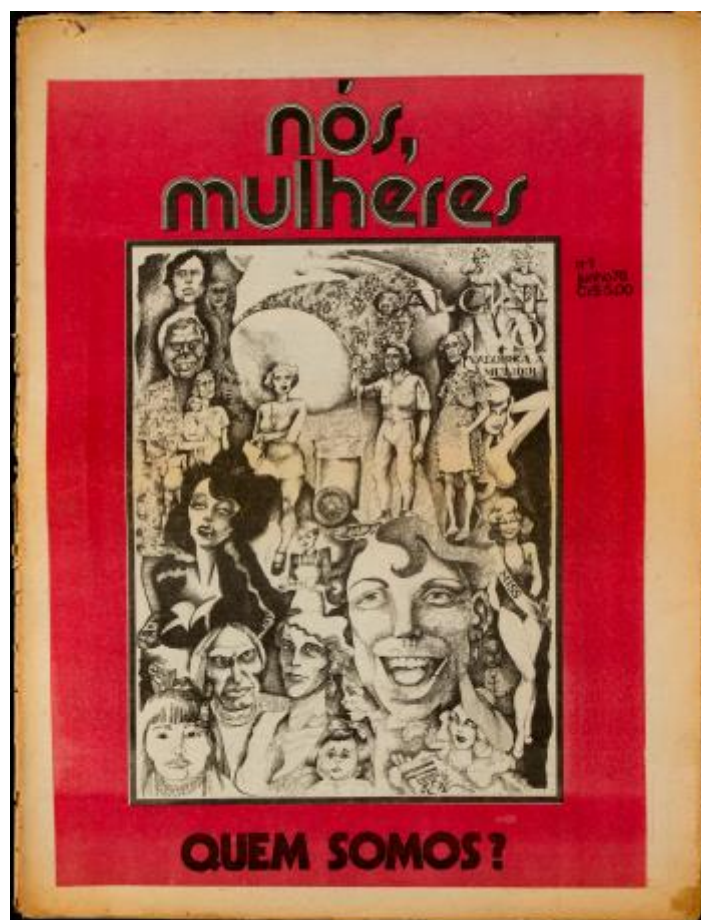
As estudantes grávidas devem tomar cuidado com a escolha do método contraceptivo. A pilula não é recomendada para mulheres jovens, pois pode causar problemas de saúde. Portanto, é essencial consultar um médico antes de tomar qualquer medicamento.

Fonte: Instituto Vladimir Herzog, 2015.

O jornal 'Nós Mulheres', foi publicado pela Associação de Mulheres no período de 1976 a 1978. Num formato de tabloide artesanal (ver figura a seguir) era instrumento de divulgação de assuntos não veiculados na imprensa oficial, vigorando

em um contexto político marcado pela censura, foi obrigado a inovar em termos de linguagem e de abordagem⁴⁸. Esse jornal possibilitou ampliar (em relação ao alcance) a visão da esquerda sobre questões de gênero, defendendo a autonomia da luta feminista.

Figura 5 – Jornal Nós Mulheres - 1976



Fonte: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>, 2018.

Esses jornais escritos por mulheres de esquerda serviram de apoio à organização de mulheres e causaram efervescência política que mobilizou muitas, propiciando a conquista de pautas como a Lei nº 6.515/77, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

Os anos 1980 e princípios dos 1990 foram de afirmação dos estudos da mulher, feminismo e gênero no interior das Universidades Latino-Americanas e Caribenhas, que criaram muitos centros, institutos, cátedras, programas de estudo e publicações, sempre

⁴⁸ Informações do site: < <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>>, onde encontram-se disponíveis 8 jornais, usados para essa tese com a finalidade de compreender o contexto e conhecer o pensar da Associação de Mulheres que o produziram.

com um enfoque acadêmico militante. Nesse rumo também o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) apresenta estudos feministas e de gênero, sobretudo a partir dos anos de 1980, com o Grupo de Trabalho Estudos das Mulheres, ao qual pertenceu Julieta Kirkwood.

Em 1981 ocorreu em Bogotá o Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que em 2014 teve sua 13ª edição. Ao longo desses anos, foram criadas instituições públicas e privadas e organizações não governamentais, além de produzidas as quatro Conferências Mundiais sobre a Mulher, convocadas pelas Nações Unidas⁴⁹. No Brasil, ocorreu a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher, chamada de Convenção de Belém do Pará (1994). Essa conjuntura expressou a institucionalização do movimento e do pensamento feminista, que até finais dos anos 1990 não estava alheio à onda reativa que predominou nas Ciências Sociais.⁵⁰

A categoria gênero foi introduzida na linguagem das ciências sociais, entre a segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 na Nossa América, conceito formado desde Simone de Beauvoir (1970) em ‘O segundo sexo’, quando em sua celebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se” explicou a condição feminina como construção social. Para Saffioti (1999, p. 160) “aí reside a manifestação primeira do conceito de gênero. Ou seja, é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade”.

Relevante salientar que essa obra “influenciou sobretudo o pensamento feminista e tem contribuído para transformar não somente a visão de milhares de mulheres sobre a vida em sociedade, como também suas condutas” (SAFFIOTI, 1999, p.163). Ela foi publicada em 1949, e causou um “auê”⁵¹ que repercutiu em debates sobre o feminismo, contra e a favor, sendo que os protestantes eram os principais críticos a obra, e em 1956, entrou para o *Index Librorum Prohibitorum*, lista de livros proibidos, criada pela igreja católica.

Em Nossa América/Abya Yala o conceito de gênero repercutiu na década de 1970 e seu impacto teve dois sentidos importantes e simultâneos: um de caráter político

⁴⁹ Las Naciones Unidas han organizado cuatro conferencias mundiales sobre la mujer, que se celebraron en Ciudad de México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) y Beijing (1995).

⁵⁰ O que vc chama de onda reativa? COLOQUE EM RODAPÉ

⁵¹ Termo retirado de: Shaperon, Sylvie. Auê sobre O Segundo Sexo. **Cadernos Pagu** (12) 1999: pp.37-53.

e outro epistemológico. Do ponto de vista político, a ideia de dominação de gênero supôs uma dinâmica de interdependência entre os dois polos da relação, o masculino e o feminino. Diferente da primeira onda do movimento feminista, cuja perspectiva de alcance da igualdade entre os sexos não se preocupava necessariamente em explorar as dinâmicas relacionais, o chamado feminismo da segunda onda presta atenção ao gênero como uma construção social que marca lugares assimétricos entre o masculino e o feminino.

Do ponto de vista epistemológico, a novidade está na inflexão que a perspectiva de gênero provoca em diferentes áreas do conhecimento nas ciências humanas. A partir dos anos 1980, os chamados estudos de gênero se multiplicam e são acompanhados, como aponta Joan Scott (1986), por uma revisão de certos paradigmas nas ciências sociais, e autoras como Sherry Ortner (1984) chamam de virada linguística⁵². Trata-se de trazer à luz e compreender as formas históricas de produção das relações de gênero que não se comportam de acordo com uma matriz binária, mas com uma lógica dual das relações (SEGATO, 2012).

O refúgio na especialidade da perspectiva de gênero permite o desenvolvimento de cómodas ações setoriais que não confrontam o sistema estabelecido nem seus mecanismos. O gênero aparece então como um ingrediente tecnicamente cómodo e modicamente modernizador, sem questionamentos globais e sem concreções de classe nem de etnia. Daí a necessidade de repensar os feminismos considerando a história do pensamento político, do pensamento social e inclusive do pensamento cultural.

Assim, “el feminismo latino-americano no se redujo a la pretensión de reparar una injusticia, sino que apuntó a uma reconsideración de la convivencia y la sociedad” (CAROSIO, 2011, p. 243). Durante esse período também foram aparecendo os discursos das diferenças no interior do feminismo, o que levou à ideia da diversidade. As diversidades entre as mulheres são compreendidas em termos de classe, etnia, orientação sexual, idade, etc. Algumas ideias permaneceram ancoradas nas noções de inclusão social das mulheres até chegar à igualdade completa ou à paridade em todos os âmbitos sociais, com a confiança de que a incorporação ou inclusão das mulheres traria

⁵² O processo chamado de virada linguística foi pauta das feministas de exigir mudança gramatical sempre colocando o artigo e as palavras no masculino e feminino ao invés de generalizar somente para o masculino. Por exemplo, na gramática do português se tiverem 50 mulheres reunidas e apenas 1 homem escreve-se “eles estavam reunidos”, isso continua invisibilizando a ação das mulheres.

maiores graus de justiça social. Outras reflexões propõem um feminismo que é caminho e parte indispensável da transformação social.

A ideia de inclusão social até alcançar a igualdade remete a uma transformação hierárquica de graus de libertação. Saffioti salienta que, quando pensado a partir do marxismo dogmático que coloca as questões de classe sobre as demais,

Tachando de diversionista a luta pela democratização das relações de gênero, não apenas privilegia a luta de classes em detrimento de outras (contra o sexismo e contra o racismo), como também só reconhece esta luta como legítima. O reducionismo desta postura reside exatamente em tentar reduzir todos os fenômenos a lutas de classes. Os adeptos desta posição entendem que todos os problemas se resolverão automaticamente com a destruição da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, com a implantação do socialismo. Patriarcado e racismo são, pois, tornados como questões secundárias, menores (SAFFIOTI, 1987, p.114).

Reflexões que levam em consideração as intersecções notam que as opressões recaem com diferentes intensidades devido à diversidade de situações nas quais as pessoas estão submetidas.

Como a leitura de mundo da esquerda brasileira não estava nucleada pela simbiose capitalismo-racismo-patriarcado, os movimentos sociais camponeses e as outras organizações de trabalhadores e trabalhadoras não utilizavam o termo feminismo ou feministas. Para eles, a luta das mulheres deveria se definir como uma luta posterior à luta por terra e/ou por renda no campo. Por sua vez, as mulheres do movimento não se sentiam contempladas com as pautas das feministas, porque não eram priorizadas pautas da luta pela sobrevivência cotidiana vivida especificamente pelas camponesas e trabalhadoras.

Nota-se que o discurso do que eram pautas “gerais” e “específicas” conduziu as pautas apontadas pelas mulheres como “específicas”, sendo colocadas em segundo plano. Isso porque na conjuntura da década de 1980, os movimentos acreditavam que a igualdade entre homens e mulheres viria após a conquista de uma nova sociedade, secundarizando o debate sobre a superação da opressão e dominação do conjunto das mulheres.

A imagem presente na bandeira do movimento social camponês de maior repercussão, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, carrega a imagem na sua logomarca (Figura 2) de um casal, cujo homem levanta um facão, que

“representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista” (MST, 2015). Embora a mulher não carregue qualquer instrumento de trabalho, ela aparece como partícipe da luta pela terra, indicando companheirismo, envolvimento, entretanto sem romper o protagonismo masculino.

Figura 6 – Logomarca do MST



Fonte: RODRIGUES, 2006.

A logomarca contida na bandeira do MST foi definida no Encontro Nacional de 1984. Nesse Encontro Nacional é definido também como pauta de luta:

Estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação; combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres e também há uma proposição de que se crie comissões internas de mulheres para tratar de seus problemas específicos, políticas específicas para a organização das mulheres sem-terra, bem como elaborar materiais e trabalhar com as mulheres, também estimula as mulheres a participarem de outras organizações como por exemplo nos sindicatos (TONIN, 2003 Apud RODRIGUES, 2006, p. 23).

Havia um processo de animação para que as pautas “específicas” fossem debatidas, fomentando assim movimentos de mulheres camponesas, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR. Esse movimento relevante no contexto propiciou o debate em torno da participação das mulheres nas reuniões e assembleias, não apenas como companheiras (coadjuvantes), mas para que pudessem ter voz e voto.

Com a internacionalização da luta há ruptura desse movimento que tomou dimensão regional e a formação do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, que em 2004 realizou seu primeiro congresso nacional, com a unificação dos movimentos

autônomos. O intuito era ganhar expressão e caráter nacional e articulação com a Via Campesina⁵³.

O debate em torno da construção do novo homem e da nova mulher foi inserido nos movimentos sociais camponeses a partir do conceito de gênero. Segundo Rodrigues (2006, p.18), “a abordagem de feminismo no MST pouco aparece em materiais mais antigos, se falava mais genericamente em luta das mulheres, sem se referir como luta feminista. Não somente o MST não utilizava (e não utiliza) o conceito de feminismo, como os outros movimentos camponeses também não o utilizam. Por sua vez, a partir dos anos 1990, começou-se a falar em gênero”.

O termo gênero busca explicar a opressão do ser homem e do ser mulher desde a construção social e a influência da cultura, dos papéis exercidos por homens e por mulheres, como destaca Campos:

O gênero não é categoria absoluta na análise da situação social das mulheres. Ele precisa ser atravessado por outras categorias como idade, cultura, classe, etnia. Gênero é um instrumento de análise política das relações sociais entre homens e mulheres, é um modo de ser no mundo, que destaca a pluralidade do humano (2005, p. 14).

Importante destacar que a autora afirma como uma categoria de análise política, “partindo da compreensão que as relações de gênero são relações de poder. É importante refletir no cotidiano do MST como essa relação de poder/relação de gênero se manifesta” (CAMPOS, 2005, p. 26). Nesse sentido foi construído no movimento um setor para fazer a análise das desigualdades entre homens e mulheres do campo: o setor de gênero.

Após muitos anos tentando conquistar espaço no MST por meio da organização das mulheres em espaços específicos, as lideranças femininas sem-terra começaram a debater esses problemas a partir do debate de gênero, em meados dos anos de 1990, e se deram conta que precisavam envolver o conjunto da organização no debate e na

⁵³ A Via Campesina é considerada o maior e mais significativo movimento agrário, que “desde la firma de 1994 de la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Comercios e Aranceles (GATT), los representantes de las organizaciones rurales del norte, sur, este y oeste, organizados en LVC, han caminado juntos por las calles” (DESMARAIS, 2007, p.15), com lutas globais e locais, “no obstante, los campesinos, integrados em LVC, vienen de todas partes, formando um coro discordante y problemática voz em médio del coro que ensalza las plegarias de la globalización” (Ibid, p.16). Segundo Desmarais (2007, p. 17) “LVC ahora incluye a 149 organizaciones em 56 países. Casi cerca de la mitad de estas organizaciones están em Asia, donde viven la mayoría de los campesinos del mundo. Más recientemente, dos organizaciones iniciaron su integración a LVC: el NOUMINREN (Movimiento de Familias Agrícolas Japonesas) y la Coalición Rural de los Estados Unidos da América”.

construção de condições objetivas para garantir a participação das mulheres. E foi a partir dessa necessidade e de todo um processo de discussão interna que foi criado o Setor de Gênero, no Encontro Nacional do MST de 2000 (CAMPOS, 2005, p. 27).

Esse setor dentro do movimento influencia os outros setores de forma transversal, entretanto o debate de gênero vai além da construção de homens e mulheres, abarcando as transexuais, transgêneros, travestis, em suas múltiplas identidades, sendo ainda um desafio.

No ano de 2015, o MST realizou o primeiro encontro de Diversidade Sexual – LGBT⁵⁴, “O MST e a Diversidade Sexual”, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), com mais de 40 pessoas de vários estados do país⁵⁵. Em Sergipe, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA⁵⁶ iniciou esse debate também no ano de 2015 e percebe-se que é um desafio desconstruir os pré-conceitos em torno das diferentes identidades sexuais e de gênero⁵⁷.

Assim, a categoria gênero apropriada pelos movimentos sociais é relevante por apontar as dinâmicas relacionais, ou seja, que a construção do ser é social, que se formará a partir da sua materialidade e relação com outros seres, portanto existem pessoas que se enquadram nos estereótipos pré-estabelecidos e outras não, apresentando diferentes comportamentos que fogem do “padrão” heterossexual normativo.

Entretanto, é relevante a compreensão das postulações e práticas das mulheres como feminismo, compreendido como movimento de ação e reivindicação de luta pela superação da condição da mulher na sociedade. Na linguagem camponesa, “feminismo é a ideia radical de que as mulheres são gente”, como mostra a faixa levantada pelas mulheres no Congresso Estadual do Movimento de Pequenos Agricultores de Sergipe – MPA, no ano de 2016.

⁵⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis

⁵⁵ Informação obtida no site do MST. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2015/08/11/sou-gay-sou-lesbica-sou-bi-sou-sem-terra-sou-humano-sou-como-voce.html>>, acessado em 28 de out. de 2015.

⁵⁶ É um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. “surgiu na década de 1990 no sul do Brasil lutando contra a exclusão camponesa e por melhores condições de vida no campo (...)tem construído importantes conceitos como Território Camponês, Sistemas Camponeses de Produção e Alimergia que compõe o Plano Camponês no processo de resistência e permanência frente à expansão do capital no campo. Em Sergipe, o MPA estruturou-se a partir de 1999, localizando-se no Semi Árido a noroeste do estado, nos seguintes municípios: Monte Alegre de Sergipe, Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo” (SANTOS; CONCEIÇÃO, 2013, p.2).

⁵⁷ Informação obtida em trabalho de campo realizado em Poço Redondo/Se, em set. de 2015.

Figura 7 – Faixa de conceitualização do feminismo, Encontro do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, Propriá, 2016



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2016.

O feminismo visa a superação do sistema capitalista e compreende que precisa estar atrelado ao rompimento da estrutura patriarcal que sustenta uma gama de opressões e dominação sob o conjunto das mulheres. A libertação está atrelada a uma ruptura radical que considere a situação de opressão à mulher não como processo secundário, mas na centralidade do debate, por isso as mulheres entoam: “sem feminismo não há socialismo”. Nesse contexto ganha força o feminismo no conjunto dos movimentos sociais e no campo.

2.4 - FEMINISMOS POPULARES E DIVERSOS DA/NA 3ª ONDA FEMINISTA

“Em nenhum país do mundo pode-se falar em feminismo no singular”. SAFFIOTI (1987)

A terceira onda feminista situa-se no contexto de resposta do capital à crise dos anos 1970, com vistas a garantir a retomada do processo de acumulação, inspirada nas teses liberais: o neoliberalismo vai fundamentar a reestruturação econômica e política da “sociedade de mercado”, afirmado, principalmente entre os jornalistas, como era da globalização, remetendo a

uma imagem de homogeneização sócio cultural, econômica e espacial. Homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado (HAESBAERT; LIMONAD 2007, p. 39).

Essa ideia de homogeneização do capital é falsa, pois o capital se espacializa e com ele também a pobreza e a miséria. Para Haesbaert e Limonad (2007), “considerando-se que, à medida que a globalização avança, tende a acirrar-se a exclusão sócioespacial”.

O que a globalização é, em realidade, é uma abertura geográfica que garante uma livre mobilidade do capital em escala planetária, que aqui chamaremos de mundialização do capital. Esta, já havia sido apontada por Marx, desde o Manifesto Comunista, por Lenin e Rosa Luxemburgo, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, embora o discurso (jornalístico da década de 1990) traga o conceito de globalização e o apresente como algo novo.

Com a mundialização, emerge com força um processo de fragmentação, em que a mobilidade geográfica do capital, “paradoxalmente, tem alimentado também a retomada dos localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, muitas vezes retrógrados e espacialmente segregadores, como vem ocorrendo na fragmentação da ex Iugoslávia e no interior da União Soviética” (HAESBAERT, 2006, p. 132). Nesse sentido, a emergência de muitas “novas-velhas territorialidades antepõe-se à ideia de globalização na medida em que, dialeticamente, enquanto a globalização remete à ideia de unidade do diverso, muitas territorialidades que hoje emergem são de *per se* a própria diversidade” (HAESBAERT, LIMONAD, 2007, p.41-42).

Esse quadro de fragmentações extremadas por aspectos econômico-político-culturais, vão impondo a cada formação social suas formas de resistência. As forças internas de cada lugar-local acabam por buscar as condições próprias para a auto-promoção econômica emergindo como formas de resistência. Contudo, é preciso perceber as artimanhas do capital para contornar as crises de forma a conseguir acumular cada vez mais (HARVEY, 2005). Para esse autor, “sem as possibilidades abertas pela expansão geográfica, pela reorganização espacial e pelo desigual desenvolvimento geográfico, o capitalismo teria cessado há muito tempo de funcionar como um sistema político-econômico integrado” (IBID, p.8).

O afloramento das potencialidades locais, que faz com que os lugares apresentem suas particularidades, se expande, podendo se constituir uma nova fronteira de dominação do capital, num processo de acumulação flexível, que reaviva as identidades como chamarizes para o capital, por exigir dos locais que respondam as demandas e sejam capazes de auto-gestionar ou participar da vida pública com propostas e projetos de iniciativas econômicas.

Tais iniciativas, para Harvey (2005) são capturadas pela lógica do capital, pois as potencialidades de cada parcela do espaço podem promover possibilidades econômicas e se

constituírem “chamarizes” para trazer investimentos ou recursos externos. Por conseguinte, outras formas de economia são vistas como iniciativas de potencialidades levantadas nos lugares, como os grupos organizados em defesa dos fazeres locais, o que “deu à população em geral algum sentido associado à vinculação com o lugar. Mesmo se falta pão, o circo prospera” (HARVEY, 2001, p. 186), ao tempo em que vai representando para muitos a própria autodeterminação.

O marco dessa mudança político econômica, no plano de cada Estado Nacional, esteve no ajuste estrutural abraçado sobretudo pelos países em desenvolvimento, que vinham enfrentando o endividamento com a emergente industrialização iniciada a partir da segunda metade dos anos de 1950, como o caso brasileiro, e tiveram certa interrupção com a crise sistêmica que se instala desde os anos de 1970, estrategicamente seguida pelas duas crises do petróleo⁵⁸ na mesma década.

Endividados, a continuidade dos processos de industrialização ou crescimento econômico interno dessas nações dependia de novos empréstimos do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Lisboa (2007) analisando a trajetória do discurso de desenvolvimento no Brasil, em relação a esse período, observa que

Durante os anos de 1980, no Brasil, a face mais visível do declínio do nacional-desenvolvimentismo foi a crise da dívida que levou o Estado ao esgotamento financeiro minando sua capacidade de planejamento. Tendo em vista a importância dos investimentos das estatais e dos investimentos públicos, a repercussão da crise foi decisiva para a estagnação econômica e a consequente dificuldade de investimento tanto para o crescimento, quanto para o atendimento social. (IBID, p. 137-138)

Para a autora, essa situação exigia o entendimento da crise do capitalismo desde meados dos anos 1970, “em um período de transição entre o padrão de acumulação fordista e a inauguração da economia flexível em escala internacional, trazendo desdobramentos para o modelo de desenvolvimento” (IBID, 138)

A saída era acatar as diretrizes impostas pelo Consenso de Washington⁵⁹, que significou garantir as condições de um ajuste estrutural responsável pela especialização da

⁵⁸ Sobre a alta dos preços do barril do petróleo, responsável pela crise desse setor nos anos de 1970, ler: LISBOA, Josefa. A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS, 2007; WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. [et al.]. Uma Nova Fase do Capitalismo. São Paulo: Xamã, 2003.

⁵⁹ A expressão *Consenso de Washington* surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de

mobilidade geográfica do capital nessas formações sócio espaciais. Martins resumiu o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos:

1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada (MARTINS, 2015, p. S/N).

Essas medidas, para além da sua funcionalidade estratégica assegurando liberdade ao capital para implementar suas próprias políticas, serviram como diretrizes para elaboração e execução das políticas públicas estatais nos países em desenvolvimento. Tais políticas, no pós década de 1990, sobretudo, trouxeram a centralidade do local como a alternativa para o desenvolvimento. Lisboa (2007), chama atenção para que:

As instâncias internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC administram este denominado ‘Novo Direito Internacional’ e, de modo invisível, também os governos locais. O espaço de decisão permanece desafiado por relações externas e exteriores a ele, são relações que expressam o jogo de forças inerentes aos interesses das novas instituições de poder e aos interesses da sociedade. (IBID, p. 140)

O que a autora chama de Novo Direito Internacional se relaciona à autoridade dos organismos multilaterais na orientação das políticas estatais dos Estados em desenvolvimento. Esse processo demandou uma cooptação dos intelectuais dos próprios países para a legitimação das recomendações e diretrizes das referidas instituições nas escalas nacionais. Evidentemente, as próprias agências internacionais trataram de construir esse consenso na escala mundo. Para Batista, no caso do então endividado Terceiro Mundo

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas - a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio - e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas

pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial (MARTINS, 2015, p. S/N).

como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas. (1994, p. 7).

Esse cenário destaca a dúvida na competência do Estado, facilitando a aceitação de uma gestão internacional dos problemas nacionais, por que é o interesse do capital, ou da demanda do capital, já que ele é incontrolável se constituindo sem sujeito, como afirma Mészáros (2006), que vai definir o que o interessa e onde ele deve ir. Destaca-se um processo apoiado pela rapidez do desenvolvimento tecnológico e informacional que permite:

a redução das barreiras espaciais, assegurando poder de exploração de parcelas do espaço nas suas diferenças em termos de disponibilidade de materiais de qualidades específicas e custos inferiores, infra-estrutura, oferta e controle do trabalho sob condições de acumulação mais flexíveis. As diferenciações de condições de receptividade, conhecimento, técnica, ciência, estratégias de acumulação das elites locais, redes de poder e influência, também são requisitos de valorização do espaço. (LISBOA, 2007, p. 140)

Esse contexto traz a emergência do local (HARVEY, 2001), que corrobora para a ideia de reafirmação ou fortalecimento de identidades locais, levou a diversas iniciativas de comunidades, lugares diversos que passaram a organizar arranjos produtivos locais, a ampliar determinadas atividades produtivas em função das potencialidades naturais ou a recriá-las.

A mundialização, com sua aparência homogeneizadora das condições dos diversos Estados Nacionais para a participação num comércio global, realizada através de organismos supranacionais e não-governamentais (principalmente), leva ao “esquecimento” que essa condição facilitou a exploração da força de trabalho e da natureza.

Para Porto Gonçalves (2006, p. 306) esse quadro também diz respeito a uma “nova des-ordem geopolítica sob o signo do neoliberalismo ambiental”. A apropriação de novas terras e dos recursos, por exemplo, para o mesmo autor “o que se quer que circule livremente são os proveitos e não os rejeitos. Eis a razão pela qual a legislação ambiental é sempre constrangida pela lógica do livre comércio”. Pode-se compreender então “essa nova des-ordem geopolítica sob o signo do neoliberalismo ambiental” (IBID), em relação ao qual, “tudo indica que para superar o desafio ambiental que daí decorre haveremos de agir e pensar local e globalmente e não agir localmente e pensar globalmente” (Ibid, p.398).

Emerge com muita força também nessa conjuntura, o protagonismo de diversos sujeitos, além dos institucionais, aqueles dos grupos organizados localmente, como grupos comunitários diversos, povos tradicionais, movimentos de mulheres (principalmente

movimentos de mulheres negras), pressupondo um “empoderamento”⁶⁰, ou uma revitalização das utopias e propostas de organizações distintas, ora denunciando as opressões e lutando por melhores condições de vida dentro do capitalismo, ora empreendendo a luta anticapitalista.

Sobre esse aspecto, Gargallo observa a organização de mulheres:

Sólo el encuentro de las mujeres entre sí y el descubrimiento colectivo de su condición a través del análisis de las propias experiencias vitales, permitió la constitución de un movimiento de mujeres capaz de postular su liberación, entendida como proceso de subjetivización y autoafirmación (2007, p.19-20).

O feminismo que emerge fortalecendo-se nesse cenário enfrentou a necessidade de debater linhas de pensamento e estratégias de movimento dentro dessa conjuntura, a fim de atender a uma demanda diversa das identidades reavivadas pelo processo de globalização. Essa onda evidencia a heterogeneidade, de acordo com Saffioti (1987) é impossível tratar o feminismo no singular. Há de fato, inúmeros movimentos organizados por mulheres em defesa da igualdade de gênero. Silva e Camuça, nos alertam para o feminismo como

um movimento plural, dentro do qual convivem em conflito e, muitas vezes, em aliança, diferentes ‘expressões’, entre outras, o feminismo negro; o feminismo lésbico; o feminismo sindical; o feminismo indígena; o feminismo popular, o feminismo acadêmico. Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação (2013, p.12).

Para a filósofa venezuelana Carosio⁶¹ (2009, p.13) “el Feminismo en diálogo con las izquierdas y movimientos sociales, y con especificidades de participación de las mujeres en la vida y la transformación social, tiene una fuerza renovada y vuelve a pensarse”⁶². E compreender como o *pessoal é político* para se organizar, mas também que o *político é pessoal*, para compreender os laços que se forjam e modelam a sociedade, como as decisões

⁶⁰ Utiliza-se nesse estudo o termo empoderamento, mesmo quando aspeado, compreendendo que tal termo apresenta um conceito, que é expressão da contradição, pois ao mesmo tempo em que foi fincado pelos think tanks das corporações capitalistas, também é o conceito utilizado pelo feminismo, sobretudo em sua singularidade das mulheres negras no Brasil, visto que “empoderar é um verbo de ação” (LIMA, 2016, p.1), e se tornou substancial nos debates dos movimentos sociais.

⁶¹ Alba Carosio é uma das referências feministas na América Latina na atualidade, e compreende o feminismo como projeto ético, ideológico e político.

⁶² A conjuntura que escreve a América Latina/Abya Yala passava por um processo de articulação entre os governos progressistas e de esquerda (o que atualmente – 2019 – tem sido um enfrentamento para permanência).

políticas recaem sob a vida das mulheres, portanto a necessidade de inserção e organização para impulsionar a luta por justiça. Para Carosio

La producción de saberes del feminismo se hizo al nombrar lo que hasta ese momento no tenía nombre, produciendo discursos propios, evidenciando la distancia entre teoría y práctica. Así, al nombrar lo privado en clave política era posible convertir lo personal en un proyecto colectivo (IBID, p.19).

A conjuntura do século XXI acirrou as contradições que ao fazer o feminismo repensar-se também construir novas estratégias e caminhos, assim

Afrontamos una encrucijada entretejida o bifurcada entre feminismos integrados y feminismos de ruptura, entre feminismos ideologicamente globalizados y feminismos policéntricos y localizados en nuestra latinoamericanidad, entre feminismos de la igualdad y feminismos de la diferencia, entre feminismos universalistas y feminismos alternativos (con reconocimiento de etnia y clase), que plantea las siguientes preguntas, donde estamos convencidas de que la lucha en contra de la subordinación de género debe ser planteada en formas específicas y diferenciales latino-americanas (IBID, p.21-22).

Na interpretação de Carosio houve enfrentamento diante da realidade posta a um movimento “em transição” para construir novas formas de existência, que se expressaram em diferentes espaços e com diversas abordagens, “desde la sociedad civil, desde la interacción con los Estados, desde su participación en otros espacios políticos o movimientos, desde la academia, desde el llamado “sector cultural” (CAROSIO, 2011, p. 244).

Nesse sentido, a venezuelana Valdivieso (2012a) acredita que a **3ª Onda Feminista em Nossa América/Abya Yala** tem como objetivo construir feminismos populares e diversos. Fundamentados na necessidade de uma transformação das relações a partir das especificidades e da inevitabilidade de análise interseccional que complexificam as opressões que se dão no capitalismo-racismo-patriarcado globalizado. Valdivieso compreende que:

El feminismo es un pensamiento crítico, contrahegemónico y contracultural, que se plantea desmontar la opresión y explotación patriarcal, fundada en el contrato sexual que da base al contrato social. La sociedad organizada a partir del contrato social se articula en dos esferas, pero sólo la esfera pública –a diferencia de la esfera doméstica– es designada como históricamente relevante (2012b, p. 10).

Para ela os feminismos dessa terceira onda expressam movimentos políticos que formaram-se concomitante (em muitos casos) à luta contra as ditaduras. Nesse ensejo, salienta-se a diversidade de pessoas feministas que não podem ser consideradas como um grupo homogêneo, “porque “las mujeres” confrontamos formas de subordinación específicas determinadas por la dominación de clase, la primacía étnica, la superioridad geográfica de lo urbano, entre otras”(2012a, p.21), que por meio de uma análise interseccional é possível perceber como se entrecruzam como formas de hierarquias social.

Valdivieso destaca o feminismo latino-americano que tem formado um corpo teórico de reflexões e desenvolvimento crítico, que fundamentam a forma de olhar e conduzir a construção de marcos conceituais mais completos, visto que contemplariam os processos de transformação diante da realidade das mulheres da América Latina/Abya Yala, embora compreenda que esses diferentes recortes fazem parte do feminismo como um todo.

No obstante las diferencias entre expresiones de feminismo, es posible encontrar elementos comunes básicos, que permiten mirar al feminismo como conjunto, en tanto todas sus variables se propusieron lograr la igualdad entre los sexos a partir del reconocimiento de las situaciones de subordinación, discriminación, opresión y explotación de lo femenino, naturalizadas por el patrón de poder dominante, convergiendo todas, en la lucha contra las diversas e interdependientes expresiones sociales, políticas, científicas, económicas, culturales e ideológicas del patriarcado (2012a, p.21-22).

Para Gargallo “a principios del siglo XXI, las ideas feministas latinoamericanas se vinculan al éxito del capitalismo en la destrucción de las culturas locales” (2007, p. 20) e por isso o feminismo latinoamericano mostra as insurgências desde o local. Para ela “recuperar la historicidad de una historia negada, o convertida en relato repetido, implica revisitar el pasado como algo cargado de sentido para el presente” (IBID, p.21).

Gargallo fundamenta-se nas Epistemologias do Sul para mostrar como as especificidades locais transformam, no sentido de empoderar, e também são chaves no reconhecimento da heterogeneidade dentro do feminismo. Na condição de feminismo latinoamericano marcado pela violência desde a colonização, em que além da condição de opressão de classe tem também o pertencimento étnico, compartilhando além da violência machista a violência racista.

O papel do feminismo é questionar (e indignar-se) o fato de a cor (raça/etnia), a pobreza e o lugar social determinarem e potencializarem a exploração de gênero das

mulheres. E praticando-o como pensamento contra-hegemônico, deve-se considerar a condição das mulheres como categoria política que as articula. Pensar desde Nossa América/Abya Yala implica fazê-lo desde a marginalidade explorada, de onde a violência se naturaliza.

O feminismo aparece associado à luta política, questionando, criticando e propondo maneiras de compreender e construir a sociedade de forma equitativa. Mesmo numa conjuntura de democracias burguesas segue sendo um desafio para o exercício político feminista, como afirma Kirkwood (1985, p.64) “para las mujeres [...] los valores de igualdad, fraternidad, democracia, son "vistos" como "desigualdad", "opresión" y "discriminación””.

Por sua vez, historicamente a esquerda teve em sua formação a premissa da superação da sociedade de classe como prioritária, para então, num momento subsequente, lutar contra os outros sistemas de dominação-exploração, como mostra Saffioti

As pessoas situadas na esquerda política, e especialmente as comunistas, não admitem a luta contra o patriarcado e contra o racismo em pé de igualdade com a luta de classes. Privilegiam, incontestavelmente, esta última. Este privilegiamento deriva da crença na maior importância da contradição entre as classes como princípio estruturador das sociedades caracterizadas pela presença do patriarcado-racismo-capitalismo. No fundo, acredita-se que, abolindo-se as classes sociais através da socialização dos meios de produção, ou seja, da eliminação da propriedade privada dos meios de produção, chega-se, com menor esforço, a igualdade racial e entre as categorias de sexo (1987, p.88).

Com o avanço das forças destrutivas do capital (Mészáros, 2006) observa que há o acirramento das lutas, colocando as mulheres em evidência nessas últimas décadas. Nesse sentido, o autor desenvolve uma reflexão acerca das lutas integradoras. Para Mészáros (IBID), o sistema do capital é impermeável à reforma, por que é incontrolável. Sem uma força revolucionária que altere o sistema, numa perspectiva radical, qualquer atuação parcial está fadada ao fracasso. O autor desenvolve essa reflexão no capítulo II do seu livro ‘Para além do Capital’. No item, ‘Defeitos estruturais de controle do sistema’, ele chama atenção para que o abandono da perspectiva da oposição capital x trabalho no pensamento, inclusive da esquerda. Ou seja, a destruição da exploração do capital sobre o trabalho é a única possibilidade de humanização da sociedade. Mészáros destaca que toda ação de concessão do capital ao trabalho, sobretudo ocorrida no período do *welfare state*, foi ação integradora.

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para ação da classe trabalhadora como sob a melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis), obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares (IBID, 95)

Para o autor o capital pode ceder porque os mesmos puderam ser assimilados pelo sistema, sendo a ele integrados e lhe garantido inclusive lucro, durante o processo em que se expandia. Entretanto, hoje, o sistema sociometabólico do capital se apresenta de forma impermeável. Não há como conceber vantagens para demandas não integráveis. Por exemplo, se o movimento verde logrou algum êxito até aqui,

Por mais importante que seja – mais que importante, literalmente vital – como questão única’ em torno da qual variedades do movimento verde tentavam articular seus programas de reforma como um meio de penetrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida, o incontestável imperativo da proteção ambiental se revelou inadiministrável, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para sua implementação (IBID, p. 94-95)

Aí reside a impermeabilidade do sistema. É esse o sentido da insistência de Mészáros, quando afirma que “os obstáculos a serem superados são na verdade comuns ao trabalho – o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital”. (IBID, p. 95) Fora disso, o capital irá frustrar toda e qualquer tentativa ou “questão única”, que não seja integradora ou, que seja fora da luta contra a contradição capital trabalho, ou que, não colaborem de alguma maneira para a acumulação capitalista. “Os obstáculos a serem superados, são na verdade comuns ao trabalho – o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital – e aos movimentos de “questão única”” (IBID). É essa dimensão que faz com que o capital capture grande parte das ações que se consideram mitigadoras das contradições por ele causadas. Para Mészáros,

A razão principal porque esse sistema escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa - na verdade, até o presente, de longe, a mais poderosa – estrutura “totalizadora”, à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou parecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente (...), que sujeita cegamente aos mesmos imperativos, a questão da saúde e a do comércio, a educação e a

agricultura, a arte e a indústria manufatureira (...). No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático*, e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (IBID, p. 96).

Mészáros (IBID, p. 97) observa que, “a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão” é, paradoxalmente, o preço a ser pago pela sociedade pelo dinamismo totalizador do sistema do capital. Em relação ao movimento feminista, por exemplo, observa que a grande causa histórica da liberação das mulheres também é “não integrável”. Assim como a causa ambientalista, a das mulheres e da igualdade, não pode ser atendida pelo capital, “não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de “questão única” tenham de sofrer no futuro” (IBID).

A chave das liberdades individuais, também fortemente presente no movimento feminista, é insuficiente para um processo de transformação verdadeiro e capaz de superar a condição de subalternidade da mulher. Fato que não pressupõe a subvalorização da causa feminista, em relação à luta de classes, mas impossibilita a superação dos problemas vividos pela mulher, sem o entrelaçamento com a luta pela extinção da exploração do trabalho pelo capital.

Defende-se que é preciso questionar se a existência de diversos movimentos feministas, com pautas muitas vezes diversas está ancorada na luta anticapitalista ou se sua objetivação é por igualdade dentro do sistema capitalista, ou mesmo se a fragmentação para atender as especificidades não inviabilizam a manutenção do feminismo como movimento político (TELES, 1993).

Isto é o que se procura discutir na última parte dessa tese, quando da análise das práticas desenvolvidas pelos grupos de mulheres, articuladas com movimentos sociais, sindicais, ONGs, ou isoladas no espaço agrário sergipano.

3. O PROTAGONISMO SE FAZ PELO CONHECIMENTO E PELA POLÍTICA

A questão camponesa pode ser o ponto de partida para uma reflexão sobre o funcionamento de toda ordem social [...] porque está na margem [...] e a margem, quando já não se considera como um apêndice ou um dejetos, aparece como o que é [...]; um momento da reprodução de uma ordem geral. Claude Faure, 1990.

No capitalismo, a realidade material de realização do trabalho feminino é negada com a intenção de explorar a mulher como força de trabalho, colocando-a numa condição ainda mais marginal que a dos homens, nos diversos setores da economia e extratos sociais.

O sistema sociometabólico em certa medida, destaca as mulheres como frágeis, divinizadas, uma forma de romantizar as relações e associá-las a noções como, mãe-terra, mãe-natureza, numa imagem de mulher como reprodutora ou fornecedora de recursos, num processo de exteriorização que a vê como coisa passível de ser explorada (SMITH, 1988).

O capitalismo se apropria de concepções da natureza que lhe convém a fim de fortalecer o discurso da exterioridade que fundamenta e “explica” sua passividade para a exploração. Esse discurso está associado ao tratamento dado à mulher (inclusive na relação com a terra e o uso de agrotóxicos), romantizando as relações. O que serve como pressuposto da dominação masculina. Como escreveu Smith.

É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza. Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle (1988, p.43).

Para o sistema capitalista, tornar a mulher a natureza (terra) exteriorizada é uma sacada genial, uma vez que assim ela se torna passível de ser coisificada para ser dominada. Esse sistema que se apresenta como imutável, a-histórico e por vezes inalienável ao ser humano não poderia apresentar-se como dependente e incapaz de controlar a vida e a morte, como o fazem elas (a mulher e a terra), capazes de produzir através do seu próprio corpo o alimento para gerar e dar vida, e isso independente do sistema sócio econômico.

O controle sobre as mulheres e a terra é uma forma de domar aquilo que pode romper o sistema em discurso e prática, portanto afirma-se a inevitabilidade da intervenção⁶³ masculina, seja ela do parir ao plantar, sendo que as mulheres são direcionadas ao parto cesáreo, por exemplo, muito mais do que o necessário⁶⁴, e a terra ao uso de agrotóxicos⁶⁵ para acelerar seu processo de criação.

Entretanto, a prática cotidiana das mulheres brasileiras camponesas, em diferentes lugares, tem sido ora de enfrentamento e de criação de formas de resistência às imposições do modelo de produção capitalista, ora de re-existência, por meio da criação de experiências fora da lógica do mercado, mas sem necessariamente a perspectiva de ruptura com o modelo de produção. Nesse viés, uma das formas estratégicas consideradas pelas mulheres como alternativa e contraposição é a agroecologia.

A agroecologia aparece compreendida como prática política e laboral, que possibilita ao ser humano compreender-se enquanto parte da natureza, sendo capaz de usufruir de seus bens sem ter como premissa uma relação de domínio. O trabalho é carregado de sentido e desenvolvido para a produção de valores de uso, enquanto as mulheres se apresentam como protagonistas na transformação de suas comunidades. A contribuição da espacialização da agroecologia como enfrentamento ao modo de produção só pode ser compreendida à luz de investigações das experiências práticas - e este é um debate que será desenvolvido no capítulo subsequente -.

Por sua vez, entender o trabalho feminino enquanto produtor de valor de uso exige compreender a lógica camponesa no capitalismo. O capital é expresso como uma relação social em que uma classe controla os meios de produção e outra classe possui apenas sua força de trabalho para vender. O capitalismo é uma fase histórica de formação social, portanto existem formações consideradas pré-capitalistas (AMIN; VERGOPOULOS, 1977) e não-

⁶³ Intervenção no corpo, nas práticas de saúde, no Direito, entendendo todas essas dimensões como território que conflituam entre as necessidades e vontades das mulheres e imposições e opressões baseadas num sistema de moral que como afirmou Foucault (1984, p.24), “trata-se de uma moral de homens: uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens, evidentemente, livres”.

⁶⁴ Brasil é líder mundial de cesáreas “com 52% dos partos feitos por cesarianas - enquanto o índice recomendado pela OMS é de 15% -, o Brasil é o país recordista desse tipo de parto no mundo. Na rede privada, o índice sobe para 83%, chegando a mais de 90% em algumas maternidades. A intervenção deixou de ser um recurso para salvar vidas e passou, na prática, a ser regra” (BBC, 2014). Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140411_cesareas_principal_mdb_rb>, acessado em 9 de agosto de 2016.

⁶⁵ Segundo o jornal El País (2015) “desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa”. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html>, acessado dia 9 de agosto de 2016.

capitalistas (OLIVEIRA, 2007). Concordamos com Bottomore na definição de capitalismo como:

Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população (BOTTOMORE, 2012, p.75).

O domínio das formas supramencionadas leva Amim (1977, p.12) a observar que a tendência das formações capitalistas é de “desintegrar as outras e fazê-las desaparecer, o que não ocorre nas formações pré-capitalistas” que permanecem heterogêneas. Entretanto, neste estudo entende-se o campesinato como uma classe social que se desenvolve por relações de produção não-capitalistas (OLIVEIRA, 2007), visto que considerá-lo pré-capitalista parece incluí-los num processo de transição para capitalistas, o que não é o caso.

Para Oliveira (1991, p. 20), o desenvolvimento do capitalismo implica inevitavelmente a criação e a recriação do campesinato, uma vez que no campo: “o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível”. Sobre esse aspecto, o autor alerta para a sujeição da renda da terra ao capital como produto das contradições do capitalismo. O capitalismo, ao mesmo tempo, produz o aumento do trabalho assalariado no campo e convive ora com o avanço, ora com uma redução do trabalho familiar, que lhe é necessário para a extração da renda da terra.

Nesse processo, o campesinato não desaparece, ele nem é completamente transformado no proletário, nem em capitalista, como mostra a realidade nos diferentes países. O campesinato se recria diferentemente pela meação, pela parceria, pelo arrendamento, pela posse da terra, ainda que ocorra a sujeição da renda da terra ao capital, quando o produto do trabalho familiar camponês é subordinado à lógica capitalista. O “capital, que sujeita e expropria a renda da terra. e, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.” (IBID, p. 11). Ele se apropria do produto, estabelece seu valor de mercado e fica com a renda

camponesa. Ou seja, o desenvolvimento de relações não capitalistas se constitui necessário à reprodução capitalista.

Outra forma da reprodução camponesa é a luta pela terra, por meio da qual eles ocupam e conquistam a terra. A permanência dessas relações não capitalistas não anula as diferentes formas de subordinação ao capital às quais o campesinato aparece submetido, ao contrário, para o capital, as contrariedades da/na convivência, são passíveis de negociação. O que se extrai dessa relação é que a reprodução do campesinato pelo território é produto de ação política, independentemente das formas de exploração.

Amin (1977) mostra que desde a acumulação primitiva do capital, algumas são as chaves para entender o capitalismo: a mercadoria, como “veículo do valor de troca, oculta o valor de uso, é fetiche” (1977, p.16); o capital “como relação social de classes” e a renda da terra “porque o capitalismo não nasceu do vazio; a aliança de classes entre a burguesia nascente e a propriedade fundiária (de origem feudal ou camponesa) preenche as funções essenciais no processo de acumulação primitiva” (1977, p.18).

Por sua vez Marx, em ‘O capital’, capítulo VI (2009), nos ajuda a entender que a produção mercantil simples não se constituiria um modo de produção dominante. Por sua vez, ela resiste ao capitalismo, dentro dele produzindo valor de uso, através do trabalho de diferentes sujeitos, entre eles, o campesinato.

O campesinato, essa classe social que produz valor de uso, estabelece uma relação com a terra que é de realização da vida pelo trabalho, uma necessidade natural que medeia o metabolismo entre o ser humano e a natureza, a fim de satisfazer suas necessidades materializadas ou objetivadas em valores de uso. Diferentemente dos interesses capitalistas de produção do lucro, o camponês busca na terra a satisfação de suas necessidades humanas. Nesse sentido, a terra de trabalho não se confunde com a visão de terra de negócios nas relações capitalistas.

Segundo Marx, em ‘O capital’, capítulo I (2009), o trabalho é uma atividade produtiva que visa um objetivo determinado. No caso do campesinato, este objetivo é o de produzir alimento para a família e os produtos excedentes são direcionados para outros membros da sociedade. O trabalho realizado pelo campesinato tem o sentido da produção de alimentos para o auto sustento e não o da produção de mercadorias, ou seja, o objetivo é o da reprodução imediata. Mas há a produção de um excedente que é incorporado ao mercado capitalista e possibilita renda. Esta renda vai servir ao atendimento de outras necessidades, não produzidas pela família.

De acordo com Theodor Shanin (1979), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um modo de vida diferente, distinto. O campesinato se insere na sociedade capitalista, sem se negar, assumindo formas diferenciadas de subordinação, mas resistindo.

Marta Inês entende por modo de vida camponês, “um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes, a família, o trabalho e a terra (2004, p. 145)

Na concepção de Bartra (2011) o campesinato é polimorfo, transterritorial e onipresente. Na economia camponesa, prevalece a produção de valores de uso, mas essa produção direcionada para o autoconsumo, não implica ausência de excedente produtivo, que entra na esfera monetária como a produção mercantil simples, na qual a produção é vendida a fim de transformá-la em dinheiro para adquirir outros valores de uso para consumo interno da família. Dessa forma, “o valor de troca surge, assim, como condição de possibilidade de intercâmbio de valores de uso que, desde uma perspectiva imanente do camponês, constitui o começo, o fim e o objetivo de tal circulação” (BARTRA, 2011, p.17).

O processo de trabalho camponês somente se constitui em um processo de valorização por meio de uma série de mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista. O processo camponês de produção, em um sentido estrito ou imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto da reprodução social do capital (BARTRA, 2011, p.13).

O campesinato tem a terra como meio de produção e “as relações socioeconômicas em si mesmas ‘não capitalistas’ são, onde o capitalismo é dominante, produto do capitalismo e fator de sua reprodução” (BARTRA, 2011, p.4).

O que frequentemente são considerados “modos de produção subordinados ao capitalismo dominante” não são mais do que relações socioeconômicas (formas de produção ou circulação, relações jurídicas, políticas ou ideológicas etc.) excêntricas, ou seja, em si mesmas não capitalistas e que, no entanto, se reproduzem por meio da operação do modo de produção capitalista (BARTRA, 2011, p.3-4).

O campesinato pode também buscar formas de resistências através de atividades não agrícolas, sem deixar de ser campesinato. Bartra (2010), observa que o campesinato compreende uma economia familiar multiativa, “forman parte también y por derecho propio quienes, teniendo funciones no directamente agrícolas, participan de la forma de vida

comunitaria y comparten el destino de los labradores” (2010, p.11). ou seja, mesmo quando a produção não está diretamente ligada à produção de alimentos, ela se realiza dentro da economia familiar, e serve para a reprodução da família.

Para esse autor, o campesinato é ainda (2011, p. 85), “demografia, geografia e produção (...) é movimento, conflito, luta sindical”. É o resultado de uma coletividade que, na luta, se entende como classe social e, por isso, as classes sociais “no son adscripciones fatales ni efecto automático de la reproducción del modo de producir, sino resultado de la práctica histórica”. (2010, p.5)

O campesinato como classe é indispensável “porque produz a diversidade social e natural, que é um valor de uso e não um valor de troca” (BARTRA, 2011, p. 106). É com esse viés que as mulheres camponesas lutam pelo direito de permanecerem vivendo no campo. Essa perspectiva do modo de vida camponês expressa o fazer político das mulheres camponesas nas experiências analisadas para efeito dessa pesquisa.

3.1 - O ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: “A CABEÇA PENSA A PARTIR DE ONDE OS PÉS PISAM”⁶⁶

Nota-se que a divisão social do trabalho desde Platão (427 – 347 a.C.) separa corpo e mente, ao afirmar ser o corpo realidade não confiável. Na idade média, a cisão corpo/mente foi retificada pelo cristianismo, em que a renúncia ao corpo era a única condição de libertar a alma dos pecados. Ela também aparece na lógica em que Deus é simbolizado como cabeça e a Igreja como corpo (como sendo manipulado pela cabeça). Na idade moderna, novamente a cisão humana em corpo/mente se cristaliza com René Descartes (1596-1650), em que a essência da natureza consiste apenas no ato de pensar: “penso, logo existo”.

Nesse sentido, a sociedade de classes reflete a cisão, sendo quem pensa e quem executa. Os países de Nossa América/Abya Yala na Divisão Internacional têm a força de trabalho para o desenvolvimento do imperialismo. Ou seja, a decisão do lugar ocupado por Nossa América é alheia ao lugar, pois quem pensa as políticas internacionais?

Percebemos a importância da elaboração do pensar a partir do conceito de *think tanks*, termo que tem sua origem relacionada à conjuntura da Segunda Guerra Mundial “como desígnio à sala onde os oficiais graduados se reuniam para discutir as estratégias de luta,

⁶⁶ Leonardo Boff (2000, p.2)

logística, entre outros aspectos” (FREITAS, 2013, p.6). As *think tanks* “são pontes entre o conhecimento e o poder nas democracias modernas” (FREITAS, 2013, p.6).

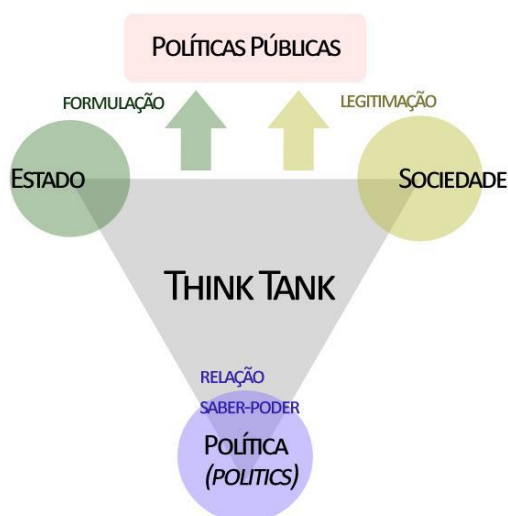
As *Think tanks* não apenas constituem espaços de geração de *expertise* como também em vetores de ideais que estabelecem linhas de influência perante os diversos atores políticos e à própria sociedade civil. Tanto nos Estados Unidos – “berço” de alguns dos principais “tanques de idéias” da atualidade – como no resto do mundo, as *Think tanks* têm conseguido lograr um espaço no campo da política contemporânea, tanto no sentido de *policy* como no sentido de *politics*, lançando importantes projetos de pesquisa relacionados não somente à política externa norteamericana, mas na direção de outros campos e áreas de conhecimento, como a própria América Latina que desponta nas agendas das *think tanks* como pólo importante para o acúmulo de informações, seja por conta de uma postura de cooperação, seja pela necessidade de uma compreensão estratégica de seu papel no cenário mundial (FREITAS, 2013, p.7).

E por que deve-se tratar desse conceito? Uma vez que a análise isolada sobre a elaboração de políticas públicas relacionadas à questão agrária - ou mesmo de gênero- elucidada a falta de elementos para apresentar as conexões globais que explicam mudanças políticas que atendem os interesses internacionais, principalmente a lógica de produção de *commodities*. Assim, Freitas fundamenta-se em Smith (1991) para mostrar que:

Há uma profunda relação dialética entre conhecimento e poder, uma vez que as *Think tanks* são capazes de instituir-se como pólos múltiplos dentro de uma mesma dinâmica que se apresenta como um nível diferenciado de poder, ou mais precisamente, como um nível elitizado de poder (FREITAS, 2013, p.8).

Os *Think tanks* para atender as necessidades da política mundial precisam conhecer a Nossa América/Abya Yala, mas o objetivo desses “tanques de pensar” não leva em consideração os interesses das comunidades já que vai “estabelecendo-se no *locus* da política mundial enquanto *loci* privilegiado de construção de saber” (FREITAS, 2013, p.8). Essa conceituação está presente no organograma construído por Freitas e reproduzido a seguir:

Organograma 2 - *Think tanks* e o processo de formulação e legitimação de políticas



Fonte: FREITAS, 2013, p.9.

A relação saber-poder presente nas *politics* alimenta o processo de formulação (pelo Estado) e legitimação (através da sociedade) das políticas públicas. Nesse sentido, “as *Think tanks* impõem uma relação entre Estado e Sociedade, para a concretização de suas acepções ideológicas, culminando em uma determinada política pública” (FREITAS, 2013, p.9). Na ordem global a cisão corpo/mente apresenta-se em quem pensa e quem executa, em que claramente, as políticas latino americanas e caribenhas são um plágio desconectado das nossas realidades.

Segundo o geógrafo Ramos Filho (2008) os *Think tanks* constroem territórios imateriais, por meio de uma série de informações que impacta diretamente a realidade na medida em que se materializa espacialmente.

Neste processo, assume relevância o conhecimento produzido por *think tanks* do Banco Mundial, ligados ao Estado brasileiro em níveis federal, estadual ou municipal, aos sindicatos, assim como, movimentos camponeses, universidades e pesquisadores. Estes sujeitos têm produzido conhecimento com o intuito de promover o programa, alterar sua forma de realização ou de destruí-lo, respectivamente, de acordo com os objetivos político-estratégicos (RAMOS FILHO, 2008, p.332).

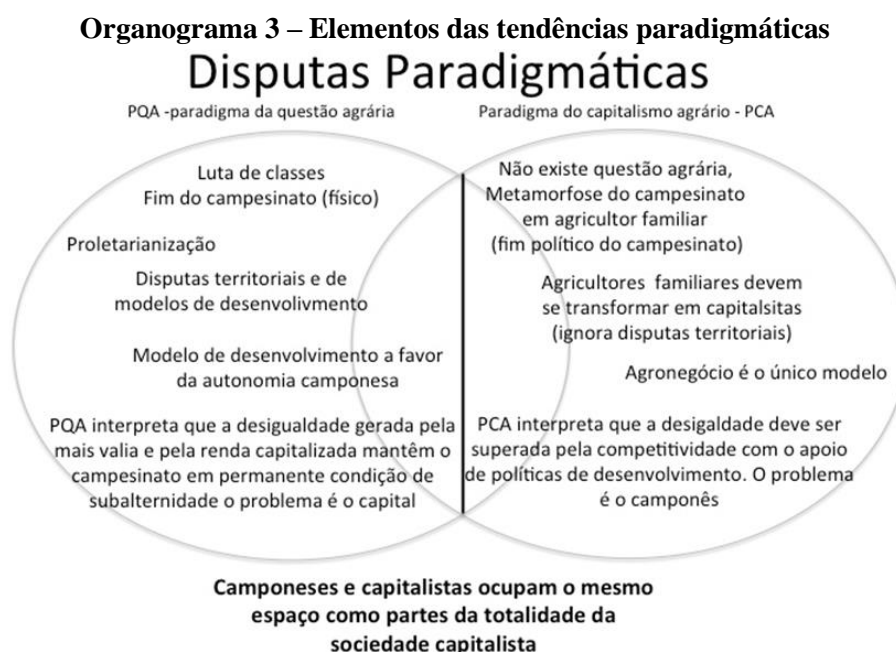
Ramos Filho (2008, p.332) compreende *think tanks* como “os especialistas que produzem conhecimento fundamentado na validade do fazer científico”, e os classifica de acordo com as posturas políticas e ideológicas em conservadores e/ou coletivos ou populares.

Conservadores são aqueles que afirmam a ciência como a única forma válida de conhecimento e dissimulam a realidade vigente mediante a defesa da ruptura com o Estado de Bem Estar e restauração do liberalismo com sua roupagem “neo”, proposto como um caminho único e sem retorno (...) *think tanks* coletivos ou populares são os que se opõem aos especialistas a serviço dos poderosos e reconhecem a relevância do conhecimento científico, mas afirmam a relevância dos saberes produzidos histórica e socialmente pelos sujeitos (RAMOS FILHO, 2008, p. 332).

A Via Campesina, como uma organização internacional de diversos movimentos socioterritoriais camponeses, pode ser considerada como um *think tank* coletivo ou popular, que constrói pesquisa e estratégia de ação contra-hegemônica e de embate ao capital. Assim, é importante pensar “como chegamos a nos convencer de que ‘não há alternativa?’” No turbilhão de questionamentos surge o questionamento: “é simplesmente porque nos faltam a vontade, a coragem e a perspicácia para propor alternativas e buscar ativamente pô-las em prática? Ou há aí algo mais em ação?” (HARVEY, 2004, p. 206).

Analisando a clara incapacidade do mercado em atender necessidades sociais, produtivas e ambientais, é possível notar que há uma lógica capitalista que necessita, e por isso se apropria do surgimento de inúmeros modelos distintos nativos enraizados do 3º mundo, cada um oferecendo suas contribuições, não para um modelo homogêneo, dominante, mas como conjunto de visões e enfoques para integrar processos muito importantes.

Um exemplo da potencialidade desses *think thanks* a ser destacado é o debate dos paradigmas da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA), realizado por Fernandes (2005), que apresenta dois modelos de desenvolvimento para o campo: um do agronegócio e outro, da agricultura camponesa (FERNANDES, 2015, p. 387), como mostra o Organograma 3.



Fonte: FERNANDES, 2015.

Esses paradigmas serviram e servem como pilar para a formulação de políticas públicas, assim como de muitos estudos da questão agrária brasileira. Se constituem base das ações e projeções dos movimentos sociais, sindicais, partidários e das organizações do Estado. O Organograma 4 elaborado por Fernandes (2015) mostra o posicionamento de importantes instituições no debate paradigmático da questão agrária, e nota-se que algumas das instituições transitam entre um e outro, como o caso da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO.

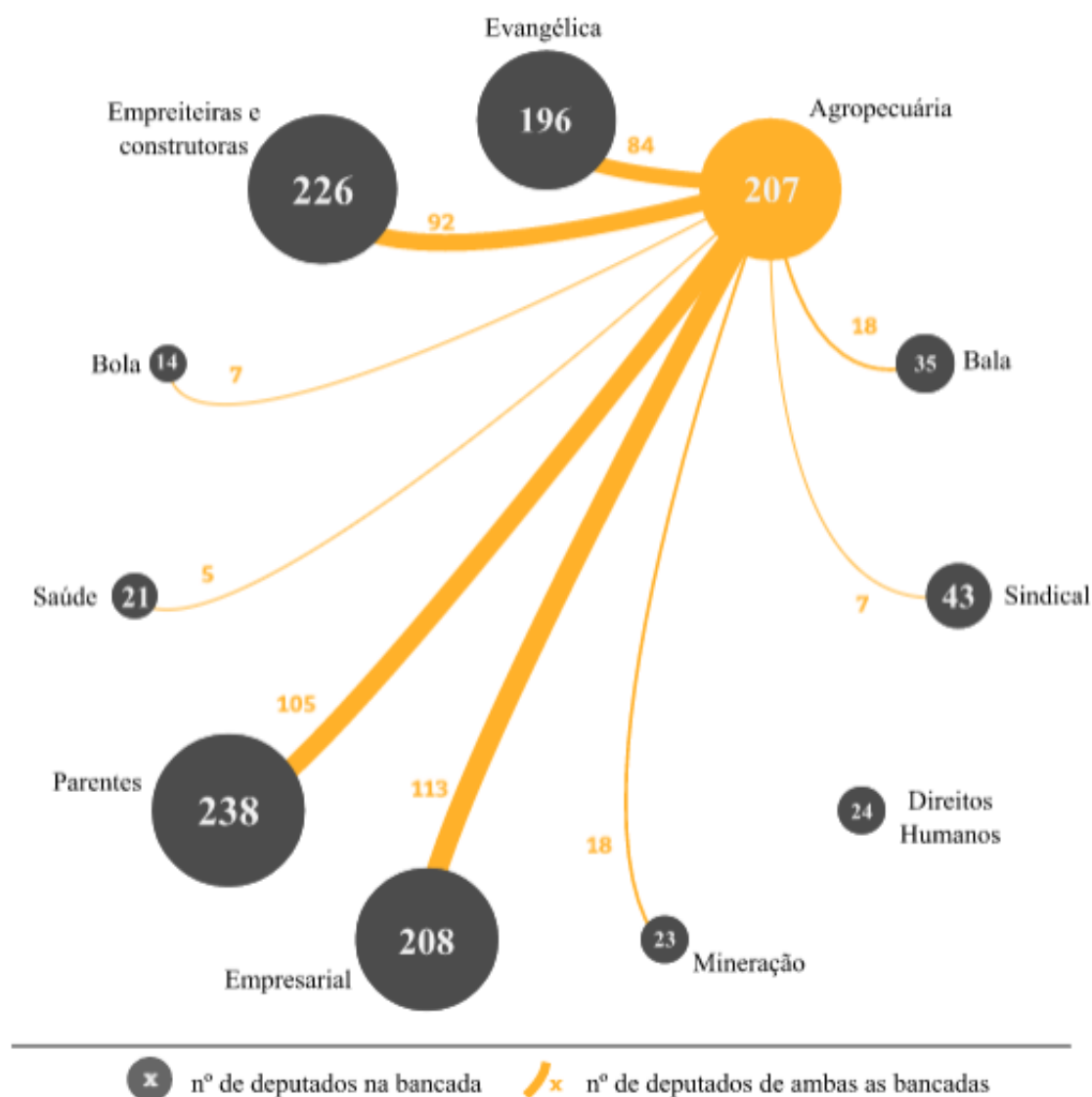
Organograma 4 - Posição das instituições no debate paradigmático



Fonte: FERNANDES, 2015.

Enquanto os movimentos sociais camponeses têm dirigido suas práticas a partir do PQA, as estruturas governamentais se guiam pelo PCA, inclusive no direcionamento das políticas públicas brasileiras. Observa-se que, em torno desses paradigmas, as forças políticas se concentram. No caso do PCA, a bancada ruralista do parlamento brasileiro, também chamada de agropecuária, é representada pelo conjunto de ideais implícito para o desenvolvimento rural.

Figura 8 – A bancada Agropecuária ou Ruralista e sua relação com as demais bancadas



Fonte: Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, 2016.

A bancada ruralista é composta em sua maioria por “grandes proprietários de terra, que, legislando em favor de si próprios, cobiçam terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação” (A REPÚBLICA DOS RURALISTAS, 2016). Essa bancada tem defendido mudanças no Código Florestal que permitam maiores brechas e possibilidades de exploração (ambiental e social) pelo capital. As mudanças afetariam na “fiscalização das demarcações de reservas indígenas e no reconhecimento de áreas de quilombos — e, se possível, na limitação de seu número” (MOREIRA, 2014, p.1).

Esses paradigmas ajudam a mostrar como o saber (e o poder) constroem território imaterial que reflete na realidade material, uma vez que os *think tanks* que os

elaboram ora constroem políticas ou focopolíticas, cujo real sentido é atender o mercado, ora expõem a conflitualidade presente no campo que exige do Estado demandas de necessidades reais da população camponesa, da classe trabalhadora, pensando a partir de onde pisam os pés e constroem cotidianamente territorialidades que marcam sua cultura e identidade, podendo ou não ser imprescindíveis para a potencialização da luta de classes. Observa-se que a produção de conhecimento dá fundamentação às práticas.

As artimanhas capitalistas se apropriam do discurso de uma natureza exterior e a-histórica, uma vez que dessa forma passam a ser percebidas “como um produto inevitável e universal da natureza” (SMITH, 1988, p. 46). Assim, há tentativa do capital de manter controle sobre o conhecimento produzido pelas mulheres, a partir da relação mais simbiótica que elas estabelecem com a natureza.

Prova disso é a construção da agroecologia, como estratégia de luta das mulheres camponesas na busca pela Soberania Alimentar, quando transformada em movimento (coletivo) a luta (individual) dos sujeitos camponeses de preservação da natureza e das culturas. Assim, a agroecologia compreendida nas suas diversas dimensões pode auxiliar não só uma prática equitativa de relação entre os seres humanos e destes com a natureza, mas sua episteme apresenta como produção de conhecimento, como afirmou Sevilla Guzmán que a agroecologia,

Critica al pensamiento científico: por un lado, develando el etnocentrismo sociocultural de las ciencias sociales como construcción histórica europea que centra su pesquisa en una única propuesta civilizatoria que excluye de su acervo a las demás. Y, por otro lado, pretendiendo modificarlo probando además la necesidad de complementar los hallazgos científicos agropecuarios y forestales con aquellas “prácticas campesinas y indígenas” que han mostrado su sustentabilidad histórica (2011, p.12).

Relacionamos, por exemplo, o conhecimento das ervas medicinais das mulheres camponesas, quilombolas e indígenas que são apropriados por pesquisadores/as e em seguida patenteados para a confecção de remédios por empresas multinacionais/transnacionais a serem comprados e distribuídos pelo Estado às mulheres, utilizando o discurso de que é melhor o produzido pela farmacêutica que os remédios caseiros que não possuem “estudo” e “comprovação científica”.

Esse conhecimento das mulheres foi negado sob o discurso de serem bruxaria e agora, numa versão mais atual, mas não menos massacrante, sob a lógica da veracidade do que é tido como científico. As ervas medicinais e o conhecimento das mulheres no preparo das mesmas são respostas materiais para uma medicina que ignora a prática e os saberes ancestrais de quem levanta todos os dias com o peso nas costas de ter obrigação com a alimentação e a saúde da família e da comunidade.

Esse discurso serve também para fazer com que as mulheres se sintam incapazes de produzir seu próprio remédio. A ideologia (falsa consciência) da necessidade de um remédio produzido pela indústria leva a mais um ciclo de dependência, sendo uma ação revolucionária o ato de produzir seus remédios e multiplicar os saberes. Segundo Porto-Gonçalves,

a perda da diversidade biológica mantém uma forte correlação com a diminuição do número de línguas no planeta (TOLEDO, 2000). Afinal, é por meio da linguagem que se dá a mais fundamental das apropriações da natureza – dar nome próprio é se apropriar (2006, p.404).

Num contexto de globalização neoliberal há os que buscam legitimar e legalizar o patrimônio genético, a partir de estudos com populações camponesas, indígenas e quilombolas, que depois precisarão pagar para usufruir dos seus conhecimentos ancestrais. Porto-Gonçalves compara os Acordos sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPs por sua sigla em inglês) com a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), como mostra a tabela abaixo:

Quadro 4 - Comparação entre direitos e obrigações na CDB e no TRIPs-OMC

CDB	TRIPs-OMC	Conflito
O acesso aos recursos biológicos deve estar condicionado ao consentimento mútuo prévio informado dos países de origem. Também requer participação e aprovação das comunidades locais	Não existe nenhuma disposição que obrigue ao consentimento prévio informado para o acesso aos recursos biológicos que possam ser protegidos pelos DPIs ⁶⁷	A CDB outorga aos Estados capacidade jurídica para enfrentar a biopirataria ao requerer o conhecimento informado. Os TRIPs, ao ignorar esta prerrogativa, incentivam a etnobiopirataria.
Os Estados têm direitos	Os recursos biológicos têm	A soberania nacional supõe

⁶⁷ Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs).

públicos soberanos sobre seus recursos biológicos	que estar sujeitos a direitos privados de propriedade intelectual. A concessão de licenças obrigatórias de interesse nacional em ser restringida.	que os países têm direito de proibir Direitos de Propriedade Intelectual sobre seres vivos. Os TRIPs desestimulam este direito ao requerer a concessão de DPIs sobre micro-organismos GMs ⁶⁸ , procedimentos não biológicos e patentes e/ou proteção sui generis sobre obtenções vegetais.
A utilização ou exportação de recursos biológicos, assim como de seus conhecimentos tradicionais, inovações e práticas relevantes no emprego da diversidade, deve dar-se com base na divisão equitativa de benefícios	É preciso conceder patentes em todos os campos da tecnologia. Em função disso, o uso e a exploração dos recursos biológicos devem ser protegidos por Direitos de Propriedade Intelectual. Não se prevê nenhum mecanismo para que os benefícios sejam compartilhados entre o titular da patente de um país e o doador do material biológico de outro país.	A CDB estabelece uma base legal para que os países em desenvolvimento possam reivindicar participação nos benefícios.
Os Estados são obrigados a promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade como preocupação comum aos direitos de toda a humanidade.	A proteção de saúde pública e a segurança alimentar, assim como os interesses públicos em geral, ficam sujeitos aos interesses privados dos titulares dos DPIs, segundo o dispositivo nos TRIPs.	A CDB privilegia o interesse público e o bem comum em relação à propriedade privada. Os TRIPs privilegiam a propriedade privada.

Fonte: Porto-Gonçalves (2006, p.411).

Essa condição transforma o conhecimento em mercadoria e em poder para as empresas lucrarem mais. Portanto, ao invés de pensar o sistema capitalista como “exitoso en todos os sentidos en la destrucción de los pueblos, relaciones, saberes y economias [vejamos] como algo a lo cual se opone resistencia, y sigue siendo resistido hoy” (LUGONES, 2011, p. 111).

Não há como analisar e conhecer a história dos povos do Sul deslocada dessa análise do saber (relacionado ao campo do conhecimento) que foi/é controlado e dá sustentação ao poder. Por isso é preciso falar do conhecimento, de como é construído, quem o controla e para que. Pois em Nossa América/Abya Yala foram encontrados seres culturais, políticos, econômicos e religiosos, que foram negados pela colonização, tratados como seres não-pensantes, e suas elaborações apropriadas, servindo como pressuposto da condição de controlar e construir políticas globais que afirmam a tese do

⁶⁸ Micro-organismos Geneticamente Modificados (GMs).

Ocidente desenvolvido, e justificam sua capacidade de gestar os “subdesenvolvidos”, ou seja, os “incapazes” de transformar seus conhecimentos em ciência.

Essa construção, que aparece associada à exteriorização da natureza, vendo-a coisa, auxilia no discurso da mercadoria exterior ao processo social de produção. Nota-se que “a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza” (SMITH, 1988, p. 27), a natureza sensível (intelectual) é transformada em mercadoria que fundamenta o discurso da dualidade do conhecimento (científico e não científico), que auxilia na dominação dos que “não produzem conhecimento”.

Apenas o conhecimento científico é entendido como uma forma de conhecimento válida, a fim de invalidar e inferiorizar os saberes e o conhecimento historicamente acumulados. O capital se apropria do conhecimento historicamente acumulado pelos povos tradicionais e o transforma em mercadorias, a partir das patentes e do mercado farmacêutico, subvalorizando ou desconsiderando o conhecimento apropriado em séculos de relação com a natureza. Por isso a importância de discutir a quem serve o conhecimento, e por que aqueles que detém formalmente o saber, detém também o poder.

Assim, as afirmativas de Arendt podem ser apropriadas?: “só pode ser livre quem está disposto a arriscar sua vida” (ARENDT, 2007, p.53), e é essa liberdade práxis refletida no território material e imaterial de atuação das mulheres camponesas que com coragem entendem que o pessoal é político e, portanto, é necessário lutar para transformar as relações e com coragem transcender o espaço que o sistema capitalista lhes impõe “porque só podemos chegar ao mundo público comum a todos nós – que, no fundo, é o espaço político – se nos distanciarmos de nossa própria existência privada” (ARENDT, 2007, p.53).

A construção teórica e prática das mulheres camponesas cria fundamentos para um fazer político. Seria o milagre da política em seu real sentido? Aqui, as organizações e movimentos feministas e camponeses aparecem como *think tanks* coletivos e populares de formulação de novas relações sociais e mesmo de propagação de formulações existentes no seio do modo de vida do campesinato.

No item a seguir a experiência do NEDET e sua atuação dá uma dimensão das possibilidades de enfrentamento àqueles *think tanks* que legitimam a política do capital.

3.2 - O NEDET NO CONTEXTO DA ESPACIALIZAÇÃO DE FOCOPOLÍTICAS

As ações governamentais, desde a década 1990, se intensificam os mecanismos de produção da pobreza que o neoliberalismo expõe a face feminina da pobreza (CAMPOS, 2011), por diretriz do Banco Mundial são implementadas políticas com foco nos pobres e também foco de gênero, como forma de compensar a população mais afetada através das políticas assistenciais, forjadas na construção de focopolíticas, direcionadas a soluções conjunturais para problemas estruturais da sociedade. Para Leguizamón as focopolíticas,

Se materializa en diferentes dispositivos de intervención para el “ataque” a la pobreza, como la focalización, las políticas compensatorias, también denominadas de desarrollo social, por medio de la provisión de mínimos biológicos para satisfacer necesidades básicas. Este nueva arte de gobernar que denominamos *focopolítica* (LEGUIZAMÓN, 2005, p. 241).

As focopolíticas promovem a inserção de forma marginalizada. A autora compreende-as como uma nova arte de governo e uma nova tecnologia de poder. Na visão da autora,

No es la vida de la población productiva la que importa, o el aumento de la productividad del trabajo. El mercado regula la vida de los “más capaces”. El estado, a partir de la gestión y promoción de las “organizaciones de la sociedad civil” y de las redes autogeneradas comunitarias “productivas”, promueve la vida sólo al nivel de mínimos básicos. Además la deja reposar en la moral individual filantrópica – como las organizaciones no gubernamentales o benéficas– y en los recursos autogenerados de los propios pobres. Esto se viabiliza a través del paradigma del desarrollo humano por medio de la provisión de parte del estado de servicios y/o “paquetes” básicos para los pobres. Es decir, la vida en los límites de la subsistencia. No es más la población en su sentido genérico como lo era en la biopolítica, sino los más pobres, los vulnerables y ciertas minorías los que constituyen de una u otra manera una amenaza para la estabilidad del sistema (LEGUIZAMÓN, Apud: CAMPOS, 2011, p. 241).

Para estancar as “ameaças” do sistema, os governos progressistas propõem as focopolíticas. Entre elas, há a política de assessoramento aos territórios da cidadania e territórios rurais, chamada de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial –

NEDET, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (extinto com o golpe conservador de 2016), tem como base “uma Agenda Social que objetivava consolidar uma política garantidora de direitos e reduzir a desigualdade social” (BRASIL, 2013).

Essa proposta de núcleos de extensão e desenvolvimento tem como discurso a elaboração e acesso a políticas de combate à pobreza e políticas direcionadas ao campo de forma mais democrática, uma vez que os territórios se organizam com suas representações de poder público e sociedade civil para discutir demandas e decidir como construí-las.

Em 2014/2015 houve uma chamada pública para construção de núcleos de extensão pautados desde as Universidades, o que possibilitou essa pesquisa ganhar uma nova dimensão e escalaridade devido ao trilhar coletivo a partir da inserção no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo. – NEDET/Sergipe.

Esse NEDET foi construído de forma participativa com diversos movimentos sociais e socioterritoriais e instituições como a Universidade Federal de Sergipe – UFS, o Instituto Federal de Sergipe – IFS e a Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária – Embrapa, com a perspectiva do paradigma da questão agrária e de formulação teórico/prática de autonomia e desenvolvimento territorial rural desde o campesinato.

Em Sergipe são considerados quatro Territórios da Cidadania - TC, sendo o TC Alto Sertão, composto por 7 municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Porto da Folha. A população total do território é de 146.529 habitantes, dos quais 78.198 vivem na área rural, o que corresponde a 53,37% do total. Possui 12.833 agricultores familiares, 3.564 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,58⁶⁹, o que mostra a condição de pobreza da população.

O TC Baixo São Francisco é composto por 14 municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco,

⁶⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é uma medida importante concebida pela Organização das Nações Unidas – ONU, para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Esse índice leva em consideração saúde, educação e renda e varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), revelando que quanto maior a proximidade de 1, mais desenvolvido, ou seja, o IDH apresentado pelos territórios da cidadania expressam a condição de pobreza vivenciada pela população com rendas baixas (ou sem renda), grau baixo de escolaridade e de condições de saúde.

São Francisco e Telha. A população total do território é de 125.193 habitantes, dos quais 52.536 vivem na área rural, o que corresponde a 41,96% do total. Possui 6.900 agricultores familiares, 907 famílias assentadas e 4 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,61.

O TC Sertão Ocidental é composto por 19 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto. A população total do território é de 455.524 habitantes, dos quais 193.099 vivem na área rural, o que corresponde a 42,39% do total. Possui 38.698 agricultores familiares, 1.471 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,62.

Por sua vez, o TC Sul Sergipano composto por 12 municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba. A população total do território é de 279.015 habitantes, dos quais 123.736 vivem na área rural, o que corresponde a 44,35% do total. Possui 20.599 agricultores familiares, 1.256 famílias assentadas e 2 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,62⁷⁰.

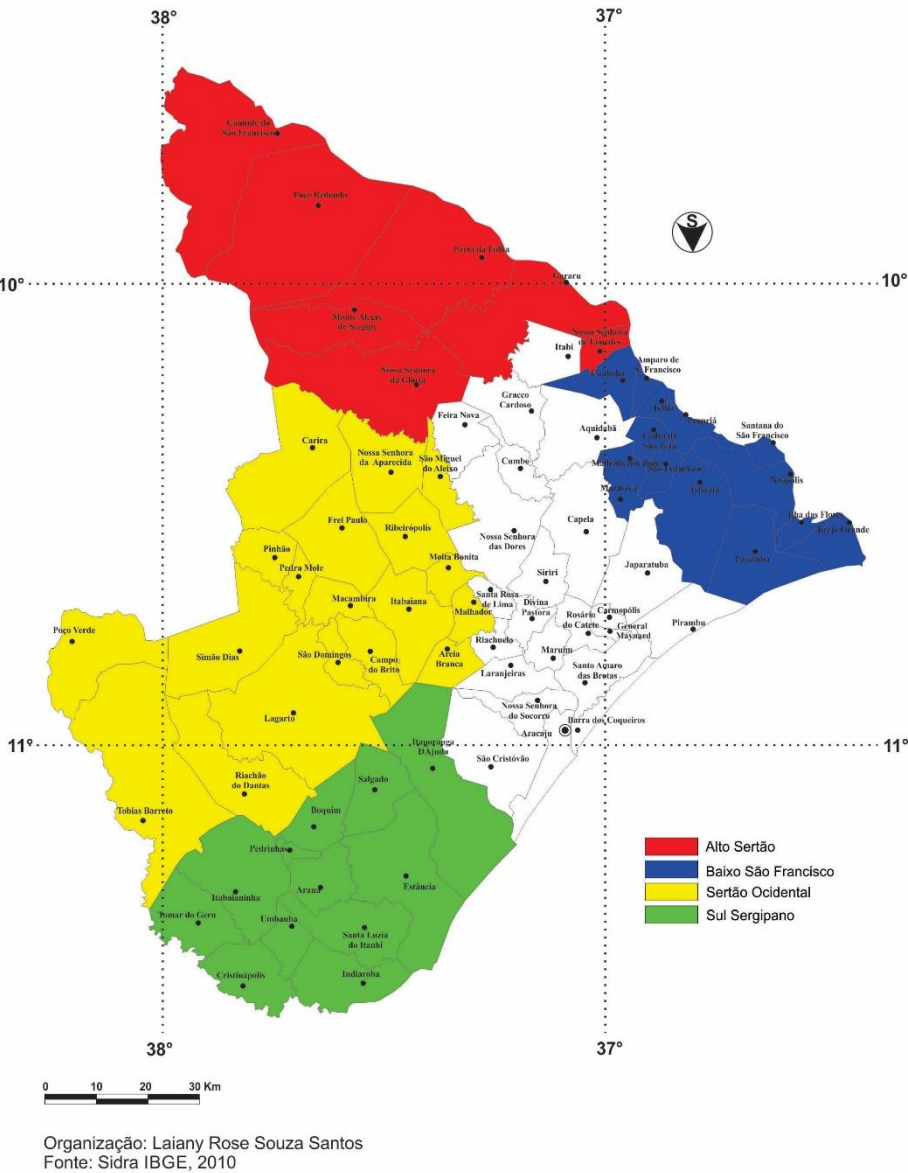
Dentre os 75 municípios do estado de Sergipe, 23 não foram contemplados com a política de desenvolvimento territorial, ou seja:

20% da área territorial do estado de Sergipe não está contemplada nesta política de combate à pobreza do governo federal. Em tal área que abarca 23 municípios sergipanos, o que representa 30,6% do total, ocorrem dinâmicas que merecem ser registradas; a) a presença da capital do estado e sua região metropolitana; b) 2) a histórica zona açucareira, berço da oligarquia; c) zona de impactos da indústria, mineração, especulação imobiliária, estrangeirização das terras. (RAMOS FILHO, 2015, p.6).

Nessa área não contemplada com a política de combate à pobreza, podemos citar a conflitualidade entre o agrohidronegócio da cana-de-açúcar e a produção camponesa - a exemplo das mulheres do PA 13 de Maio, em Japaratuba com produção agroecológica (SANTOS, 2013). O Mapa 1, oferece a dimensão espacial e também permite entender onde e como estão organizados os TCs.

⁷⁰ Dados disponíveis no Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

Mapa 1 – Territórios da Cidadania, Sergipe, 2015



Cada TC tem três assessores/as: Assessor/a de Inclusão Produtiva, Assessor/a de Gestão Social e Assessor/a de Políticas para Mulheres. Dentre esses, a única assessoria que não demanda formação de ensino superior e que a bolsa auxílio financeiro tem o valor mais baixo é a Assessoria de Políticas para Mulheres, despertando o interesse em refletir os motivos para tal desvalorização.

Este questionamento foi levantado pelas assessoras do Nordeste em capacitação realizada pelo MDA em Juazeiro-Ba (2015), e no 3º Encontro da Coordenação Nacional dos NEDET-NE, em Fortaleza-Ce (2016), inclusive pautando que se a política visa diminuir a desigualdade de gênero nos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais, é

importante refletir por que essa desigualdade se inicia na própria chamada pública apresentando valores diferenciados para as mulheres, e em outros estados acarretando em dificuldade para apresentar aos demais assessores/as a importância dessa assessoria.

Nota-se que o Estado colabora para manter a condição da mulher na sociedade, mostrando que sua inferiorização, invisibilidade e violência não acontecem por acaso. O próprio sistema que exclui a mulher da sociedade capitalista utiliza da sua força de trabalho de modo a explorá-la mais.

A sociedade de classes privou a mulher da igualdade com os homens, discriminando-a não somente de fato, mas também no plano formal do direito, quando foi ela própria que, pelo recurso à técnica e à máquina, eliminou, antes que qualquer outra sociedade o fizesse, uma real desvantagem do elemento feminino em face do masculino: o da força física (SAFFIOTI, 1976, p.68).

A construção de políticas públicas destinadas à erradicação da pobreza leva em consideração a feminização da pobreza (CAMPOS, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2006), construindo focopolíticas (LEGUIZAMÓN, 2002, 2005; CAMPOS, 2011). Essas políticas públicas são direcionadas através de ações compensatórias, conjunturais e estritamente paliativas, sem oferecer resoluções efetivas para os problemas apresentados.

As políticas destinadas às mulheres também servem para atender o funcionamento do Estado. Portanto, em um resgate conciso nota-se que na década de 1950 e 1960 o papel da mulher era restrito à reprodução. Isso se refletiu em programas de planejamento familiar e controle populacional, atenção à saúde, nutrição, economia doméstica, etc.

Las mujeres se les consideraba meras beneficiarias del desarrollo en función del papel reproductivo que jugaban en la economía, mientras que sus roles productivos, como el de la agricultura, no se tomaban en cuenta (BRAIDOTTI, 2004, p. 25).

De 1975 a 1985 considera-se a década das mulheres. Na Conferência Mulheres e Desenvolvimento de Nairobi firma-se a exigência de igualdade entre os sexos e a integração completa das mulheres às correntes principais do desenvolvimento econômico. A Women and International Development – WID (Mulheres e Desenvolvimento Internacional) ocupou-se da demanda de igualdade, no entanto depois

da conferência do México tanto os governos como as agências de desenvolvimento formularam a necessidade de preocupação apenas com o contexto generalista de erradicação da pobreza.

La demanda de igualdad se ligó después al argumento de la eficiencia económica (la "perspectiva antipobreza") y las mujeres comenzaron a ser consideradas como un "recurso" valioso que debía "aprovecharse" para el desarrollo económico (Moser, 1989. In: BRAIDOTTI, 2004, p. 27).

Na década de 1980, a situação econômica internacional e a crise causada pela dívida econômica ocasionou o aumento da pobreza das populações do Sul, atingindo primordialmente as mulheres e resultando no fenômeno da 'feminização' da pobreza. Esse período foi marcado pelo crescimento dos movimentos de mulheres no Sul, as quais começaram a propor ideias a respeito de seu desenvolvimento alternativo.

Las mujeres en el Sur tienen pocos márgenes de cambio -por ejemplo, en sus patrones de trabajo- porque ya se encuentran sobrecargadas de labores. La preocupación feminista por conseguir cambios en la división sexual del trabajo se evade y es extraño que los programas de desarrollo no resulten en mayores cargas de trabajo para ellas. Es raro que se considere toda la complejidad de las vidas y los trabajos de las mujeres. Y cuando sí se toma en cuenta, resulta obvio que no es posible referirse a ella dentro de los márgenes de los proyectos de desarrollo; conseguirlo supondría cambios mucho más radicales en la sociedad en general (BRAIDOTTI, 2004, p. 30).

Em meio a esses processos, surge o interesse do papel da mulher na agricultura e nas relações com o meio ambiente, pensado a partir de dois problemas econômicos globais: degradação ambiental e feminização da pobreza. Como afirma Braidotti,

En 1984, el UNEP comenzó un programa para mejorar la participación de las mujeres en el manejo ambiental y enseguida estableció el Grupo de Asesoría de Mujeres Especialistas en Desarrollo Sustentable (SWAGSD, por sus siglas en inglés), que incluía un grupo de mujeres especialistas en temas de desarrollo y que trabajaban en diferentes organizaciones dedicadas a tal fin. Este grupo estructuró los esfuerzos de las mujeres en el ambiente y el desarrollo sustentable en la conferencia de la ONU de 1985 sobre mujeres y desarrollo y fue decisivo para adoptar los párrafos centrales del documento final de la conferencia: las Estrategias hacia el Futuro de Nairobi. El resultado fue que el tema de las mujeres y el ambiente se incluyó en la agenda de la ONU (2004, p. 34).

No Fórum de Noirobi em 1985, ocorreu de forma paralela a Conferência de Mulheres e Meio Ambiente da ONU, onde foram apresentadas experiências de ações e do lugar que a mulher ocupa no manejo ambiental. As apresentações foram baseadas em estudos de casos de mulheres que viviam no Sul, nos quais as protagonistas eram representadas como administradoras ambientais, cuja participação era fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Segundo Braidotti

los estudios son poderosas herramientas para profundizar el punto de vista de WED y estimular a la comunidad internacional para que reconozca los problemas de las mujeres relacionados con el manejo de los recursos naturales (2004, p. 35).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO 2010/2011 apontou a diferença entre “sexo” e “gênero”: o primeiro como fator biológico e que, por esse motivo, não pode ser mudado; o segundo como construção social de papéis e identidades associados com significado de “homem” e “mulher” e por isso, passíveis de mudanças. O documento trouxe uma discussão acerca dos vários processos relacionados ao gênero, mostrando que a mulher tem importante papel na agricultura, principalmente nos países considerados em desenvolvimento.

En la mayoría de los planes de las políticas agrícolas y de seguridad alimentaria nacionales y regionales, pero por lo general se relegan a capítulos aparte sobre la mujer en lugar de ser tratadas como parte integrante de las políticas y la programación (FAO, 2010/2011, p. 3).

O reconhecimento da diferença de gênero e a sectarização do debate sobre a mulher pela FAO é relevante, pois a condição de diferenciação subsidia a desigualdade desde a construção da política pública criando focopolíticas que vão ser efetivadas (caso sejam) com reais desvantagens para as mulheres. Segundo o documento da FAO,

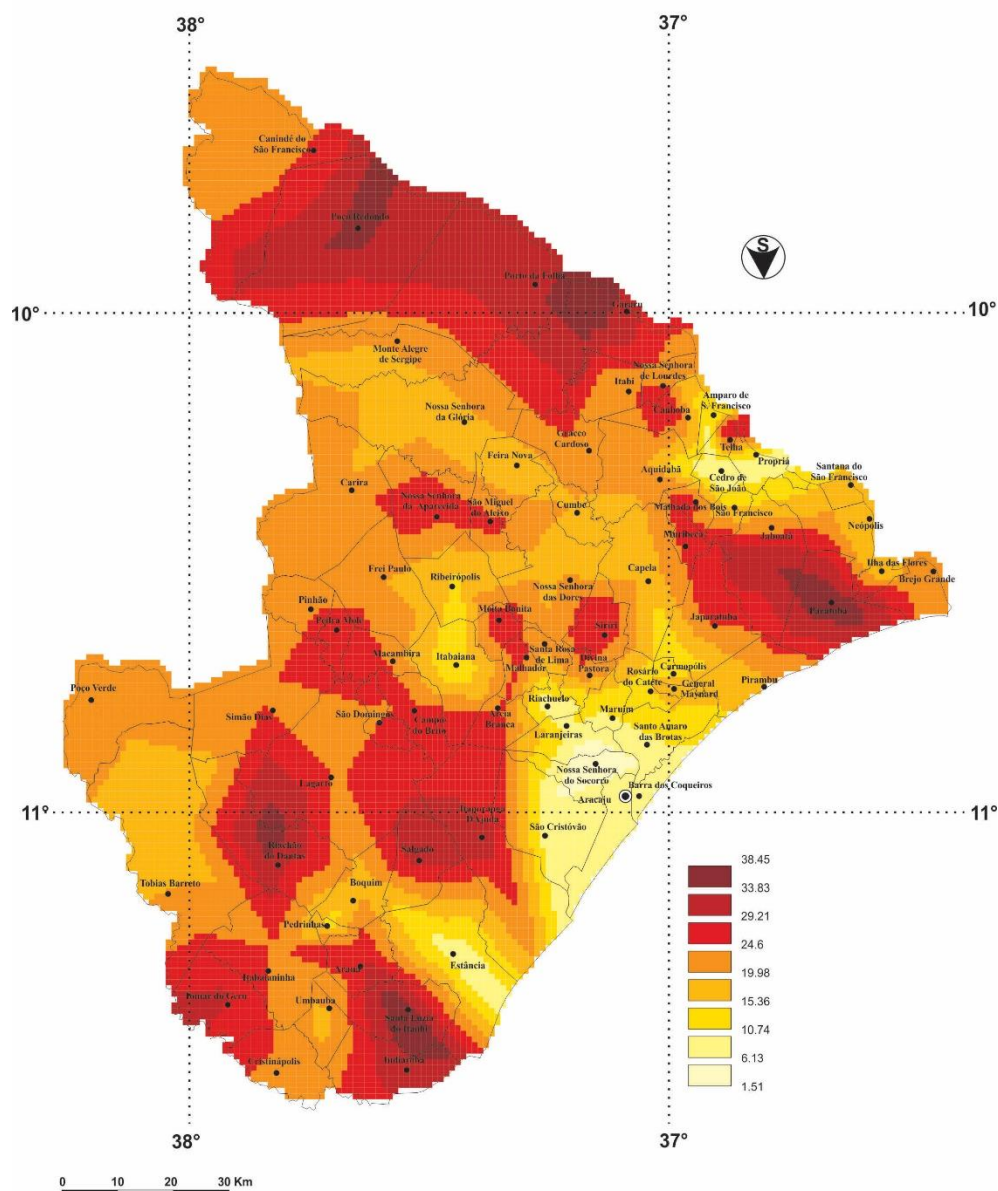
Si las mujeres tuvieran el mismo acceso a los recursos productivos que los hombres podrían aumentar el rendimiento de sus explotaciones agrícolas en un 20% a 30% de este modo la producción agrícola total en los países en desarrollo podría aumentar en un 2,5% a 4%, lo que a su vez permitiría reducir el número de personas hambrientas en el mundo entre un 12% y un 17% (Food and Agriculture Organization, 2010/2011, p. 6).

O trabalho invisibilizado das mulheres é remetido a um movimento de sectorização que toma a resolução por ações como um assunto específico. Para a FAO, o investimento para o desenvolvimento de atividades produtivas pela mulher assegura aumento de renda. Assim, esse momento de pensar o papel da mulher na agricultura impacta diretamente na formulação de políticas públicas no Brasil, sendo o NEDET um espaço que se adéqua a esse propósito.

É importante salientar que num estudo sobre feminismo não se pode deixar de analisar as diversas dimensões que a sociedade constrói para estabelecer padrões que mantenham a suposta “ordem” social. Em Sergipe, segundo o IBGE (2010) as mulheres representam 51,40% da população, e no campo, onde vivem 26,48% da população sergipana, as mulheres representam 12,89%⁷¹. Observando o Mapa 2, elaborado a partir do método isoplético, é possível perceber onde há concentração da população rural de mulheres.

⁷¹ IBGE, 2010.

Mapa 2 - Percentual da População Rural de Mulheres, Sergipe, 2010



Organização: Laiany Rose Souza Santos
Fonte: Sidra IBGE, 2010

Diante desse perfil, o Estado estrutura focopolíticas para atendê-las, dentre as quais, a principal é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, que “possibilita acesso à documentação gratuita nas proximidades de suas moradias, com informações sobre as políticas públicas”⁷². Esse programa foi/é importante para as mulheres camponesas, entretanto com a mudança de conjuntura que

⁷² Informações obtidas na capacitação regional do NEDET/MDA/CNPQ em agosto-setembro 2015, em Juazeiro-Ba.

exige da mulher ter essa documentação para acessar políticas compensatórias que auxiliam economicamente a família, a aquisição desses documentos tem sido mobilizada até mesmo pelos homens, a fim de que a família receba o recurso das políticas compensatórias, pois quem recebe, prioritariamente são as mulheres.

São as mulheres camponesas que realizam a preservação do meio em que vivem e trabalham, tendo a natureza como valor de uso e, portanto, entendendo a necessidade de preservá-la como o modelo de produção agroecológica, como alternativa e também uma metodologia de encontros. Dentro da metodologia feminista do “pessoal é político” entende-se que nesses encontros as mulheres percebem que seus problemas “individuais” são questões políticas e assim constroem consciência de classe e seu papel de protagonistas na história.

Nesse cenário de disputa por acesso às políticas públicas opta-se pela metodologia de acompanhamento do desenvolvimento do trabalho das mulheres junto ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET. Tal experiência será apresentada no capítulo que segue, fundamentado nas práticas dos grupos de mulheres realizadas durante os anos de 2015 a 2017. O debate trata sobre o conjunto dessas ações, além da participação das mulheres em atividades organizadas pelos próprios movimentos aos quais elas estão inseridas. A partir deste recorte, analisa-se a luta por participação, autonomia, emancipação e o movimento de mulheres no campo.

4. PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER⁷³

Aviso da lua que menstrua

Moço, cuidado com ela!
Há que se ter cautela com esta gente que menstrua...
Imagine uma cachoeira às avessas:
cada ato que faz, o corpo confessa.
Cuidado, moço
às vezes parece erva, parece hera
cuidado com essa gente que gera
essa gente que se metamorfoseia
metade legível, metade sereia.
Barriga cresce, explode humanidades
e ainda volta pro lugar que é o mesmo lugar
mas é outro lugar, aí é que está:
cada palavra dita, antes de dizer, homem,
reflita..
Sua boca maldita não sabe que cada palavra
é ingrediente
que vai cair no mesmo planeta panela.
Cuidado com cada letra que manda pra ela!
Tá acostumada a viver por dentro,
transforma fato em elemento
a tudo refoga, ferve, frita
ainda sangra tudo no próximo mês.
Cuidado moço, quando cê pensa que
escapou
é que chegou a sua vez!
Porque sou muito sua amiga
é que tô falando na "vera"
conheço cada uma, além de ser uma delas.
Você que saiu da fresta dela
delicada força quando voltar a ela.
Não vá sem ser convidado
ou sem os devidos cortejos...
Às vezes pela ponte de um beijo
já se alcança a "cidade secreta"
a Atlântida perdida.
Outras vezes várias metidas e mais se afasta
dela.
Cuidado, moço, por você ter uma cobra
entre as pernas
cai na condição de ser displicente
diante da própria serpente
Ela é uma cobra de avental
Não despreze a meditação doméstica
É da poeira do cotidiano
que a mulher extrai filosofando

⁷³ Música: Sem medo de ser mulher, de Zé Pinto.

cozinhando, costurando e você chega com a
mão no bolso
julgando a arte do almoço: Eca!...
Você que não sabe onde está sua cueca?
Ah, meu cão desejado
tão preocupado em rosnar, ladrar e latir
então esquece de morder devagar
esquece de saber curtir, dividir.
E aí quando quer agredir
chama de vaca e galinha.
São duas dignas vizinhas do mundo daqui!
O que você tem pra falar de vaca?
O que você tem eu vou dizer e não se
queixe:
VACA é sua mãe. De leite.
Vaca e galinha...
ora, não ofende. Enaltece, elogia:
comparando rainha com rainha
óvulo, ovo e leite
pensando que está agredindo
que tá falando palavrão imundo.
Tá, não, homem.
Tá citando o princípio do mundo! (Elisa
Lucinda)

O feminismo precisa estar fundamentado na luta pelas autonomias das mulheres (política, econômica, do corpo, etc), assim como pela construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, das riquezas e do saber. A luta feminista é pela desconstrução de padrões e estereótipos do ser mulher, e pela liberdade de cada uma ser o que deseja, sendo respeitadas em sua diversidade, deve perpassar as questões de raça-etnia, gênero e classes sociais.

No caso das mulheres camponesas, na sua particularidade, o seu olhar vai além do horizonte desmatado, envenenado e destruído pela lógica exploratória e incessante do capital, pois entendem a necessidade da luta por uma produção saudável, que promova relações equitativas e de respeito à natureza. Para o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

O feminismo é uma referência histórica de análise das relações sociais de gênero, étnico-raciais e de classe, expressos na luta de dor, de resistência, de sangue, de valorização, de libertação e de emancipação das mulheres no mundo (Cartilha do MMC, 2008, p. 15).

Os movimentos camponeses feministas além de espacializarem-se também territorializam-se e constroem territorialidades (expressões do seu modo de vida camponês que cria signos e significados).

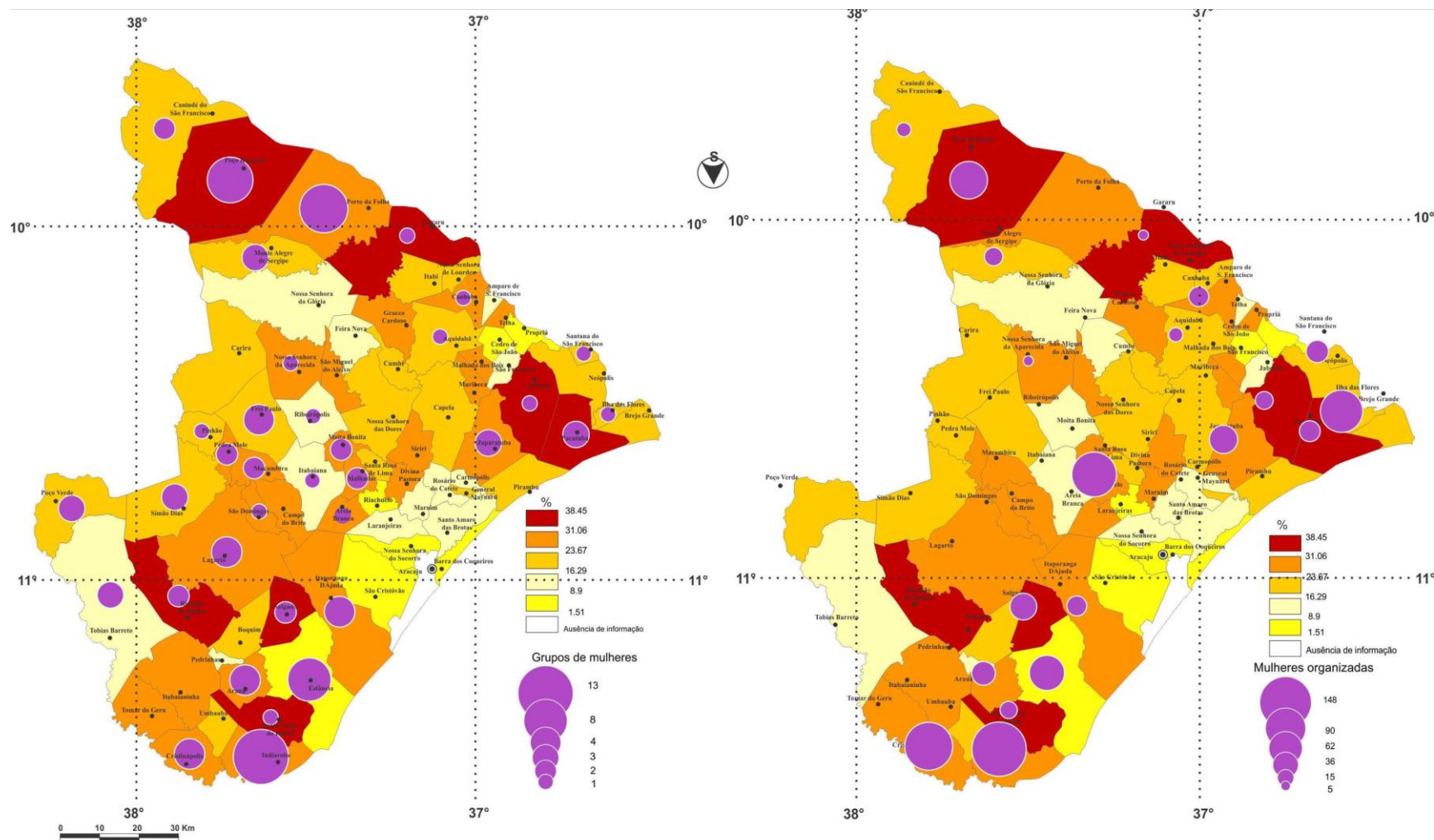
4.1 - ESPACIALIZAÇÃO DOS GRUPOS DE MULHERES NO CAMPO SERGIPANO

Para compreender a importância das experiências desenvolvidas pelas mulheres do-no campo sergipano, como a agroecologia e diversas outras ações políticas, pauta-se nas experiências vivenciadas junto ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, no período entre 2015 e 2017, nas atividades de reuniões de Colegiado Territorial, da Câmara de Gênero ou Comitê de Mulheres, e atividades realizadas dentro e fora do estado de Sergipe por iniciativa dos próprios movimentos. Na discussão que se segue são apresentadas um pouco dessas experiências para elucidar a luta das mulheres camponesas e suas pautas à luz do feminismo.

A fim de conhecer onde estão as experiências dos movimentos de mulheres camponesas, fez-se um mapeamento dos grupos de mulheres organizadas no estado de Sergipe junto ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET. Complementam-se as informações do mapeamento por meio de pesquisa de campo, participação em eventos de mulheres camponesas, e nas reuniões do Comitê de gênero/Câmara Temática de Gênero. Até abril de 2017 registrou-se 856 mulheres, organizadas em 105 grupos. Conforme demonstra a prancha a seguir.

Nos dois mapas, as cores de fundo expostas fazem referência ao percentual de mulheres residentes no campo; os círculos lilás representam, no mapa à esquerda, a quantidade de grupos de mulheres; no mapa à direita, número de participantes.

Prancha 1 – Percentual rural de mulheres e a relação com o quantitativo de Grupos de mulheres e sujeitas organizadas, Sergipe, 2015-2017



Organização: Laiany Rose Souza Santos
 Fonte: Sidra, Censos agropecuários de 2000 e 2010, IBGE, Trabalho de campo com fontes primárias, assessoras do NEDET, 2015.

Conforme se observa na prancha, mesmo nos municípios com percentual rural de mulheres mais elevado, não necessariamente existe maior quantidade de grupos de mulheres organizadas, como o caso de Gararu, no Território do Alto Sertão Sergipano e o caso oposto de Estância, onde o percentual rural de mulheres é baixo e aparecem muitos grupos organizados.

Desses grupos catalogados, 75 (71%) são grupos articulados, ou seja, pertencem a movimentos sociais de mulheres, ou sindicais, ou movimentos sociais mistos, enquanto 30 grupos (29%) foram considerados como isolados, ou seja, que tem iniciativa dentro da comunidade, e podem atuar nos conselhos/comitês/ou outras instâncias públicas algumas vezes, têm venda dos alimentos ou artesanato/arte, entretanto não fazem parte de nenhuma rede, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Percentual de grupos de mulheres isolados e articulados, Sergipe, 2015-2017



Fonte: Sistematização de dados, 2015-2017, Laiany Santos, 2018.

Considera-se relevante essa informação visto que os processos construídos nos diferentes grupos, isolados ou articulados podem impulsionar práticas diferentes em função das relações estabelecidas.

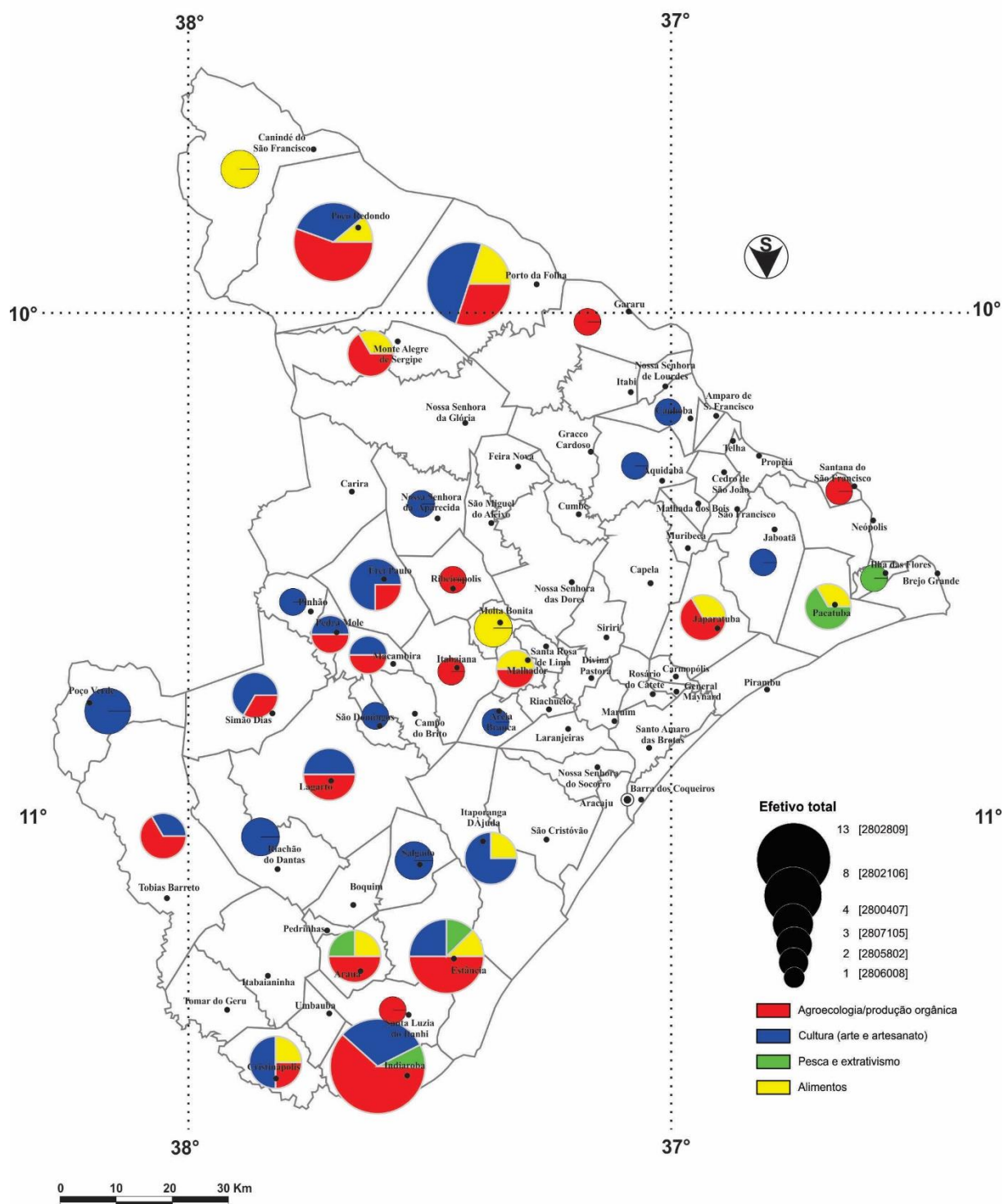
O mapa a seguir apresenta as atividades desenvolvidas pelos 105 grupos de mulheres, tomando a relação de trabalho como base para categorização, por proximidade em suas ações em: agroecologia, alimento, cultura e pesca.

Em relação à Agroecologia, reunimos os grupos de produção agroecológica e orgânica, que em sua maioria, quando visitados, estavam tratando de produção agroecológica, mas as camponesas ou desconheciam o termo ou utilizavam o termo orgânico, devido a

relação empreendedora ensinada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Na atividade denominada Alimento estão os grupos que processam e beneficiam a produção: casa de bolo, doces, óleos, etc. Os grupos relacionados à Cultura foram designados como aqueles produtores de artesanato e grupos artísticos (teatro, dança), ou que se definiram de acordo a etnia e cultura como indígena, quilombolas. Para a atividade, Pesca, estão as pescadoras artesanais, marisqueiras e extrativistas, como catadoras de mangaba.

**Mapa 3 – Grupos de Mulheres Camponesas por atividade
Sergipe - 2016**



Organização: Laiany Rose Souza Santos
Fonte: Trabalho de campo, Sergipe, 2016.

Tomando como base o trabalho realizado pelos grupos de mulheres que foram especializados no Mapa 3 é possível entender Saffioti (1987, p.105) quando afirma que “em

nenhum país do mundo pode-se falar de feminismo no singular”, pela pluralidade da luta feminista. A pluralidade das pautas reflete, por sua vez, as demandas da realidade material.

Para Saffioti,

Nas democracias liberal-burguesas, os enfoques da problemática feminina refletem não apenas posições de classe muito específicas. Múltiplas taxinomias de abordagens da questão da mulher podem ser construídas, dependendo da perspectiva teórico-metodológica assumida. (SAFFIOTI, 1987, p. 105).

Há uma diversidade de perspectivas dentro do feminismo, com o cerne da problemática de gênero que afeta ao conjunto das mulheres, mas obviamente não da mesma forma. Por sua vez a realidade material aprofunda a heterogeneidade do conjunto dos movimentos.

4.2 - DEMANDAS DAS MULHERES PARA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS POLÍTICOS E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Durante as pesquisas de campo realizadas no acompanhamento das atividades das mulheres, por vezes foram praticadas nos encontros/reuniões algumas palavras de ordem, como: “olé mulher rendeira, olé mulher rendá, se a mulher não sair de casa, nunca vai se libertar”. É uma prática que mostra como o processo de engajamento implica decisões que aparecem como renúncias, já que até mesmo o ato de sair de casa se torna um passo na libertação. Nestes espaços, ouvimos relato de uma senhora nonagenária do Território do Baixo São Francisco – TBSF, que falou que para ir às reuniões quando era jovem o marido dizia que tinha que “usá-la”⁷⁴ quatro vezes pra que não tivesse vontade de fazer sexo com ninguém enquanto estivesse fora, e ela “teve que ceder” para não desistir da luta⁷⁵.

Notou-se que a real participação⁷⁶ da mulher nos grupos, sejam eles isolados ou articulados depende da sua disponibilidade diante das demandas do cotidiano, que aparecem em relatos como prioritárias, entre elas: a) o cuidado com as crianças, saúde e trabalho doméstico. A queixa é por que as crianças exigem atenção e são as mães principais

⁷⁴ Termo usado por ela para definir as palavras e ação do marido em relação à ela, não era um sexo consensual, e sim o uso do corpo da outra pessoa, visto que a relação de propriedade do marido o “permitia”.

⁷⁵ Voltaremos a esse caso a seguir no debate sobre violência.

⁷⁶ Com o termo **real participação** enfatiza-se que não só de corpo presente, ou companhia de marido, mas sendo sujeita da sua própria história.

responsáveis pelo cuidado, o que reduz a possibilidade de participação em ações dos movimentos coletivos.

Isso constitui um impasse para atuação política feminina porque a condição de cuidadora, imposta à mulher, tira o foco das reuniões, e por mais linda que seja apresentada a maternidade, ela não pode ser uma âncora, fazendo a mulher sucumbir do seu papel de sujeito. O trabalho doméstico, tratado como não trabalho é compreendido como “atividades das mulheres”. Os cuidados com a saúde, também recaem sobre as mulheres, por serem elas consideradas as responsáveis pelo cuidado familiar e extrafamiliar. Quando, por exemplo, a sogra/sogro adoece recai sobre a mulher o papel do cuidado, ou mesmo quando os animais precisam de atenção (parto etc) muitas vezes são elas que se dispõem nessa função.

Nesse sentido, só há real participação quando essas questões são colocadas como coletivas e não individuais, e é no processo de organização que (algumas) vão se dando conta disso. O cuidado, a saúde e o trabalho doméstico são necessidades da vida e não podem recair somente sob as mulheres, precisam ser consideradas tarefas coletivas (ENGELS, 1984).

Compreendendo a importância da participação política das mulheres, os movimentos socioterritoriais⁷⁷ constroem ações que favorecem a organização dos grupos: cirandas educacionais, para apoio no cuidado com as crianças; oficinas para o trato de fitoterápicos, a partir do conhecimento das participantes sobre ervas medicinais, dessa forma recorrendo ao conhecimento das “bruxas”; debates sobre gênero e mutirões em que todos/as participam das atividades, de maneira a sensibilizar para a coletividade necessária para o desenvolvimento do trabalho doméstico. Nessa especificidade, ainda é muito presente a participação de mulheres nos mutirões destinados aos temas, cuidado, saúde e educação (cirandas).

4.2.1 - CIRANDAS EDUCACIONAIS COMO ALTERNATIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Durante o trabalho de campo, realizado em fevereiro de 2016, a metodologia da pesquisa participante permitiu construir e participar do curso para formação de educadoras e educadores em cirandas infantis, com o objetivo de formar multiplicadoras/es dessa prática nas atividades dos Territórios da Cidadania e nos movimentos sociais. O curso foi organizado pelas Assessoras de Gênero do NEDET/Se, a partir dos princípios da educação popular, que

⁷⁷ Compreendendo os movimentos sociais que lutam por território, assim abarcamos o conjunto de movimentos sociais de mulheres, movimentos sociais mistos e sindicais, de afirmação étnica (indígenas e quilombolas) que lutam por território (FERNANDES, 2005).

valoriza o saber de cada sujeito, direcionado a vinte pessoas dos Territórios da Cidadania do estado de Sergipe, e realizado no Espaço Companhia Gentileza de Artes Integradas – CIGARI, que tem contribuído com pedagogias e alternativas para educação lúdica, através do teatro, do circo e da dança.

A centralidade do debate foi a necessidade do desenvolvimento de atividades teórico-políticas e práticas que permitissem a formação política das crianças e para real participação da família, principalmente das mulheres.

O conceito de Ciranda Educacional Infantil nos movimentos sociais surge como resposta à demanda (principalmente das mulheres) do cuidado com as crianças para possibilitar uma melhor participação nas atividades. Evidencia-se na década de 1980, em contraposição ao modelo de educação infantil fortemente assinalada por teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa nos anos de 1970, desencaixadas da realidade brasileira e de cunho assistencialista e compensatória.

De Angelo (2010), contextualiza a Educação Infantil em meados da década de 1970, em que o governo brasileiro, sob a constância da ditadura militar tinha como “política de atendimento à infância, sobretudo a pobre e abandonada, na sequência do seu intento de preparar “a criança de hoje para ser o adulto de amanhã” (DE ANGELO, 2010, p.125), em que “predominava, não ingenuamente, uma tendência paternalista de proteção à infância, afastando assim qualquer análise que pudesse ligar os problemas das crianças com a divisão das sociedades em classes sociais” (DE ANGELO, 2010, p.126).

Já nos moldes do regime ditatorial é lançado o programa de Educação Infantil de massa: o Projeto Creche Casulo que “buscou identificar a sua aproximação com a ideologia da “Doutrina de Segurança Nacional”, bem como com as propostas do programa “Desenvolvimento Comunitário” (DE ANGELO, 2010, p.129).

Em contraposição, os movimentos sociais “já no início da década de 1980, fazem do direito à creche uma bandeira de luta que será empunhada não só pelo movimento feminista, mas por todos os setores que se sentiam minimamente comprometidos” (DE ANGELO, 2010, p.126), resultando que na Constituição Federal de 1988 a educação infantil foi assumida como um direito de cidadania da criança brasileira, e em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas tarde em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim

A opção do Movimento Sem Terra é encarar a Educação Infantil como um desafio. Um desafio que pode ser traduzido pelo compromisso de construir um projeto educativo para a criança, pensando-a como um sujeito de sua

educação e de sua história, já parte de todo o movimento que integra o Movimento, a luta pela terra, a transformação da sociedade (DE ANGELO, 2010, p.142-143).

A iniciativa de espaços de cirandas surgiu no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – em 1987, durante o 1º Encontro Nacional de Educadores/as da Reforma Agrária (ENERA), com a função de possibilitar a participação dos pais e especialmente das mães nos espaços políticos do movimento. Desde então, a proposta pedagógica do MST vem amadurecendo, possibilitando às mulheres participarem dos espaços do movimento e de formação e às crianças que tenham uma educação direcionada à sua realidade a partir de práticas diferenciadas. Segundo Caldart,

O princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio *movimento*, movimento que junta diversas pedagogias, e de modo especial junta a *pedagogia da luta social* com a *pedagogia da terra* e a *pedagogia da história*, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto (2003, p.52)[grifos da autora].

Para ela é preciso refletir sobre o MST como *sujeito pedagógico*, em diálogo com outras práticas do Movimento e reflexões sobre a formação humana “recuperando um vínculo essencial para o trabalho em educação: *educar é humanizar*, é cultivar os aprendizados de *ser humano*” (CALDART, 2003, p.52), educar é construir e fortalecer identidades, coletivas, com valores, modos de vida, história e cultura.

O projeto da Ciranda Infantil, já difundido por diversos movimentos sociais na atualidade, procura confirmar que o aprendizado da criança se dá em todos os espaços, e embora os movimentos reconheçam que a educação da criança é transversal a toda dinâmica vivida, também constroem a educação na perspectiva freireana, como mostra De Angelo,

A proposta político-pedagógica para o trabalho com a criança Sem Terra é apresentada a partir da aprendizagem como possibilidade de interação dos sujeitos entre si, e destes com o mundo [...] Nesta proposta, a criança é constituída como agente da linguagem, capaz de pronunciar o mundo. Uma pronúncia que antecede o domínio da linguagem alfabética escrita, uma leitura de mundo que precede a leitura da palavra (2010, p.126).

A ciranda educacional infantil pode ser realizada na modalidade itinerante ou permanente. A Ciranda Infantil Itinerante ocorre onde está a atividade e presentes crianças de zero a seis anos; a permanente é aquele espaço organizado nos acampamentos, assentamentos,

centros de formação e escolas, mais amplamente praticadas nos assentamentos e acampamentos do MST.

A Ciranda Infantil é uma forma de resistência, que inclusive se valoriza para que a mulher (em maioria mulheres, mas também os homens se apropriam desse espaço para deixar suas crianças quando estão sob sua responsabilidade) possa realizar o trabalho na roça, nos estudos, nas ocupações, nos momentos de negociações, etc. O Movimento visa garantir que em todas as atividades, de todos os setores e instâncias, tenham ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher).

As ministrantes do curso de formação de educadores em Ciranda Infantil, Mirian Pereira de Jesus e Wilma Vieira Costa, ambas militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, durante o curso, chamam atenção para que olhemos as cirandas como “espaço de acolhida das crianças, mas que ultrapassam esta função tornando-se um espaço de formação política e pedagógica através do lúdico” (Trabalho de campo, fev/2016). Mirian ressalta que:

Político - faz parte dos objetivos de formação humana que possibilitem as crianças o convívio e entendimento da luta de classe, da militância e suas questões de pauta na luta social; o Pedagógico tem relação com uma didática de planejamento que possibilite a aprendizagem dos objetivos e o Lúdico é o brincar com caráter pedagógico de valorização na formação de sujeitos sociais e da infância através de suas brincadeiras e cantigas tradicionais, regionais e etc., e a própria linguagem dos debates políticos voltados para a infância cheia de símbolos (Mirian, Trabalho de campo, fev/2016).

Essa dimensão da formação pedagógica, política e lúdica corrobora para que desde a infância, as crianças acessem uma realidade educacional que lhes permite interpretar o mundo de forma elaborada, com vistas a se tornar sujeito participante dos processos de transformação social. As imagens a seguir ilustram momentos dessa formação:

Figura 9 – Curso de Formação de Educadoras/es de Ciranda Infantil realizado pelo NEDET em Aracaju - 2016



Fonte: Acervo Fotográfico Laiany R S Santos, 2016.

Assim foi possível contribuir com as ações, viabilizadas pela articulação de temas políticos de acordo com o estágio de desenvolvimento da criança, sem subestimar a compreensão da realidade em que vivem, entendendo que são capazes de questionar e estarem abertas a novas possibilidades.

Durante esta formação foi possível observar a ausência de muitas mulheres dos diferentes grupos, em virtude da dificuldade de encontrar com quem deixar seus filhos, o que coloca a Ciranda como uma necessidade dos movimentos sociais para a efetivação da participação da mulher nos espaços políticos. No percurso da formação, ouvimos depoimentos como:

“eu mesma, nunca posso ir para reuniões fora do município por não ter com quem deixar as crianças” (N. Trabalho de campo, fev/2016).

“eu só posso participar de reunião se eu trazer meu filho, senão meu marido acha que estou fazendo coisa errada (J.C. Trabalho de campo, fev/2016)

Durante o Seminário de Mulheres do Sertão Ocidental, realizado em julho de 2016, cinco meses após o curso, foi criada uma Ciranda Educacional Infantil envolvendo cursistas. Durante os trabalhos foi solicitado que as crianças desenhassem sua comunidade e a mulher mais próxima a ela (mãe, avó, etc.), podendo ser através de um desenho simbólico e não necessariamente a pessoa, como mostra a Figura 14⁷⁸.

Figura 10 – Exposição dos painéis confeccionados pelas crianças durante ciranda infantil em julho de 2016



Fonte: Acervo fotográfico Eraldo da Silva Ramos Filho, 2016.

Aparecem nos painéis flores e mãos (simbolizando as mulheres mais próximas em seu cotidiano, por vezes do mesmo tamanho que a Igreja ou outros elementos da comunidade, demonstrando espacialmente a importância que estas exercem). A explicação para tal simbologia estava relacionada à beleza e ao trabalho, pois segundo elas “*a mulher usa muito as mãos para trabalhar*” (Criança, julho de 2015). Essa é uma forma de leitura do espaço, como evidencia Callai:

Ao fazer um desenho de um lugar que lhe seja conhecido ou mesmo muito familiar, ela estará fazendo escolhas e tornando mais rigorosa a sua observação. Poderá, desse modo, dar-se conta de aspectos que não eram

⁷⁸ A imagem foi explicada por Paula Auday (Filosofa e artista circense da CIGARI, responsável pela Ciranda Infantil

percebidos, poderá levantar novas hipóteses para explicar o que existe, poderá fazer críticas e até encontrar soluções para as quais lhe parecia impossível contribuir (2005, p.244).

A leitura da realidade a partir do desenho se torna uma brincadeira em que a construção do conhecimento se dá no processo de reflexão da realidade que está sendo representada, inclusive desconstruindo a ideia de neutralidade já expressa ali a sua condição material e de pertencimento. A análise espacial do desenho Bédard (2010)⁷⁹ deu suporte para compreender o que as crianças tinham a “falar” com essa linguagem.

Notou-se que as mulheres estão em todos os espaços da comunidade, e assim foi possível debater sobre feminismo, o que é necessário, inclusive, para a renovação e continuidade dos grupos de mulheres, dando voz às crianças, num espaço que comumente lhes é negado, e possibilidade de participação efetiva das mulheres no espaço de formulação política.

4.2.2 - A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS CONSTRUÇÕES PRÁTICO-POLÍTICAS DAS MULHERES

Para os movimentos sociais acompanhados durante os trabalhos de campo, o trabalho doméstico precisa se tornar coletivo. Suas lideranças⁸⁰ elaboram um ideal de coletivização das atividades, ainda que na prática da vivência da base dos movimentos essa questão muitas vezes nem seja discutida, considerada tarefa de mulher e quando o homem pode, ele “ajuda”, ou uma minoria se sente parte e é de fato companheiro. Portanto, essa realidade impõe aos movimentos o que é abordado por feministas desde a década de 1970. Para Hirata & Kergoat é necessário

Falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (2007, p.596).

⁷⁹ Nicole Bédard é uma pedagoga canadense, que em seu livro *Como interpretar os desenhos das crianças*, apresenta características para leitura do desenho, como o material escolhido (lápiz de ponta fina, lápis de ponta grossa, giz de cera, tipo de papel, etc.), as cores escolhidas de modo a se adequarem à realidade do objeto que está sendo desenhado, as dimensões espaciais, a qualidade do traço, os simbolismos e formas, mostram

⁸⁰ Destaca-se o papel das lideranças, ainda que em movimentos horizontais, pois aqui definimos essas como as pessoas que fazem a elaboração teórico política.

Como já discutido nesse estudo, a divisão sexual do trabalho é um qualificador para acumulação de capital. Abordar tal conceito vai além do debate sobre a distribuição de atividades entre homens e mulheres. Perpassa necessariamente fazer compreender a desigualdade entre os sexos.

Enquanto o homem “trabalha” para sustentar a família, a mulher passa a ter no seu trabalho a condição de complemento da renda da família, ou seja, o trabalho da mulher não é visto como parte do processo social produtivo, mas como auxílio para suprimento das necessidades da família. Esse é um dos fatores que contribuem para opressão econômica da mulher “a forma mais significativa da divisão sexual do trabalho é a que se faz entre o trabalho doméstico [...] e o trabalho assalariado pelo capital” (BOTTOMORE, 2012, p. 384).

Nessa direção, “o trabalho doméstico é responsável pela produção de valores de uso dentro do lar, para consumo direto dos membros da família do produtor, produção essa que contribui para a reprodução da força de trabalho” (IBID, p. 384), portanto, indispensável. “Ao contrário do trabalho assalariado pelo capital, o trabalho doméstico está sujeito a uma pequena margem de divisão do trabalho, cooperação ou especialização” (IBID, p. 384).

É importante não desvirtuar a noção de trabalho doméstico. Ele não pode ser considerado uma atividade individual sob a lógica do capital, como trabalho produtor de valor, pois assim corre-se um grande risco de “tentar a redefinição da atividade feminina em termos de trabalho, já que o "trabalho" é de certo modo a "raiz de todo o mal"” (SCHOLZ, 1996, p.16). Assim Scholz argumenta que:

Semelhante ampliação do conceito de "trabalho produtivo" corre a meu ver o perigo — contra sua intenção — de abrir caminho a uma reificação ainda maior das relações sociais no plano teórico, uma vez que a "produção da vida", assim chamada erroneamente, passa também ela a ser apreendida com categorias que se orientam pela produção de mercadorias (1996, p.16).

Durante a realização do campo, nas reuniões, seminários, etc., observou-se que como não há coletivização do trabalho doméstico ou mesmo na maioria dos casos não há parceria na divisão das atividades da família camponesa, participar de uma organização (seja grupo de mulheres, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, ONGs etc.) se torna mais uma jornada de trabalho para conciliar na vida das mulheres, que diante dos olhares da comunidade (inclusive por outras mulheres), são atos depreciativos da condição feminina. As mulheres que participam são julgadas, como aquelas que “não tem o que fazer”.

Nota-se claramente nas falas das militantes que não se trata somente do excesso de trabalho, uma vez que em casa a compreensão é de que o trabalho doméstico é da mulher, como em um princípio hierárquico, em que o trabalho do homem “vale” mais que o trabalho da mulher. Dessa forma “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599).

Diz respeito também a questões subjetivas, o ato de ser julgada, depreciada, são diversos elementos que contam para “dificultar a nossa participação nas atividades dos grupos” (S. Trabalho de campo dez/2016) Trata-se não só de desconstruir a ideia de superioridade do trabalho masculino, ou de discutir a soma entre trabalho profissional e doméstico. Segundo Hirata e Kergoat, o debate feminista sobre a divisão sexual do trabalho

Tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”. O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele (2007, p.596).

Diz respeito à valorização do trabalho como tal para fazer com que todos compreendam que é de todos. É parte das necessidades da reprodução social e à todos cabe.

Esse quadro mostra a relevância do papel dos movimentos de mulheres (organizadas em coletivos, grupos, movimentos, ONGs, e mesmo em situação de representação do Estado), movimentos mistos e sindicais, na elaboração de possibilidades para fazer refletir sobre o exercício de equidade entre homens e mulheres que garanta que as mulheres possam participar efetivamente dos espaços por elas desejados, rememorando ao sentido da letra da canção por elas entoada: “se a mulher não sair de casa nunca vai se libertar”, numa analogia a Saramago, sobre a necessidade de “sair da ilha para ver a ilha⁸¹”.

4.2.3 - À DEMANDA DO CUIDADO SÃO PROPOSTOS CURSOS DE SAÚDE ALTERNATIVA

O cuidado com a saúde também não é socializado entre homens e mulheres e grande parcela recai sobre as mulheres.

⁸¹ “(..).mas quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver”. (SARAMAGO, 1997, p.40).

Como apresentado no capítulo 2 dessa tese, no período da colonização (processo de acumulação do capital em Nossa América/ Abya Yala) houve mortes de muitas mulheres consideradas bruxas pela inquisição. Hoje, na democracia liberal, as estratégias do capital não as matam diretamente (e sim, pois o patriarcado as matam todos os dias), mas as violentam de outras formas, seja no encarceramento massivo de mulheres negras, na laqueadura forçada através do Sistema Único de Saúde (SUS)⁸², nos corpos das vítimas de violência policial nas periferias, na falta de atendimento médico nas periferias, no campo e também no parto.

Assim, mesmo com as transformações políticas tão intensas entre esse recorte temporal, desde as mulheres queimadas na inquisição às bruxas de hoje, o que tem ocorrido é uma retomada a prática do cuidado a partir do conhecimento medicinal que advém das “netas das bruxas que não conseguiram queimar”⁸³. Esse conhecimento medicinal, como forma de resistência, mas também para docilizar as vozes da resistência, passou a integrar o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 1980, como apresenta Góis et al.

As primeiras experiências de serviços de fitoterapia na rede pública de saúde iniciaram-se na década de 1980, como as farmácias-vivas no Ceará (BRASIL, 2006a). Em 2006 a fitoterapia foi legitimada em nível nacional pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). No mesmo ano, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi criada com o objetivo de garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional (BRASIL, 2006b). Nessa cadeia produtiva, participam diversos setores responsáveis pelo cultivo; beneficiamento; produção de medicamentos fitoterápicos e distribuição (2016, p.112).

A participação das mulheres camponesas nesse processo, se deu, entre outras coisas, em função da demanda do SUS pela necessidade de matéria-prima, uma vez que são elas que tem exercido papel fundamental na catalogação, registro e manutenção das ervas medicinais, através dos seus grupos organizados junto aos movimentos sociais.

Dentro das ações do NEDET ocorreu em maio de 2016, o Curso de Ervas Medicinais, como forma de fortalecer e dar importância ao conhecimento desta função

⁸² Como o caso de Janaína Aparecida Querino, uma mulher de 36 anos do interior de São Paulo, submetida à laqueadura no parto do 8º filho por decisão da justiça, em 2018, num processo ilegal. Para mais informações ver Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/esterilizacao-de-mae-de-8-no-interior-de-sao-paulo-vira-alvo-de-investigacao.shtml>>, acessado em 20 de janeiro de 2019. Collucci (2002), em reportagem especial a Folha de São Paulo, já apresentava como o Brasil era um dos três países a liderar o ranking de procedimento de laqueadura. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2110200220.htm>>, acessado em 20 de janeiro de 2019.

⁸³ Frase usada em manifestações feministas.

exercida prioritariamente pelas mulheres. Durante as atividades foi realizado uma mandala caldeirão de ervas, como dinâmica de acolhimento das participantes que colocaram ali no caldeirão, o nome de uma erva que conheciam ou que as lembrava, algum momento importante.

Figura 11 – Mandala caldeirão com os nomes das ervas medicinais, Monte Alegre, 2016



Fonte: Acervo fotográfico Laiany R S Santos, 2016.

Nesse espaço, iniciou-se com uma discussão sobre o uso da medicina das indústrias farmacêuticas em detrimento dos remédios e tratamentos naturais passados através de suas gerações. O propósito foi despertar a importância do conhecimento das mulheres camponesas e do conceito de alienação.

Durante o curso foi elaborado o livro *Ervas Medicinais: saber e prática no fazer feminino*, como mostra a imagem a seguir. O livro é fruto da resistência dessas mulheres e expõe o trato com as ervas a partir da voz de diversas camponesas, numa forma de multiplicar o conhecimento e também valorá-lo.

Figura 12 – Livro Ervas Medicinais: saber e prática no fazer feminino, produzido pelas mulheres do TAS junto à ASA, MPA, NEDET



Fonte: Acervo de Raiane Santos de Santana, 2018.

O debate sobre saúde, que é construído pelos grupos de mulheres acompanhados pela pesquisa, está atrelado ao território dos corpos das mulheres, principalmente em se tratando do direito de decidir se, quando e como quer reproduzir. Nesse sentido levanta-se a questão do aborto como um tabu e ao mesmo tempo como expressão da sororidade, pois ao mesmo tempo em que no campo não se “toca no assunto”, foi muito comum, durante a trajetória da pesquisa, ouvir das mulheres que compreendem a situação da outra e tem “soluções” para a questão.

A relação de poder estabelecida incute a intervenção masculina⁸⁴, inclusive no discurso da necessidade, de “fazer o parto”⁸⁵ o que tira da mulher a segurança e autonomia para uma ação comum da natureza. Uma realidade que joga na fragilidade da mulher uma incapacidade para decidir⁸⁶, demandando intervenção masculina. Assim, ao invés de um/a

⁸⁴ Ainda que sejam mulheres (médicas e parteiras), há construção machista na separação de papéis sociais. A medicina (científica e formal) é historicamente liderada por homens, tendo sido influenciada pela igreja, o que levou muitas mulheres a inquisição. No Brasil, eram homens brancos e da elite que exerciam o controle da medicina. Só em 1849, a Faculdade de Medicina da Bahia passou a aceitar mulheres, formando a gaúcha Rita Lobato Freitas em 1887, também de família da elite e ainda assim precisou enfrentar a resistência e o machismo.

⁸⁵ Termo usado por diversos médicos e médicas ao consultarem pacientes gestantes se colocam como a pessoa que faz o parto, no Brasil muitos/as que “fazem o parto” preferem tê-lo agendado por questões de conveniência de horários (parto cesáreo tem tempo determinado, variando de 15 a 30 minutos quando não há intercorrências) e valores.

⁸⁶ O discurso médico é “se não tiver problema pode ser normal” favorecendo a cesariana de rotina, ao passo que deveria ser “se tiver algum problema recorreremos ao parto cesáreo”. Nesse sentido Diniz (2009, p.320) fala que “no Brasil, além do parto espontâneo ser percebido pelos profissionais como mais arriscado para o bebê, também é tido como mais arriscado para a própria mãe, sendo associado a danos sexuais irreversíveis. Os profissionais

médico/a acompanhar o parto e apoiar a mulher, entende-se que sua função é realizar tal ação sendo protagonista e deixando a mulher como coadjuvante.

Outro aspecto que se evidencia é que a medicina no Brasil com o condicionante de *status quo* recusa que outras pessoas auxiliem na preparação para o parto. Não reconhece as doulas e parteiras como profissionais. Embora a medicina se recuse a aceitar a doula e parteira como profissionais, estas são as responsáveis por inúmeros serviços de parto no espaço rural.

Mulheres como Josefa Maria da Silva Santos, conhecida como Zefa da Guia (Figura 18), sergipana, parteira da Serra da Guia em Poço Redondo, no Território do Alto Sertão, reconhecida pelo uso de fitoterápicos para tratamento pré natal, tem importância histórica e social tem salvado, a vida de muitas mulheres e bebês, no interior do estado. D. Zefa da Guia reconhecida por ter feito o primeiro parto aos 11 anos e ter realizado em torno de 5000 partos⁸⁷, é expoente de uma prática social comum nas zonas rurais em que as mulheres cuidam das outras mulheres.

Figura 13 – Zefa da Guia parteira, ao centro, em reunião da Câmara de Gênero do TAS, Monte Alegre, 2016



Fonte: Acervo fotográfico Laiany R S Santos, 2016.

praticam intervenções sobre a vagina, como a episiotomia (que é uma laceração de 2º grau, no mínimo) e os fórceps, que aumentam os riscos de danos genitais graves, e quando estes danos ocorrem, responsabilizam o parto em si pelos danos. Desta forma, o dano iatrogênico é invisibilizado e redescrito como um dano “natural” do parto, associado ao processo fisiológico e não às intervenções”.

⁸⁷ Entrevista concedida ao Domingo Espetacular, da TV Record em 02/11/2008. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=sEYoZn_OLIs>, acessado em 10 de janeiro de 2019.

Outro debate que aparece com frequência formal ou informalmente é a sexualidade, tão explícita nas rodas de conversa e espaços coletivos (lavando roupa no rio, cozinhando, roçando). Trata-se de um tabu o autoconhecimento, a masturbação, o orgasmo entre outras coisas. Na compreensão do corpo como território, não conhecê-lo é entrar no campo de batalha em desvantagem em relação ao inimigo, que é ensinado a se tocar, conhecer, sentir prazer consigo mesmo e descobrir como e o que lhe causa tal satisfação.

Nos espaços de reunião e debates se observa a auto-negação da existência da sexualidade, ainda que seja expressa a todo o momento marcada pelos signos e significados culturais e sociais que conduzem o modo singular de cada pessoa vivenciar o mundo. Muitas mulheres no campo, apesar de já terem relações sexuais ou mesmo filhos desconhecem a tanto a própria anatomia quanto a fisiologia (uretra e o canal vaginal), nunca se tocaram (masturbaram) e tem como condição da sexualidade o sexo em si (a relação sexual) em que o corpo se torna um objeto para dar satisfação ao outro.

Concomitante as ações do NEDET houve a proposta de um dos grupos de mulheres de construção de círculos de debate sobre autoconhecimento do corpo que foi desconsiderada por não ser considerada pela maioria presente como prioritária. Observou-se durante a participação nas ações do NEDET que o tabu em relação a sexualidade impacta na própria organização das mulheres, pois muitas ainda têm dificuldade de compreender as mulheres transexuais, que para elas causa estranhamento por serem um universo desconhecido, cheio de mistificações; impactam ainda na construção coletiva da política para mulheres, uma vez que a condição de saúde da mulher está muitas vezes atrelada somente a condição de saúde da mulher heterossexual.

Outra questão relacionada à saúde é o enfrentamento ao uso de agrotóxicos⁸⁸. Em Sergipe os movimentos socioterritoriais rurais enfrentam a ampliação do uso do agrotóxico que ocorre par e passo a expansão de commodities que impactam diretamente os territórios camponeses. As mulheres camponesas organizadas no estado tanto denunciam a ofensiva

⁸⁸ Em 2018 a ABRASCO publicou o Dossiê sobre o PL do Veneno, em que por meio de nota técnica a Fiocruz mostrou que existem 29 projetos de lei que “tem em comum o desmonte do sistema normativo regulatório de agrotóxicos no Brasil” que “negligenciam os impactos para a saúde e meio ambiente” (ABRASCO, 2018, p.13). Nesse mesmo dossiê a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade – SBMFC, afirmou que: Os efeitos catalogados dos agrotóxicos na saúde humana são vários, desde intoxicação crônica, maior morbidade psiquiátrica, aumento da morbimortalidade por câncer infanto-juvenil, má formações congênitas, perda auditiva, além da ação dos agrotóxicos como desreguladores endócrinos, e sua relação com o desenvolvimento de obesidade e diabetes, alterações reprodutivas feminina e masculina, cânceres sensíveis a hormônios em mulheres, câncer de próstata, e problemas da tireoide e do neurodesenvolvimento de crianças (2018, p.54-55).

pelos agrotóxicos como buscam na agroecologia uma alternativa ao modelo de produção comercial que justifica o seu uso.

Nesse sentido, as mulheres camponesas entendem que não adianta lutar por uma produção livre de venenos, por alimentos saudáveis se isto estiver dissociado da prática cotidiana do trabalho com equidade de gênero. Para as mulheres camponesas equidade de gênero pressupõe exercer autonomia e decidir o que e como produzir sem a intervenção do homem, mas em parceria com ele. Tal compreensão é asseverada pela CONTAG, para quem “a agroecologia defende uma vida digna, então tem que ter direitos iguais. O veneno é uma violência para a terra, para as plantas, para nossa saúde. E o machismo é o veneno nas nossas famílias” (CONTAG, 2015, p. 26).

4.3 - DEMANDAS DAS MULHERES NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS)

Os PDTRS são instrumentos de planejamento construídos no contexto da política de desenvolvimento territorial rural sustentável (2015-2017), junto aos colegiados territoriais. Na especificidade dessa pesquisa acompanhamos reuniões dos quatro Territórios da Cidadania.

As demandas para superação da condição de desigualdade social são construídas mesmo com toda dificuldade enfrentada pelas mulheres para sua participação no processo político e socioeconômico. Prova disso foi a demarcação das suas pautas nos PTDRSs. No documento construído pelo Território Sul Sergipano, há uma reflexão sobre a condição da mulher,

É notória a desigualdade das relações de gênero na sociedade, no que diz respeito à mulher, isso é fato que se comprova desde a geração de renda, a ocupação de cargos de maior visibilidade na sociedade, nos direitos, nas oportunidades, nos espaços de lideranças e até mesmo nos investimentos. [...] a participação da mulher no primeiro momento das discussões, partiu da decisão coletiva das mesmas e não por serem valorizadas pelos demais companheiros de luta (PTDRS Sul Sergipano, 2017, p.13).

Observa-se um quadro que demonstra como o processo de participação na construção do individual/coletivo exige superação para “sair de casa”, mas também para participar e permanecer na atuação com toda carga de trabalho, já que não há socialização das atividades que a sociedade compreende como “trabalho de mulher”.

No processo de elaboração dos PTDRSs do estado de Sergipe, optou-se por uma metodologia que partiu de três frentes: a realidade, o desejo e o caminho. A partir delas, procurou-se traçar um plano de metas fundado nas pautas das mulheres para transformação da realidade. Essa estratégia aparece compilada no quadro a seguir:

Quadro 5 – Pautas e ações das mulheres – PLANOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRSs, 2017

Pautas:	Ações
Superar todas as formas de violência contra as mulheres	<ul style="list-style-type: none"> — Ampla divulgação da Lei Maria da Penha e dos mecanismos de enfrentamento (Escolas, Universidades, Associações, igrejas, movimentos sociais e sindicatos, Grupos de mulheres); — Delegacias capacitadas para o atendimento às vítimas de violência com atendimento 24h; — Casa abrigo para medidas socioprotetivas, garantindo também o acolhimento de mulheres que tenham filhos. (Quais os critérios para abrigar, e por quanto tempo pode-se ficar acolhida); — Criação e fortalecimento das coordenadorias e dos conselhos Municipais de Mulheres.
Promover a autonomia econômica e financeira	<ul style="list-style-type: none"> — Luta articulada para Reformulação da Lei do PRONAF para que as Mulheres possam efetivamente acessar a linha PRONAF Mulher, garantindo que exista teto disponível independente do conjugue ter acessado o teto máximo; — Garantir o acompanhamento permanente de ATER dos grupos produtivos aos grupos de mulheres; — Capacitação e formação em marketing, comercialização e produção.
Fomentar a produção e comercialização	<ul style="list-style-type: none"> — Acompanhar, fortalecer e incentivar os trabalhos produtivos nos grupos de mulheres; — Fortalecer os intercâmbios e mutirões dentro dos processos de experiências agroecológicas; — Incentivar e fortalecer os quintais produtivos agroecológicos; — Fortalecer as feiras da Agricultura Familiar no território; — Isenção do imposto para os produtos da agricultura familiar nas feiras livres; — Promover geração de trabalho e renda, através do cooperativismo e associativismo (Capacitações e oficinas permanentes); — Adquirir de maquinário apropriado para produção do óleo de coco; — Estabelecer parceria com IFS para realização de curso técnico sobre produção de óleo de coco; — Estudos que indique técnicas de dessalinização das águas para produção de alimentos nos municípios próximos a Foz do Rio São Francisco.
Garantir acesso à saúde	<ul style="list-style-type: none"> — Fortalecer e incentivar o cultivo e tratamento com ervas medicinais pelas mulheres nos quintais produtivos; — Informar a sociedade da importância do uso dos remédios fitoterápicos, produzir materiais informativos; — Saúde Pública: promover a ampliação do atendimento à saúde de forma humanizada, para realização de exames, consultas especializadas e diversificadas, específicas para as mulheres; — Resgatar as sementes crioulas e valorizar o conhecimento fitoterápico, ofertando como alternativa aos tratamentos convencionais do SUS; — Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde;
Construir relações de gênero igualitárias	<ul style="list-style-type: none"> — Formação continuada e ciclo de debates sobre relações e desigualdade de gênero para todos e todas profissionais da Educação através das secretarias Municipais e Estadual de educação; — Ações educativas dos CRAS –(Centro de Referência de Assistência Social) nas

	escolas, comunidades, grupos produtivos, associações, com acompanhamento de psicólogos; — Combater as desigualdades de gênero partindo de processo claro de debates nos grupos de trabalho, inclusive nas plenárias territoriais; — Promover a formação de gestores/as e servidores/as estaduais e municipais de gestão direta, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades.
--	--

Fonte: PTDRS Sul Sergipano, PTDRS Baixo São Francisco, PTDRS Sertão Ocidental, 2017. Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2018.

O esforço dos diferentes grupos organizados convergem para a reclamação de ações que podem assegurar melhor qualidade de vida para a população camponesa, por sua vez, o conjunto de ações pressupõem acesso a trabalho, igualdade de condições, melhora para as condições de saúde, maior participação, fomento à produção/comercialização, entre outras, que podem minimizar, se acionadas pelo Estado, as dificuldades da vida no campo.

Diante desse conjunto de pautas e ações notou-se que para as mulheres camponesas a agroecologia existe como movimento, relação social intra e extra familiar, modelo de produção, comercialização e uma relação sociometabólica que evidencia a possibilidade de equilíbrio entre a natureza e atendimento das necessidades humanas. Através dela é possível acessar a política pública e assessoria técnica. Portanto, a agroecologia aparece na centralidade do debate, nucleando outras demandas.

4.3.1 – A IMPORTÂNCIA DA AGROECOLOGIA NO FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE MULHERES

No contexto da questão agrária brasileira que forjou a luta pela terra no país, entre 2000 e 2013 haviam “123 movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terra no Brasil”. (DATA LUTA, 2013, p. 6) Dentre eles, diversos exclusivos de mulheres e movimentos mistos, com organizações voltadas aos setores de mulheres ou de gênero. Frisa-se que a organização das mulheres camponesas tem disputado espaços e demarcado territórios pautando seus interesses e políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial rural, segundo as suas necessidades.

Esses movimentos são invisibilizados pelo Estado e lutam por transformações no campo. Entre eles, faz-se o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, Marcha Mundial de Mulheres – MMM, Marcha das Margaridas, e setores de mulheres e de gênero em movimentos mistos, o que mostra a atualidade e urgência da questão agrária e feminista.

A Agroecologia aparece nesse contexto expressando a força da mulher camponesa na produção de alimentos saudáveis, livres de venenos e qualquer outra forma de contaminação. Discutir a luta por vida digna das mulheres do campo é discutir concomitantemente a defesa da agroecologia como modo de produção e reprodução da vida, uma vez que a inserção das mulheres nos espaços da Via Campesina pautou a necessidade da construção da Soberania Alimentar⁸⁹. Isso demonstra na postura política das mulheres que uma nova sociedade só é possível quando a terra, os meios de produção e as mulheres forem totalmente livres.

Como forma de ação (e construção teórica) para mudança no modelo de produção e relação social no campo, as mulheres tem pautado a agroecologia. Entende-se Agroecologia como uma alternativa construída a partir dos movimentos sociais camponeses que visam a autonomia de produção, a relação adequada com a natureza, com a saúde e uma relação justa com o consumidor, que possibilite constituir-se estratégia da soberania alimentar.

Para Hecht (2002, p. 21), “o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura”. Segundo Caporal e Costabeber (2000, p. 9) “a Agroecologia recolhe as contribuições de diferentes fontes teóricas para conformar um novo paradigma científico que pretende responder questões emergentes desde o início do novo milênio”. Aparecem, nesse contexto, duas principais correntes: a norte-americana, no estado da Califórnia e a europeia, em especial na Espanha.

É necessário ir além dos principais nomes que pautam determinadas correntes do pensar, para averiguar o que levou à formulação dessas correntes, e “curiosamente estas duas correntes descendem, com algumas exceções, dos trabalhos realizados por sociólogos, antropólogos, ecólogos e agrônomos que atuaram, em algum momento, no México” (MOREIRA; CARMO, 2007, p.512). Ou seja, pessoas que sistematizaram o conhecimento desde a Abya Yala/Nossa América. Segundo Moreira e Carmo,

A diferença básica entre as duas é que a corrente norte-americana centra mais fortemente seus estudos nos problemas ecológicos da produção, possuindo ainda uma grande sensibilidade sociológica e antropológica, e a europeia busca um franco diálogo entre ciências naturais e sociais na resolução dos problemas do desenvolvimento rural (2007, p.512).

⁸⁹ i) suministrar precios competitivos para los agricultores (hombres y mujeres), lo que supone un poder para proteger los mercados internos contra las importaciones de bajos precios; ii) Regular la producción de los mercados internos para abolir la creación de excedentes; iii) Detener el proceso de industrialización de los métodos de producción y desarrollar una producción sostenible basada en familia agraria; iv) Abolir cualquier ayuda a la exportación directa o indirecta (DESMARAIS, 2007 p. 56-57).

A corrente norte-americana apresenta relevantes sistematizações a respeito da agroecologia a partir dos trabalhos: *Agroecology* (1987), de Miguel Altieri e *Agroecology and Small Farm Development* (1990), de Miguel Altieri e Suzana Hecht. E vê na agroecologia uma ciência que viabiliza os princípios ecológicos básicos para manejar agroecossistemas produtivos e conservadores “se baseiam em três pilares: ser socialmente justa, economicamente equitativa e ambientalmente responsável” (SANTOS, 2013, p.13). Segundo Altieri,

A agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis. Simultaneamente ao esforço para combater as pragas, doenças ou deficiências do solo, o agroecólogo luta para devolver ao agroecossistema sua elasticidade e força. Se a causa das doenças, pragas, degradação do solo, etc, for atribuída a um desequilíbrio, então a meta do tratamento agroecológico será restaurar o equilíbrio. Na agroecologia, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autoregulação e a sustentabilidade (2002, p.16).

A condição social e econômica da região de Andaluzia, na Espanha e a Nossa América/Abya Yala propiciaram confluências dos estudos agroecológicos e do campesinato (GUZMÁN CASADO, 2000; SEVILLA GUZMÁN, 2006; MOLINA, 2000). Entende-se que a condição de transformação ambiental deve estar relacionada ao debate da questão agrária, pois com o latifúndio, agrotóxico e mesmo a produção orgânica em larga escala, não é possível competir numa lógica de mercado capitalista. Entende-se, portanto, que:

a Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.1).

Para Sevilla Guzmán (2006, p.1) “la agroecología introduce, junto al conocimiento científico, otras formas de conocimiento”. O resgate da cultura camponesa introduzindo-a no processo de conhecimento científico enriquece-o e esse resgate se dá a partir do conhecimento tradicionalmente apreendido na sua multiplicação, associado ao conhecimento científico em um processo de transição dos modelos de produção.

A agroecologia vai muito além do manejo de produção livre de agrotóxicos, pode ser

definida através de formas de ações sociais coletivas de resistência como afirmou Sevilla Guzmán (2006, p.1) “y ello mediante propuestas participativas, desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos (...) que contribuyan a encarar el deterioro ecológico y social generado por el neoliberalismo actual”. O autor continua informando que a

Critica al pensamiento científico: por un lado, develando el etnocentrismo sociocultural de las ciencias sociales como construcción histórica europea que centra su pesquisa en una única propuesta civilizatoria que excluye de su acervo a las demás. Y, por otro lado, pretendiendo modificarlo probando además la necesidad de complementar los hallazgos científicos agropecuarios y forestales con aquellas “prácticas campesinas y indígenas” que han mostrado su sustentabilidad histórica (2011, p.12).

Assim compreende-se que a agroecologia transcende práticas saudáveis e relações equitativas, revelando-se uma possibilidade de autonomia e articulação política. A Agroecologia construída desde as camponesas e os camponeses é considerada um modelo de produção que manifesta sua expressão sócio-política, à medida em que⁹⁰:

Se constitui em mais uma expressão sócio-política do processo de ecologização, tem sido bastante positiva, pois nos faz lembrar de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6).

É preciso atentar para “os riscos de uma nova onda de diferenciação social que pode surgir em decorrência de enfoques que privilegiam a orientação pelo mercado e por nichos de consumidores que permitem o acesso a grupos restritos de agricultores” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6). Ou seja, a produção de monocultivo de produtos limpos, a produção orgânica em larga escala, como uma proposta diferente ao debate construído pela Agroecologia.

Uma visão tática ou estratégica, visando conquistar mercados cativos ou nichos de mercado que, dado o grau de informação que possuem alguns segmentos de consumidores a respeito dos riscos embutidos nos produtos da agricultura convencional, super-valorizam economicamente os produtos ditos “ecológicos”, “orgânicos”, ou “limpos”, o que não necessariamente

⁹⁰ SANTOS, Laiany Rose Souza. **O território camponês sob o enfoque de gênero: a divisão sexual do trabalho e a agroecologia**. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 9).

A produção limpa nem sempre é agroecológica. Relevante destacar também que “no capitalismo, todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que lhe deu origem” (BARTRA, 2011, p.2). Nesse sentido, a agroecologia é uma relação socioeconômica excêntrica, ou seja, em si mesma não é capitalista, embora se reproduza por meio da operação do modo de produção capitalista.

Os alimentos produzidos de forma agroecológica lançados ao mercado assumem a forma de mercadoria, que entra e sai no processo de circulação do capital na sua forma - é a troca primitiva sendo agora realizada por sua forma monetária -. O dinheiro é a forma alienável da mercadoria, que sempre terá o mesmo valor, apesar de poder variar de preço.

As organizações de mulheres camponesas percebem que na sua condição de classe camponesa e do ser mulher a luta pelas autonomias (corpo, social, política, econômica etc.), segurança e soberania alimentar é uma necessidade latente. Para Michela Calaça⁹¹ “a agroecologia é um modo de vida e ele não pode ser completo sem o feminismo”, pois a mudança para tornar-se socialmente justo está baseada na equidade de gênero.

Portanto, falar de feminismo no tocante à questão agrária e agroecológica não é colocar mais um elemento no debate sobre o campesinato feminino em luta, e sim perceber que sem este os demais não se sustentam, pois “o feminismo é qualificador da agroecologia” e todas essas vertentes do pensar mostram por onde a mulher se enxerga (se olha, vive e significa) e caminha na prática cotidiana de transformar a luta pessoal em política, buscando a liberdade (ARENDT, 2007).

É possível afirmar dessa luta por emancipação e autonomia que ela não se realiza sem enfrentamentos. O primeiro empasse está na disputa do território imaterial, de produção e valorização do conhecimento produzido pelos produtores diretos. O reconhecimento do conhecimento, experiências e práticas desenvolvidas na realidade material, ora é apropriada pelo capital, naquilo que conhecemos por captura da subjetividade⁹², ora vai se constituindo uma das frentes de resistência dos movimentos no chão da comunidade. Sobre esse aspecto, a seguir reflete-se sobre a disputa de espaço do conhecimento no contexto de enfrentamento entre o conjunto dos movimentos sociais organizados e os protagonistas do capital, representados pelo conjunto de agências multilaterais.

⁹¹ Direção nacional do MMC, em entrevista concedida a pesquisa, realizada em Brasília, julho de 2016.

⁹² Esse tema é tratado por Carlos Walter Porto-Gonçalves no livro: A Globalização da Natureza e a natureza da globalização, da Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

Assim, a atividade agrícola, enquanto forma de exploração da natureza, no seu processo de desenvolvimento vem sofrendo alterações. De uma relação homem-natureza que tinha como base o valor de uso, na qual a produção assumia uma importância determinante na reprodução da vida, à sociedade capitalista racista patriarcal que tem como sustentação o trabalho estranhado faz com que a produção deixe de ser apropriada por seu produtor para ser colocada no mercado.

Nesse contexto, os movimentos sociais levantam como bandeira de luta e prática transformadora, a Agroecologia, como modelo de produção que permite a resistência camponesa. A compreensão de agroecologia foi debatida nesse estudo com maior profundidade no capítulo 3, vale destacar que compreendida nas suas diversas dimensões auxilia uma prática equitativa de relação entre os seres humanos e destes com a natureza, apresentando-a como produção de conhecimento.

Existem vários segmentos hoje que a tomam como frente. Muitos participantes da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, com diversos campos de atuação e métodos de leitura, principalmente ligadas as Epistemologias do Sul que entendem que em sua episteme a agroecologia resgata a história negada e veem os processos de organização agroecológica como de transformadores de consciência. Em Sergipe existem diversas experiências de mulheres que trabalham com a agroecologia, organizadas em movimentos sociais ou experiências isoladas, como apresenta o mapa a seguir:

[illegible]

Vale lembrar que mesmo a agroecologia ganhando força e fomentando transformações no campo e inserção camponesa em espaços políticos, nesta pesquisa compreende-se que a questão central do/no campo brasileiro remete a realização da Reforma Agrária de forma radical, o que implica a liberação de terras para a prática camponesa.

178

argumento da necessidade do uso de agrotóxicos para a garantia do aumento da produção. Deste modo, corrobora-se com o pensamento da CONTAG no tocante ao conceito de que:

Durante reunião da Câmara de Gênero do NEDET, realizada no TBSF, em fevereiro de 2015, foi construído um debate a partir da metodologia participativa. Na ocasião foi elaborado um cartaz sensorial, no qual constavam três palavras para que o grupo de mulheres realizasse uma definição coletiva. As palavras foram: mulher, feminismo e agroecologia, como mostra a figura a seguir.



Fonte: Acervo fotográfico Laiany R S Santos, 2015.

A organização das mulheres camponesas desde a lógica da produção agroecológica se torna uma disputa não só pelo território material (a terra), mas também pelo território

imaterial das disputas políticas de construção do território. Ocorre o fortalecimento de redes de agroecologia, como a Rede de Camponês a Camponês⁹⁴, no Território Sul Sergipano que possibilitou a realização de diversos intercâmbios, inclusive entre diferentes territórios, favorecendo a articulação e reconhecendo a dificuldade de atuação dos grupos isolados.

No processo de formação política, nas reuniões e encontros de mulheres, onde também se estabelecem relações a partir de atividades “de mulher” (bordado, cozinhar, lavadeiras etc.), as práticas desenvolvidas vão ajudando-as a perceber que o *pessoal é político*, ou mesmo, que o particular é universal. Isso ocorre também na espacialização das lutas que referenciam que “**Sem Feminismo NÃO HÁ Agroecologia**”, como mostra a imagem a seguir registrada na Marcha das Margaridas de 2015.

Figura 15 – Cartazes demonstrando a importância da mulher na prática agroecológica, Marcha das Margaridas, Brasília, 2015



Fonte: Laiany Santos, 2015.

O debate da agroecologia mostra que este modelo não é novo porque seus princípios já existiam⁹⁵ nas práticas camponesas e indígenas de trato e relação com a terra. Os cartazes mostram que a demandas se associam ao retorno a essas práticas, agora compreendidas como

⁹⁴ Ver sobre a Rede Camponês a Camponês e sua metodologia em: RABANAL, Jorge Enrique Montalván. Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária : tecendo redes de conhecimento agroecológico. 2015. 114 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

⁹⁵ “Os princípios da agroecologia se baseiam em três pilares: ser socialmente justa, economicamente equitativa e ambientalmente responsável. Para tal não é necessário a desvinculação somente ao uso de agrotóxicos e adubos transformados, mas também a associação a relações sociais que implicam no reconhecimento de uma produção agroecológica” (SANTOS, 2013, p.13).

necessárias frente à destrutividade promovida pelo agronegócio que envenena a saúde do trabalhador. Por sua vez, mostra que mulheres camponesas vêm fortalecendo a relação entre feminismo e agroecologia.

A comercialização é outra demanda que é apresentada incorporada ao debate da agroecologia. A perspectiva é da comercialização economicamente viável, e tem sido feita através das feiras da agricultura familiar, muitas vezes articuladas ao INCRA. Participam das feiras mulheres que são da base do MST, e vendem na capital (feiras, em articulação com professoras da UFS, e na experiência do Cantinho da Roça⁹⁶). Atualmente esses espaços não têm dado todo o aporte necessário ao escoamento da grande quantidade produzida para viabilizar a vida das camponesas, por isso elas reivindicam a criação de mais cooperativas e espaços de comercialização - atendendo assim mais mulheres -, além do apoio de políticas públicas como o PAA o PNAE.

Notou-se através das reuniões participadas e entrevistas com as mulheres, que a comercialização é uma pauta relevante e central para discussão da organização das mulheres, visto que elas entendem que mesmo produzindo produtos agroecológicos, culinária regional e itens artesanais de alta qualidade, na dimensão não-capitalista, elas estão na roda viva do mercado capitalista, embora “todo produto construído na lógica camponesa não tem a paridade com a lógica capitalista” (BARTRA, 2011).

Foi possível notar que a maioria dos grupos trabalha com cooperativismo, seja oficialmente declarado (através de cooperativas) ou não, quando o sistema de divisão e organização do grupo perpassa as práticas cooperativistas. Em muitos casos, esses espaços não são oficializados, porque os grupos entendem que já participam da dinâmica do movimento social ao qual pertence e não tem interesse ou mesmo desconhecem os passos para organizarem uma cooperativa.

Em trabalho de campo realizado no TBSF, em maio de 2016, registrou-se a experiência de autonomia financeira por meio da metodologia de Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento – GOLD. Na experiência socializada em reunião da Câmara de Gênero, as mulheres destacaram a importância de arrecadarem recursos nas chamadas 'caixinhas', que segundo uma camponesa presente "é melhor que em casa, pois sempre surge uma necessidade e se o companheiro souber dessa poupança fica ainda mais difícil continuar", isso aponta para o início a uma rede solidária de poupança construída por elas.

⁹⁶ Cantinho da Roça é um projeto que une produtores e consumidores agroecológicos de Sergipe em prol de uma alimentação saudável e um comércio justo. Disponível em: <https://www.facebook.com/cantinhoaju/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=overview>, acessado 15 de julho de 2016.

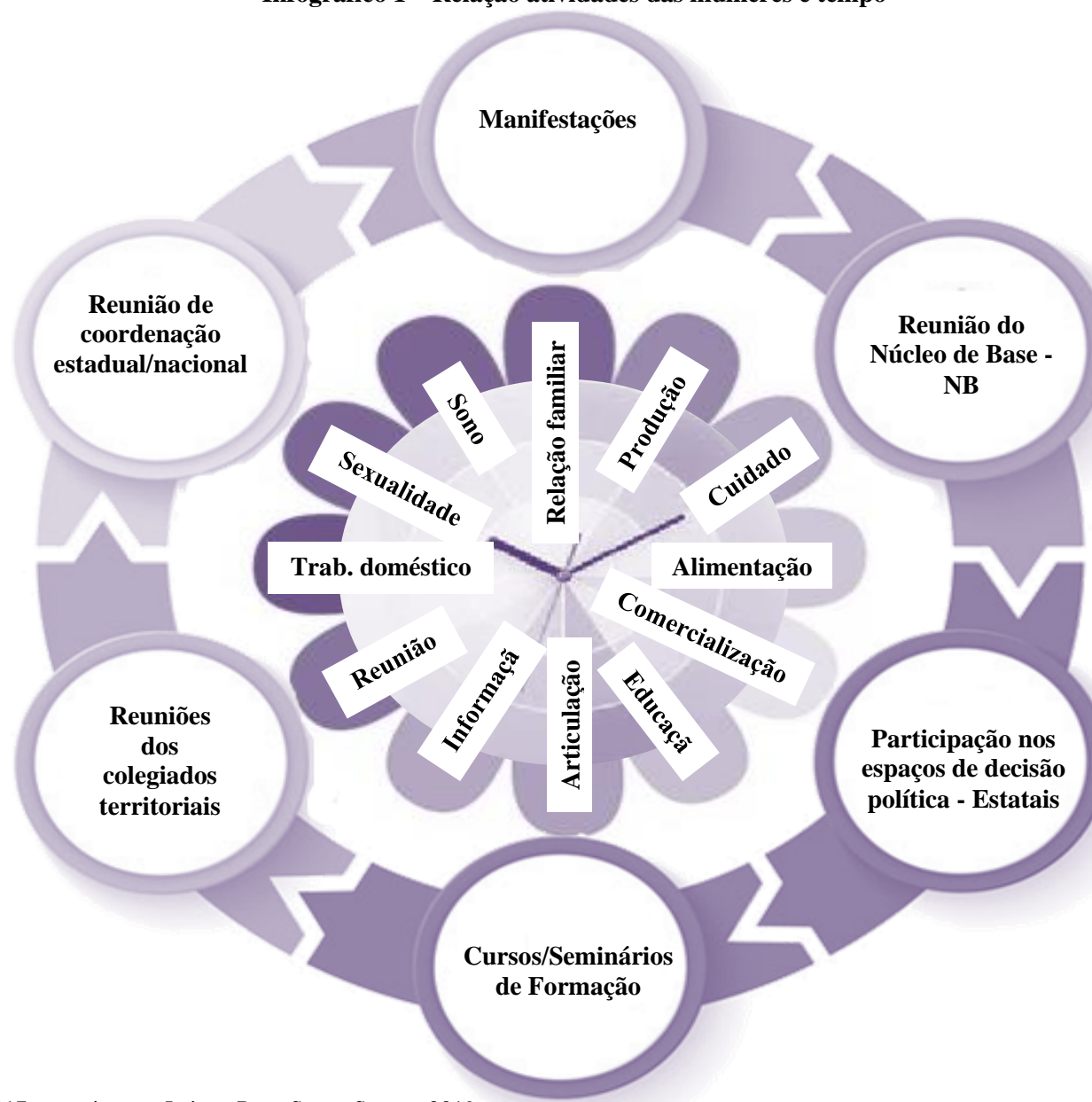
Esse conjunto de experiências constituem a materialidade das lutas, que se dá desde o processo de “sair de casa”, no sentido de organizar-se. Não se coloca que com isso há empoderamento das mulheres, mas questiona-se até que ponto esse “empoderamento” amplia as rotinas de trabalho intensas, mesmo “dentro de casa” (no sentido do cuidado familiar e não somente dentro de quatro paredes, pois compreendemos que o cuidado é uma tarefa bem mais ampla, como por exemplo, levar à escola, ao médico etc.), ao participar de movimento social, sindical, grupos e coletivos, ou mesmo do poder público na atuação com a questão das mulheres, procuramos observar se há uma.

Portanto, mergulhar além da superfície para compreender a espacialidade das lutas das mulheres e sua condição individual/coletiva de superação ao dedicar tempo para a atividade política pressupõe entender a sobrecarga de trabalho e tempo, exigida da mulher, caso elas queiram romper com a rotina patriarcal de enclausuramento. O conjunto das ações das quais elas participam, conforme aparecem no item que segue, expõem essa realidade.

4.4 - A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA

A partir do trabalho de campo dessa pesquisa, construiu-se um infográfico para expor a dinamicidade e diversidade de funções atribuídas às mulheres e a vinculação ao tempo. Nele, se expressa numa correlação o relógio, as atividades cotidianas e as atividades que são “extras”, revela que ainda há um longo caminho para a emancipação, embora a organização seja um primeiro passo.

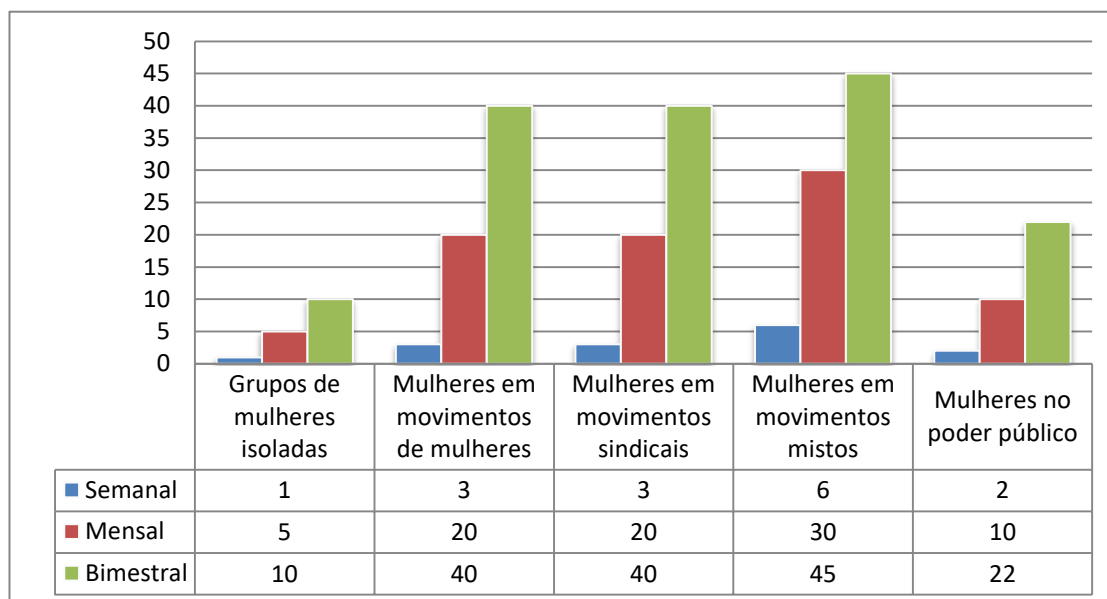
Infográfico 1 – Relação atividades das mulheres e tempo



Fonte: Trabalho de campo, 2014-2017, organização: Laiany Rose Souza Santos, 2019.

Nessa diversidade de atividades das mulheres e a fim de mensurar um quantitativo da demanda organizativa, construiu-se um gráfico que mostra as diferentes formas de organização das quais as mulheres participam. O objetivo é apontar a sua inserção numa diversidade de atividades/movimentos que tratam de demandas coletivas dos trabalhadores em geral, mas que também incluem demandas específicas dos movimentos feministas.

Gráfico 2 – Quantitativo de reuniões por tipo de organização num período bimestral



Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2019. Resultado de Trabalho de campo no período 2015-17

Essa sistematização revela que as manifestações expressam a espacialização das lutas, e o enfrentamento materializado a partir da práxis camponesa, que foi classificado nesse estudo como reuniões, cursos e seminários de formação, produção, comercialização e participação nos espaços de decisões políticas promovidos pelo Estado.

Em relação às reuniões, foi possível notar que as mulheres se reúnem com periodicidades diferenciadas a depender da organização que atuam. De forma generalizada observou-se que havia uma rotina semanal dentro da organização (normalmente com o grupo mais próximo), mensal com as câmaras/comitês de gênero, colegiado territorial, e outras reuniões de articulação política e bimestral ou semestral, reuniões ampliadas com suas organizações numa escalaridade ampliada, como reunião de coordenação estadual ou nacional. O quantitativo dessas reuniões, apresentado no gráfico anterior, foi a sistematização das reuniões semanais, mensais e bimestrais.

As reuniões semanais constituem aquelas em que as mulheres participam regularmente, como por exemplo, as reuniões dos Grupos de Base, das Câmaras de gênero

territoriais etc. Em relação às atividades mensais contabilizou-se além das reuniões semanais a participação nos fóruns e comitês, como o de combate à violência contra mulher, de combate ao agrotóxico, etc.). Em relação às atividades bimestrais considerou-se além das já citadas, as atividades articuladas pelo conjunto dos movimentos, que se dão em escalas maiores.

Os seminários, plenárias e reuniões, são os espaços de socialização política, onde são expostas, debatidas e apresentadas alternativas/soluções para os problemas e/ou demandas vindas do cotidiano dos homens e mulheres, por meio das suas organizações. Os cursos/seminários de formação são mais comuns ocorrerem de forma bimestral, mas em casos como reuniões de preparação para marcha do 8 de Março e Marcha das Margaridas chegam a ser quinzenais.

Se é difícil sair de casa para reuniões mais curtas, afastar-se por um tempo mais prolongado, algumas vezes dormir fora, impacta na vida da participante. Entretanto, esse contato com outras experiências e realidades a partir da relação com as demais amplia a visão de mundo e é determinante na sua formação política.

As marchas constituem um espaço de exposição das pautas e demandas para a sociedade e para o Estado. Sua importância não está somente na ação principal de contestação, mas percebe-se que todos os espaços são de formação/transformação individual/coletiva. A Marcha em sua ação expressa uma espacialização, que “não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços” (FERNANDES, 2005, p.29).

Assim, a Marcha é também espacialização da luta camponesa, que demarca a luta feminista e camponesa, com o intuito de transgredir a barreira da invisibilidade construída pelo sistema capitalista. A mobilização pela Marcha permite aos sujeitos que lutam transitarem num determinado espaço-tempo para demarcarem suas pautas políticas, entendendo a política para liberdade.

4.4.1 - EXPERIÊNCIA DA MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, é a expressão da luta de Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, rendeira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, que despertou muitas pessoas (não só mulheres) a lutarem pelos direitos

trabalhistas. A referência de Margarida deu nome a uma das maiores manifestações de mulheres do Brasil.

A Marcha das Margaridas é compreendida como ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, realizada desde o ano de 2000, sob o lema “2000 Razões para marchar: contra fome, a pobreza e a violência sexista” construída em adesão à Marcha Mundial de Mulheres, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para a CONTAG (2015, p.8) “essa Marcha teve forte caráter de denúncia do projeto neoliberal”.

As marchas seguintes de 2003 e 2007 tiveram diálogo com o governo Lula. Entretanto, para a CONTAG (2015, p.8) “foi em 2011, no governo da primeira mulher eleita para Presidência do Brasil, Dilma Rouseff, que obtivemos nossas maiores conquistas”. Em 2015 (trabalho de campo participativo) a Marcha das Margaridas foi realizada no mês de agosto em referência ao mês em que Margarida foi brutalmente assassinada.

A CONTAG, assim como diversos movimentos camponeses e feministas trabalharam em suas bases a história de Margarida, da Marcha e dos temas que seriam pautados a partir dali.

Margarida, que os poderosos despedaçaram para fazê-la secar e calar-se, espalhou suas pétalas... Seu nome se tornou um símbolo nacional cultivado pelas mulheres e homens do campo, e em nome dela, a cada quatro anos, milhares de margaridas de todos os cantos e recantos do país se encontram em Brasília para marchar juntas, inspiradas pelo seu clamor de justiça, igualdade e paz no campo e na cidade (CONTAG, 2015, p.9).

A Marcha das Margaridas de 2015 elencou esses oito eixos para reflexão e reivindicação

1. Soberania Alimentar;
2. Terra, água e agroecologia;
3. Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns;
4. Autonomia econômica: trabalho e renda;
5. Educação não sexista, educação sexual e sexualidade;
6. Contra a violência sexista;
7. Direito à saúde e direitos reprodutivos;
8. Democracia, poder e participação.

Esses eixos nortearam os debates desde a preparação até o dia do ato. Em Sergipe, o debate se deu dentro dos colegiados dos Territórios da Cidadania, envolvendo as equipes de assessoras de gênero, e nas reuniões coletivas do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET. Em 2015, a delegação de Sergipe era mista, não só em relação ao sexo, mas também na sua composição de sindicatos, partidos, movimentos sociais e pessoas que se aproximavam do debate embora não estivessem organizadas em nenhum desses espaços.

As imagens a seguir registram momento de formação pautada no eixo 2 – Terra, água e agroecologia, e no eixo 6 – Violência sexista.

Figura 16 – Espaço de debate Eixo 2 – Terra, água e agroecologia, Brasília, 2015



Fonte: Laiany Santos, 2015.

Figura 17 – Espaço de debate Eixo 6 – Violência sexista, Brasília, 2015



Fonte: Laiany Santos, 2015.

Para a CONTAG,

É fundamental reconhecer e potencializar a luta das mulheres pelo direito a terra por meio da Reforma Agrária e da garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e das populações quilombolas, na defesa dos territórios das comunidades tradicionais, como algo estratégico na construção da agroecologia (2015, p. 23).

A Marcha das Margaridas de 2015 teve participação de trinta e cinco mil trabalhadoras rurais⁹⁷ (como mostra a imagem a seguir) ocupando a capital brasileira para apresentação de suas pautas. Os gritos de que “**Sem Feminismo NÃO HÁ Agroecologia**”, mostra a agroecologia como central na agenda política das mulheres do campo, da floresta e das águas, assim como o combate à violência contra mulher.

⁹⁷ Segundo a Polícia Militar - ou o dobro disso, segundo os organizadores. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/marcha-das-margaridas-reune-milhares-de-trabalhadoras-rurais.html>

Figura 18 – Marcha das Margaridas 2015 – Delegação de Sergipe, Brasília, 2015



Fonte: Laiany Santos, 2015.

A imagem a seguir (Figura 19), demonstra uma reflexão sobre o processo de construção da Marcha, neste momento de avaliação discute-se pontos iniciais aqui explicitados, da dificuldade de incorporar os homens à luta, da mobilização para a viagem, das dificuldades entre as próprias companheiras e a necessidade de articular as mulheres no estado de Sergipe. Compreende-se como relevante destacar uma vez que o processo de consciência se dá também ao ouvir outras companheiras falarem de suas experiências exitosas ou não que revelam a diversidade de mulheres, mas também mulher como categoria política que nos une.

Figura 19 – Avaliação da Marcha das Margaridas – Delegação de Sergipe, Brasília, 2015



Fonte: Laiany Santos, 2015.

Entende-se essa prática do ouvir a outra com respeito como sororidade. Esta funciona como um pacto entre as mulheres, que se reconhecem irmãs, iguais na diferença. É também uma estratégia de luta contra a tão pregada rivalidade feminina, através de uma prática de respeito, de apoio, que rompe o pilar capitalista usado para as mulheres não se organizarem, no discurso de que “onde tem muita mulher junta tem confusão”, justamente porque mulheres juntas têm muita força.

4.4.2 - 8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

O Dia Internacional da Mulher⁹⁸ é uma data de relevância na luta feminista, reafirmada todos os anos diante das ações dos movimentos sociais rurais e urbanos, com pautas que mobilizam as mulheres a irem às ruas protestarem e reivindicarem, denunciando as diversas formas de exclusão, e desigualdade de gênero, sendo importante espaço político de reivindicações, denúncias e contestações.

Em pesquisa anterior (SANTOS; BATISTA; RAMOS FILHO, 2013) foi possível notar que em Sergipe a Marcha do 8 de março se dava de forma separada campo e cidade, o que levou a reflexão das pautas que eram levantadas e seus pontos em comum a fim de realizar um exercício de construção da unidade entre diferentes movimentos de mulheres, propondo articulação que levasse a uma ação unificada.

Em 2016 houve articulação de diversos movimentos para elaboração da marcha: Articulação do Semiárido Brasileiro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Camponês Popular, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste se articularam com a Marcha Mundial de Mulheres, Coletivo de Mulheres de Aracaju, União Brasileira de Mulheres, Central Única dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Sindicatos das Domésticas, Mulheres do Partido dos Trabalhadores, Mulheres do Partido Comunista do

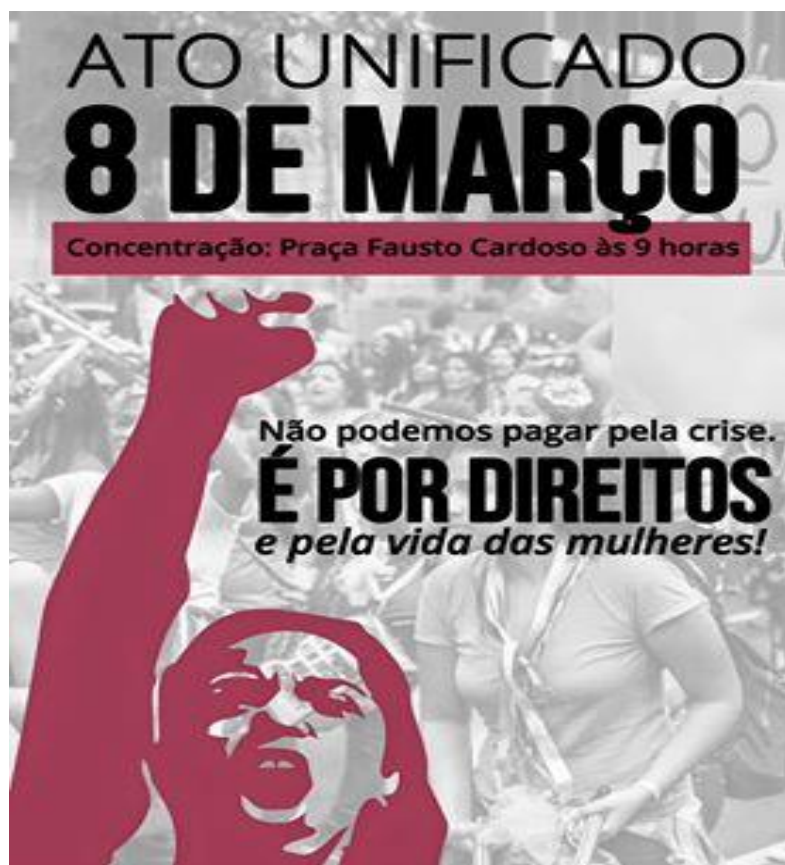
⁹⁸ Há uma grande mistificação em relação à construção do Dia Internacional da Mulher, como a história de que 120 operárias foram mortas numa fábrica em Nova York pelo dono da própria empresa no dia 8 de março. Entretanto, a história se baseia numa série de fatos que culminaram na construção desse dia, sendo relevante destacar que a data fixada no dia 8 de março ocorreu após a Revolução Russa. Essa mistificação está relacionada a dois acontecimentos importantes: a greve nos Estados Unidos, conhecida como o “Levante das 20 mil”, que foi realizada por trabalhadoras do setor têxtil exigindo melhores condições de trabalho e ao incêndio em uma fábrica têxtil que ocasionou a morte de 120 mulheres que trabalhavam em péssimas condições. Esses eventos não ocorreram no mesmo ano, entretanto foram fundamentais para maiores questionamentos acerca da mulher trabalhadora na sociedade (SANTOS; BATISTA; RAMOS FILHO, 2013, p. 4).

Brasil, Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Engenheiros, Coletivo Insurgência, Levante Popular da Juventude.

Essa diversidade de organizações trouxe como resultado o fortalecimento da unidade das mulheres e a aproximação entre as pautas do campo e da cidade, uma vez que a medida que a participação permite conhecer as experiências da diversidade dos movimentos. Como resultado uma das ações foi a construção do Fórum Estadual de Mulheres, com as organizações citadas pactuando agendas de formação e atuação.

A relevância desse processo pode ser vista nos símbolos apresentados nos veículos de comunicação utilizados, por exemplo, para divulgação da ação, como mostra a figura a seguir, do cartaz de convite ao ato unificado.

Figura 20– Cartaz do Ato Unificado para Marcha do 8 de Março, Aracaju, 2016



Fonte: Cartaz divulgado para o Ato, produção coletiva, 2016.

Esse cartaz já explicita a importância de realizar um ato unificado. O mote “não podemos pagar pela crise. É por direitos e pela vida das mulheres!” foi escolhido para abranger as principais pautas dos movimentos diante da conjuntura política de corte de direitos justificados na crise econômica. As imagens do ato apresentam o envolvimento do campo e] da cidade e foram eternizadas pelas lentes de uma das companheiras presentes no

ato, Jéssica Dias.

Essas imagens, capturadas como um ato político, são expressões da espacialização causada pela marcha, que em determinado tempo e espaço levantam questionamentos para sociedade e mostram a realidade que o sistema capitalista tenta desvirtuar naturalizando a condição da mulher, ou individualizando as questões para inverter a lógica que aqui discutimos do pessoal é político e transformando o que é político em pessoal, assim criando uma gama de sentimentos de culpa e incapacidade.

Figura 21- Comissão de frente da Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016



Fonte: Jéssica Dias, 2016.

Nessas imagens podemos perceber características da territorialidade das lutas das mulheres, como o uso da cor lilás, o chapéu de palha, assim como as frases (pautas dos movimentos) e imagens (logomarca) dos movimentos, que são elementos simbólicos que constroem signos e significados que vão além do material, sendo representações da territorialidade camponesa:

Figura 22 – Símbolos da expressão camponesa presentes na Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016



Fonte: Jéssica Dias, 2016.

Figura 23 – Signos que expressam as camponesas do Movimento Camponês Popular – MCP e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016



Fonte: Jéssica Dias, 2016.

Figura 24 – Logomarcas que expressam os movimentos sociais do campo carregadas pelas mulheres, Marcha do 8 de março, Aracaju, 2016



Fonte: Jéssica Dias, 2016.

No ano de 2017 foi a Frente Brasil Popular, composta por movimentos sociais, sindicatos, coletivos e outras entidades que tem um posicionamento de esquerda, quem fez o chamado para a construção do Dia Internacional da Mulher. Houve diálogo envolvendo outras entidades e partidos políticos a fim de construir a Jornada Estadual do 8 de março, cujo mote foi: “Mulheres contra a Reforma da Previdência”.

Como parte da jornada ocorreram formações dentro dos movimentos, sindicatos, grupos, coletivos e partidos, debates territoriais realizados nos quatro TC. Durante esse período, muitos movimentos camponeses (Figura 30) se reuniram a fim de debater os marcos históricos dessa data (8 de março) e as necessidades que dão base as pautas atuais. Na ocasião, todos os movimentos de mulheres de Sergipe estiveram presentes.

Figura 25 – Símbolos dos movimentos sociais na organização das mulheres, Formação para Marcha do 8 de março, São Cristóvão, 2017



Fonte: Acervo fotográfico Laiany Santos, março, 2017.

Em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, identificamos a força de suas falas ao expressarem sua condição de mulher

Ser mulher, antes de tudo, é ser muito resistente, desde a nascença a gente carrega o mundo nas costas e ainda assim segue tendo beleza, e resistência e força pra seguir essa vida cheia de carga de opressão que o machismo trás (K, Movimento Camponês Popular, 2017).

Ser mulher pra mim é resistência, é saber que a gente vive numa sociedade, que muitas vezes nos exclui e a gente precisa resistir, e aparecer pra mostrar que nós somos mulheres e queremos mudar nossa realidade (C, Marcha Mundial de Mulheres, 2017).

Ser mulher pra mim significa um ser muito importante na sociedade porque nós mulheres não somos observadas da forma como nós somos, mas nós somos mães, somos amigas, somos donas do lar, somos um ser que temos

muitas utilidades. Se não existisse mulher o mundo não seria tão bom quanto é (X, Movimento Quilombola de Sergipe, 2017).

Ser mulher pra mim é ser valorizada, ser considerada justamente como mulher, ter meus direitos garantidos, porque estamos no século XXI e não na idade passada. Então ser mulher pra mim é ter meus direitos garantidos, meus valores e ser respeitada (V, Povo Cigano, 2017).

Ser mulher é ser independente, fazer o que se gosta, não ser submissa em certas ocasiões, ter direitos, que muitas não têm (A, Movimento de Mulheres Marisqueiras, 2017).

Notou-se que o ser mulher para as que estão envolvidas com a organização da marcha, está atrelada a condição de resistência e busca por direitos. Assim, dentre as pautas apresentadas foi acordada que a mais urgente (relevante no contexto conjuntural) seria barrar os abusos da reforma trabalhista e da proposta de reforma da previdência, pautas recorrentes ao cenário de aprofundamento do Golpe, que ocorreu no país em 2016. Considera-se que apesar de ter uma aparência conjuntural, essa demanda levaria a perceber os problemas estruturais da sociedade.

Outro fator que as mulheres entenderam como primordial para que essa fosse à pauta principal de luta no Dia Internacional da Mulher é que a reforma da previdência tira a condição de seguridade garantida pela Constituição Federal de 1988 para se tornar um serviço, sendo assim, entra na lógica comercial de oferta e procura, a ser acessado por parte da população que pode pagar uma previdência privada. As mulheres se colocaram contra a reforma e também exigiram mudanças no reconhecimento de sua condição de camponesas e trabalhadoras rurais.

Assim, uma pauta conjuntural se torna essencial no debate da realidade das mulheres, principalmente no campo. Colocando questões estruturais para serem debatidas como as múltiplas jornadas de trabalho e condições de educação e saúde a que as mulheres camponesas estão submetidas.

Essas inquietações moveram as mulheres do Brasil inteiro, e no caso sergipano, motivou a construir ao invés de somente uma marcha na capital, uma jornada de lutas que culminaria em formações e também em marcha por todos os territórios da cidadania e na capital. O objetivo, em sintonia, era ecoar a indignação das mulheres com o (des)governo Temer e a reforma da previdência, além de pautas que apresentavam questões fundamentais à condição da mulher de acordo com sua realidade.

Em Aracaju, a marcha ocorreu com diversos setores da sociedade e além da pauta

principal, as mulheres exigiam também a construção da Casa da Mulher, uma política que já tem projeto e recurso, mas que não foi colocada em ação. Além de outras questões como o combate ao agronegócio, combate à violência contra mulher, construção de creches, combate à homo/transfobia, acesso a moradia, etc.

Figura 26 – Faixa do 8 de março: Mulheres contra a reforma da previdência, Aracaju, 2017



Fonte: Thay Rocha, 2017.

Figura 27- Manifestações e cartazes especializados, Marcha 8 de Março, Aracaju, 2017



Fonte: Thay Rocha, 2017.

Outras pautas foram incorporadas, como o aborto legal, seguro e gratuito. Tema ainda pouco discutido e criminalizado.

Figura 28 – As mulheres em sua diversidade, Marcha do 8 de Março, Aracaju, 2017



Fonte: À direita acervo fotográfico Laiany Santos e a esquerda Luiz Fernando, 2017.

Outra questão que essa imagem apresenta é a diversidade de mulheres, lutando pelo reconhecimento de que ser mulher é uma construção social, e, portanto não está relacionada ao sexo. Nesse sentido o caminhar do feminismo tem florescido somando aos movimentos de mulheres transexuais e construindo o chamado transfeminismo.

No Território do Alto Sertão, a pauta foi a questão da seca, além da oposição à privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO. No TC Sertão Ocidental e TC Sul Sergipano as pautas apresentadas foram a questão da violência contra mulher e dos transgênicos. E, no Território do Baixo São Francisco, a pauta foi ampliada à questão da água, na defesa do Rio São Francisco e também contra a privatização da DESO, como mostra a imagem a seguir:

Figura 29 – Marcha do 8 de Março no Território do Baixo São Francisco, Neópolis, 2017



Fonte: Acervo Fotográfico NEDET, março 2017.

À direita, a caminhada das mulheres e à esquerda Dona Maria Faraildes Alves Dutra, de quase 90 anos, do Povoado Ladeirinhas, que representa a luta das mulheres, dos conflitos de terra, com força e serenidade, música e poesia. Dona Faraildes teve por muitos anos sua dignidade sendo colocada à prova e, mesmo sofrendo violência nunca se intimidou a deixar de

lutar, exigir que sua condição de mulher fosse respeitada. Ela ensina isso com canções, como: “eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor”⁹⁹.

Em reunião da Câmara de Gênero do Território do Baixo São Francisco, em fevereiro de 2017, Dona Faraildes afirmou que “feminismo é lutar por nós mesmas, para sermos respeitadas”¹⁰⁰, e isso também pressupõe uma construção ainda difícil mesmo dentro dos movimentos sociais e feministas.

Em 2018, a marcha do 8 de março foi construída de forma unificada por um número grande de movimentos¹⁰¹. O mote da marcha deste ano foi “Mulheres em luta e resistência: contra violência por direitos e democracia” (figura a seguir), visto que a conjuntura de ano político e entende-se que é preciso lutar para garantir a democracia, ainda que esta seja compreendida pelos movimentos da Frente Brasil Popular diante da necessidade da soltura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Figura 30 – Cartaz de veiculação da Marcha, com exposição do mote, Sergipe, 2018



Fonte: Acervo de Laiany Rose Souza Santos, 2018.

⁹⁹ Canção ensinada por Dona Faraildes nas reuniões de mulheres do Território do Baixo São Francisco.

¹⁰⁰ Trabalho de campo realizado em novembro de 2015.

¹⁰¹ Essa Marcha foi organizada pelo: MMM, MST, MCP, MMC, MMS, MPA, MPS, MTST, Mulheres Quilombolas, RUA/CUT/SE, Motu (Movimento dos Trabalhadores Urbanos por Moradia), Sindoméstico, FETASE, UBM (União Brasileira de Mulheres), Sintese (Sindicato dos Professores- Sergipe), Sindipema (Sindicato dos Professores – Aracaju), Amorsetrans, Casaamor, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Consulta Popular, CONTAG, CTB, Levante Popular da Juventude, Diretoria de Mulheres – Psol, ADUFS (docentes da UFS), Sindipetro, Sinasefe (servidores federais), Sintufs (trabalhadores da UFS), UJS e o Coletivo de Mulheres de Aracaju.

Figura 31 – Espacialização do 8 de março em Aracaju, 2018



Fonte: Hortência Marques, 2018.

Figura 32 – Mulheres do campo e da cidade segurando cartazes de combate a violência contra mulher, Aracaju, 2018



Fonte: Hortência Marques, 2018.

Nessa manifestação que se especializou na capital finalizando em frente ao Palácio Governador Augusto Franco também levantou-se como pauta a questão do combate a violência. Fruto da necessidade cotidiana das mulheres, o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas, proposto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, afirma ter em Sergipe:

- 30 coordenadorias municipais de políticas para Mulheres;
- 06 CREAMS – Centros de Regionais Especializados de Atendimento à Mulher;
- 01 CREAM – municipalizado no município da Barra dos Coqueiros;
- 67 CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social;
- 107 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;
- Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (referência estadual em atendimento para mulheres vítimas de violência sexual);
- Rede hospitalar e atendimento 24 horas;
- 05 DEAMS – Delegacias Especializadas da Mulher;
- 01 IML – Instituto Médico Legal.
- 01 Casa Abrigo Professora Nubia Marques – Aracaju (APRESENTAÇÃO DA CORDENADORIA DE MULHERES DE SERGIPE).

No entanto, em 2017 em Sergipe foram registrados 5.201 casos de violência contra mulher (Dados da SSP/Se) e muitos desses a resolução é o feminicídio.

Foi percebido que, mesmo com todo discurso do Estado - e inclusive com o avanço de políticas de combate a violência contra a mulher -, na prática a assistência ainda se mostra muito insuficiente.

Os conceitos de violência e poder não podem ser analisados separadamente, mesmo quando ocorrem no sentido de anulação um do outro. A violência se configura num meio para se chegar a determinados fins e, portanto possui “caráter instrumental” (ARENDT, 1994) enquanto o poder é compreendido como um “fim em si mesmo” (IBID), representando construções sociais e políticas humanas.

Em Sergipe no ano de 2018 até o dia da preparação para marcha foram confeccionadas cruzeiros com o nome das mulheres vítimas de feminicídio apresentada na imagem a baixo, ao lado, a mística artística discutindo sobre violência

Figura 33 – Exposição artística de combate à violência contra mulher realizada na Marcha do 8 de Março, Aracaju, 2018



Fonte: Carla Apenburg, Alcides Lula Barros, disponibilizada em rede social, 2018.

A marcha do 8 de março, simbolicamente inicia o calendário de lutas do ano, e portanto, tem um peso muito importante. Também mostra a participação geracional das mulheres como uma possibilidade de aprendizado, renovação e avanço, compreendendo que cada uma que se incorpora a luta como um ganho. Na fala de uma das camponesas é ressaltado que “é preciso nos somar para vencermos a luta” e na palavra de ordem do movimento MMC “na sociedade que a gente quer basta de violência contra mulher”.

Figura 34 – Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e outras companheiras gritando “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra mulher”, Aracaju, 2018



Fonte: Acervo fotográfico Laiany Santos, 2018.

A violência também é cometida no ato de cessar a voz da mulher, de fazê-la calar, culpabilizar. Assim, é possível observar que a cultura é relevante e imprescindível de ser debatida, “porque el capitalismo ha generado una cultura, no solo un sistema de relaciones económicas. El capitalismo ha generado su propia cultura funcional” (MUJICA, 2016 p. 5) e se firmado na esfera da subjetividade que pauta a materialidade do cotidiano de exploração e opressão a que a mulher é (sub)julgada.

A ideia do “natural”, da sua “condição de mulher” foi construída e difundida ao longo do tempo, mas quando as mulheres se dão conta de que “um homem não lhe define, sua casa não lhe define, sua carne não lhe define”¹⁰², há o questionar e o pensar, que parecem ser coisas mínimas, mas representam libertação e empoderamento frente a imposição de padrões e papéis que definem o ser mulher.

¹⁰² Adaptação de conjugação verbal da música: Triste, Louca Ou Má. Francisco, El Hombre

5. FEMINISMO CAMPONÊS: A OUSADIA DE SEGUIR RESISTINDO E REEXISTINDO DIANTE DA ESTRUTURA OPRESSORA DO CAPITAL

Os caminhos que me arrastaram¹⁰³ a essa pesquisa expressam a práxis construída e vivenciada em mim, mas não minha enquanto sujeita “solo”, e sim como singular dentro do universal, como processo histórico, dentro do qual as escolhas foram realizadas em meio ao campo de possibilidades que era possível acessar.

A condição de ser mulher numa sociedade de classes, e de ser daqui¹⁰⁴ do menor do Brasil, me fez aprender que “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (BOFF, 2000, p.2), que as rachaduras nos pés contam histórias, que é necessário mergulhar em águas profundas para compreender que *o pessoal é político*, mesmo com a estrutura capitalista que define como conteúdos, a individualidade e a competitividade entre as mulheres.

A resistência e o enfrentamento ao sistema capitalista-patriarcal-racista foram tratados como questões centrais nessa pesquisa e as mulheres que assim compreendem são acusadas, quase sempre, de “nadar contra a maré”, e estigmatizadas de **triste, louca ou má**¹⁰⁵.

Triste louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem, dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só
Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça

¹⁰³ Em referência a música *Arrastada* de Patrícia Polayne, 2009.

¹⁰⁴ De Sergipe

¹⁰⁵ Música do álbum de estreia da banda Francisco, el hombre, SOLTASBRUXA estreado em 2016 . O grupo foi formado em 2013, e no seu som mistura elementos da música brasileira e mexicana.

Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar (FRANCISCO, EL HOMBRE, 2016).

E nessa reinvenção que aflorou essa pesquisa, construída por muitas mãos (e corpos inteiros) através da metodologia de pesquisa participativa, que levou em consideração a militância política no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e inserção no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano – NEDET, e assim buscou queimar o mapa da invisibilidade das organizações de mulheres no campo e traçar espacialidades com as cores das lutas das camponesas.

Para tal foi preciso apresentar dois campos de método, as Epistemologias do Sul e o Marxismo, presentes nas análises da realidade desde o campesinato. Tal proposta não marca uma opção eclética, e sim de mostrar como enquanto um caminho evidencia-se pela condição de análise epistemológica outro tem suas bases ontológicas da essência da coisa e, portanto que reverbera em apresentar as contradições, e por isso demarca nossa posição política de leitura da realidade a partir do materialismo histórico e dialético.

Nossa leitura reconhece que o método materialista histórico dialético dá subsídios para leitura da simbiose entre os sistemas de dominação-exploração, calcada na relação universal - particular - singular (LUKÁCS, 1967) em que a centralidade é a ruptura com o modo de produção. O marxismo compreende que é a maneira como se produz a vida material, condiciona a vida social, política e espiritual, uma vez que o pilar da ordem social de todas as sociedades é a produção e a troca dos produtos. A vida social é determinada pelo o que e como a sociedade se produz.

Essa compreensão permitiu entender que a explicação das condições nas quais as mulheres estão inseridas não pode prescindir da compreensão do mundo com o qual ela se relaciona e que a define. E como o mundo material reflete a vida social, política e cultural, há que se conceber que nenhuma leitura de mundo fora da compreensão das relações escalares que explicam esse mundo, serve para elucidar os fenômenos.

Essa compreensão nos instigou a mergulhar nas contradições do capitalismo para explicar a condição da mulher camponesa, que tem sua vida projetada pelo valor de uso que constitui a base do campesinato. Mas apesar disso, ela é subjugada pelo mercado capitalista seja no momento da venda da sua produção, no momento da própria

produção, quando os preços dos insumos agrícolas as retira a renda da terra, ou ainda nos processos de luta por acesso à política pública ou à terra. O capital consegue expropriar a riqueza produzida pelos produtores diretos, ainda que no caso das camponesas envolvidas nos grupos de mulheres, não retire sua disposição para viver na terra.

Enquanto a civilização é colocada em risco por esse sistema destrutivo das forças produtivas, que domina-explora natureza e ser humano ilimitadamente preocupando-se com acumulação de mais valia, a crise estrutural do capital declara a sua insustentabilidade, como mostra Lövy,

A acumulação ilimitada de capital, a mercantilização de tudo, a exploração impiedosa do trabalho e da natureza e uma brutal competição solapam as bases de um futuro sustentável e, portanto, colocam em risco a própria sobrevivência da espécie humana. A ameaça profunda e sistêmica que enfrentamos demanda uma transformação profunda e sistêmica: uma Grande Transição (2019, p.1).

O autor fala em relação à natureza, base material da vida, que tem sido destruída pelo sistema sóciometabólico do capital, dessa forma, destaca que o modelo de produção é irrefreável em relação a essa questão. Por sua vez, por vezes o capitalismo incorporou algumas pautas da organização dos trabalhadores, como distribuição de renda pelo aumento de salário, alguns direitos associados à saúde, a habitação, educação. Tais pautas, em momento determinado da acumulação capitalista, foram sendo incorporadas pelo capital, sem que implicasse ameaça a ele, ao contrário, foram convenientes à sua acumulação. Da mesma forma, algumas pautas são não integráveis. Para Mészáros,

Apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de “questão única” tenham de sofrer num futuro previsível (2005, p. 95).

Esse autor nos alerta para que frente ao perigo que se alastra pelo mundo, sem soluções viáveis pelo capital, “nenhuma questão única pode realisticamente ser a única questão” (IBID).

Diante de tal explanação que nos serviu como lente para enxergar a realidade e a essência por trás dela, foi possível que nossos pés sentissem o caminhar dessa pesquisa com empatia. Assim, nos marcou a música **Andar com os próprios pés**, das mulheres do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, que são a expressão de força da vivência no sertão sergipano, que de mãos calejadas e pés rachados, e que também tem a arte apreendida como forma de manifestação e linguagem da resistência, do acolhimento, do ensinar-aprender e do ouvir.

**Cansei de ser domesticada,
Quero andar com os próprios pés, Organizar a rebeldia, E assim
deixar de ser refém.**

Mulher não nasceu pra ser escrava,
Isso é coisa inventada para poder nos oprimir. Já é tempo de acordar,
mulher tem o seu lugar, Vamos juntas resistir.
Mulher não é uma propriedade,
Como dita a sociedade de costume patriarcal. Precisa também se
libertar para o mundo transformar, Derrubar o capital.
Mulher sempre foi subestimada,
Reprimida e maltratada, sem direito de dizer, Que ama, que sonha e
que deseja.
Onde quer que ela esteja, ousadia deve ter.
Mulher, nunca fuja dessa luta,
Pois a nossa causa é justa, pra' o machismo superar. Sem construir o
feminismo, não teremos socialismo,
Igualdade alcançar.¹⁰⁶

E do refrão dessa música realiza-se as considerações dessa tese, e que essas sejam compreendidas como uma lente que dá foco e torna visível a teia que a aranha traça incansavelmente, como a espacialização das lutas das mulheres camponesas, que apesar de serem invisibilizadas pelo sistema capitalista-patriarcal-racista existem e nos nós que fazem por meio da articulação, confeccionam uma teia cada vez maior e mais forte, criando soluções/alternativas de enfrentamento e de viabilidades mesmo na estrutura do modo de produção capitalista.

Cansei de ser domesticada. Notou-se que os espaços de diálogo entre as mulheres propiciam repensar suas angústias e perceber que o *peessoal é político*, ao contrário do isolamento que o sistema capitalista-patriarcal-racista impõe no espaço privado destinando-o a mulher. Essas atividades, ainda quando realizadas por elas, mas

¹⁰⁶ **Andar com os próprios pés.** Música de Eulapaula Martins, Maria Monte e Marli Fagundes. A música na voz de Rodjane – MPA Sergipe, está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z23KDC3Tzpw>>, acessado 04 de janeiro de 2019.

na companhia de outras mulheres se tornam acolhedoras, fortalecedoras e desvelam a condição de sujeitas de segunda categoria, como processo de consciência.

Como explicou Federici (2004) que as atividades domésticas se valiam como trabalho coletivo, realizado de forma cooperada entre elas e “longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina” (IBID, p. 40). A condição criada pelo capital de isolamento das mulheres além de se processar como uma violência a premissa de ser humano, que é ser social pelo contato com o outro, também intensifica a violência no âmbito doméstico, com a valorização da condição de propriedade que à mulher é atribuída.

Mas os corpos se rebelam, e despertam: *Quero andar com os próprios pés*, e nesse caminho que se faz caminhando, o “sair de casa” é um processo transformador da subjetividade com saltos de consciência e das condições objetivas ao possibilitar articulações, inserção em novos espaços e de alterar seu papel na reprodução social. À medida que a mulher entende sua condição alienada também descobre como o desvendar é libertador e pesado, em sua contradição, pois inseridas dentro da lógica do Estado que utiliza-se do discurso do “não-trabalho”, ou seja, da atribuição das atividades relacionadas à esfera reprodutiva para maior exploração-dominação sobre ela, na prática romper com esse processo lhe demanda mais carga de trabalho e horas destinadas a tal.

Embora seja no “sair de casa” que há a descoberta de que o *político é pessoal*, e que as decisões nos espaços de poder recaem sobre as mulheres quer elas queiram ou não, por isso a necessidade de inserção nos espaços de poder, para tal é necessário *Organizar a rebeldia*. E nessa direção que caminhamos para fomentar um debate acerca do protagonismo das mulheres camponesas, dando visibilidade a suas pautas de luta, suas ações, construções prático-teóricas e rebatimentos espaciais no espaço agrário, tão fortemente engendrado por relações de dominação e controle.

Pode-se notar que o feminismo como campo político (FRACCARI, 2018a) composto também pelas organizações camponesas de mulheres e mistas, evidenciam as múltiplas identidades, que são produtos sociais do coletivo. Ao passo que a demanda diversa das identidades é reavivada pelo processo de globalização, Saffioti (1987) percebe que essa heterogeneidade impossibilita tratar o feminismo no singular.

E como um campo em disputa e também em construção, afirmar o feminismo camponês reafirma a leitura marxista que está assentada na relação sociedade natureza,

em que as mulheres camponesas realizam o trabalho tendo como essência o valor de uso, e o próprio capital precisa dessas relações não-capitalistas para existir. Esse não é um novo movimento, e sim pertencente, que está no seio do movimento feminista enquanto movimento político (universal), que expressa sua singularidade, na prática se expressa por meio de suas pautas, que envolvem desde o desenvolvimento da consciência do homem do lugar da mulher na sociedade; da luta pelo acesso à terra, visto que para as mulheres camponesas a relação é com a terra de trabalho (MARTINS, 1979); por acesso a água; no combate a violência contra a mulher; na promoção da autonomia econômica e financeira; na busca de incentivo à produção e comercialização; pela garantia de acesso à saúde, entre outras pautas, expressam sua condição singular.

O feminismo camponês se espacializa por meio de suas ações de elaboração teórico e prática, construídas desde suas realidades materiais concretas. É pode ser abraçado como possibilidade de fortalecimento do movimento pluralista, a fim de fazer parte da ofensiva socialista, como destaca Mészáros:

A condição elementar para se realizar os princípios de uma transformação socialista (que, afinal de contas, envolve a totalidade dos ‘produtores associados’ no empreendimento comum de mudar ‘de alto a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser’) é a produção de uma *consciência de massa* socialista na única forma possível de ação comum que se autodesenvolve. E a última, claro, só pode resultar dos componentes verdadeiramente *autônomos e coordenados* (não hierarquicamente comandados e manipulados) de um movimento *inerentemente pluralista* (2006, p.102-103).

Observou-se como resultado das pesquisas, que esse feminismo camponês ainda está calcado na luta por direitos, por isso destacamos que a heterogeneidade do ser “mulher”, reflexo da materialidade em que as mulheres estão inseridas, revela que a história não pode ser lida de forma linear, senão em espiral, no sentido de que os fatos históricos se processam de forma dialética e que só pode ser compreendida numa análise de totalidade expondo as contradições. Nesse caso, a dependência em relação ao Estado expõe a necessidade de fortalecimento de articulações da luta das mulheres (e homens) camponesas.

Notou-se que a focopolítica do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, estruturada a atender os Territórios da cidadania, a fim de fomentar a participação do poder público e sociedade civil na construção do

desenvolvimento local impulsionaram organizações de mulheres. As reuniões que dispunham de estrutura muito simples (transporte e alimentação, ocorrendo muitas vezes em locais dos sindicatos e movimentos sociais) agitaram a participação das mulheres já inseridas nesse contexto (de organização) e outras que nunca tiveram a oportunidade (seja financeira, seja pelo despertar do interesse, entre outras.) deram o primeiro passo pelo “sair de casa”.

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, motivado também pelo preconceito, que não admitia a presença de uma mulher no maior cargo da República, com isso criando uma premissa da incapacidade feminina para administrar o país, trouxe o avanço da extrema direita, que se utiliza das esferas do judiciário, legislativo e executivo para atender o objetivo da acumulação. A fim de romper com uma lógica de atendimento das questões sociais, por meio de fopolíticas, o fascismo se projetou. Por sua vez, enquanto o fascismo preocupa-se em impor uma feminilidade “correta”, acreditando que “las mujeres dotadas por "naturaleza" de espíritu de sacrificio, modestia y resignación” (IBID), se reafirma a dominação-exploração sob o conjunto das mulheres.

Apesar disso, o contraponto é a resistência e re-existência da mulher camponesa diante do acirramento das lutas que impactam na sua condição de ser humano, seja ela da negação a terra, a moradia, a alimentação, a própria dignidade. Assim nada mais antifacista que a luta das mulheres pelas autonomias. Por sua vez, quanto mais a realidade exige atender a condições básicas como a fome, mas distante da possibilidade de superação, de condições de organização. Por isso nessa conjuntura de acirramento das lutas frente ao avanço da extrema direita, a retomada do discurso do “lugar da mulher” comprova-se a celebre frase de José Martí: **“Nada causa mais horror à ordem do que mulheres que lutam e sonham”**. Assim, compreender o feminismo camponês é reconhecer que a realidade material constrói o processo de consciência para luta contra capitalismo-patriarcado-racismo, como um nó de três dobras, que por mais difícil que seja rompê-lo a utopia e práxis constroem alternativas/soluções, para *assim deixar de ser refém....* Considera-se, dessa forma, conforme observou Mészáros, que a construção de uma *consciência de massa socialista*, a partir da reunião do conjunto dos movimentos sociais, de questão única ou não, é a única capaz de garantir que os trabalhadores do mundo irão se unir e só assim, é possível romper as algemas e construir experiências verdadeiramente sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução: Beatriz Resende. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

ARENDT, Hanna. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. RJ. Vozes. 1994.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto de 2013. Pág 659 – 688.

BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Editora Hucitec, São Paulo, 1981.

BANDEIRAS DE LUTA. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas.html>>, acessado dia 09/01/2013.

BARTRA, Armando. **Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado**. La nación, 2010.

BARTRA, Armando. **Os Novos Camponeses**. São Paulo, Ed. UNESP, 2011.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**, 1994. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>>, acessado 20 de julho de 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo [2]; a experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.

BÉDARD, Nicole. **Como interpretar os desenhos das crianças**. Editora Isis: São Paulo, 2010.

BHABHA, Homi K. **A iminência das poéticas**. In: Entrevista concedida à 30ª Bienal de São Paulo. 2012. Disponível em: < https://issuu.com/bienal/docs/30a_bienal-catalogo-miolo-pt-web>. Acessado em março de 2018.

BHABHA, Homi K. **O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da agência**. In: _____. O local da cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BIDASECA, K. **Perturbando el texto colonial. Los estudios (pos) coloniales en América latina**, Buenos Aires: San Benito (SB), 2010.

BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. **Andamios**, vol.8, n° 17, México, sep./dic. 2011.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOTTOMORE, Tom (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2012.

BRAIDOTTI, Rosi. **Mujeres, medio ambiente y desarrollo sustentable. Surgimiento del tema y diversas aproximaciones**. In: GARCÍA, Verónica Vázquez; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez (compiladoras). Miradas al futuro hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género. Centro Internacional de Investigaciones Para el Desarrollo, México, 2004.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisar-participar**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Repensando a pesquisa participante. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALDART, Roseli Salete. MOVIMENTO SEM TERRA: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**, 1.ed. Buenos Aires, CLACSO, 2011

CAMPOS, Christiane. **As relações de gênero e o MST**. Cartilha: Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder. Setor Nacional de Gênero – MST, março, 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceitual para uma nova Extensão Rural**. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 14/05/2002.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Publicado em espanhol na **Revista Lola Press**, n° 16, novembro 2001. Disponível em português em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>, acesso 29 de jul. de 2015.

CAROSIO, Alba. **Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación**. In: GIRÓN, Alicia (coord). Género y glogabización. 1a ed, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/giron/11caro.pdf>>. Acessado em 10 de julho 2018.

CAROSIO, Alba. Feminismo latinoamericano. **Revista venezolana de estudios de la mujer**, julio/diciembre, VOL. 14/ N° 33, 2009 - pp. 9-12.

CARVALHO, Eurico. O quadrado da modernidade de Guy Debord. **A U F K L Ä R U N G**, João Pessoa, v. 4, n.2, Mai.-A go.,2017,p.121-130

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Editorial Universidad del Cauca. Instituto Pensar, Universidad Javeriana. Primera edición, Popayán, noviembre de 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do Capitalismo: das origens até a Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: Pradense, 2016,

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRUZ, Juana Inés de la. **Respuesta de la poetisa a la muy ilustre Sor Filotea de la Cruz**, Cartas, 1691

CUNHA, M. C. P. **O Espelho do Mundo – Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório Brasil 2013. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2014.

DE ANGELO, Adilson. A Educação Infantil no contexto dos movimentos sociais: duas leituras possíveis. **Especiaria** - Cadernos de Ciências Humanas. vs. 12 e 13, ns. 22 e 23, jul./dez. 2009 e jan./jun. 2010, p. 123-153.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico Universitário**. São Paulo: Saraiva. 2010.

DUSSEL, E. **Europa, modernidad y eurocentrismo**. In: Lander, E. (ed.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas pp. 41-53, CLACSO, Buenos Aires, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. 9.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 14º Ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

ENGELS, F. **Prefácio à Edição Alemã de 1883**. IN: Manifesto do Partido Comunista, ed. Europa-América, 1938. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm#ea1883>>, acessado 20 de janeiro de 2019.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. (Entrevista) In: BARROSO, J. M. Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica, racista y burguesa. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales** (III), pp. 22 – 33, 2014. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa/>>, acessado em 24 de janeiro de 2017.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, março-abril, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do coletivo Sycorax, 2004.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. Leal. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo. In: **Revista Digital Simonsen**, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: <www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941>, acessado 10 de janeiro de 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Ano 8, N. 6 – Janeiro/Junho De 2005.

FERREIRA, Alane Sousa; LINS, Marcelo da Silva. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947). **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. V. 7, n. 2 (mai./ago. 2015), Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: Entre o velho e o novo sindicalismo rural**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FRACCARI, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 31, nº 63, p. 21-26, janeiro-abril 2018b.

FRACCARI, Glaucia. **Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. FGV Editora, São Paulo, 2018a.

FREITAS, Cristina A. **Conhecimento e poder: *think tanks* e sua influência na política externa Norte-Americana para a América Latina**. 2013. Disponível em: <https://maestrando.files.wordpress.com/2013/05/freitas-cristina_conhecimento-e-poder-think-tanks-e-sua-influencia-na-politica-externa-dos-us.pdf>, acessado em 15 de julho de 2016.

GARCÍA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. In: **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 12, n. 28, jun. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131637012007000100003&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 10 de julho de 2018.

GÓIS, Líbia; MARTINS, Márcia; SILVA, Iberê Martí Moreira da; GÓIS, Lúcia Maria. ALMEIDA, Sheyla Gomes de. O programa nacional de plantas medicinais e fitoterápicos e o processo participativo de implantação de hortas medicinais pelos coletivos de mulheres do MST, no sul de Minas Gerais. **Revista Terceiro Incluído** - v.6 / 2016.

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne. 1791**. In: **Bibliothèque Jeanne Hersch. Textes fondateurs**. Disponível em: <http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm>, acessado em 06/02/2012.

GROSGUEN, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80º, 2008.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. et al . Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. Etc..., espaço, tempo e crítica. Nº 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007.

HARVEY, David. **A condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8 - 39, 2002.

HARVEY, David. O problema da globalização. **Revista Novos Rumos**, n. 27 (13), 1998.

HASSAN, I. **The Culture of postmodernism. Theory, culture and Society**, nº 2, 1985. In: HARVEY, David. A condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

HECHT, S. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HISTORIA Y BIOGRAFÍA. **Rosario Castellanos**. 2018. Disponível em: <<https://historia-biografia.com/rosario-castellanos/>>, acessado em 21 de janeiro de 2018.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2000-2010, Contagem da população 2007**.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **Uma reflexão sobre a pesquisa participante em Geografia: lugares em construção**. Anais do XIV EGAL, 2013.

JARSHEL, Haidi. Aborto e fé religiosa: abrindo caminhos para um debate possível. **Trilógos Feministas**. Ano 2, Nº4, Agosto de 2004.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Mulher e educação: a ideologia da submissão**. Mátia: a emancipação da mulher. Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNTE, 8 de março de 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Ed. Paz e Terra, 6º reimpressão, Rio de Janeiro, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/ lógica dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez (compiladora). **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores**. 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. La transformación de las instituciones de reciprocidad y control, del don al capital social y de la 'biopolítica' a la 'focopolítica'. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales** (Caracas) Vol. 8, Nº 1, janeiro-abril, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** The Marxists Internet Archive, HUCITEC, 1902.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, 2007.

LÖWY, Michael. **Marx contra a opressão das mulheres**. 2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/07/michael-lowy-marx-contra-a-opressao-das-mulheres/> >, acessado em 12 de janeiro de 2019.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Tradução de Reginaldo di Piero. 2 ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

LÖWY, Michael. **Michael Löwy reformula a Opção Ecosocialista**. Tradução: Marianna Braghini, 2019. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrapolitica/michael-lowy-reformula-a-opcao-ecossocialista-1/> >, acessado em 10 de fevereiro de 2019.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**, Julio - Diciembre, Año 2011, Vol. 6, No. 2: 105-119

LUKÁCS, G. (1981). **Per una Ontologia dell' essere sociale**, vol. II Roma: Riuntini. [Foi utilizada a tradução de Sérgio Lessa (mimeo, s.d.)]

LUKÁCS, Georg. **Estética I: la peculiaridad de lo estético; categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético** (Trad. Manuel Sacristán). Vol. 3. Barcelona: Ed. Grijalbo, 1967.

LUKÁCS, Georg. Sobre la categoria de la particularidad. In: -----, **Prolegómenos a una estética marxista**. México: Grijalbo, 1965.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. José Olympio Editora, São Paulo, 1988.

MANOLO. **Pesquisa participante: uma introdução**. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/7353650/Pesquisa-Participante> >, acessado dia 14/05/2013.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE 2018. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Câmara dos Deputados, 55ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa, Brasília, 2018. Disponível em: < http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Mapa-da-Violencia_pagina-cmulher.pdf >, acessado 20 de janeiro de 2019.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983. 254p. p:194-201. (Texto original de 1891).

MARTINS, Carlos Eduardo. **Consenso de Washington**. 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington>>, acessado em 05 de janeiro de 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Consenso de Washington**. Enciclopédia Latino Americana. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington>>, acessado 20 de julho de 2018.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. 1932. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>, acessado no dia 02/04/2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. tomo II, 2. Ed, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política**, 1859. Versão Online: compilação de contribuições oriundas de "O Vermelho", Formatado para o MIA por: BRAZ, José. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concriteconpoli/index.htm>>, acessado 20 de janeiro de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. Martins Fontes. São Paulo, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Trabalho Assalariado e Capital**, 1849. Tradução: BARATA-MOURA, José; PINA, Álvaro. Transcrição: José Braz e Maria de Jesus Coutinho, junho 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>>, acessado 20 de janeiro de 2019.

MÉSZÁROS, István. 1930. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1º ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade História da Ofensiva Socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Introdução de *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*, Mignolo, 2011. Traduzido por Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 32 Nº 94, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de America Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Gedisa Editorial, Barcelona 2007.

MIGNOLO, Walter. Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. *Princeton: Princeton University Press*, 2000.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

MUJICA, José Pepe. Clase Magistral: “**América Latina, ciudadanía, derechos e igualdad**”. Buenos Aires, 17 de marzo de 2016.

MULHERES APRESENTAM MANIFESTO NA CONFERÊNCIA DA FAO. **Brasil de Fato**. Anonymous, 21/09/2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/545>>, acessado dia 09/01/2013.

NANDY, Ashis. **A imaginação emancipatória**: desafios do século 21. 1937, Organização: Lucia Rabello de Castro, tradução Joanes de Kengt. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2015.

NETTO, José Paulo. **Posfácil**. In: COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

NEVES, Cleiton Ricardo das. ALMEIDA, Amélia Cardoso de. **A identidade do “Outro” colonizado à luz das reflexões dos estudos Pós-Coloniais em Tempo de Histórias**. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB), N°. 20, Brasília, jan. – jul. 2012.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. Contexto, São Paulo, 2007.

ORTNER, Sherry B. Theory in Anthropology since the sixties. **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, n. 1, p. 126-166, 1984.

OSORIO, Alejandra B. **Hechicerías y curanderías en la Lima del siglo XVII. Formas femeninas de control y acción social**. In: ZEGARRA, Margarita (ed.) *Mujeres y género en la historia del Perú*, Lima : Cendoc Mujer, 1999. pp. 59-75.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**. 2016, Rio de Janeiro. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) –

Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Revista Simbiótica**, UFES, v.ún., n.3, junho – 2013. Pág 87 – 97.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, vol.18, no.36, Jun, 2010.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, 4º Ano, 17, Nº 37, 2002.

RAGO, M. **Trabalho Feminino e sexualidade**. In: PRIORI, M. Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e Reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A implantação do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial: agroecologia, gênero e participação política no campo sergipano. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo **DATALUTA**: novembro de 2015.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Geografia e vídeo: diálogos e vivências na educação básica e superior**. Uni-Pluri/Versidade, vol.8, no2, 2008.

RAVENA, Monyse. "Eu continuo a luta", diz Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira. **Brasil de Fato**, João Pessoa (PB), 27 de Agosto de 2017. Disponível em:< <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/27/eu-continuo-a-luta-diz-elizabeth-teixeira-esposa-de-joao-pedro-teixeira/>>, acessado em 06 de março de 2018.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres educadas na Colônia**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

RODRIGUES, Inês Soares. **QUAL O LUGAR DA MULHER NO MST? As Relações de Gênero nas Instâncias do Acampamento Unidos Venceremos – Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS; Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, Veranópolis, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Vozes. Petrópolis, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo, Cortez. 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polemical).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Primórdios do conceito de gênero**. cadernos pagu (12) 1999: pp.157-163.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward W. **Orientalismo: “o Oriente como invenção do Ocidente”**. Trad: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Aline Tosta dos. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. Disponível em: <www.maxwell.lambda.ele.pucrio.br/>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

SANTOS, Josefa de Lisboa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SANTOS, Laiany Rose Souza; BATISTA, Rayane Mara; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A questão agrária e o feminismo em sergipe: análise das manifestações no dia internacional da mulher (2010 – 2013). NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo **DATALUTA**: outubro de 2013.

SANTOS, Laiany. Rose Souza. **O território camponês sob o enfoque de gênero: A divisão sexual do trabalho e a agroecologia**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SARAMAGO, José. **O Conto da Ilha Desconhecida**. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

SARTI, Cynthia A. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro**. Cad. Pagu, nº.16, Campinas, 2001.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Tradução do alemão: José Marcos Macedo, **Novos Estudos**, N.º 45, julho de 1996.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, vol. 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **E-cadernos CES**, n.º 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre los Orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista y libertário**. AGRUCO, Plural editores, CDE, NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2006, disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la_agroecologia_como.pdf>, acessado em 07/10/2012.

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: Campesinato e territórios em disputa. PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (orgs). 1 ed., Expressão Popular, São Paulo, 2008.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SUÁREZ, Airam Alonso. **Gramatica de la descolonialidad. Introducción de conceptos fundamentales**. Publicado el septiembre 29, 2011. Disponível em: <<https://laescueladeguajara.wordpress.com/2011/09/29/gramatica-de-la-descolonialidad-introduccion-de-conceptos-fundamentales/>>, acessado em 24 de janeiro de 2017.

TELES, Mária Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A Questão do Outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moi, Editora Martins Fontes, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1996.

TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Politize! 18 de agosto de 2016. Disponível em:< <http://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>>, acessado em 20 de março de 2017.

VALDIVIESO, Magdalena. **Aportes e incidencia de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina**. In: Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe / Magdalena Valdivieso. [et.al.]; Coordinado por Alba Carosio. - 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, 2012.

VALDIVIESO, Magdalene. **Aportes e incidencia de los Feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina**. CAROSIO, Alba (coord.).

Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe. 1. ed. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Buenos Aires, 2012.

VALIENTE, Silvia. Reseña: La poscolonialidad explicada a los niños, de Santiago Castro-Gómez. **Geograficando**, 10(1), 2014.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009. Disponível em: < <http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf> > p.14-15 (nota de rodapé), acessado em 20 de novembro de 2016.